



DANIEL AUGUSTO FELDMANN

**Um Ensaio sobre a Relação entre Economia e Política no
Pensamento de Schumpeter, Keynes e Hayek**

**Campinas
2013**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

DANIEL AUGUSTO FELDMANN

**Um Ensaio sobre a Relação entre Economia e Política no
Pensamento de Schumpeter, Keynes e Hayek**

TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO
INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, NA ÁREA DE
HISTÓRIA ECONÔMICA.

PROF. DR. PLÍNIO SOARES DE ARRUDA SAMPAIO JUNIOR – ORIENTADOR

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
TESE DEFENDIDA POR DANIEL AUGUSTO FELDMANN E
ORIENTADA PELO PROF. DR. PLÍNIO SOARES DE
ARRUDA SAMPAIO JUNIOR.

CAMPINAS, 2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
Maria Teodora Buoro Albertini – CRB8/2142 –
CEDOC/INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

F333e Feldmann, Daniel Augusto, 1977-
Um ensaio sobre a relação entre economia e política no pensamento de Schumpeter, Keynes e Hayek/ Daniel Augusto Feldmann. --
Campinas, SP: [s.n.], 2013.

Orientador: Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Economia.

1.Economia política. 2. Economia – História. I. Sampaio Junior,
Plínio Soares de Arruda, 1957-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Economia . III. Título.

13-06-BIE

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: An essay on the relationship of economy and politics in Schumpeter, Keynes and Hayek's thought

Palavras-chave em inglês:

Political economy

Economics - History

Área de Concentração: História Econômica

Títuloção: Doutor em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Plínio Soares de Arruda Sampaio Junior

Eduardo Barros Mariutti

José Carlos de Souza Braga

Leda Maria Paulani

Carlos Alberto Cordovano Vieira

Data da defesa: 20-02-2013

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Tese de Doutorado

Aluno: **DANIEL AUGUSTO FELDMANN**

Um Ensaio sobre a Relação entre Economia e Política no Pensamento de Schumpeter, Keynes e Hayek

Defendida em 20 / 02 / 2013

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. PLÍNIO SOARES DE ARRUDA SAMPAIO JUNIOR
Instituto de Economia/UNICAMP



Prof. Dr. EDUARDO BARROS MARIUTTI
Instituto de Economia / UNICAMP



Prof. Dr. JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA
Instituto de Economia / UNICAMP



Profª Drª LEDA MARIA PAULANI
Universidade de São Paulo / USP



Prof. Dr. CARLOS ALBERTO CORDOVANO VIEIRA
Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo / FESPSP

Agradecimentos

Como toda lista deste tipo é de certa forma uma exclusão, opto por agradecer sem nominar o conjunto de pessoas que foram importante na elaboração deste trabalho, conjunto que abrange tanto os colegas e professores do IE-Unicamp, quanto outras pessoas de fora do Instituto das quais obtive ajuda e sugestões.

Por outro lado, cabe, sem dúvida, um agradecimento especial ao meu orientador Plínio de Arruda Sampaio Júnior pelo enorme apoio e estímulo, que certamente foram essenciais durante todo este trajeto.

Por fim, dedico a tese aos meus pais, responsáveis por despertar em mim desde a infância a paixão pelo conhecimento, sem a qual não faria sentido o esforço aqui empreendido.

Resumo

Nesta tese nosso objetivo é desenvolver uma reflexão acerca das visões de capitalismo de três autores fundamentais do pensamento econômico do século XX: Schumpeter, Keynes e Hayek. Mais precisamente, trata-se de apreendermos a maneira pela qual tais autores buscaram equacionar o problema do mercado e da esfera econômica com a questão do Estado e da esfera política. Tal problemática esteve informada para eles por uma situação de instabilidade e de ameaças à ordem capitalista. Nosso estudo buscará apontar tanto as especificidades e idiosincrasias de suas visões de capitalismo como também indicar os elementos e aspectos comuns aos três autores.

Palavras-chave: Economia Política, História do Pensamento Econômico.

Abstract

Our aim in this thesis is to develop a reflection on the views of capitalism of three important authors of the economic thought in the twentieth century : Schumpeter, Keynes and Hayek. Being more precise, it is a matter of learning how does these three authors tried to address the problem of the market and economic scope to the subject of the state and political sphere. This issue was reported to them by a situation of instability and threat to the capitalist order. Our study will objective to show both the specific aspects and idiosyncrasies of theirs visions of capitalism as well as indicate the common elements and aspects to all three authors .

Key Words: Political Economy, History of Economic Thought

Sumário:

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – SCHUMPETER	9
a) Influências formativas da visão de Schumpeter	9
a.1) “O homem de três almas”?	9
a.2) “Entre o marxismo e o marginalismo”	18
b) A Economia e a Política em Schumpeter	23
b.1) A esfera econômica e o mercado em Schumpeter	23
b.1.1) O desenvolvimento capitalista como atividade empresarial	23
b.1.2) Ciclos, crises e a pujança da máquina capitalista	34
b.1.3) O capitalismo oligopolizado	39
b.2) A esfera política e o Estado em Schumpeter	44
b.2.1) Apresentação	44
b.2.2) Sistema, Ordem e uma interpretação singular da história.....	44
b.2.3) A racionalidade capitalista versus o próprio capitalismo	54
b.2.4) Democracia, Estado e Política contra o capitalismo	63
b.3) A visão internacional de capitalismo em Schumpeter	67
b.3.1) O capitalismo pacifista	67
b.4) Síntese da relação entre economia e política em Schumpeter	75
c) Comentários sobre a síntese de Schumpeter	78
CAPÍTULO 2 – KEYNES	97

a)	Influências formativas da visão de Keynes	97
a.1)	Introdução	97
a.2)	“Estados da mente” num mundo de incertezas	99
a.3)	Razão e “conveniência”	104
a.4)	A “religião” marxista.	108
b)	A Economia e a Política em Keynes.....	111
b.1)	A esfera econômica e o mercado em Keynes	111
b.1.1)	A economia monetária de produção	111
b.1.2)	A valorização do capital em função de sua escassez	118
b.1.3)	Salários, consumo e acumulação.	120
b.1.4)	Socialização dos Investimentos	125
b.1.5)	“Eutanásia do rentista” e a questão da abundância	129
b.2)	A esfera política e o Estado em Keynes	135
b.2.1)	Unindo razão e moral.....	135
b.2.2)	A força da persuasão.....	140
b.2.3)	O “individualismo na defensiva” ou a inversão do liberalismo.....	143
b.3)	A visão internacional de capitalismo em Keynes	148
b.3.1)	A Coordenação harmoniosa entre países	148
b.4)	A síntese da relação entre economia e política em Keynes	156
c)	Comentários sobre a síntese de Keynes	159
	CAPÍTULO 3 – HAYEK.....	177
a)	Influências formativas da visão de Hayek	177
a.1)	Hayek e os limites da razão	177
a.2)	Em defesa do verdadeiro liberalismo.....	182
b)	A Economia e a Política em Hayek	186
b.1)	A esfera econômica e o mercado em Hayek.....	187

b.1.1) Tempo e capital.....	187
b.1.2) Dinheiro, ciclos e crises	194
b.1.3) Política econômica e ação sindical destrutivos de capital	199
b.2) A Esfera Política e o Estado em Hayek	204
b.2.1) Liberdade política, livre mercado e concorrência.....	204
b.2.2) Democracia e regras de conduta.	211
b.2.3) A ética coletivista como servidão	216
b.3) A visão internacional de capitalismo em Hayek.....	223
b.3.1) O internacionalismo liberal.....	223
b.4) Síntese da relação entre economia e política em Hayek	229
c) Comentários sobre a síntese de Hayek.....	233
CAPÍTULO 4— CONSIDERAÇÕES FINAIS	247
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	255

INTRODUÇÃO

Nosso objetivo nesta tese é desenvolver uma reflexão acerca das visões de capitalismo de três autores fundamentais do pensamento econômico do século XX: Schumpeter, Keynes e Hayek. Mais precisamente, trata-se de apreendermos a maneira pela qual tais autores buscaram equacionar o problema do mercado e da esfera econômica com a questão do Estado e da esfera política. Ou seja, trata-se de uma investigação que, sem a pretensão de esmiuçar o conjunto da obra de tais autores – tarefa que em si mesma seria gigantesca e estaria além de nossos propósitos – buscará lê-los com o objetivo preciso de jogar luz sobre tal temática.

O problema da relação entre Estado e economia no capitalismo do século XX, longe de ter uma solução inequívoca, foi permeado por diferentes arranjos e situações, além de suscitar profundos debates no pensamento social. Diante desse quadro é que Schumpeter, Keynes e Hayek deram sua contribuição ao problema. Sendo economistas de formação, tais autores buscaram sem dúvida oferecer interpretações do capitalismo que acabaram por transcender o campo científico estrito da economia. Suas visões de capitalismo certamente foram permeadas por considerações de caráter sociológico, político e histórico.

Para além disso, deve-se considerar também que a despeito das diferentes visões de capitalismo implícitas em cada autor, eles têm em comum um fio condutor que é a defesa da civilização burguesa, o que implica tanto na adoção dos valores desta civilização como na crença comum do papel progressista do modo de produção capitalista. Os três autores viveram e produziram na conturbada primeira metade do século XX, marcada por duas guerras mundiais e pela crise econômica mundial iniciada em 1929. Ao mesmo tempo, eles vivenciaram um período de ascensão do movimento operário e os efeitos da Revolução Russa de 1917. Ou seja, para os três, a civilização burguesa estaria sob constantes ameaças.

Assim, a questão da relação entre as esferas econômica e política para eles esteve sempre informada por esta situação de instabilidade da sociedade capitalista. E é justamente na especificidade e nas idiossincrasias de suas visões de capitalismo que pensamos ser possível refletir em cada um qual o estatuto do “econômico” e do “político”. Ou seja, à forma pela qual são entendidos e avaliados o mercado e o sistema econômico, o Estado e a ação política,

corresponderão tanto uma dada matriz teórica quanto proposições práticas de política econômica e social.

Para cumprirmos tal tarefa, será preciso um determinado método, que deverá ser o mesmo para os três autores, o que há de nos permitir conduzir a reflexão sobre cada um de forma coerente. Em cada capítulo abordaremos um dos autores, buscando seguir um determinado roteiro. Em primeiro lugar apresentaremos as influências formativas de cada um deles. Noutras palavras, buscaremos apontar o ambiente intelectual e político no qual eles estavam inseridos. Isso quer dizer que mesmo se é impossível e infrutífero reduzir a visão de cada um simplesmente ao campo da ideologia, por outro lado é necessário ter em mente que a teoria econômica e social não é elaborada num vazio puro e descarnado. Tal empreitada nos será útil na medida em que permitirá retermos aquilo que precede e informa a teorização. E aqui devem ser considerados tanto o ambiente e as posições políticas dos autores como também o pano de fundo acadêmico e científico que ajudou a moldar suas visões.

Realizado este passo, poderemos nos dedicar ao “núcleo duro” de nosso trabalho, que consistirá em três etapas. Primeiramente, consideraremos a abordagem que cada um deles tem do sistema econômico capitalista enquanto tal. Isso implicará apresentar a noção própria de capital para cada um deles, bem como a concepção de desenvolvimento capitalista decorrente. Tão importante quanto a descrição da dinâmica capitalista em cada um será descrever o papel dos grupos/classes sociais no processo produtivo e na auferição da renda. Tais elementos serão fundamentais para que seja possível ver em cada autor como as forças do mercado direcionam o sistema e suas forças produtivas num dado sentido.

Em segundo lugar, trataremos da questão do Estado e da esfera política tal como aparece em tais autores. Debruçaremos-nos sobre a questão do poder, da liderança e da democracia implícitas em cada abordagem, bem como sobre as possibilidades de atuação das diferentes classes e grupos da sociedade. A questão acerca da racionalidade (ou não) da ação política emerge então como dado fundamental, pois é ela que vai balizar a avaliação das possibilidades e dos limites da intervenção da esfera pública sobre o âmbito privado do mercado.

Em seguida, debateremos como a dimensão internacional do capitalismo aparece para cada autor. Tendo analisado tanto suas abordagens do sistema econômico como suas respectivas apreciações sobre a política, poderemos ver como a visão dos autores se desdobra na análise das relações entre as nações. Veremos que a partir do estudo da dimensão internacional será possível

não apenas clarificar certos temas presentes nas duas etapas anteriores, como também surgirão novos elementos relevantes para a problemática que analisamos.

Para atingirmos o objetivo de reconstituir a abordagem de cada um dos autores para o nosso tema, favoreceremos citações e explicações pautadas na obra deles próprios e utilizaremos alguns de seus comentadores, apenas na medida em que isto ajudar na elucidação de determinadas questões de suas obras. Noutras palavras, nosso horizonte é apenas a obra de cada um dos três - daí não discorrermos sobre as inúmeras discussões e polêmicas que partem deles e que movimentam os economistas até os dias de hoje. Só depois disso, ao final de cada capítulo, teceremos nossas considerações e comentários acerca de cada uma das três visões. Ou seja, pensamos que a forma mais correta de conduzir nosso estudo consiste inicialmente em tentar expor, da forma mais fidedigna possível, suas ideias para posteriormente inserirmos nossas reflexões e nossa visão.

Evidentemente, também nossa leitura e análise própria dos autores estará pautada por uma certa visão, sendo esta a que buscará situar o estudo da relação entre as esferas econômica e política dentro de uma perspectiva que enfatize a apreensão de uma dada totalidade. Pensamos, portanto, que se é verdade que a análise social exige a abstração de fatos e de tais conjunturas específicas, não é menos verdade que a busca de uma síntese da realidade exige que se volte à compreensão dos elos e articulações que compõem a cada momento o seu todo.

Trata-se, portanto, de situar a problemática do “econômico” e do “político” a partir reconhecimento da existência de uma totalidade histórica em transformação e contraditória. Desta forma, cremos que a análise isolada de aspectos e esferas tal qual aparecem de imediato na realidade é incapaz de oferecer uma visão fidedigna da realidade concreta. A busca por uma apreensão tanto sincrônica quanto diacrônica do todo social aqui se justifica pela ideia de que os diferentes fenômenos isolados só podem ser compreendidos a contento em sua relação com o todo em mudança, já que na sua pura apreensão isolada, não há como estabelecer a mediação de determinados fatos e de aspectos parciais da realidade tal e qual eles nos aparecem com os demais fatos e aspectos parciais da mesma realidade. A abstração de tais fatos, conjunturas e aspectos deve partir da realidade para depois ser reavaliada em sua conexão global, isto é, como concreto pensado.

Assim, a nossa visão da relação entre as esferas econômica e política está alicerçada na tentativa de enxergar a realidade concreta a partir da síntese de diversas determinações, portanto,

unidade do múltiplo, o que implica não apenas em pautar o mútuo condicionamento de ambas as esferas, isto é, sua ação recíproca; para além disso, trata-se de ver como a dinâmica de tal ação recíproca condiciona e ao mesmo tempo é condicionada por uma dada totalidade em transformação. Daí a ênfase necessária no caráter histórico e mutável da interação entre as esferas. Daí também o fato de que se deve ter em mente o caráter contraditório da realidade - não meramente como “recurso estilístico” do discurso, mas sim pelo fato de que as contradições são intrínsecas à própria estrutura do real.

Contradições estas que sob a égide do modo de produção capitalista se apresentam sob diversas formas - como valor de uso e valor de troca, trabalho concreto e abstrato, capital e trabalho, caráter social da produção e caráter privado da apropriação etc. - e que implicam numa oposição entre a aparência fenomênica e a essência do processo social. Ou seja, a “imensa coleção de mercadorias” em que se apresenta o capitalismo tem como corolário o fato de que as relações entre os homens apareçam transfiguradas na aparência de coisas em forma fetichista. Fetiche este que por sua vez é reforçado no pensamento econômico em geral pela própria ilusão gerada pelos resultados imediatos da observação da realidade capitalista, fazendo com que a observação e a medição quantitativa dos “fatos” e das “coisas” obliterem as relações sociais, humanas e de classe, que são a essência do modo de produção capitalista. A própria atomização dos indivíduos, tomada comumente como base geral de tal pensamento econômico, acaba por ser o reflexo reificado na consciência da difusão cada vez mais universal das relações sociais capitalistas.

A visão supracitada problematiza de uma forma particular a interação entre o “econômico” e o “político” sob o capitalismo. As categorias tidas como puramente “econômicas” na realidade são originadas nas relações humanas e sociais e se difundem no processo próprio de desenvolvimento de tais relações. Deste modo a produção e reprodução¹ de tais relações econômicas atingirá um âmbito que abarca a reprodução da própria sociedade tomada globalmente. Assim sendo, o “político” estará necessariamente informado e condicionado por tal dinâmica e dialética, ainda que ao mesmo tempo também ele informe e condicione o “econômico”. Nas palavras de Lukács *“há que constatar metodologicamente que a separação*

¹ “o processo de produção capitalista, considerado na sua continuidade ou como processo de produção não se limita a produzir a mercadoria nem tão pouco a mais valia: produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado o capitalista, de outro o assalariado” Marx apud LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*. Porto: Escorpião, 1974, p. 31

imediate e absoluta entre a economia e o Estado, a cristalização do homem como coisa, por um lado, e como homem, por outro dão origem a um fatalismo atolado na facticidade empírica (...) e atribuem à ideia de Estado, uma função completamente utópica e inteiramente estranha à sua essência concreta (...) a separação mecânica entre a economia e a política deve tornar impossível toda a ação realmente eficaz que vise a totalidade da sociedade”²

Há de se compreender, portanto, como as forças produtivas e as relações de produção capitalistas estabelecem um modo de produção que acaba por transcender o estritamente econômico e que resulta num modo de produção da própria vida social. Na estruturação dessa totalidade é que podem ser concebidas as possibilidades das atividades econômicas, bem como da ação política e do papel do Estado. Desse ponto de vista, a reflexão interpretativa do capitalismo não pode se reduzir meramente à análise das disposições individuais e dos sentidos que os homens conferem as suas ações. A relação indivíduo-sociedade que se desenvolve nas esferas econômica e política há de ser concebida numa perspectiva dialética no interior de uma determinada estrutura histórica. Evidentemente não se trata aqui de pautarmos um determinismo mecânico que negue a relevância de tais disposições e sentidos, mas sim de afirmar que as intenções conscientes dos homens têm de ser mediadas pelas determinações estruturais do modo de produção capitalista, assentadas na contínua expansão do capital e na necessidade de “valorização do valor”.

Historicamente foi o próprio advento do capitalismo que frutificou a separação nítida entre a esfera privada e a pública da vida social, escancarando desse modo a problemática que vamos percorrer na tese. Ou melhor, é só neste momento histórico que a atividade privada pode se desgarrar dos obstáculos e constrangimentos extraeconômicos das sociedades pretéritas. O surgimento da economia política que ocorre justamente na tentativa de explicar os novos desenvolvimentos buscará então lidar com tal separação. É fato que em autores do fim do século XVIII e do século XIX como Smith, Ricardo e Bentham a esfera privada, entendida aqui como o lócus da atividade econômica de mercado, ganha proeminência. Falamos aqui do momento de ascensão da burguesia diante das instituições políticas pré-capitalistas, o que se traduz no plano do pensamento social numa valorização das iniciativas individuais de um lado e na crítica e rechaço da atuação estatal de outro. O progresso seria promovido então pela busca individualista e utilitarista do ganho econômico, cujas sinergias conduziriam a uma maior felicidade de todo o

² Ibidem, p. 217

corpo social. A humanidade teria chegado ao fim lógico de sua evolução natural e a esfera pública deveria ser profundamente limitada de maneira a não se tornar um óbice para o desenvolvimento em curso.

A crítica da economia política marxiana buscará justamente expor os limites de tal concepção, pois justamente o que se perdia na visão dos economistas clássicos era a especificidade e historicidade do modo de produção capitalista enquanto tal. A nova sociabilidade promovida pelo capital que implicava tanto numa substancial transformação nas relações de produção como na oposição estrutural entre os proprietários dos meios de produção e o trabalho assalariado era um produto de condições históricas concretas e não poderia ser apreendido de forma “natural”.³ Ao mesmo tempo, a crítica de Marx se pautou em mostrar o caráter classista e fetichizante da nova ciência que surgia. O que se supunha ser o terreno da liberdade virtuosa da esfera privada e dos mercados na verdade ocultava as relações de produção antitéticas entre capital e trabalho. A aparência de igualdade formal na troca entre mercadorias esconderia a desigualdade oriunda da transformação da força de trabalho numa mercadoria capaz de render trabalho e valor gratuito aos proprietários do capital. A mera troca de coisas de igual valor que passava a dominar as atividades humanas seria de fato a forma fetichizada de novas relações sociais que opunham estruturalmente duas classes antagônicas. Por trás de tal aparência harmoniosa, haveria então a dinâmica irracional e reificada de busca constante de valorização do capital.

Tal hipostasia da esfera econômica privada que enfatizava o caráter natural e harmônico do processo em curso engendrava a falsa ideia de que se vivia o fim último do processo histórico. Muito ao contrário, tratar-se-ia, para Marx de, a partir do desenvolvimento das forças produtivas e do caráter universalizante do novo modo de produção, liberar o homem da dominação da economia e abolir o caráter classista das relações sociais, para somente então ser iniciada uma nova e efetiva história humana. Tal liberação deveria ser então para Marx a um só tempo econômica e política. Econômica, pois o capitalismo mesmo criara as condições de sua superação e do início de uma efetiva história humana, onde não mais os homens seriam dominados por coisas e entes impessoais, estranhos dentro de uma dada divisão social do trabalho; política, pois

³ Lukács, sobre os economistas clássicos “ *por um lado, os homens quebram, dissolvem e abandonam cada vez mais as ligações simplesmente ‘naturais’, irracionais (...) mas por outro lado (...) levantam em redor de si, nesta realidade criada por eles próprios, produzida por eles próprios, uma espécie de segunda natureza, cujo desenrolar se lhes opõe com a mesma impenetrável conformidade às leis que outrora os tornavam forças naturais irracionais*” (Ibidem, p. 145)

tal processo implicaria inevitavelmente numa luta pelo poder entre as classes sociais estruturalmente opostas pelo modo de produção capitalista. É por este ângulo, portanto, que para Marx deve ser apreendida a questão da política e da esfera pública de maneira mais geral. O Estado seria ele mesmo o produto de uma determinada etapa histórica e expressaria certa correlação de forças e uma estrutura de legitimação entre as classes sociais. Daí justamente a noção marxiana de que uma sociedade sem classes, em que as forças produtivas fossem usadas de forma não-alienada e consciente pelos homens, implicaria numa libertação ao mesmo tempo econômica e política.

Estas considerações são fundamentais ao nos transpormos para o contexto histórico concreto do capitalismo da primeira metade do século XX, sobre o qual teorizaram os três autores que propomos debater. Contexto este em que o próprio Estado tende a adquirir novas funções que não de corresponder a uma nova etapa histórica. É justamente a isso que Hilferding, Lênin e outros autores marxistas se referem quando dissertam sobre a mudança de atitude da burguesia que corresponde às transformações que dariam origem a uma nova fase do capitalismo no início daquele século: o surgimento de grandes cartéis e oligopólios, a fusão do capital bancário e industrial – o capital financeiro, a divisão do mundo em áreas de influência entre as principais potências industriais, entre outros elementos. Neste contexto, haveria um estreitamento da relação entre a classe capitalista e o Estado Nacional no que diz respeito tanto à política interna como à política externa. Seja na política tarifária, no apoio estatal a setores específicos, na política diante da classe trabalhadora, na política dirigida às colônias e/ou países atrasados etc., os Estados Nacionais passariam a ter um papel cada vez mais fundamental tanto em auxiliar a acumulação do capital, como na busca da criação de condições de legitimidade para a vida social do capitalismo dominado pelos oligopólios.

Por outro lado, a tendência à maior “politização” da vida econômica que permeia a primeira metade do século XX implicou em formas heterogêneas – e muitas vezes problemáticas – de relação entre burguesia e Estado. A tendência a um “capitalismo organizado”, nas palavras de Hilferding, trazida pela concentração do capital em grandes monopólios e pela trustificação, não impede de forma alguma a eclosão de graves crises econômicas e nem de conflitos importantes entre setores e frações da classe capitalista, sem contar as diferentes e contraditórias estratégias em pauta de como se lidar com o movimento operário organizado.

Esta nova realidade do capitalismo do século XX certamente balizou as diferentes apreciações e proposições que aparecem em Schumpeter, Keynes e Hayek. Nossa pretensão não será a de realizar uma efetiva crítica do pensamento dos autores, o que nos exigiria muito mais do que podemos neste trabalho. O que nos propomos é simplesmente efetuar uma contraposição às abordagens dos autores, situando certos problemas e limites em cada uma delas. Ao mesmo tempo, ao produzirmos tal contraposição, nossa hipótese é de que mesmo que sejam inegáveis as particularidades e diferenças das contribuições dos três autores, é possível estabelecermos importantes pontos de contato entre eles. Mais precisamente, nossa hipótese é de que ao contrapormos suas visões de capitalismo com a ideia de uma totalidade social e histórica tal qual apresentamos mais acima, é possível esboçarmos os limites comuns das visões do “econômico” e do “político” por eles esposadas.

a) Influências formativas da visão de Schumpeter

a.1) “O homem de três almas”?

Robert Heilbroner⁴ num texto sobre Marx, Keynes e Schumpeter nos oferece uma primeira aproximação adequada para nosso propósito nesta seção. O economista estadunidense chama atenção para o fato de que nestes três autores, suas respectivas visões sobre economia política e sociedade antecedem e informam sua teorização analítica. Marx fez de sua crítica à economia política um instrumento de luta revolucionária contra o capitalismo. Keynes diagnosticou tendências estagnantes no capitalismo que exigiam a intervenção do Estado de forma a evitar tanto o aprofundamento de crises econômicas como a eclosão de convulsões sociais. Em outras palavras, é possível creditar a Marx uma visão socialista/revolucionária e a Keynes uma postura burguesa/reformista.

Quando analisamos Schumpeter, entretanto, afirma Heilbroner que devemos levar em conta a maior dificuldade de rotulá-lo de forma inequívoca. E de fato, como veremos, suas influências tanto politicoideológicas como teóricas tornam a caracterização de sua visão mais matizada e menos evidente. É nítido, portanto, o ecletismo que caracteriza as influências formativas de Schumpeter. A apreensão desta característica é fundamental para compormos sua visão. Pois é justamente a partir destas influências distintas e mesmo contraditórias que podemos captar a idiossincrasia de Schumpeter no pensamento social. Tanto a sua originalidade como as tensões de seu pensamento residem em grande parte na tentativa de juntar teoricamente fontes tão heterogêneas.

Em 1919, quando o autor fora ministro austríaco, um jornal o classificou como “(...) *um homem de três almas: conservador, liberal e socialista*”⁵. Pensamos que com as devidas qualificações que faremos a seguir, tal analogia das “três almas” pode nos ser útil como exercício

⁴ HEILBRONER, R.L. Economics and Political Economy: Marx, Keynes, and Schumpeter. In: WOOD, J. C. (org.) *Joseph A. Schumpeter: Critical Assessments*. Londres: Routledge, 1991. 4 v.

⁵ SWEDBERG, R. Joseph Schumpeter: a biographical profile. In: SCHUMPETER, J. A. *The economics and sociology of capitalism*. Ensaios de Joseph Schumpeter editados por Richard Swedberg. Princeton: Princeton Univ., 1991, p.15

explicativo. Mas como tentaremos mostrar, por trás do suposto comportamento camaleônico de Schumpeter, é possível apreender um determinado perfil relativamente definido e coerente.

Primeiramente, há de se situar o ecletismo de Schumpeter em suas origens familiares e na própria situação peculiar de seu país natal, a Áustria. Nascido em 1883, batizado no catolicismo, Schumpeter era filho único de um empresário do setor de roupas cuja família tinha remota ascendência aristocrática. Morto o pai quando Schumpeter era ainda pequena criança, em 1887, sua mãe se casaria novamente com um nobre marechal do Exército, filho de um alto dignatário da corte⁶.

Soma-se às suas origens ecléticas em parte burguesas e em parte aristocráticas o próprio ambiente conturbado e complexo do Império Austro-Húngaro Natal em que Schumpeter viveu sua juventude. De um lado situava-se o conservadorismo e as pretensões imperiais da dinastia dos Habsburgos que buscava governar uma vasta região permeada por distintas nacionalidades que postulavam sua autonomia. Mesmo premido pelas pretensões germânicas – que encontrava inclusive forte apoio em parte da população dirigida pelos Habsburgos - e pela Rússia, tal Império manter-se-ia até o desenlace da Primeira Guerra Mundial.

Ao mesmo tempo, a Áustria vivia desde a metade do século XIX um desenvolvimento tipicamente capitalista com a consequente ascensão de uma burguesia nativa. Entretanto, tal desenvolvimento tardio do capitalismo austríaco não lograra os mesmos resultados promissores do igualmente tardio capitalismo alemão. Os interesses particulares dos Habsburgos e a complexidade da administração do vasto império obstaculizaram algo semelhante a uma “via prussiana” na Áustria, fazendo com que a renda do país crescesse num ritmo bem menor do que na Alemanha na segunda metade do século XIX (MARZ, p. 50). Tal atraso austríaco diante de outras potências ocidentais não deixaria de ser notado no debate econômico da época.

Por outro lado, o atraso do capitalismo austríaco não impediu o surgimento de um forte movimento operário.⁷ Durante o período em que Schumpeter viveu na Áustria, à liderança deste movimento estava a corrente “austro-marxista”, cujos expoentes foram Bauer e Hilferding e cujas posições políticas penderam paulatinamente para uma social democracia reformista no início do século XX. Se a posição relativa do capitalismo austríaco era débil frente às demais potências,

⁶ SWEDBERG, R. *Schumpeter: a biography*. Princeton: Princeton Univ., 1991b, p. 8

⁷ Mesmo antes do surgimento de um efetivo desenvolvimento do movimento operário, Marx e Engels haviam se impressionado com a força do movimento que a população pobre de Viena protagonizara no revolucionário ano de 1848. MARZ, E. *Joseph Schumpeter: Scholar, Teacher and Politician*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1991, p.42

por outro lado a liderança “austro-marxista” tinha um significativo peso político e teórico nos rumos da Segunda Internacional.⁸

Neste contexto, diferentes formas de antagonismo emergiam. Certos conflitos punham a coroa e a nobreza de um lado e a burguesia de outro – ou ao menos certos setores da burguesia. Outros conflitos opunham estes todos ao movimento operário. Tudo isto sem contar o delicado problema das nacionalidades já mencionado. Tal conjuntura era propícia para que passado, presente e futuro estivessem combinados de forma tensa e explosiva. Ou seja, coabitavam e disputavam os rumos do país as forças atávicas ligadas ao Estado imperial, uma burguesia que capitaneava o desenvolvimento capitalista e um forte movimento operário que, mesmo abandonando a perspectiva revolucionária, apontava para um futuro de transformações sociais e que ganharia peso decisivo no país ao final da Primeira Guerra.

Tais considerações são fundamentais para ilustrarmos a ideia do “homem de três almas”. Indubitavelmente, há resquícios do mais puro conservadorismo no pensamento de Schumpeter. Há um evidente saudosismo do mundo feudal e aristocrático que perpassa suas opiniões políticas e que também resvala em sua visão sociológica. A importância da hierarquia social e da força de liderança de uma elite articulada e capaz ecoa por várias passagens de sua vasta obra. Justamente a ausência destes fatores entre a burguesia seria um dos motivos de sua tênue capacidade de sustentação política quando comparada com a nobreza.

Por outro lado, é inegável que existe sim o Schumpeter liberal que viu a potencialidade quase que inesgotável do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas motivadas por inovações impetradas por um arrojado grupo de empresários/empreendedores. Ademais, Schumpeter identificava a sociedade burguesa capitalista não apenas como a responsável por um fantástico progresso econômico, como também por um notável progresso civilizatório, científico e cultural. O fato de que Schumpeter via na evolução política da sociedade terríveis ameaças para o futuro do capitalismo não o impedia de forma alguma de promover a apologia dos avanços promovidos pela livre iniciativa econômica burguesa.

E há, por fim, o Schumpeter “socialista”. As aspas aqui são evidentes. É fato que no pós-Primeira Guerra ele se aproximou por um breve período da socialdemocracia austríaca. É inegável também que do ponto vista teórico Schumpeter incorporou parte do arcabouço teórico

⁸ Isto pode ser atestado pelo peso da contribuição de Rudolf Hilferding com a sua obra “Capital Financeiro”, de 1910, ou com a clássica análise de inspiração marxista de Otto Bauer sobre o problema das nacionalidades.

de Marx e dos marxistas na construção de seu próprio pensamento. Entretanto, como buscaremos mostrar, isto não implica que houve de sua parte qualquer simpatia política para com o socialismo ou mesmo para um reformismo estrito social democrata.

De toda forma, persiste a questão: Até que ponto a metáfora das “três almas” permite uma apreensão fidedigna das inclinações políticas de Schumpeter? A melhor maneira de responder tal questão é investigarmos brevemente a maneira pela qual o autor se comportou quando chamado à participação efetiva na vida política em três momentos-chave.

Primeiramente, nos anos de 1916 e 17, Schumpeter foi conselheiro do Imperador. Sua atuação no período se pautou pela oposição às pressões alemãs pelo estabelecimento de um tratado de livre-comércio. Em meio às complicações da Primeira Guerra Mundial, os temores de Schumpeter eram devidos não apenas ao risco de que a Áustria sofresse uma espécie de colonização tendo em vista a irresistível concorrência industrial alemã, mas também que o próprio país e seu império pudessem sucumbir. *“Apenas imagine (...) o que tudo isso significa: uma Europa Central Prussiana-Luterana-Militarista com uma atitude diante do resto do mundo semelhante a uma besta rapinadora exibindo seus dentes. A Áustria que conhecemos e amamos deixaria de existir.”* (SCHUMPETER apud SWEDBERG, 1991b, p. 50).

A única forma que Schumpeter vislumbrava de contraposição às pressões pelo tratado era através da liderança de um homem com nome histórico e apoiado por todo o topo da aristocracia. Apenas depois de tal liderança formular um programa de defesa da soberania nacional coesionando os aristocratas em torno de si, seria recomendável apresentar a questão ao parlamento e a partir deste, à opinião pública.⁹ Vale notar que por trás desta fórmula, através da qual Schumpeter desejava organizar o país contra as pretensões alemãs, aparecia sua visão de Parlamento à época: o modelo seguido não deveria ceder às pressões democratizantes pleiteadas pela socialdemocracia, mas sim deveria consistir numa espécie de democracia aristocrática, inspirada na experiência dos conservadores ingleses: *“é claro como é importante (...) controlar a imprensa, em ter uma cooperação leal e íntima com o aparato de Estado (...) em uma palavra, (...) a técnica da vida pública que a Inglaterra desenvolveu na sua absoluta perfeição (...) a técnica da democracia tory.”* (SCHUMPETER apud Ibidem, p.52).

Coerente com tais ideias, Schumpeter sugeriu também em memorandos a criação de um forte partido conservador, também ele liderado por figuras eminentes da aristocracia. Tal partido

⁹ Ibidem, p.51

teria a missão de reagrupar setores tipicamente conservadores da sociedade como os proprietários de terra, os camponeses e parcela dos industriais. Além de resgatar a força nacional da Áustria, o programa de tal partido consistia em recuperar sua força financeira através do corte nos gastos sociais, ao passo que a indústria seria encorajada com baixos impostos e outros estímulos. Mas o fato é que tais propostas tiveram pouco eco junto ao Imperador, posto que o Império estava em vias de ser desmembrado em função da derrota na guerra, tornando a querela tarifária com a Alemanha algo secundário naquele momento. Com o fim da guerra e o caos social que afetou principalmente os países derrotados e sujeitos às reparações e restrições, novos problemas surgiam.

É justamente nesse novo contexto do imediato pós-guerra que se dá o segundo evento importante na vida política de Schumpeter. Ele fora convidado por Hilferding, em 1919, a participar, na Alemanha, de uma comissão sobre socializações¹⁰ da indústria criada, pelo novo governo socialdemocrata do país e presidida pelo famoso dirigente da Segunda Internacional Karl Kautsky. Formada por sindicalistas, dirigentes socialdemocratas e economistas tal comissão deveria discutir a proposta imediata de socialização da indústria carbonífera, mas também apontar diretrizes e recomendações acerca do caráter e da extensão de outras possíveis socializações.

Curiosamente, no interior da Comissão, Schumpeter tomaria partido dos setores mais à esquerda, que se posicionavam pela imediata socialização do setor carbonífero contra um setor mais liberal da comissão que defendia que naquele momento que as forças de mercado deveriam continuar jogando seu papel. Posto que Schumpeter era notoriamente conhecido pela sua oposição pessoal a qualquer forma de nacionalização ou socialização da propriedade privada, ele foi instado sobre a sua posição aparentemente contraditória na comissão. As respostas de Schumpeter diante de tais questionamentos, como veremos mais à frente, são elucidativas para compreendermos certos aspectos de sua visão dos rumos da sociedade capitalista: *“Eu não sei se o Socialismo é ou não uma possibilidade prática, mas estou convencido de que ele é impossível se não for aplicado integralmente”* (Ibidem, p. 56). Numa outra ocasião, discorrendo sobre o mesmo assunto, ele afirmaria que *“se alguém comete suicídio, é bom ter um médico próximo”* (SWEDBERG, 1991, p.14)

¹⁰ Tal comissão utiliza a palavra socialização e não nacionalização, por acreditar que não deveria haver um incremento da burocratização da indústria em função de um pleno controle estatal. Assim, a ideia de socialização era preferida, pois denotava a preferência por uma situação em que os novos administradores deveriam ter autonomia gerencial e em que os direitos dos trabalhadores fossem respeitados.

O fato é que independentemente da ambiguidade de Schumpeter quanto às posições da esquerda, durante o pós-guerra houve sim um estreitamento de suas relações com a socialdemocracia. Ainda em 1919, Schumpeter seria indicado por Otto Bauer para ser o ministro das finanças no novo governo austríaco, formado por uma coalizão de governo liderada pelos socialdemocratas e secundada pelos católicos. Na mesma época, Schumpeter havia acabado de publicar um texto intitulado “*The Crisis of Tax State*”¹¹. Uma importante ideia do texto era de que na imediata situação do pós-guerra “*A hora do socialismo ainda não chegou... De toda forma a hora irá chegar*” (Ibidem, p. 131). Tal era justamente a perspectiva do “austromarxismo” e isso em parte explica a aproximação que se buscava com Schumpeter. Mesmo que os primeiros defendessem uma evolução lenta ao socialismo, e que o último apenas o previsse como algo inevitável sem defender a causa, haveria sem dúvida uma ponte que ligava a ambos. Mas o fato é que Schumpeter assumiu o cargo em meio à profundas dificuldades. A população passava fome, a inflação ascendia e o país começava a sofrer com as consequências das dívidas e reparações de guerra. A agitação social se agudizava e na Hungria e Bavária os comunistas chegaram momentaneamente a tomar o poder.

Para resgatar as finanças austríacas, Schumpeter preteriu a proposta de uma forte taxaço sobre o capital – que ele havia acordado anteriormente com os socialdemocratas – e sugeriu uma política de atração de investimentos estrangeiros. Schumpeter via esta como a única maneira de, ao mesmo tempo, normalizar as relações com as potências estrangeiras e permitir um fôlego para uma retomada do crescimento e desenvolvimento econômico do país. Mas este acabou por ser seu primeiro choque com o governo, que buscava através da taxaço do capital dar uma resposta classista à insatisfação social corrente. Em seguida, dois outros fatores contribuíram para sua queda. Schumpeter, fiel à sua opinião de quando aconselhava o Império, se opôs à política defendida por Bauer e outros de aproximação com a Alemanha agora dirigida pela social democracia. Além disso, ele foi acusado de sonegar uma informação importante ao governo: o fato de que várias ações de uma companhia mineradora que o governo pretendia socializar haviam sido compradas pela empresa italiana Fiat, dificultando assim o processo. (SWEDBERG, 1991b, p.62)

¹¹ SCHUMPETER, J. A. The crisis of the Tax State. In: SCHUMPETER, J. A. *The economics and sociology of capitalism*. Ensaios de Joseph Schumpeter editados por Richard Swedberg. Imprensa Princeton: Princeton Univ., 1991b

Assim, sete meses depois de empossado, Schumpeter seria demitido, episódio que marcaria o fim de sua participação efetiva na política prática. Para além de uma experiência fracassada como presidente de um banco, ele concentraria o restante de sua vida nas atividades acadêmicas, indo lecionar nos EUA, em Harvard, a partir de 1932, após um breve período trabalhando como professor na Alemanha. A política sempre fora uma das paixões de Schumpeter, mas seus biógrafos não deixaram de questionar seu êxito em tal campo.¹²

O quadro traçado acima permite retomarmos de forma mais definida o perfil do autor. Nossa hipótese é de que as ambiguidades e contradições presentes nas atitudes e opiniões de Schumpeter quando defrontado com os desafios práticos do mundo político não podem ser reduzidas à ideia de um “homem de três almas”. Pois esta última definição, em si mesma, sugeriria meramente que Schumpeter agia de forma oportunística, buscando tirar proveito de cada situação com diferentes aliados políticos.¹³ Entretanto, para além da justeza ou não de tal julgamento, tratar-se ia a nosso ver de uma pobre e incompleta compreensão do autor. Pois o que nos interessa de fato é indicar como, em Schumpeter, havia uma profunda tensão temporal. Noutras palavras, sugerimos que suas oscilações políticas refletiam em última instância a forma pela qual o autor abordava a questão do passado, do presente e do futuro.

O que se pode chamar de conservadorismo de Schumpeter tem diretamente a ver com a forma pela qual ele via o passado. Diante das turbulências políticas em que viveu, marcada por guerras, crises, transformações e revoluções, ele via nas forças atávicas um sustentáculo da ordem e da liderança. Muito mais do que a burguesia, seria a nobreza, de origem pré-capitalista por excelência, a classe que teria a habilidade, a legitimidade e a capacidade para conduzir a sociedade diante da delicada conjuntura em que viveu. É assim que devemos entender sua tentativa de forjar um partido conservador na Áustria, liderado pela aristocracia durante a guerra, partido que deveria ter a missão de resgatar a força do Império, então em decadência.

Ao mesmo tempo, se Schumpeter buscava no passado as forças sociais capazes de dirigir a política em meio ao caos imperante, ele jamais poderia ser alinhado com um conservadorismo convencional, inimigo do progresso e da modernização capitalista. É por isso que tanto quando fora Conselheiro do Império como quando fora Ministro de Estado no governo socialdemocrata, sua preocupação com o desenvolvimento industrial austríaco era patente. O atraso econômico da

¹² “*Era Schumpeter um político habilidoso? A resposta deve ser não. Ele geralmente apoiou causas perdidas e tendeu a julgar as situações de forma equivocada*” (Ibidem, p. 64)

¹³ Aliás, foi justamente este o objetivo do jornal austríaco que mencionamos.

Áustria, que para Schumpeter em grande parte se devia à ausência de uma classe empresarial significativa, era sem dúvida alvo de suas preocupações. A própria teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter seria em parte tributária desta situação. O que aqui dizemos é que a constatação da fragilidade dos empreendedores austríacos em conjunto com uma situação de retardo econômico relativo do país influenciaria Schumpeter em sua teorização sobre a relação entre desenvolvimento capitalismo e atividade empresarial. Deste modo, é possível dizer que para ele se a política deveria ser conduzida preferencialmente de maneira conservadora, de forma alguma ela poderia opor obstáculos para a livre iniciativa econômica, que deveria ser a responsável última da evolução econômica. E é justamente desse ponto de vista que vislumbramos o Schumpeter “liberal”.

Por fim, o aparente paradoxo de suas relações com a socialdemocracia alemã e austríaca deve ser apreendido em relação à sua visão de futuro. O fato é que a partir do fim da Primeira Guerra Mundial, Schumpeter teria uma convicção crescente de que o futuro pertencia ao socialismo - ou pelo menos à sua concepção própria do que viria a ser o socialismo. Ao mesmo tempo, a ulterior evolução histórica lhe mostraria que a viabilidade de alternativas aristocráticas de poder eram cada vez menos plausíveis, ao mesmo tempo em que a burguesia não se mostraria à altura de uma liderança social satisfatória, por motivos que ficarão mais claros ao longo de nossa exposição. A aproximação dele com a esquerda não pode ser creditada a um charlatanismo político de ocasião e em certo sentido a sua frase de que *“se alguém comete suicídio, é bom ter um médico próximo”* é sim coerente com suas opiniões. Pois afinal, se se tratasse de um mero casuísmo oportunista, o natural seria vermos Schumpeter cada vez mais afinado com a esquerda com o passar do tempo, na medida em que sua certeza da vitória do Socialismo foi cada vez mais cristalina até o fim de sua vida. Entretanto, sua proximidade com os socialdemocratas se resumiu à efêmera experiência da Comissão de Socializações, e o socialismo enquanto tal foi algo que Schumpeter sempre repudiou. Assim, o que pode ser chamado com certa licença terminológica de o Schumpeter “socialista” seria então o conformismo do autor perante a inelutável ascensão de tal sistema social, mas jamais o seu endosso ideológico.

O fato inescapável que emana de tudo isso é que Schumpeter foi um homem que viu suas íntimas convicções serem crescentemente derrotadas pelo desenrolar histórico. Sua retirada da cena política e sua posterior dedicação exclusiva à teoria e à Academia não se devem apenas às suas malogradas experiências, mas também ao fato de que para ele, a margem de manobra para

conciliar suas perspectivas políticas com o mundo real foi se tornando cada vez mais estreita. E isto está diretamente ligado ao pessimismo que irá permear as análises de Schumpeter acerca do futuro do capitalismo e de sua civilização.

A própria polêmica em torno das supostas relações de Schumpeter com o nazifascismo deve ser analisada à luz das considerações acima. É fato que Schumpeter teve opiniões antisemitas ao longo de sua vida (SWEDBERG, 1991b, p. 150). É verdade também que se incomodou certas vezes com a forma com que a imprensa estadunidense se referia a Hitler. Sua esposa, Elizabeth, fora perseguida por tecer elogios ao Japão, que se alinhava a Hitler e Mussolini. Às vésperas da eclosão da guerra, Schumpeter também disse publicamente que uma vitória da Alemanha sobre a URSS na Segunda Guerra traria consequências menos desastrosas para a sobrevivência da ordem capitalista mundial e, por isso, preferia Hitler a Stálin¹⁴.

Todavia, seria incorreto daí derivar daí a ideia de um Schumpeter fascista ou nazista. Como vimos, ao contrário de muitos de seus compatriotas austríacos, a ideia de um pangermanismo fora rechaçada por ele durante a primeira guerra e tal posição não mudaria com a proximidade da segunda. Mais ainda, como afirma Swedberg, “*Schumpeter desprezava os nazistas austríacos e ficou muito preocupado com a anexação da Áustria à Alemanha em 1938 (o Anschluss)*” (SWEDBERG, 1991b, p. 147). Uma análise mais atenta de Schumpeter certamente mostrará que o nazifascismo nada tinha ver com seus desejos e com seu olhar sobre o mundo. Ele por certo tinha seus arroubos conservadores e nacionalistas, mas a sua moral se inclinava mais para o que ele mesmo chamava de “conservantismo cultivado”, em que se misturavam valores aristocráticos e uma admiração pelos feitos da cultura burguesa do século XIX até a eclosão da Primeira Guerra, a partir de quando tudo parecia ruir.¹⁵ O irracionalismo e o repúdio de toda a cultura da modernidade presentes no nazifascismo eram totalmente estranhos a Schumpeter. Sua identificação política fundamental, como mencionamos, era com o partido conservador “tory” inglês. Inclusive durante a Segunda Guerra foi nítido o posicionamento de Schumpeter em favor da Inglaterra.

Portanto, quando Schumpeter declarou sua preferência por uma vitória da Alemanha Nazi sobre a URSS, tratava-se menos de uma simpatia efetiva por Hitler do que uma opção daquilo

¹⁴Swedberg, 1991, p.22

¹⁵ A ideia de um declínio dos valores no pós-Primeira guerra é clara em Schumpeter: “*Todos os padrões foram rebaixados em tudo, na arte – (...) dadaísmo e os excessos expressionistas – inclusive a moral sexual, até as regras de comportamento civilizado na vida privada.*” (SCHUMPETER apud SWEDBERG, 1991b, 146).

que julgava ser um mal menor. Diga-se de passagem que esta certamente era a posição – declarada ou não – de muitos conservadores e mesmo de liberais europeus. A preferência de Schumpeter era na verdade algo forçado pelas circunstâncias objetivas de queda daquilo que antes fora seu modelo de civilização. É por isso que, durante a Segunda Guerra e próximo já de sua morte (que ocorreria em 1950), isolado e distante das dramáticas batalhas em curso, ele diria que “*Não existe mais o meu mundo. Eu sou um estranho para os mortais e seus feitos*” (SWEDBERG, 1991b, 141)

a.2) “Entre o marxismo e o marginalismo”

Vimos no tópico anterior a necessidade de apreender as heterogêneas forças sociais que influenciaram Schumpeter na sua breve vida de político prático para melhor compreendermos as inclinações do autor. Na presente seção, ao sermos confrontados com as influências teóricas que embasam sua análise, veremos que de certa forma a mesma situação se repete. Schumpeter incorpora diferentes escolas do pensamento econômico e social. Discorreremos sobre isso nesta seção e buscaremos indicar o sentido do seu ecletismo teórico.

Em sua *História da Análise Econômica* Schumpeter traz considerações importantes que nos ajudam a problematizar a questão. Para ele, é bastante útil a analogia entre a teoria e uma “caixa de instrumentos”¹⁶. Ao longo dos três extensos volumes da obra, Schumpeter dedicou-se menos a descrever a história do pensamento econômico em si do que mostrar o desenvolvimento de determinados conceitos e instrumentos teóricos da economia. Tal opção é justificada por ele com o argumento de que o mais relevante não seria tanto compreender as raízes do embate de diferentes correntes, mas sim mostrar que a despeito das divergências, sempre existirá um verdadeiro progresso analítico. Mesmo escolas de pensamento que se mostraram globalmente equivocadas teriam trazidos aportes importantes para a ciência econômica.

Por isso, o acento tônico sobre as querelas e brigas intermináveis que permeiam a história da Economia seria para Schumpeter um caminho menos interessante e pouco frutífero. O avanço da ciência enquanto tal não apenas era contínuo e plausível, como também era tributário de

¹⁶ SCHUMPETER, J. A. *História da Análise Econômica*. Rio de Janeiro: Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil: Fundo de Cultura, 1964. 3v. Vol.1, p.47

matrizes rivais e mesmo opostas. A filiação hermética a uma determinada concepção de economia seria um limite para o verdadeiro conhecimento. O que podemos depreender disso é que ele se pautava por um pragmatismo teórico¹⁷. Para cada problema concreto com o qual a ciência se defrontava, haveriam instrumentos mais adequados a serem utilizados.

Tais considerações nos permitem adentrar nas influências que ajudaram a moldar o pensamento econômico de Schumpeter. Tom Bottomore utilizou como subtítulo de seu livro sobre Schumpeter a pertinente frase “*Entre o marginalismo e marxismo*”¹⁸. É inegável que Walras – considerado o maior dos economistas para Schumpeter - e sua teoria do equilíbrio geral eram profundamente admirados por ele. A influência sobre ele da escola de economistas de sua Áustria Natal, principalmente de Wieser e Bohm-Bawerk também seria patente. Tais influências tornaram Schumpeter um adepto da visão que atribuía o valor econômico à utilidade marginal. O marginalismo seria para ele superior às abordagens baseadas no valor trabalho e/ou nos custos de produção. Tal teoria subjetiva do valor teria diversas vantagens para Schumpeter. Ela seria mais simples e não dependeria das construções auxiliares presentes na teoria do valor do trabalho, como por exemplo, a distinção que Marx faz entre um valor das mercadorias dependente da sua quantidade de trabalho e os preços de produção, que dependem das condições objetivas da concorrência e da tendência à equalização dos lucros (MARZ, p. 133).

Entretanto, esta admiração que Schumpeter sentia pelos expoentes do marginalismo não o impediria de se contrapor frontalmente a seus mestres. Sua teoria do desenvolvimento econômico se insurgia contra os limites do equilíbrio walrasiano que ele pensava ser estático e incapaz de dar conta dos fenômenos mais relevantes da dinâmica capitalista. Também Bohm Bawerk seria alvo de crítica da parte de Schumpeter. Para o último, diferentemente de Bohm Bawerk, a ocorrência dos juros não poderia ser meramente atribuída à existência de uma “preferência temporal positiva” e só poderiam surgir como um fenômeno permanente e relevante a partir da ruptura do equilíbrio do fluxo circular estático.

¹⁷ “Schumpeter define uma epistemologia instrumentalista para a economia teórica. É neste sentido que podemos dizer que ele, enquanto economista, é um instrumentalista. As teorias são meros instrumentos que não são falsos, nem verdadeiros; são apenas e tão-somente úteis ou inúteis, eficientes ou não eficientes”. SILVA, M. F. G. A Epistemologia da Economia Teórica em Schumpeter. In: *Revista de Economia Política*, vol. 22, nº 1 (85), janeiro-março/2002, p. 128

¹⁸ BOTTOMORE, T. *Between marginalism and Marxism: the economic sociology of J. A. Schumpeter*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1992

E é justamente no que diz respeito à questão da dinâmica de capitalismo que Schumpeter estabelece um diálogo com Marx. Se por um lado ele rechaça veementemente a teoria do valor marxiana – e consequentemente a sua teoria da exploração e da mais valia -, por outro lado ele se declara um franco admirador de sua visão evolutiva¹⁹ do capitalismo. A ideia presente em Marx de que o capitalismo seria um sistema de incessantes transformações na produção, onde a mudança tecnológica era um dado essencial era cara a Schumpeter. Marx teria intuído que o processo de acumulação de capital fomentava aquilo que Schumpeter chamaria de “destruição criativa” engendrando um processo de concentração da produção que punha em xeque as bases do capitalismo competitivo. (HEA, vol. 2, 76)

Tal comportamento singular de Schumpeter, propenso a absorver uma ampla gama de influências, certamente refletia a sua insatisfação com as explicações dos economistas do seu meio de origem acerca do capitalismo. Isso era patente na maneira em que ele pensava o estatuto da Economia e de sua relação com outras ciências. Ele acompanhara as consequências do chamado *Methodenstreit* ou “batalha de métodos” no final do século XIX. Tal embate havia contraposto de um lado economistas austríacos, liderados por Carl Menger, e representantes da escola histórica alemã, capitaneados por Gustav Von Schmoller. O cerne das divergências versava sobre a possibilidade de uma apreensão dos problemas sociais de forma estritamente teórica, tal qual Menger postulava, e a opinião oposta de Schmoller, que valorizava o papel do estudo histórico.

O sociólogo Max Weber – cuja influência sobre Schumpeter foi fundamental em vários aspectos - seria um crítico tanto dos pressupostos como das consequências do *Methodenstreit*. Weber era radicalmente contrário à transformação da economia em dois campos separados, ou seja, em uma ala mais “teórica” e outra mais “histórica”. O seu próprio conceito de “tipo ideal” - que consistia em acentuar analiticamente certos aspectos da realidade, mas ao mesmo tempo provê-los com forte pesquisa histórica - em grande medida era uma tentativa de solução para a lacuna aparentemente intransponível entre as duas visões conflitantes do *Methodenstreit* (SWEDBERG, 1991b, 83). Além disso, Weber sugeria a constituição daquilo que chamava de *sozialekonomik*, em português, “Economia Social”. Tratar-se-ia de uma ciência econômica de amplo escopo que incorporaria as contribuições estritas da teoria econômica, mas também da história econômica e da sociologia econômica.

¹⁹ “Marx é um evolucionista num sentido que nenhuma teoria o foi” (SCHUMPETER, 1964, vol.2, p. 23)

Schumpeter foi um grande entusiasta da ideia de uma “Economia Social”²⁰ e, de certa forma, ele fora inclusive além de Weber na medida em que propunha uma integração ainda mais acentuada que o último entre os distintos ramos científicos²¹. Dentro da “Economia Social” schumpeteriana, nenhum método deveria imperar de forma absoluta. “*Em alguns problemas de sociologia ou da vida política, não temos escolha a não ser partir da totalidade social. Em outros casos como o fenômeno do mercado (...) não existe outra escolha fora começar pelo individual*” (SCHUMPETER apud SILVA, p. 17). Ele se separava, portanto, de outros economistas por seu pluralismo metodológico e sua noção de “Economia Social”. E mesmo quando se pautava pelo individualismo metodológico, ele construía sua análise com contornos muitas vezes distintos da economia convencional em que fora originalmente formado. Sua teorização sobre o empreendedor, por exemplo, mesmo que partisse do indivíduo, não era baseada no suposto de um sujeito atomizado e único tal como na abordagem neoclássica e marginalista mais convencional. Aqui, mais uma vez, a influência de Weber é clara, pois no caso, o empreendedor é um determinado tipo social, cujas ações são informadas por hábitos, costumes e uma dada cultura dentro de determinado quadro histórico e institucional²². É justamente essa preocupação tipicamente weberiana em apreender o sentido das ações individuais – que não poderiam ser reduzidas sempre ao hedonismo - que fazia com que Schumpeter fosse crítico ao utilitarismo como método de conhecimento. Mesmo que Schumpeter reconhecesse que o utilitarismo havia favorecido avanços na teoria econômica, seu uso sociológico era, em geral, completamente equivocado²³. E no caso específico de sua análise do papel do empresário, é patente também a influência que Schumpeter recebe de Werner Sombart. Mais precisamente, Schumpeter acompanhará Sombart na descrição dos motivos, intenções e valores dos empresários, fator que será decisivo para sua apreensão própria do que era o espírito da civilização capitalista²⁴.

A forma pela qual Schumpeter buscava interpretar a história e a sociedade de maneira mais ampla era também, sem dúvida, influenciada por Marx. A busca por uma “Economia Social” para ele - e também para Weber – certamente refletia a influência do materialismo histórico. Marx,

²⁰ Sua mais completa exposição do assunto está em Schumpeter, 1961, vol.1, pp. 43-44.

²¹ Swedberg, 1991b, p. 84

²² MARTES, A. C. B. Weber e Schumpeter: A ação econômica do empreendedor. In: *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº 2 (118), pp. 254-270, abril-junho/2010, p. 256.

²³ Schumpeter, 1964, vol.2, p. 75

²⁴ Cf., em especial, SOMBART, W. *El burguês: contribucion a la historia económico de lhombre moderno*. Madrid: Alianza, 1977 e também SOMBART, W. *El apogeu del capitalismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1946

juntamente com Vico e Galton, fora um dos maiores cientistas sociais de todos os tempos para Schumpeter²⁵. Caberia a Marx o mérito e o pioneirismo de perceber que a teoria econômica pode se transformar em análise histórica e a narrativa histórica pode se transformar em história racionalizada²⁶. Mas o fato é que Schumpeter – também aqui fiel ao seu pluralismo e ecletismo - em parte incorporava, mas em parte também rechaçava a interpretação marxiana. Como veremos mais à frente, ele tentou formular uma espécie de “materialismo histórico” próprio, bem como uma teoria das classes sociais, que se inspiravam, ao mesmo passo que destoavam de Marx.

Por fim, o que nos indica o painel traçado das influências formativas e da postura teórica e metodológica de Schumpeter? O próprio Schumpeter justificava a utilização das contribuições de distintos autores e correntes com o argumento de que assim se produziria uma ciência mais enriquecida do que com as disputas políticas e ideológicas que sempre permearam o pensamento social. Também como Weber, ele acreditava que neutralidade da ciência era o caminho adequado para se evitar os erros oriundos de acalorados partidarismos científicos.

Mas, ao mesmo tempo, o próprio conceito de visão que Schumpeter estabelece em sua História da Análise Econômica sugere que o “*esforço analítico é necessariamente precedido por um ato pré-analítico cognitivo.*” (SCHUMPETER, vol.1, 1964, p. 68). Se Schumpeter está correto neste ponto – e pensamos que sim – é forçoso afirmar que as escolhas teóricas do autor não eram sempre apenas escolhas aleatórias em função de maior eficiência de determinada “caixa de instrumentos”, mas também eram informadas por seu “ato pré-analítico cognitivo”, ou seja, por sua concepção de mundo. De que forma? Esperamos que essa pergunta seja de alguma forma respondida nas próximas seções. De imediato, o que já podemos sugerir é que há, de certa maneira, um paralelismo entre o ecletismo e as tensões teóricas de Schumpeter com a forma pela qual ele se postava diante do período conturbado da primeira metade do século. A sua busca por novos instrumentos teóricos e analíticos refletia o fato de que ele pretendia ir além do marginalismo, buscando inclusive unir a ciência econômica a outras ciências e sua tentativa de formular uma “Economia Social”. Pois para Schumpeter, a dinâmica das intensas transformações em curso só poderia ser compreendida através de uma análise social e econômica mais rica e ampla do que aquela oferecida pela maioria dos economistas com que convivera. Noutras palavras, para Schumpeter não era legítimo abraçar todos os pressupostos a-históricos e

²⁵ Ibidem, vol.3, p.54

²⁶ SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 166

naturalizantes da tradição marginalista. O economista que cultivara o “conservantismo cultivado” e as promessas da civilização burguesa, mas que ao mesmo tempo via o seu mundo desabar, necessitou incorporar ao seu pensamento uma enorme reflexão acerca do passado, do presente e do futuro – para ele nebuloso - do capitalismo. É sintomático, portanto, que ele considerasse a História Econômica a disciplina mais importante em sua “Economia Social”. É por isso também que ele buscou em parte incorporar Marx, mas também, noutro lado, refutá-lo para tentar criar sua própria interpretação da história.

b) A Economia e a Política em Schumpeter

b.1) A esfera econômica e o mercado em Schumpeter

b.1.1) O desenvolvimento capitalista como atividade empresarial

Nossa exposição a seguir buscará destacar a forma própria pela qual Schumpeter interpreta a esfera econômica e a ação dos mercados. Buscaremos argumentar que para ele o impulso crucial do desenvolvimento econômico é a atividade empresarial. Será este o tipo de atividade que permitirá o crescimento e melhoramento das forças produtivas, a ampliação dos mercados e a incessante evolução do sistema econômico capitalista. Na construção schumpeteriana, veremos ainda que, mais do que a atividade empresarial ser elevada a uma espécie de “deus ex machina” do sistema capitalista, o tipo social do empresário/empreendedor se confunde com a própria ordem institucional da civilização capitalista. Por ora, nos debruçaremos sobre as implicações econômicas diretas da atividade empresarial para depois debatermos a dimensão social e política do “tipo empresarial”.

Como uma primeira aproximação ao nosso problema, é preciso dizer que a questão da mudança e da dinâmica é o que norteia a análise de Schumpeter acerca do sistema econômico capitalista enquanto tal. O seu primeiro desafio teórico com a publicação de sua Teoria do

Desenvolvimento Econômico²⁷ (TDE)²⁸ seria justamente o de mostrar que haveria uma causa estritamente econômica das transformações e das revoluções da estrutura produtiva sob o capitalismo. Schumpeter fazia um nítido esforço no sentido de aproximar a teoria da história econômica. O equilíbrio estático walrasiano ao qual Schumpeter devotava admiração e reconhecia seu valor para o avanço científico, pecava por outro lado justamente no essencial: era incapaz de oferecer um quadro evolutivo em que a mudança fosse explicada por fatores internos ao próprio sistema. Haveria, portanto, uma clivagem entre teoria e a realidade econômica, posto que o caráter cambiante desta última - entendido como característica crucial e respaldado pela história para Schumpeter – era desconsiderado pelo estado da arte da ciência econômica marginalista.²⁹ Assim, o esforço de Schumpeter era o de construir um elo entre seu ponto de partida marginalista e a concretude efetiva da história econômica do capitalismo, mesmo que para tanto tivesse que negar em grande medida o esquema walrasiano.

Por outro lado, a TDE não era em si mesmo uma obra de história econômica e também não tinha uma preocupação factual e empírica em sua exposição. Tratava-se para Schumpeter de apreender os elementos que poderiam aproximar a teoria econômica de uma concepção efetivamente dinâmica e, portanto, mais fidedigna do sistema econômico. Assim, logo ao primeiro parágrafo da TDE lemos que “*O processo social, na realidade, é um todo indivisível (...). A designação de um fato como econômico já envolve uma abstração (...)*”. (Ibidem, p. 9). Trata-se então de explicar porque o comportamento econômico- que ele define como aquele comportamento dirigido para a aquisição de bens – leva por si só a rupturas do quadro estático, independentemente da ação de fatores não econômicos.

Como é sabido, sua análise parte do chamado fluxo circular estático – uma abstração teórica elaborada por Schumpeter. O que nos interessa aqui não é a descrição detalhada que Schumpeter realiza de como o fluxo circular estático é transformado de forma a ensejar o desenvolvimento econômico no sentido que lhe atribui Schumpeter. Sintetizaremos simplesmente alguns aspectos mais importantes que incidem diretamente em nossa problemática. No fluxo

²⁷ SCHUMPETER, J. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas)

²⁸ Optaremos daqui em diante por utilizar a abreviação de certas obras de Schumpeter, para evitarmos desnecessárias repetições. Tal procedimento será usado também para as obras dos demais autores que citaremos diversas vezes nos capítulos seguintes.

²⁹ “... quando for simplesmente uma questão de tornar inteligível o desenvolvimento ou o seu resultado histórico (...) a teoria econômica no sentido tradicional não tem quase nada com que contribuir” (SCHUMPETER, 1982, p.44)

circular, o processo econômico se repete de forma contínua, com mudanças meramente adaptativas que não alteram a estrutura econômica, como por exemplo, através do aumento da população ou do incremento paulatino de novos meios de produção. Os fatores de produção seriam então remunerados exatamente conforme a sua contribuição para a produção, de acordo com a tradição neoclássica e marginalista. Os únicos fatores de produção originários seriam a terra e o trabalho. Todos os meios de produção são, de uma forma ou outra, oriundos da terra, do trabalho ou da combinação entre ambos. O valor corrente produzido é imputado aos indivíduos de acordo com sua contribuição marginal à produção. No caso dos proprietários fundiários, isso se dá na forma de renda da terra. No que diz respeito à remuneração do trabalho, Schumpeter supõe que tanto o “trabalho dirigente”, de tipo administrativo, quanto o “trabalho dirigido”, que produz diretamente as mercadorias, recebem um salário condizente com sua contribuição à produção. Não existe, portanto, capital e tampouco ainda a figura do empresário/empreendedor. Tampouco haveria a existência de lucros ou de qualquer forma de excedente³⁰. Desta forma, com exceção da terra e abstraindo os ganhos monopolistas, não cabe qualquer remuneração pela posse de riqueza e meios de produção. Quando por algum motivo fossem produzidos lucros – por exemplo, por um aumento circunstancial dos preços de certo produto –, a concorrência logo entraria em cena e anularia tais ganhos. Ou seja, de forma geral, o fluxo circular aproximava-se dos modelos das generalizações típicas da tradição neoclássica e marginalista.

Mas o fundamental para nós aqui, é frisar que Schumpeter considerava que a estabilidade e a rotina seriam as características do fluxo circular. Pois aqui os indivíduos atuam diante de circunstâncias conhecidas e assimiladas de forma a proverem racionalmente as suas necessidades objetivas. O papel criativo tornar-se-ia supérfluo em tal situação, pois o que estava em jogo era meramente a repetição contínua das condições existentes. Ao mesmo tempo, do ponto de vista econômico não haveria diferenças econômicas relevantes no fluxo circular entre um diretor e um trabalhador de chão de fábrica³¹. Tanto o dirigente como o operário agem de acordo com um “know-how” previamente incorporado buscando atender às expectativas da demanda de mercado.

³⁰ No fluxo circular, “nenhum valor excedente acima do valor dos bens de produção pode ser obtido na produção. (...) ou seja no processo produtivo não ocorre nenhum aumento de valor” (SCHUMPETER, 1982, p.25)

³¹ “A simples circunstância que coloca um trabalhador num posto acima do de outro numa organização industrial, numa posição de direção e superintendência, não torna o trabalho em nada distinto” (Ibidem, p. 20)

Por isso é que a estrutura do fluxo circular para Schumpeter é totalmente governada pelo consumo e os indivíduos só têm influência na medida em que expressam uma procura por bens.³²

A circularidade de tal processo para Schumpeter, mesmo que útil como ponto de partida de analítico, estaria muito distante da realidade histórica e evolutiva do capitalismo. Ou seja, ignorava-se justamente “*o fato da mudança histórica, pelas quais as condições sociais se tornam ‘indivíduos’ históricos no tempo histórico. Essas mudanças não constituem nem um processo circular nem movimentos circulares em torno de um centro.*” (TDE, p.44) Em outras palavras, o cerne do problema econômico que era descuidado pela teoria tradicional para Schumpeter seria a questão do desenvolvimento. Tal desenvolvimento ocorreria quando a introdução de inovações³³ trouxesse uma transformação qualitativa e substantiva do sistema afetando todos os pressupostos do fluxo estático baseado na circularidade e no equilíbrio do sistema. Ou seja, o essencial do desenvolvimento capitalista seria, portanto, a descontinuidade, a ruptura dos padrões pré-estabelecidos. No fluxo circular certamente eram possíveis certas mudanças e mesmo o crescimento econômico mediante combinações produtivas realizadas em ajuste contínuo. Mas o desenvolvimento enquanto tal é um dado fundamentalmente novo e desestabilizador. E o fundamental a se notar é que tal instabilidade, como veremos em detalhe na próxima seção, mesmo que distante das premissas harmoniosas dos economistas neoclássicas, era extremamente benfazeja no que dizia respeito à evolução do sistema econômico e do desenvolvimento das forças produtivas.

As novas combinações que aparecem de forma descontínua e suplantam economicamente as antigas combinações terão um efeito de ruptura na estrutura produtiva. Tal ideia é certamente reforçada pela suposição de Schumpeter de que, em geral, as inovações e novas combinações são produzidas por empresas novas e não por empresas previamente estabelecidas. Daí o caráter

³² No fluxo circular, “*o líder real é o consumidor*”. (Ibidem, p. 20)

³³ Tais inovações ou novas combinações poderiam ser: “1-Introdução de um novo bem — ou seja, um bem com que os consumidores ainda não estiverem familiarizados — ou de uma nova qualidade de um bem. 2-Introdução de um novo método de produção, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação, que de modo algum precisa ser baseada numa descoberta cientificamente nova, e pode consistir também em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria. 3-Abertura de um novo mercado, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, quer esse mercado tenha existido antes, quer não. 4-Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semi-manufaturados, mais uma vez independentemente do fato de que essa fonte já existia ou teve que ser criada. 5-Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de uma posição de monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio.” TDE (Ibidem, pp. 48-49)

extremamente instável do desenvolvimento, posto que a concorrência se transforma numa verdadeira guerra marcada pela permanente substituição de empresas. Evidentemente trata-se de uma suposição que se conforma muito mais às características de um capitalismo ainda competitivo, mais afeito à conjuntura do século XIX. A introdução de cartéis e oligopólios certamente alterará o desenrolar do processo, e novas consequências não de surgir.

Mas por ora o essencial é salientar aqui que Schumpeter está buscando introjetar na teoria um componente dinâmico e disruptivo essencialmente econômico, endógeno ao próprio sistema. Aliás, o que se pode chamar em Schumpeter de evolução do sistema econômico capitalista é permeado por transformações revolucionárias esporádicas em que o velho é suplantado pelo novo³⁴. Trata-se já implicitamente da noção de “destruição criativa”, que era estranha à tradição neoclássica e marginalista, que o aproxima de Marx e que seria plenamente elaborada em seu livro *“Capitalismo, Socialismo e Democracia”*:

O Capitalismo, então, é, pela própria natureza, uma forma ou método de mudança econômica, e não apenas nunca está, mas nunca pode estar estacionário. E tal caráter evolutivo do processo capitalista não se deve meramente ao fato de a vida econômica acontecer num ambiente social que muda e, por sua mudança, altera os dados da ação econômica; isso é importante e tais mudanças (guerra, revoluções e assim por diante) frequentemente condicionam a mudança industrial, mas não são seus motores principais. (...). O (...) processo de mutação industrial (...) incessantemente revoluciona a estrutura econômica *a partir de dentro*, incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando uma nova. Esse processo de Destruição Criativa é o fato essencial do capitalismo. (SCHUMPETER, 1979, p. 112)

Haveria, portanto, uma força endógena ao próprio sistema econômico que ditava suas transformações e o seu caráter evolutivo. Mais importante do que os fatores “externos”, como guerras e revoluções, seriam as mudanças abruptas engendradas pelo processo de destruição criativa, impulsionado pelas inovações da atividade empresarial. Ao mesmo tempo, a citação acima permite uma analogia quase automática ao Marx do Manifesto Comunista, que afirma que *“A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os meios de produção”*. Mais ainda, no desenvolvimento schumpeteriano haverá então uma tendência à inversão da dependência da produção em relação ao consumo existente no fluxo circular³⁵. Na medida em

³⁴ “Essa ocorrência da mudança “revolucionária” é justamente o nosso problema, o problema do desenvolvimento econômico num sentido muito estreito e formal” (SCHUMPETER, 1982, p. 46)

³⁵ E aqui mais um ponto que Schumpeter se diferencia dos marginalistas. Como frisou Bottomore (p. 35) *“Schumpeter se separa da Escola Austríaca marginalista em três pontos: analisar uma economia capitalista e*

que a atividade econômica deixa de ser meramente adaptativa e passa a dar vazão às mais diversas inovações, a atividade empresarial terá um papel importante para conduzir os consumidores a novos produtos, novos gostos e novas qualidades. E tão importante quanto isso é o fato que descreveremos mais à frente, de que as condições que suscitam as inovações e novas combinações permitem o surgimento do empresário/empreendedor como “indivíduo histórico”, cujos valores e sentido de sua ação serão decisivos para a civilização capitalista.

Será unicamente com o processo de desenvolvimento tal qual descrito por Schumpeter que, diferentemente do fluxo circular, haverá o surgimento do lucro como um fenômeno marcante e presente no sistema econômico. Justamente neste ponto Schumpeter evoca a figura do empresário/empreendedor. O empresário, por definição, é aquele que inova. Como são as novas combinações dos empresários as responsáveis pelos lucros, será ele quem se apropriará de tais lucros. Do contrário não haveria para Schumpeter qualquer estímulo em se arriscar com inovações que rompessem a circularidade estática.

Assim, o desenvolvimento econômico permite uma nova diferenciação econômica fundamental, ausente no fluxo circular. O lucro do empresário/empreendedor não está ligado à noção de produtividade marginal, seja do trabalho dirigente ou do trabalho dirigido. Ele não seria, para Schumpeter, uma forma de renda permanente tal qual a remuneração do trabalho. Tampouco seria um valor atribuível à mera posse de capital. Pois o sucesso empresarial jamais tem um caráter regular de forma a produzir um lucro esperado mensurável a partir das leis de custo e produtividade marginais; é uma remuneração cuja origem é exclusivamente o papel de liderança do empresário, de sua aposta em promover novas combinações que tenham sucesso diante da concorrência. O lucro do empresário é, assim, uma quantidade de valor excepcional ao qual não há direitos de imputação aos detentores de fatores de produção originais.³⁶

O que emana dos conceitos acima é o fato de que a criatividade e o arrojo, características ausentes na monotonia do fluxo circular, não apenas são liberadas no modelo de desenvolvimento de Schumpeter, como passam a ser ao mesmo tempo o motor da evolução econômica e a justificativa da posse da riqueza por aqueles que a promoviam. E aqui, mais uma vez, Schumpeter separava-se da tradição neoclássica, na medida em que teorizava os lucros de uma

não uma economia em abstrato; interesse na produção e não na troca (grifo nosso); natureza dinâmica do capitalismo”

³⁶Schumpeter, 1982, p. 96

forma própria e totalmente distinta. Isto é, na medida em que os lucros não são imputados em função da posse de determinados fatores, mas sim são auferidos em função de uma dada habilidade dos agentes econômicos, Schumpeter acaba por estipular um novo padrão de justificativa para o enriquecimento individual. Em outras palavras, Schumpeter funde os lucros com a atividade empreendedora exitosa. A habilidade inovadora empresarial é tomada em si mesma como o efetivo motor do desenvolvimento das forças produtivas. A ação dos empresários seria, portanto a criadora e também a beneficiária dos lucros e com ela seria possível a gigantesca acumulação de riqueza que acompanha o desenvolvimento econômico.

Entretanto, em função da concorrência também estes lucros empresariais de longo prazo tendem a desaparecer, na medida em que os outros empresários introduzam as mesmas novas combinações que propiciaram o surgimento do lucro do primeiro empreendedor. Conforme as novas combinações se estabilizarem no mercado, ou seja, quando a nova forma de negócio se estabelecer dentro de um novo fluxo circular³⁷, não haverá mais o excedente na forma de lucro empresarial. O lucro seria então “*o filho e a vítima do desenvolvimento. Sem o desenvolvimento não há nenhum lucro, e sem o lucro, nenhum desenvolvimento*” (SCHUMPETER, 1982, p. 103). Ou seja, sem o ímpeto por inovações, tão fundamental para o caráter dinâmico do capitalismo, não haveria o lucro. Por outro lado, a concorrência torna o lucro algo efêmero e descontínuo.

É importante notar que, para Schumpeter, de certa forma toda e qualquer inovação consiste numa posição de monopólio, mesmo que provisória.³⁸ Pois ter acesso a um novo mercado ou usar uma máquina mais moderna que os concorrentes é o mesmo que ter uma posição exclusiva, privilegiada, até que tal vantagem seja dissipada pela imitação das outras empresas. Trata-se de algo que guarda ressonância com a noção de Marx de lucro extraordinário que aponta para o fato de que o capitalista individual que inova tecnologicamente pode produzir a um valor unitário menor do que os demais capitalistas de um dado ramo. Assim, por exemplo, ele poderá vender a

³⁷ Em “*Business Cycles*”, Schumpeter afirmaria que o seu modelo de fluxo circular usado como ponto de partida poderia, de forma abstrata, ser equiparado ao do equilíbrio walrasiano. SCHUMPETER, J. A. *Business Cycles. A Theoretical, Historical, and Statistical Analysis of the Capitalist Process*. Nova Iorque: Mc Graw-Hill, 1939. 2v, p.42. Mas na mesma obra, ao tratar das evidências empíricas históricas, ele afirma que depois de realizadas inovações, o sistema econômico não tende a retornar a um novo equilíbrio exato, mas apenas a algo aproximado que ele chama de vizinhança de equilíbrio. (Ibidem, p. 71). Ou seja, em sua opinião o poder explicativo da noção de equilíbrio da tradição marginalista e neoclássica era frágil para o estudo da dinâmica capitalista concreta, permanecendo apenas como um instrumento teórico de análise.

³⁸ Se tal posição monopolista engendrada por uma inovação adquirir um caráter permanente, certamente então o lucro não desaparecerá tão cedo. Nesse caso, “*o lucro obviamente deve ser considerado simplesmente como receita permanente de monopólio, e a receita de monopólio simplesmente como lucro*” (Ibidem, p. 102)

um preço menor do que os preços vigentes no ramo, de forma a ampliar o mercado, ao mesmo tempo em que o preço oferecido será maior que o valor (quantidade de trabalho embutida) de cada mercadoria, garantindo ao capitalista a auferição de lucros extras provisórios³⁹. Há de se considerar, por outro lado, que o que Marx considera como lucro normal ou não extraordinário é bem diferente do que Schumpeter chama de lucro. Pois para o primeiro a existência de lucros normais existe independentemente das inovações e depende da extração de trabalho não pago (mais valia) por parte dos proprietários dos meios de produção. Assim, a existência de uma taxa média de lucro, a qual é promovida, para Marx pela equalização concorrencial não existe para os lucros schumpeterianos⁴⁰. Tal como o lucro extra de Marx, o lucro empresarial de Schumpeter surge já com os dias contados pela concorrência. (SCHUMPETER, 1982, p.103). De toda e qualquer forma, o caráter não perene de tais lucros casa-se, destarte, com a abordagem schumpeteriana de instabilidade do desenvolvimento econômico. Então, ao mesmo tempo em que a criatividade das inovações é a justificativa dos lucros e fortunas acumuladas, a menos que tais inovações se tornem posições de monopólio permanente, elas por definição produzirão lucros episódicos e temporários aos empreendedores.

Mas se a noção de desenvolvimento em Schumpeter tem afinidades com a teoria marxiana até certo ponto, por outro lado, suas concepções do que é de fato capital e Capitalismo são idiossincráticas e bem distintas das de Marx. Primeiramente trataremos a questão do capital, que para Schumpeter liga-se diretamente ao problema do financiamento das inovações e novas combinações. Na TDE, Schumpeter estipula que dentro do fluxo circular não haveria nem o capital e nem juros como forma de rendimento contínuo e fundamental, justamente porque a ausência de excedentes em tal conjuntura não permitiria a existência de um mercado monetário e de um sistema de crédito desenvolvidos. São justamente os lucros produzidos pela atividade empreendedora/empresarial que criam a possibilidade da forma “juro” como algo recorrente no sistema econômico e dessa forma permitem a existência perene do capital. Ou seja, a generalização do crédito que crie juros só faz sentido num quadro de inovações empresariais disseminadas. Por tabela, também a poupança seria de pouca relevância no fluxo circular e só passaria a existir de forma pronunciada a partir da atividade inovadora geradora de

³⁹ Provisórios por motivos semelhantes aos de Schumpeter: “*Entretanto, a posição privilegiada de nosso capitalista não é de longa duração; outros competidores introduzem as mesmas máquinas, a mesma divisão do trabalho (...)*” MARX. K. Salário, Preço e Lucro. In: *Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.87

⁴⁰ Schumpeter, 1964, vol. 3, p. 179.

desenvolvimento. Desta forma, tanto os rendimentos em juros e a poupança seriam corolários do desenvolvimento econômico impulsionado pelos empresários.

O crédito é dessa forma crucial para o financiamento de inovações que façam o sistema sair do fluxo circular. No modelo de Schumpeter na TDE, partindo-se idealmente do fluxo circular estático e sem poupanças prévias realizadas, a criação de dinheiro bancário seria o mecanismo fundamental de se criar meios de pagamento ad hoc para o ensejo das novas combinações. Tal novo poder de compra criado permitirá aos empreendedores retirarem os meios de produção de sua antiga utilização no fluxo circular. Na medida em que se cria nova demanda pelos meios de produção sem a criação de oferta correspondente, há uma pressão inflacionária e os aumentos de preços causam uma espécie de “poupança forçada” que compensa a inexistência de poupanças prévias⁴¹. Noutras palavras, os empreendedores terão, por meio do crédito, acesso à corrente social de bens, mesmo antes de terem contribuído com sua produção para tal corrente. A proeminência das novas empresas como lócus privilegiado das novas combinações no esquema schumpeteriano reforçam ainda mais o papel do crédito bancário.

Schumpeter então define capital como “*a soma dos meios de pagamento que está disponível em dado momento para transferência aos empresários*” (SCHUMPETER, 1982, p. 81). Já o capitalista desta forma corresponde ao indivíduo que empresta os fundos que permitem ao empreendedor romper com o fluxo circular e produzir lucros. Mesmo que capitalista e empresário possam ser a mesma pessoa, conceitualmente eles cumprem papéis diferenciados no processo de desenvolvimento. E como a existência de capital dependerá, para Schumpeter, da existência do desenvolvimento econômico, a figura dos juros está intimamente associada à existência de lucros. Em outras palavras, os juros só poderão existir como fenômeno permanente a partir da atividade empresarial. O lucro é pré-requisito dos juros e os juros são uma espécie de tributo⁴² que o empreendedor deverá pagar pela disponibilização de fundos monetários por parte do capitalista. Dentro da dinâmica do desenvolvimento, o dinheiro não cumpre o papel de mero intermediário numa economia de trocas “reais”, mas sim é o fator decisivo que catapulta as

⁴¹ No modelo teórico de Schumpeter, novas poupanças seriam formadas a partir dos lucros auferidos com o desenvolvimento e, portanto, a poupança seria mais a consequência do que a causa do desenvolvimento. Evidentemente, por outro lado, com os lucros promovidos pelo desenvolvimento, se produziriam novos fundos disponíveis que poderiam ser direcionado via bancos para novas combinações, amplificando ainda mais as possibilidades de novos empreendimentos, etc.

⁴² Schumpeter abstrai aqui a ocorrência do financiamento a juros do consumo ou para outras atividades correntes típicas do fluxo circular. Tais fenômenos podem ocorrer, mas são relativamente irrelevantes para a sua explicação do fenômeno juro.

rupturas que permitem a evolução do sistema. Daí decorre o caráter monetário dos juros para Schumpeter, posto que ele é um “*elemento do preço do poder de compra considerado como um meio de controle sobre os bens de produção*” (Ibidem, p.124), sendo ao mesmo tempo determinado pelas condições de oferta de fundos dos capitalistas e de demanda de empréstimos por parte dos empresários.⁴³

Em resumo, o que se depreende da descrição acima é o fato de que, para Schumpeter, a atividade empresarial é o ponto de partida fundamental não apenas das mudanças no sistema econômico como também das formas rentabilização capitalista (lucros e juros), bem como da poupança, que poderá permitir o reforço do processo de acumulação de capital - sem o “heroísmo” empresarial que catapulte as transformações produtivas, não pode de fato existir o desenvolvimento efetivamente capitalista.

Não existe aqui, por parte de Schumpeter, uma preocupação com a efetiva historicidade do processo que envolve capitalistas-crédito-empresários na trilha do desenvolvimento econômico. Mas o que nos interessa aqui é muito mais apontar a maneira pela qual a sua definição de capitalismo decorre de seu modelo teórico. Para tanto, resgataremos breves passagens de sua obra *Business Cycles* onde ele se debruça com mais detalhes sobre o problema: “*A função empresarial em si mesma não está confinada à sociedade capitalista, pois a liderança econômica estaria presente, mesmo em outras formas, tanto numa tribo primitiva ou numa comunidade socialista*” (SCHUMPETER, 1939, p. 225). A atividade empresarial teria então origens antiquíssimas. Schumpeter chama a atenção para o fato de que por mais que ele enfatizasse as revoluções e descontinuidades da produção que engendravam o desenvolvimento em diferentes

⁴³ Aqui ele se separa da posição de seu mestre Bohm Bawerk e de outros expoentes da escola austríaca, que postulavam a existência dos juros em função da ocorrência de uma “preferência temporal positiva”, ou seja, na medida em que um indivíduo só concordaria abrir mão de um bem hoje para obtê-lo no futuro mediante um determinado prêmio (os juros). Noutras palavras, o juro seria um fenômeno “real” em função da preferência geral em se dispor dos bens no presente em relação a tê-los no futuro. Para Schumpeter tal explicação era falha pois não explicava como no fluxo circular estático seria possível o juro com um rendimento permanente fluindo para uma determinada camada de indivíduos. No fluxo circular, como vimos, todos os rendimentos são imputados a uma contribuição marginal a uma produção que se reproduz a cada período, de forma contínua e haveria portanto uma inconsistência em deduzir daí a existência constante dos juros na ausência da atividade empreendedora. Assim, “*Apenas no curso do desenvolvimento a questão é diferente. Só então posso obter um rendimento maior pelo meu produto, quer dizer, se realizar uma nova combinação das forças produtivas (...) e conseguir colocar no mercado um novo produto, de maior valor (...). Aqui pois a posse de uma soma de dinheiro é o meio de se obter uma soma maior (...). E nisso reside a explicação do juro.*” (Ibidem, p. 112) Assim, os juros para Schumpeter estão diretamente ligados ao caráter monetário do desenvolvimento via crédito, e seu teto estará limitado pelos lucros empresariais passíveis de serem obtidos. O essencial aqui é frisar que Schumpeter rejeitava as proposições que naturalizavam os juros em função de preferências temporais dos agentes - para ele o juro era um fenômeno oriundo dos desdobramentos históricos que promoviam o desenvolvimento capitalista.

ocasiões, de um ponto de vista histórico mais amplo, poder-se-ia dizer que haveria certa continuidade, posto que todas as inovações eram de certa forma tributárias do passado por via da “*acumulação de muitas pequenas influências e eventos que surgem precisamente em etapas e que tornam (...) qualquer divisão rígida de épocas sem sentido*”. (Ibidem, p. 227)

Seria justamente a criação de crédito, endossada pela existência de depósitos bancários, que permitiria indicar o surgimento do capitalismo: “*devemos datar capitalismo a partir do elemento de criação de crédito*” (Ibidem, p. 224). Capitalismo seria então definido como “*a forma de economia de propriedade privada na qual inovações são efetuadas com dinheiro emprestado*” (Ibidem, p. 225) As inovações sempre teriam ocorrido através dos séculos, mas só a partir do impulso do crédito é que elas puderam proliferar de maneira mais acentuada, se tornando assim dependentes da lógica econômica estrita e não de fatores externos como guerras, pragas, etc. Ademais, - e aqui um aspecto fundamental – é só com o crédito que surgirão as flutuações econômicas cíclicas, característica fundamental do desenvolvimento capitalista. Tal como na explicação do desenvolvimento na TDE, a conceituação de Schumpeter acerca do surgimento do capitalismo em Business Cycles seria mais lógica do que cronológica.⁴⁴

Em suma, o essencial que nos oferece a descrição acima é que, com tal genealogia do capitalismo, Schumpeter pôde outras interpretações. Não haveria a necessidade postulada por Weber da emergência de um novo espírito⁴⁵ associado ao protestantismo que tivesse afinidade com uma mentalidade favorável ao capitalismo, pois para Schumpeter a questão dependeria muito mais da possibilidade do crédito radicalizar e endogeneizar o fluxo contínuo de empreendimentos existentes desde sempre. Com argumentos semelhantes, Schumpeter rechaça a teorização de Marx acerca do processo de Acumulação Primitiva nas origens do capitalismo. Como é sabido, o processo de Acumulação Primitiva para Marx consistira em mudanças nas relações sociais que criaram a condição para o desenvolvimento do modo de produção capitalista,

⁴⁴ “*É um erro acreditar que os aspectos essenciais lógicas de um fenômeno precisam se revelar da mesma forma que seu início histórico*” (Ibidem, p. 230)

⁴⁵ Sobre a definição de capitalismo em Weber, “*O capitalismo existe onde quer que se realize a satisfação de necessidades de um grupo humano, com caráter lucrativo e por meio de empresas*”. WEBER, M. *História Geral da Economia*. São Paulo: Centauro, 2004, p. 258. Ele enumera então seis características prévias de tais empresas: Apropriação de bens de produção, liberdade mercantil, técnica racional, direito racional, trabalho livre, comercialização da economia (Ibidem, p. 259). E a ocorrência de tais condições era para Weber decorrência de um novo espírito, tributário do protestantismo: “*A obtenção da riqueza devida à piedade conduzia a um dilema. (...) O calvinismo procurou a sair dessa dificuldade através da ideia de que o homem é apenas administrador dos bens que Deus lhe havia conferido (...) Desse critério nasce a nossa atual profissão (no sentido de vocação). Tal termo expressa a valorização da atividade lucrativa, apoiada em fundamentos racionais, como realização de um objeto fixado por Deus*” (Ibidem, p. 331)

tais como a separação dos produtores dos meios de produção e o acúmulo de riqueza em mãos da burguesia. Contudo, para Schumpeter, não haveria a necessidade de um acúmulo prévio de um estoque de riqueza - posto que isso poderia ser substituído por uma provisão adequada de crédito - e tampouco o processo violento e conturbado de separação dos produtores dos meios de produção descrito por Marx.

Em suma, é como se a atividade empresarial que remontava à Antiguidade estivesse simplesmente obstaculizada pela ausência do impulso promovido pelo canal do crédito. O advento do capitalismo, portanto, não dependeria nem de uma substancial mudança ideacional como em Weber e nem tampouco de uma radical transformação nas relações sociais de produção como em Marx. Tudo se passa como se potencialmente o capitalismo estivesse há séculos em germe e de que necessitava apenas do impulso para atividade empresarial suscitado pelo crédito bancário. Isto significa que se é verdade que a atividade empresarial era o motor de importantes transformações na estrutura econômica, por outro lado, para que o desenvolvimento capitalista florescesse historicamente, seria necessária tão somente a sinergia entre crédito e inovações.

Ainda sobre tal sinergia, em *Business Cycles*, Schumpeter afirma que o mercado monetário “*se torna o coração, mas nunca o cérebro do organismo capitalista*”. (SCHUMPETER, 1939, p. 127). Já o cérebro seria justamente a atividade empresarial, cuja atividade criativa permitiria a evolução do organismo promovendo revoluções periódicas da estrutura produtiva. Ao mesmo tempo, para Schumpeter, a evolução deste organismo capitalista será marcada por ciclos e crises pronunciadas. E como veremos a seguir, será justamente por meio de tais ciclos e crises que o sistema tende a afirmar a sua potência de desenvolver irrefreadamente as forças produtivas.

b.1.2) Ciclos, crises e a pujança da máquina capitalista

Dentro da concepção de um “organismo capitalista” supracitada, as flutuações teriam a função de aprimorar continuamente o sistema econômico, melhorando e fortalecendo a “máquina” capitalista. Assim, a análise cíclica do capitalismo ocupou partes significativas tanto da TDE quanto de *Business Cycles*, com a diferença de que na última obra há o intuito de se confrontar a história econômica do capitalismo com o modelo geral de desenvolvimento de Schumpeter.

Sinteticamente, os ciclos são descritos da seguinte forma: com o crédito para os novos empreendimentos há uma subida de preços dos bens de produção e um aumento dos custos em geral. As firmas ligadas aos setores que inovam – por exemplo, que produzem máquinas para os empreendedores – estimuladas pelos preços mais altos, investirão mais e os juros tendem a subir. A produção e a renda também crescerão. Também as firmas antigas que não inovaram a princípio tentarão imitar as novas combinações, solicitarão crédito e aumentarão investimentos. Seriam os efeitos da “onda secundária”⁴⁶. Mas nem sempre isso será possível, posto que os custos econômicos aumentaram e suas receitas serão prejudicadas pela ação das novas firmas inovadoras. Assim, em muitos casos as empresas antigas irão falir. Logo se inicia o processo de destruição criativa, que fará com que muitas empresas sucumbam à feroz concorrência desencadeada.⁴⁷ Na medida em que surgem as primeiras falências, aumentam os temores quanto ao futuro, temores amplificados também pelas alterações de preços e custos que dificultam o cálculo racional das firmas. Com a concorrência posta em marcha, haverá uma queda de preços dos novos produtos causados por inovações quando estes chegarem ao mercado. A atuação conjunta das empresas em resposta ao choque das inovações tenderá, portanto, a diminuir os lucros que os novos empreendedores originalmente buscavam⁴⁸. A isto se soma um processo de deflação creditícia na medida em que as empresas começam a devolver as somas tomadas por empréstimo junto aos bancos. Em outras palavras, a diminuição do poder de compra em circulação tende a acentuar a deflação. Assim advém a queda de investimentos, dos juros, do emprego e da produção em geral. A depressão não é apenas algo provável, mas sim necessário.

A causa fundamental do ciclo residirá, dessa forma, no *boom* iniciado pelo fluxo de inovações e pela depressão resultante da absorção de tais inovações pelo sistema econômico⁴⁹.

⁴⁶ “Uma mudança primária bem sucedida é seguida por uma reorganização geral dentro da indústria, com mais e mais firmas obedecendo à liderança de outras, tanto por causa dos lucros a serem auferidos como devido às perdas que se pretende evitar.” SCHUMPETER, J. A. A instabilidade do capitalismo. In CARNEIRO, R.(org.) *Os clássicos da economia*. São Paulo: Ática, 1997, p. 94.

⁴⁷ “Para algumas empresas antigas novas oportunidades de expansão se abrem (...). Mas para outros, a emergência de novos métodos significará sua morte” (SCHUMPETER, 1939, p. 134). Na TDE Schumpeter afirma que as empresas antigas com melhores relações de crédito, com reservas acumuladas são as que podem melhor suportar as agruras da luta em curso. (SCHUMPETER, 1982, p. 159)

⁴⁸ “De fato, (...) a conduta que é correta do ponto de vista da firma individual pode ser despojada de seus frutos pelo efeito geral da conduta similar de muitos” (Ibidem, p. 153).

⁴⁹ Schumpeter rechaça então por completo uma explicação puramente monetária dos ciclos mesmo que conceda que “os movimentos cíclicos poderiam ser influenciados e mesmo evitados pela política creditícia” (Ibidem, p. 152). Também as especulações poderiam alterar o desenrolar dos ciclos, mas estariam longe de ter um papel proeminente. Erros de expectativa mesmo que existam, jamais poderiam ser em si mesmos uma variável independente (SCHUMPETER, 1939, p.140). Ao mesmo tempo, as oscilações da demanda que possam

Para Schumpeter, esse fluxo não poderia ter uma natureza contínua pelo fato das inovações tenderem a aparecer em massa. Ou seja, um êxito empresarial de uma firma tende a estimular os empreendimentos das demais. Do contrário, o fluxo não seria descontínuo tal como sugerem para Schumpeter as evidências empíricas.

Mas o crucial da exposição acima é perceber que toda a elaboração de Schumpeter caminha no sentido de buscar isolar os efeitos da ação empresarial inovadora, definida como a atividade econômica relevante, de outros efeitos “não econômicos”, chamados por ele de fatores externos. Logo nas primeiras páginas de *Business Cycles* lemos que “*é permissível traçar uma linha divisória entre fenômenos que fazem parte do sistema econômico dos fenômenos produzidos por outros agentes sociais sobre o sistema econômico*” (SCHUMPETER, 1939, p.7), reconhecendo que tal recorte não seria autorizado por aqueles que “*aceitam a teoria Marxiana do processo social*”. Na mesma obra, mais à frente ele diria que “*cada esfera (...) adquire quando formada uma vida e mecanismo de si mesma ganhando degraus de liberdade (...). Assim, uma análise puramente econômica (...) pode ser instrutiva.*” (SCHUMPETER, 1939, p. 12)⁵⁰. Se Schumpeter comungava como vimos da ideia de que “*O processo social, na realidade, é um todo indivisível*”, por outro lado, quando chamado a investigar o capitalismo, ele se pautava na separação de uma esfera propriamente econômica, posto que haveriam “degraus de liberdade” para a autonomia do econômico. Vale frisar aqui que não apenas era possível destacar o “econômico” das demais esferas, mas também o fato de que o escopo daquilo que ele qualificava de econômico era circunscrito. Pois em sua análise dos ciclos, Schumpeter isolava e analisava os movimentos de negócios decorrentes puramente de surtos de inovações, abstraindo outros fatores tomados como externos e contingentes.

De toda forma, é justamente partindo desse olhar que enfatiza o “econômico” que a crise torna-se algo positivo para o sistema capitalista em Schumpeter, pois por trás dos efeitos temporários aparentemente nocivos, haveria benefícios duradouros trazidos com a fase

desencadear crises de subconsumo e superprodução não podem ser tomadas como causa das flutuações, mas sim como suas consequências. A superprodução é levada em conta por ele, mas “*nossa teoria não utiliza esse fato típico como uma causa primária e independente. A superprodução é acentuada pela distorção do boom que já notamos e explicamos*” (SCHUMPETER, 1982, p. 134). Em suma, todas as manifestações dos ciclos estariam subsumidas à dinâmica das inovações sobre o sistema econômico. Ou seja, aqui, mais uma vez, a atividade criativa dos empreendedores é alçada como motor do desenvolvimento capitalista.

⁵⁰ Tal separação analítica das esferas já era defendida por Schumpeter na TDE “*o mundo econômico é relativamente autônomo, pois abrange uma parte tão grande da vida da nação e forma ou condiciona uma grande parte do restante*”. (SCHUMPETER, 1982, p. 44)

descendente dos ciclos, como o enriquecimento da corrente de bens, na medida em que agora se produz mais com o mesmo dispêndio de trabalho e terra. O aumento da produtividade, consequência incontornável da seleção realizada pela concorrência e pela destruição criativa, cria uma nova situação em que *“o que a princípio aparece como lucro empresarial, incrementa as rendas reais permanentes de outras classes sociais.”* (SCHUMPETER, 1982, p. 161). Assim, mesmo se o início do *boom* tem efeitos inflacionários, ao final do processo não apenas a subida de preços findará como também o preço unitário das mercadorias deve cair, fruto do avanço técnico. Ao mesmo tempo, Schumpeter não ignora as consequências sociais e políticas que advêm de crises, recessões e depressões. Mas o fato de que a *“colheita é obtida com sintomas recessivos e com mais ansiedade do que alegria é (...) levado em conta e não altera o princípio (...) a recessão é um processo que cumpre uma função e não simplesmente um azar”* (SCHUMPETER, 1939, p. 143). Assim, dentro da analogia do organismo capitalista de Schumpeter, podemos afirmar que as crises podem provocar as suas doenças oportunistas, mas que, ao fim e ao cabo, tal organismo se tornará mais forte e sadio⁵¹.

Toda a exposição feita acima converge para a ideia de que, para Schumpeter, o sistema econômico capitalista por si só não teria obstáculo para o contínuo desenvolvimento e aprimoramento. É natural, portanto, que ele se insurgisse contra o que chamava de visão estagnacionista da economia, cujo principal expoente para ele era Keynes. Para Schumpeter a ideia de uma falta crônica de demanda só poderia se sustentar numa visão não dinâmica do sistema capitalista, já que a debilidade da demanda em Schumpeter seria apenas um episódio localizado, necessário para que o mecanismo cíclico do capitalismo se efetivasse e produzisse seus frutos em longo prazo. Ao mesmo tempo, a alegada queda da oportunidade de investimentos, esposada por Keynes e desenvolvida pelo keynesiano Alvin Hansen, era rechaçada

⁵¹ Para Schumpeter, mesmo a crise de 1929 nos EUA, a despeito de seus efeitos gravíssimos, também produziria o melhoramento da máquina capitalista em longo prazo e desse ponto de vista não era de todo um mal. Para ele, a crise seria explicada por uma conjunção de fatores aleatórios negativos ocorridos no período. Mais precisamente teria havido a coincidência da fase descendente de diferentes ciclos, fenômeno que foi ainda agravado pela especulação financeira, pelo alto grau de endividamento e pela ineficiência dos bancos estadunidenses. (SCHUMPETER, 1939, p. 908). Mas a própria recuperação da economia dos EUA – ele escreve BC em 1939 - e a profunda rearticulação de sua estrutura produtiva mostravam que a crise não era *“uma prova da falência ou do enfraquecimento do sistema. Acima de tudo, a reação temporária a ela era uma prova do vigor da evolução capitalista”* (Ibidem, p. 909). Ou então, em seu texto *“An Economic Interpretation of our times”*, ele vaticina que a crise dos anos 1930 *“não foi o sinal de decadência como muitos diziam (...) houve grande aumento da produtividade do trabalho (...) a depressão limpou madeira morta e possibilitou novas coisas”* SCHUMPETER, J. A. Na *Economic Interpretation of Our Times. The Lowell Lectures*. In: SCHUMPETER, J. A. *The economics and sociology of capitalism*. Ensaios de Joseph Schumpeter editados por Richard Swedberg. Imprensa Princeton: Princeton Univ., 1991, p. 351

por ele. Para Schumpeter a alegação de que o estoque de bens de capital se tornaria abundante em relação às necessidades sociais e por isso se estancariam os investimentos era falaciosa, posto que não haveria um limite para as possibilidades e desejos a serem obtidos no capitalismo. Tal raciocínio não levaria em conta que em longo prazo “*a conquista do ar pode ser mais importante do que conquista da Índia*” (SCHUMPETER, 1979, p. 152). Ademais, o próprio processo conturbado de desenvolvimento, com sua destruição criativa, sempre ensinaria a necessidades de recorrentes investimentos e assim a hipótese de sua saturação era totalmente irrealista.⁵²

Já suas diferenças com Marx em relação à evolução do sistema capitalista seriam de outra natureza. Marx teria apreendido a dinâmica da mudança tecnológica e daí advinha grande parte da admiração que Schumpeter nutria por ele. Ao mesmo tempo, diferentemente de certas interpretações marxistas, Schumpeter não o enquadrava no rol dos economistas subconsumistas. O desenrolar errático da acumulação de capital e a tendência à queda da taxa de lucro eram muito mais importantes dentro do arcabouço marxiano, segundo Schumpeter (SCHUMPETER, 1964, vol.1, pp. 440-441). E justamente esta última tendência na interpretação de Schumpeter de Marx é que amplificava as crises e punha em xeque o sistema capitalista. E aqui Schumpeter se afastava dele. Pois mesmo que não concordasse com aqueles que viam em Marx uma tendência econômica inexorável de derrocada do capitalismo, Schumpeter não endossava a ideia de que o sufocamento do lucro levaria ao aprofundamento das convulsões econômicas. Tal suposto equívoco de Marx decorreria para ele de sua errônea teoria do valor⁵³. Esta crítica a Marx da parte dele decorre naturalmente da sua própria noção de lucros. Para Schumpeter, como vimos, não haveria uma taxa de lucros enquanto tal, mas sim os lucros esporádicos gerados pelas inovações que o desenvolvimento econômico recorrentemente criava e destruía. Mesmo que

⁵² Em texto sobre Keynes, Schumpeter atribuía o seu estagnacionismo a uma visão de “*curto prazo*” e “*não dinâmica*” em que o componente essencial da mudança tecnológica era negligenciado. SCHUMPETER, J. A. John Maynard Keynes. In: *Dez Grandes Economistas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958, p. 234. Isso levaria Schumpeter a qualificar Keynes e o keynesianismo em geral como uma “*economia da depressão*”. Também a ideia keynesiana de que a poupança apresentaria tendência de crescer à frente dos investimentos com o crescimento da renda era questionável para Schumpeter, posto que “*em geral quando se poupa se antevê uma oportunidade de investimento*” (SCHUMPETER, 1979, p. 473) Em História da Análise Econômica, Schumpeter afirmaria que Keynes padeceria do “*vício ricardiano*”, na medida em que atribuía uma “*carga pesada de conclusões práticas sobre uma fundação tênue, que não se lhe iguala, mas que parece, em sua simplicidade, não apenas atrativa, mas também convincente.*” (SCHUMPETER, 1964, vol.3, p.335). O desemprego para Schumpeter, seria um fenômeno ligado ao próprio caráter cíclico do desenvolvimento econômico e não algo inerente às falhas do sistema econômico.

⁵³ Aliás, também outro fator que contribuiria para o acirramento das crises em Marx, o empobrecimento das massas, seria igualmente rechaçado por Schumpeter que via na teoria da exploração marxiana outra falsa conclusão de sua concepção de valor. (SCHUMPETER, 1979, p. 53).

Marx tivesse visto “o processo de mudança industrial e percebeu sua importância fundamental mais completamente que qualquer outro economista de sua época” (SCHUMPETER, 1979, p. 5), por outro lado “Ele não possuía uma teoria adequada da empresa e era incapaz de distinguir o empresário do capitalista(...) o que é (...) responsável por muitos de seus erros” (Ibidem, p. 52).

O organismo econômico capitalista, separado das demais esferas da vida social, seria então para Schumpeter uma espécie de Deus ex machina, transformando ad eternum seus aparentes contratempos em motivos de seu reforço e longevidade. Por isto, seu diagnóstico da derrocada do capitalismo não poderia jamais ser atribuído às falhas e tendências estagnacionistas do sistema econômico. Assumindo a ideia de que a esfera econômica tinha seus “degraus de liberdade” e, ao mesmo tempo, reduzindo a abrangência do econômico aos ciclos de negócios produzidos por inovações, jamais poderiam ser “econômicas” as causas do declínio da civilização capitalista.

Por motivos que esmiuçaremos melhor em outro tópico, para ele também Marx estaria equivocado “em seu diagnóstico da maneira pela qual se vai romper a sociedade capitalista, não estava errado na previsão de que isso acabaria acontecendo” (Ibidem, p.529). Ademais, para Schumpeter, a tendência histórica apontava não para um agravamento das crises econômicas, mas sim para uma relativa estabilização do sistema capitalista em função do processo de concentração do capital e cartelização que estava implícito no próprio Marx e que seria analisado no contexto do século XX por marxistas como o austríaco Rudolf Hilferding. É a esse tema que nos dedicaremos agora.

b.1.3) O capitalismo oligopolizado

A análise do processo de concentração de capital em Schumpeter é sugestiva em dois sentidos fundamentais que reafirmam o que ele considerava ser a tendência histórica de melhoramento constante do sistema econômico capitalista. Em primeiro lugar, tal processo significaria, do ponto de vista puramente econômico, uma maior estabilização dos ciclos de negócios, isto é, uma suavização das fortes oscilações econômicas que marcaram no século XIX o capitalismo de tipo mais competitivo, baseado em empresas menores. Em segundo lugar – e aqui se chocando frontalmente com a tradição neoclássica – Schumpeter promove uma

verdadeira apologia do capitalismo das grandes empresas em função de suas virtudes econômicas. Isto é, para Schumpeter a concentração e centralização de capital, longe de acarretar em ineficiência, seria a principal responsável pelo progresso e desenvolvimento das forças produtivas.

A primeira formulação mais acabada de Schumpeter de uma nova etapa capitalista trazida pela ascensão dos trustes e monopólios⁵⁴ está presente em texto de 1928, intitulado “*A instabilidade do capitalismo*”. Com nova configuração capitalista marcada pelo processo de oligopolização, a inovação não estaria mais ligada de forma típica às novas empresas, “*mas vai em frente no seio das grandes unidades agora existentes na maior parte independente de pessoas individuais*”. (SCHUMPETER, 1997, p. 86). A concentração econômica dos mercados somada ao maior planejamento agora tornado realidade permitia uma maior previsibilidade e calculabilidade do desenvolvimento econômico. Assim, “*Uma política consciente em relação à demanda e uma visão de longo prazo para os investimentos tornam-se possíveis*” (Ibidem, p. 86). Ao mesmo tempo, o fato de que as grandes empresas possam acumular reservas e emitir ações junto ao mercado financeiro torna a criação de crédito menos relevante. Também este fator ajuda para a maior estabilidade econômica. Pois o financiamento pode agora ser realizado também com poupanças previamente realizadas e não com a criação de crédito que injetava poder de compra antes mesmo do aumento da produção da corrente de bens no sistema econômico. Deste modo, tanto as inflações como as deflações tendem a ser mais mitigadas. De forma geral, Schumpeter reafirmava o seu diagnóstico já presente na TDE, de que “*a trustificação (...) suaviza o curso normal e anormal dos acontecimentos*” (SCHUMPETER, 1982, p. 166).

A constatação de tal realidade oligopolista fazia com que Schumpeter, principalmente em CSD, criticasse veementemente a teoria econômica tradicional que trabalhava com os pressupostos irrealistas da concorrência perfeita. Além disso, ele considerava que nunca houvera de fato um período histórico compatível com ela. Para ele a concorrência perfeita não apenas era impossível como também inferior.⁵⁵ Schumpeter apontaria contradição flagrante na alegada superioridade de tal estrutura de mercado sobre o monopólio. Pois foi a partir do início do século

⁵⁴ O conceito de monopólio de Schumpeter, evidentemente, não se trata da posição pouco comum de um vendedor único num mercado, mas sim o de grandes firmas que tem participação elevada num dado ramo. (SCHUMPETER, 1979, p. 74)

⁵⁵ Schumpeter utiliza a expressão capitalismo concorrencial ou competitivo para descrever a estrutura típica do século XIX, em contraposição ao capitalismo oligopolizado do século XX. Todavia, o capitalismo concorrencial ou competitivo para ele jamais poderia ser, em nenhuma medida, confundido com as hipóteses restritivas do modelo de concorrência perfeita.

XX – período em que floresceram os grandes monopólios - que se observaram as maiores taxas de crescimento da produção, uma melhoria da renda real da população com o barateamento de mercadorias, sendo que tais efeitos positivos seriam mais pronunciados justamente nos setores com maior concentração de mercado. Para ele, o acelerado crescimento e desenvolvimento econômico do século XX não ocorrera apesar dos monopólios, mas em grande medida por causa deles.(SCHUMPETER, 1979, pp. 110-111)⁵⁶

As considerações acima são importantes na medida em que permitem visualizar como em Schumpeter o monopólio passa ser o lócus privilegiado da dinâmica econômica. Ao mesmo tempo, numa perspectiva de longo prazo, a limitação da concorrência através da concentração dos mercados, de formações de cartéis, era algo mais formal do que efetivo. Em primeiro lugar, Schumpeter desacreditava que a possibilidade de um monopólio puro, total num dado ramo de mercado, se efetivasse. *“O poder de explorar a seu bel prazer um dado padrão de demanda (...) dificilmente pode persistir por um período suficientemente longo a ponto de interessar à análise da produção total - a menos que seja apoiado pela autoridade pública (...)”* (Ibidem, p. 132). Em outras palavras, para Schumpeter o capitalismo oligopolista por si mesmo não poderia jamais abolir a concorrência num dado mercado, a não ser que houvesse a interferência extraeconômica do Estado. Ela prosseguia em outras bases, ditada pelos mecanismos próprios das grandes firmas. O maior poder de mercado da grande empresa e a maior estabilidade dos ciclos econômicos estariam longe de interromper a continuidade das lutas competitivas. Pois como frisa Schumpeter, *“a concorrência do tipo que agora temos em mente age não apenas quando existe de fato, mas quando é meramente uma ameaça onipresente. Ela disciplina antes de atacar (...)”*

⁵⁶ A suposta desvantagem econômica dos monopólios era um equívoco baseado na incompreensão de que *“Um sistema que em todos os pontos no tempo utilize plenamente suas possibilidades da melhor maneira possível pode, mesmo assim, no longo prazo, ser inferior a um sistema que não o faça em nenhum ponto no tempo (...) pois essa pode ser uma condição para o nível de velocidade de desempenho no longo prazo”* (Ibidem, p. 113). Mesmo as práticas restritivas dos monopólios – como, por exemplo, preços mais altos do que num mercado menos concentrado, prejuízos temporários estrategicamente planejados para expulsar rivais, patentes e produção abaixo da potencial - eram defendidas por Schumpeter. Pois tais práticas seriam justamente artifícios necessários no curto prazo, para que em longo prazo tais monopólios pudessem impulsionar a produção e a técnica, gerando mercadorias melhores e mais baratas. Na inteligente metáfora de Schumpeter, os monopólios, assim como os automóveis, *“andam mais depressa justamente porque têm freios”* (SCHUMPETER, 1979, p.119). Assim, a ideia de que os monopólios promoviam sempre preços mais altos por sua influência num dado mercado era verdadeira apenas se vista numa comparação estática com uma hipotética situação de livre concorrência. Como aos monopólios caberiam muitos métodos e estratégias econômicas superiores, eles fatalmente promoveriam, com o correr do tempo, aumentos gigantescos na produtividade que reduziriam os preços. A utilização da ciência e da tecnologia para fins econômicos também tendia a crescer de forma exponencial. Ao mesmo tempo, os melhores cérebros seriam inevitavelmente absorvidos por tais empresas, o que lhe proporcionava vantagens pela maior qualidade de seus técnicos, gerentes e engenheiros.

Em muitos casos, mas não em todos, isso forçará, no longo prazo, a um comportamento muito semelhante ao padrão perfeitamente competitivo” (Ibidem, p. 115). Assim sendo, mesmo que as grandes firmas não se defrontem no presente com um concorrente efetivo de peso, o fato de que não se pode prever como se dará a concorrência no futuro obriga que a busca por inovações seja incessante. Este elemento, somado aos fatos já mencionados de que haveria oportunidades infinitas de investimento e de que não haveria no capitalismo um problema crônico em longo prazo de falta de demanda ou subconsumo, tornavam o aumento da escala de produção e o progresso econômico inelutáveis.

Desta forma, aqui mais uma vez Schumpeter reafirma sua tese da ausência de obstáculos estritamente econômicos para o contínuo êxito da máquina capitalista. Pois a grande empresa, além de aprimorar a tecnologia e a produtividade, seria incapaz por si mesma de abolir a concorrência e gerar assim um estado de estagnação econômica. A maior estabilidade dos ciclos de negócios significava pura e simplesmente a depuração das flutuações mais abruptas do sistema econômico. As inovações, que continuavam para Schumpeter sendo o motor do desenvolvimento, continuavam a ser permanentemente estimuladas, agora com o benefício da possibilidade do planejamento em larga escala.

Por outro lado, e não menos importante, se não existiam empecilhos de ordem econômica no capitalismo oligopolista, mais complexos eram os reflexos da nova fase sobre o quadro institucional. Haveria uma mudança substantiva no papel da liderança que, como vimos, fora crucial na formulação de Schumpeter em sua TDE, em grande medida ainda pautada no capitalismo concorrencial e competitivo. O progresso econômico estaria agora automatizado, rotinizado e impessoalizado. A iniciativa individual extraordinária dos empreendedores/empresários individuais tendia a deixar de ter o papel decisivo no processo de inovação e evolução do sistema⁵⁷. A possibilidade de uma visão planejada de longo prazo que era praticamente impossível no quadro do capitalismo competitivo, acabava por tornar a criatividade e o “heroísmo” dos antigos empreendedores sem sentido. Agora o comportamento econômico tornava-se totalmente desprovido de carisma, passando a se apoiar na fria calculabilidade racional da grande empresa. E na medida em que o empresário se desfigurava como “indivíduo histórico”, era inevitável que isso acarretasse em traumáticas mudanças institucionais no capitalismo.

⁵⁷ “Isso significa a extinção de um sistema de líderes, cuja característica singular era que o sucesso em ascender a uma posição e o sucesso em ocupá-la eram essencialmente a mesma coisa” (SCHUMPETER, 1997, p.86)

Tal enfoque de Schumpeter incide diretamente na forma com que ele conceberá os lucros no capitalismo oligopolista. Como vimos, para ele toda inovação em si mesma significa uma posição monopolista temporária. Portanto, o lucro do empresário/empreendedor é então um ganho que só se sustenta enquanto a concorrência não tiver abolido tal posição monopolista. Com o processo de trustificação, os lucros das grandes empresas tendem a ser mais permanentes na medida em que a concorrência não atua de forma tão direta e imediata. Mas para Schumpeter haveria uma mudança fundamental no significado social de tais lucros - diferentemente do capitalismo concorrencial em que o *“empreendedor era aquele que era encontrado à cabeça das firmas (...) nos tempos das firmas gigantes, a questão é geralmente difícil de responder”* (SCHUMPETER, 1939, p.103). Há uma mudança do padrão institucional que faz com que os lucros sejam distribuídos de diferentes maneiras para *“acionistas, executivos (empreendedores ou não), empregados recebendo nas mais diferentes formas – como bônus, direitos e por aí vai – (...) a sua participação”* (Ibidem, p. 106). O lucro, não enquanto valor monetário em si, mas sim na qualidade de remuneração da ação empresarial enquanto tal, tende a se diluir e mesmo a sumir diante da mudança estrutural do sistema⁵⁸. Sendo assim, a especificidade e o sentido da ação dos empresários estariam profundamente desfigurados: se antes os lucros eram diretamente atribuíveis ao arrojo carismático dos empresários/empreendedores individuais, agora eles passavam a estar subsumidos à burocracia hierárquica e racionalizada da grande empresa. Em CSD, Schumpeter afirma que se tal processo se aprofundasse,

a base econômica da burguesia industrial acabará por se reduzir a salários, tais como os pagos pelo trabalho de administração, excetuando-se os remanescentes de quase rendas e ganhos monopolóides que devem durar por algum tempo (...) A unidade industrial gigante perfeitamente burocratizada (...) desaloja o empresário e expropria a burguesia como classe que, no processo, deve perder não apenas a sua renda, mas também, o que é infinitamente mais importante, sua função. (SCHUMPETER, 1979, p. 176)

⁵⁸ Napoleoni, discorrendo sobre a teorização de Schumpeter: *“No sistema industrial, baseado nas grandes sociedades por ações, o lucro ao contrário, pertence à firma e a sua distribuição torna-se um problema de política da firma (...) independentemente de quem tenha na realidade efetuado atividades empresariais”* NAPOLEONI, C. *O Pensamento Econômico do Século XX*. Lisboa: Divulgação e Ensaio, 1964, p. 54

A obsolescência da função empresarial e dos próprios motivos que constituíam a burguesia enquanto classe, apresentados na citação acima, nos remete para outra dimensão do desenvolvimento capitalista presente na visão de Schumpeter que abordaremos a seguir.

b.2) A esfera política e o Estado em Schumpeter

b.2.1) Apresentação

Para que possamos desenvolver a análise da esfera política e do Estado em Schumpeter, optamos por dividir nossa exposição em três partes aqui. Antes de tudo, faz-se necessário apreendermos o conceito de “ordem” em Schumpeter, dentro do qual ele analisa a dimensão social e política do capitalismo, ao passo que ele qualifica de “sistema” a dimensão mais propriamente econômica que acabamos de desenvolver nos itens anteriores. A seguir, abordaremos a análise que ele faz da difusão da racionalidade capitalista, fenômeno que para ele seria o motivo fundamental do quadro de crise da civilização burguesa. Tais passos nos serão necessários para, finalmente, situarmos como Schumpeter aborda o problema do Estado e da política em sua visão de capitalismo.

b.2.2) Sistema, Ordem e uma interpretação singular da história.

É também em seu texto “*A instabilidade do capitalismo*” de 1928, que Schumpeter pela primeira vez estabelece os conceitos fundamentais de “ordem” e “sistema”. Em sua análise do capitalismo, era possível distinguir um “sistema”: compreendido aqui como os ciclos econômicos de negócios produzidos pela máquina capitalista; de uma “ordem”: compreendida aqui como o quadro institucional da sociedade capitalista⁵⁹. É a partir desta conceituação que Schumpeter tentará desenvolver a sua explicação da civilização capitalista.

⁵⁹ “... quando quisermos (...) tratar da questão do que pode ser chamado de a sobrevivência institucional do capitalismo, falaremos, daqui por diante da ordem capitalista (...) quando falarmos (...) do sistema capitalismo, estaremos nos referindo a algo relacionado ao que os homens de negócios chamam de estabilidade ou instabilidade das condições comerciais.” (SCHUMPETER, 1997, pp. 70-71)

Historicamente, para ele, a transformação do capitalismo concorrencial em capitalismo oligopolizado teria acarretado numa inversão da situação em que se encontravam sistema e ordem capitalistas. No século XIX, ao lado de um sistema capitalista instável haveria uma ordem estável. Se economicamente o processo de desenvolvimento pautado em inovações era marcado por sucessivas aparições e falências de empresas, de “booms” e quebraadeiras generalizadas, existia por outro lado uma ordem social favorável ao “espírito de empresa” e à “livre iniciativa” que corroborava aquela situação. Já no século XX, ao lado de um sistema capitalista mais estável haveria uma crescente instabilidade da ordem capitalista. Surpreendentemente, a contradição entre ordem e sistema se torna ainda mais conspícua se retivermos aqui o que foi debatido na seção anterior, leia-se, que ao mesmo tempo em que o capitalismo das grandes empresas não apenas tornava o sistema econômico mais controlado, como também produzia uma possante máquina produtiva sem obstáculos, era justamente o momento em que a ordem institucional em vigência tendia cada vez mais a se tornar hostil ao próprio capitalismo.⁶⁰

Todo o problema é que tal crise da ordem capitalista tenderia, para Schumpeter, a paulatinamente desfigurar o próprio sistema, colocando em xeque a civilização capitalista em seu conjunto e abrindo a perspectiva de uma “*ordem de coisas que será ou não chamada de socialismo, dependendo de uma simples questão de gosto ou terminologia*” (SCHUMPETER, 1997, p. 87). Para ele haveria legitimidade em proclamar a estabilidade e o sucesso econômico do capitalismo do século XX em paralelo ao desmoronamento paulatino de sua ordem institucional. Ao mesmo tempo, mesmo que Schumpeter admitisse a interação entre as diferentes esferas – por exemplo, na ideia de que a crise da ordem capitalista acabava por reverberar no sistema econômico – ele sempre partia da premissa de que elas tinham uma lógica e autonomia próprias, ou melhor, os determinados “degraus de liberdade”, para usarmos a sua própria terminologia. Assim, Schumpeter poderia afirmar que

Em suma, a estabilidade econômica a que nos referimos, apesar de contribuir para a estabilidade, não é sinônimo deste e nem implica a sua existência. Esta opinião

⁶⁰ Wright dá uma versão interessante dos objetivos implícitos de Schumpeter em “*Capitalismo, Socialismo e Democracia*”, obra em que certamente Schumpeter mais refletiu sobre a perspectiva de derrocada do capitalismo. Utilizando um título incomum para um economista não vinculado à esquerda e, além disso, prevendo o fim do capitalismo, Schumpeter pôde com o livro atingir leitores que jamais conseguiria em outras circunstâncias, pois as mesmas pessoas que se interessaram em conhecer o livro em função do diagnóstico da vitória do socialismo realizado por Schumpeter, também puderam ler a sua entusiasmada defesa do capitalismo presente em várias passagens da obra. WRIGHT, D. M. *Schumpeter and Keynes*. In: WOOD, J. C. (org.) *Joseph A. Schumpeter: Critical Assessments*. Londres: Routledge, 1991. 4v

deve, naturalmente, parecer extremamente superficial para todos os que admitem a existência de uma relação tão estreita entre a esfera econômica e as outras esferas da vida social, como foi o caso, por exemplo, de Marx. (Ibidem, p. 70)

Também em um texto sobre o Manifesto Comunista de Marx e Engels, Schumpeter atribui a Marx justamente este olhar científico totalizante sobre a sociedade: *“Feição essencial do interesse marxista é que trata ele do processo social (analiticamente) e usa apenas um esquema conceitual em todas as partes. Exemplo: a maioria de nós usa o conceito de classe social para fins de sociologia unicamente (...) Em Marx, porém a classe social que é uma entidade sociológica que vive, sente e age é também a classe de sua teoria econômica”*.⁶¹

Schumpeter não comungaria da postura acima, que ele atribuiu a Marx. Mas qual então a justificativa de Schumpeter para tal separação analítica entre as esferas? De um lado, como já mencionamos, ele advogava “degraus de liberdade” para cada uma das esferas que compunha o todo social, mesmo que reconhecesse que houvesse certa influência mútua entre elas – ou influências mútuas entre “sistema” e “ordem” para usar sua própria terminologia. Mas isso não é tudo. A negativa de Schumpeter em abordar a totalidade social analiticamente como Marx, tinha a ver também com dois elementos que se combinavam em seu pensamento: 1) sua visão da mudança histórica e 2) sua teoria sobre as classes sociais.

Em primeiro lugar, ele buscava constituir uma teoria que, se não negava a relevância da contribuição marxiana, questionava a maneira que Marx utilizava o materialismo histórico na explicação da história concreta. O centro do problema para Schumpeter era a maneira pela qual Marx explicava os efeitos de determinadas relações de produção sobre as diferentes esferas da realidade. Ele admitia que tais relações de produção eram sim muito importantes e que deveriam ser levadas em conta. Todavia, para Schumpeter, a *“situação do princípio marxista pode ser (...) aprimorada pelo reconhecimento do fato de que as estruturas sociais podem sobreviver às condições de produção que as criou.”* (SCHUMPETER, 1939, vol2, p. 105)

A crítica de Schumpeter era então baseada na relativização da interdependência da situação social de uma época e sua efetiva estrutura produtiva – ou na terminologia marxista, suas forças produtivas e relações de produção. Deste modo, ele tinha ressalvas importantes à formulação

⁶¹ SCHUMPETER, J. A. A significação do Manifesto Comunista de 1848 na Sociologia e na Economia. In: LASKI, H. J. *O Manifesto Comunista de 1848*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 134. Trata-se aqui, da parte de Schumpeter, de uma postura semelhante a de Weber quando este afirma que *“a história econômica (...) não se identifica como pretende a concepção materialista da história, com a história total da cultura”* (Weber, 2004, p. 26)

marxiana, pois “*admitindo o efeito de condições passadas, ou então definir o conceito de relações de produção de modo tão amplo de sorte a incluir quase todas as relações e condições operantes em grupos humanos*” (SCHUMPETER, 1967, p. 137) - a ideia de correspondência entre o “econômico” e o “social” era de certa forma fragilizada⁶². Justamente por valorizar a ocorrência de atavismos na realidade social, ou seja, a permanência no presente de certas características sociais cuja origem remontava ao passado, é que ele questionava por muitas vezes a correspondência sincrônica entre as diferentes esferas.⁶³

Esta não sincronia entre as esferas postulada por Schumpeter teria uma importância crucial em duas dimensões de seu pensamento. Em primeiro lugar ela reforçaria a opção pela clivagem metodológica entre o estudo do “econômico” de um lado e entre as demais esferas. A não correspondência entre as esferas justificaria ainda mais, para Schumpeter, os “degraus de liberdade” de cada uma delas, permitindo que tal separação seja usada por ele não apenas como método para a teorização da economia mas também para o estudo efetivo da História. Em segundo lugar, ao salientar a importância do atavismo e das reminiscências do passado sobre o presente, Schumpeter acaba por apresentar um modelo de interpretação cujas transformações só podem ser lentas e paulatinas. Se a estrutura política e social da sociedade não responde sincronicamente às transformações da esfera econômica, é de se esperar que mesmo um sistema econômico dinâmico e revolucionário como o capitalismo não acarrete em transformações pronunciadas nas demais esferas. O presente estaria destarte sempre marcado pela continuidade de características institucionais, culturais e ideais de tempos distantes. Assim, toda situação social seria de certa forma herdeira de situações do passado e “*não apenas de sua cultura, de suas*

⁶² “A ‘superestrutura’ da lei, do hábito e assim por diante é sempre a última a se modificar, permanecendo sempre atrasada em relação à situação de vida real” SCHUMPETER, J. A. *Classes sociais num meio etnicamente homogêneo*. In: SCHUMPETER, J. A. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961b, p. 171. Assim, para Schumpeter, era de se esperar que a superestrutura do presente tivesse origens atávicas sendo inspirada pelas condições de reprodução social e econômica do passado.

⁶³ Schumpeter oferece vários exemplos históricos ao longo de sua obra que justificariam para ele tal ideia. No texto sobre o Manifesto Comunista, afirma que se Marx funciona muito bem “*na explicação das mudanças políticas e culturais que sobrevieram à sociedade burguesa do século XIX(...) falha em cheio (...) na explicação do aparecimento dos domínios feudais (...) no século VII – onde as ‘relações de produção’ (...) eram impostas pela organização político militar das tribos teutônicas conquistadoras*” (SCHUMPETER, 1967, p. 137). No seu ensaio sobre o Imperialismo afirma que “*A ordem constitucional e política dos normandos no Sul da Itália, não pode ser explicada pelas relações de produção vigentes no país*”. SCHUMPETER, J. A. *Sociologia do Imperialismo*. In: SCHUMPETER, J. A. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro : Zahar, 1967, p.86. Em *Business Cycles*, “*não é suficiente (...) saber (...) que as condições econômicas da Inglaterra até certo ponto explicam sua conduta perante os Estados Unidos na Guerra Civil. Isso não explicará porque (...) ela interveio em tal grau com a força das armas.*” (SCHUMPETER, 1939, p.700)

disposições, de seu espírito, mas também de elementos de sua estrutura social e concentração de poder” (SCHUMPETER, 1961b, p. 156).

Isto tudo guarda relação com a maneira pela qual Schumpeter aborda a dinâmica das classes sociais⁶⁴. Para Schumpeter, toda classe social é “*um órgão social especial, vivendo e agindo e sofrendo como tal e demandando uma compreensão como tal*”. (Ibidem, p. 130). Assim, a classe não pode ser deduzida de uma “*mera aglomeração de seus membros. É algo mais do que isso que não pode ser identificado nos comportamentos dos membros de classe isoladamente. A classe tem consciência de uma identidade (...) e seu `espírito característico`*” (Ibidem, p. 132). Assim, para Schumpeter, o pertencimento a uma dada classe passava pela consciência e experiência comum dos indivíduos, que comungariam de valores e atitudes em comum.

A definição de classe para Schumpeter era, desta forma, puramente sociológica e pautada num “espírito comum”, contrapondo-se às definições econômicas e/ou estruturais. “*A classe trabalhadora, no sentido que lhe é dado pela teoria econômica, inclui o advogado próspero e o abridor de valas*”. (Ibidem, p. 130) Isto seria um erro da teoria marxista que, segundo ele, derivava a posição sociológica de classes diretamente da estrutura econômica e que perderia de vista o fato de que diferentes assalariados comungavam de “espíritos” totalmente diferentes e logo não pertenciam à mesma classe. Assim, para Schumpeter a definição de classe não poderia refletir posições estruturais dadas por um determinado modo de produção, mas sim o élan e o sentido atribuído diretamente por seus membros.

A partir daí, Schumpeter se preocupa com os elementos que estão por trás das diferentes classes sociais. Aqui dois pressupostos importantes devem ser balanceados. De um lado, Schumpeter partia do pressuposto óbvio de que assim como um sistema econômico não era estático e se transformava, o mesmo ocorria com uma dada ordem institucional. Todavia, haveria sempre a sobrevivência de elementos que foram moldados no passado, e assim muitas vezes as classes se enrijecessem e perpetuassem quando as condições sociais que as criaram já desapareceram. Desta forma, “*as classes que coexistem em determinado período trazem as marcas de diferentes séculos, que surgem de condições que variam*” (Ibidem, p. 136).

Levando em conta tais premissas, Schumpeter busca então explicar as mudanças das famílias no interior de uma dada classe, as mudanças de uma família de uma classe para outra e

⁶⁴ O tema das classes sociais aparece em distintos textos e obras de Schumpeter. A elaboração mais detalhada de Schumpeter sobre o assunto está em seu longo ensaio “*Classes sociais num meio etnicamente homogêneo*” de 1926.

finalmente a ascensão e queda de classes inteiras. No que diz respeito à situação familiar, a sagacidade obstinada e prática na administração de determinada posição desempenha sempre papel importante, tanto para a ascensão intraclasse como para a ascensão interclasses. A diferença é que a ascensão de uma classe para outra sempre se observará em longo e não em curto prazo. A melhoria de uma posição numa dada classe ou mesmo a transgressão das próprias barreiras de classe seriam favorecidas ou não pela capacidade e habilidade de certos indivíduos desempenharem determinadas funções.

Assim, dentro de uma análise que levasse em conta um tempo mais alargado, as barreiras de classe não seriam tão intransponíveis quanto supunham muitos. Ainda na TDE Schumpeter alegava que *“na verdade os estratos superiores da sociedade são como hotéis que de fato estão sempre cheios de pessoas, mas pessoas continuamente mudando. Trata-se de pessoas que são recrutadas de baixo, numa extensão muito maior do que (...) estamos acostumados a admitir.”* (SCHUMPETER, 1982, 66)⁶⁵.

A partir dessa abordagem própria no que diz respeito à mudança social dentro de uma mesma classe ou em direção a outra, Schumpeter tira conclusões importantes. No caso específico da ascensão das famílias burguesas, ele questiona a importância que Marx atribuiria ao *“automatismo da acumulação”* (SCHUMPETER, 1961b, p. 144) que faria com que o capitalista que já tivesse acumulado capital significativamente sempre conseguisse *“mais lucros que o menor”* (Ibidem, p. 144). Tal ideia para Schumpeter minimizava a importância do comportamento e dos motivos específicos que permitiam certas famílias terem sucesso ou fracasso nos negócios. Haveria então diferentes padrões que deveriam ser levados em conta como a disposição de se poupar – logo, não consumir –, investir e fundamentalmente a questão da ousadia no ato de inovar⁶⁶. Aqui Schumpeter faz nítido eco com Sombart. Este último, também

⁶⁵ Em seu ensaio sobre classes sociais Schumpeter traz exemplos que corroborariam isto. Até o século XV, por exemplo, entre os povos germânicos *“nenhuma barreira legal impedia que o camponês se transformasse em cavaleiro”*. (SCHUMPETER, 1961b, p. 154). Ele também nos remete a um estudo de 1912 que mostraria que na indústria de algodão inglesa *“entre 63 e 85% dos industriais e outros líderes tinham saído diretamente da classe trabalhadora.”* (Ibidem, p. 135). É importante frisar que os empreendedores industriais para Schumpeter não conformavam uma classe enquanto tal, e provinham de diferentes segmentos como comerciantes, trabalhadores ou aristocracia. No caso dos trabalhadores, somente com o seu êxito como empreendedores é que eles poderiam ascender mediante suas fortunas adquiridas a algo que poderia ser chamado de classe capitalista ou burguesia. O mesmíssimo ponto de vista está presente em Sombart (1946, p.36)

⁶⁶ Tal liderança e ousadia empresarial denotariam um determinado tipo de comportamento que não era exatamente racional. Em sua análise sociológica do empresário, podemos ler que *“Enquanto no fluxo circular habitual todo indivíduo pode agir pronta e racionalmente (...) ele não pode simplesmente fazer isso quando se defronta com uma nova tarefa.”* (SCHUMPETER, 1982, p. 57). Seria destarte fundamental para a atividade empreendedora

criticava Marx por priorizar o “capital despersonalizado”, em detrimento da análise concreta dos móveis e esforços dos homens de negócios (SOMBART, 1946, p. 25).

Em suma, para Schumpeter, sob a égide do capitalismo concorrencial, a existência de recursos próprios prévios em nada adiantaria se o comportamento não fosse adequado para o desempenho da função empresarial. E na ausência destes recursos próprios, na medida em que os empreendedores fossem providos via crédito, poderiam lograr sim seus frutos, na medida em que tivessem capacidade de cumprir a contento sua função. A disposição individual para fugir da rotina e para se investir não poderia ser negligenciada em nome do automatismo impessoal da acumulação. Ao mesmo tempo, diferente de Marx, a importância da propriedade para a ascensão à burguesia é mitigada em Schumpeter, posto que a liderança por si só poderia ensejar os meios de acesso à classe capitalista⁶⁷.

É importante notar a visão da luta de classes que emana de Schumpeter. A ideia marxiana de que o conflito de classes seria a base da mudança histórica está longe de ser aceita por ele. “*A complexa tessitura das relações entre indivíduos e grupos contém, pelo menos, tantas margens de cooperação como brechas de cor antagonística*” (SCHUMPETER, 1967, p. 140) Em História da Análise Econômica, Schumpeter sugeriria ainda que a comunhão de interesses seria mais comum do que a oposição entre as classes. (SCHUMPETER, 1964, vol.2, p. 247).

uma extraordinária força de vontade para romper com as resistências à mudança oriundas do meio social. É certo que na medida em que a tarefa do empresário consiste “*precisamente em demolir a velha tradição e criar uma nova*”, ele terá para Schumpeter uma postura mais egocêntrica, na medida em que não conta com os costumes coletivos estabelecidos para sua ação. Entretanto, mesmo que Schumpeter identifique o período de ascensão da figura do empresário com o do advento do utilitarismo (Ibidem, p. 64), ele rechaça que o racionalismo hedonista seja uma característica decisiva do empreendedor. Apesar de sua definição de que a ação econômica é motivada pelas necessidades, o seu empresário não parece se mover apenas por motivações hedonistas de satisfazer as próprias necessidades tal como o modelo do “homo economicus”, e sim em direção a uma “*outra psicologia*” (Ibidem, p. 64). Nesta psicologia, figuraria “*o sonho ou desejo de se fundar um reino privado*”, “*o desejo de conquista*”, “*provar-se superior a outros*”, a “*aventura*” (Ibidem, p. 65). Assim, às vezes seria mais importante ter “*sucesso em nome, não de seus frutos*” (Ibidem, p.64). O desejo de reconhecimento social certamente autoriza a nosso ver certas interpretações que ligam a figura do empreendedor de Schumpeter a um tipo-ideal carismático tal qual exposto por Weber. Todavia, há de se ponderar que o líder empresarial, apesar de admirado dentro da ordem institucional do capitalismo concorrencial, por outro lado, devido a sua especificidade própria não seria tão “*facilmente entendido pelo público em geral como um discurso bem sucedido de um político ou pela uma vitória de um general no campo de batalha, para não insistir no fato de que parece agir (...) em seu próprio interesse.*” (Ibidem, p.63). Assim, para Schumpeter a atividade empresarial não seria dotada dos “*valores afetivos que são a glória de outros tipos de liderança social*”. (Ibidem, p. 65) Tais considerações são importantes na medida em que ilustram um dos aspectos da legitimidade frágil da burguesia, assunto que desenvolveremos em breve.

⁶⁷ “*Aqui a visão de Marx do capitalista é completamente revertida. Em vez de o homem que tem o capital é que cria o negócio, o que temos é que o negócio é que propicia o capital*”. MACDONALD, RONAN. Schumpeter e Max Weber – Central Visions and Social Theories. In: The Quarterly Journal of Economics. Vol. 79. n.3 (Ago., 1965), p. 380

Ao focar capacidade e aptidão dos indivíduos e famílias de exercerem papéis dirigentes socialmente, a teoria de classes de Schumpeter se aproxima muito mais da ideia da “circulação de elites”⁶⁸ de Pareto do que da concepção marxiana que as relações de produção antagônicas tendiam a levar as classes como um todo ao conflito. Em outras palavras, ao separar a dinâmica das classes das estrutura das relações de produção e ao salientar a questão do sentido e da capacidade de liderança, não haveria tanta margem para a oposição entre classes, pois ao tornar a dinâmica de tais classes dependente de fatores subjetivos e, ao mesmo tempo, ao salientar a possibilidade constante das mudanças na posição social, Schumpeter retirava importância de dispositivos estruturais que produzissem e reproduzissem os conflitos de classes.

Por fim, se a história não é movida pela “luta de classe”, mas sim pelas “minorias dominantes”, como Schumpeter explica ascensão e queda de classes sociais como um todo? Aqui também ele enfatizará a “ligação entre a situação social de uma classe e a sua função”; o êxito global de uma classe dependerá da qualidade de suas lideranças em exercerem um dado papel e assim se cacifarem sobre o meio social. Marx teria atentado muito mais para o aspecto de opressão que leva uma classe a ser dominante e, desta forma, negligenciou os motivos pelos quais tal classe obtém a legitimidade para se tornar hegemônica. Para Schumpeter, a teoria da acumulação primitiva que afirma que o capitalismo surgira através da violência, subjugação e roubo pode até estar certa, entretanto ela não “*resolve o problema, que é explicar de que modo algumas pessoas adquiriram o poder de subjugar e roubar*” (SCHUMPETER, 1979, p. 34)

Contudo, se é verdade que cada classe está ligada a uma dada função social exercida, por outro lado é comum que a situação social e material de determinada classe pode sobreviver por muito tempo à obsolescência de sua função. Trata-se aqui do fenômeno do atavismo, transposto à questão das classes sociais. O tratamento dado por Schumpeter à nobreza é exemplar nesse sentido. Originalmente, a função militar que cabia à nobreza no período feudal era a base de seu poder político na sociedade e essa função lhe conferia legitimidade, o domínio senhorial, privilégios e deveres diante dos indivíduos por ela comandados. Posteriormente, com a formação de exércitos nacionais que incorporavam outras camadas da sociedade, haveria uma relativa

⁶⁸ Em texto sobre o legado de Pareto, Schumpeter elogia sua teoria que “*apóia-se na proposição de que todas as sociedades consistem em massas heterogêneas de membros (...) e estão estruturadas de acordo com a aptidão desses membros para as correspondentes funções sociais (...). Com uma expressão que lembra a primeira sentença do Manifesto Comunista, Pareto proclamou que a história é essencialmente a história da sucessão das aristocracias. (...)O processo histórico não é o resultado do conflito de classes sociais como um todo, mas o resultado do conflito de suas minorias dominantes.*” SCHUMPETER, Vilfredo Pareto. In: *Dez Grandes Economistas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958b, pp. 137-140.

desmilitarização da nobreza e a consequente perda de sua função original. Ao mesmo tempo, a patrimonialização da terra e do próprio indivíduo nobre tornava mais frouxos seus laços com aqueles com quem formava a comunidade feudal original⁶⁹.

Ao mesmo tempo, o surgimento de Estados Nacionais tornava a nobreza menos autônoma. Mesmo que o Rei tenha incorporado a velha aristocracia à Corte e ao governo de forma geral, em muitos casos acabou prejudicando-a e subjugando-a, inclusive em alianças com outras classes sociais. Todavia, mesmo com a perda de sua antiga função, a nobreza continuava não apenas aferrada ao militarismo e exercendo ainda grande influência no exército, como também exercendo grande influência política e social. Com seus hábitos de comando adquiridos, seu encanto místico e atitude senhorial, e munida de relações familiares privilegiadas, ela logrou manter seu status no quadro das monarquias nacionais para além da perda de seus antigos papéis, sendo agora atada à legitimidade das diferentes dinastias.

É fundamental frisar que a própria burguesia fora para Schumpeter extremamente dependente politicamente das monarquias absolutistas, tanto do soberano quanto de seus demais elementos aristocráticos. Em CSD, seu argumento é de que se de um lado era o desenvolvimento capitalista que permitia que Rei, Corte, Exército e Igreja obtivessem uma maior apropriação das rendas, por outro lado, era o *“material humano da sociedade feudal”*, que *“comportava-se de acordo com padrões pré-capitalistas”*, e que *“enchia os escritórios de Estado (...) imaginava políticas – funcionava como uma classe dirigente e embora levando em conta os interesses da burguesia, tinha o cuidado de se distanciar da burguesia. Tudo isso era mais que atavismo. Era uma simbiose ativa de dois estratos sociais em que (...) um sustentava o outro economicamente e, por sua vez, era sustentado pelo outro politicamente* (SCHUMPETER, 1979, p. 178).

Deste modo, *“o elemento aristocrático continuou a mandar até o final do período do capitalismo intacto”*⁷⁰ e mesmo que tivesse que abrir mão de privilégios, ele permanecia no controle da máquina governamental. Mesmo que tal elemento se aproveitasse das oportunidades capitalistas, seu *“ethos”* ainda era feudal. Sua preeminência enquanto classe dominante era sim

⁶⁹Schumpeter descreve como patrimonialização da terra e do indivíduo – provavelmente sob influência de Weber - o processo em que os rígidos deveres e obrigações sociais da nobreza feudal passaram paulatinamente a ser obscurecidos pela transformação da terra em patrimônio - suscetível agora a produzir renda - e por uma atitude mais individualística diante da riqueza. Tal processo teria se iniciado para ele no século XIV e só seria concluído no século XIX na Europa. A esfera privada, portanto, começava a se sobressair, ainda que permanecesse imbricada com deveres e privilégios típicos da esfera pública. De toda forma tratava-se para ele de uma nítida desfiguração das funções originárias da nobreza. (SCHUMPETER, 1961b, p.172)

⁷⁰ Quando fala *“intacto”* Schumpeter se refere ao capitalismo de tipo concorrencial ou competitivo.

produto de seu prestígio oriundo de tradições do passado, mas que por outro lado era um prestígio tão grande e tão útil para dirigir o Estado que a sua posição de classe “*sobreviveu às condições sociais e tecnológicas que a fizeram nascer e provaram-se adaptáveis, através de uma transformação da função de classe, às condições sociais e econômicas muito diferentes.*” (Ibidem, p. 179)

Ao prestígio atávico e continuado da nobreza, Schumpeter contrapunha a débil legitimidade política da burguesia. Enquanto a primeira fora nos primórdios “*dona e senhora de todas as esferas da vida*” (SCHUMPETER, 1961b, p. 180) e mantinha até hoje sua confiança e aptidão para governar, a segunda era dotada de representantes que “*fora de seu escritório (...) fora de sua profissão (...) constituem uma figura muito tímida*” (Ibidem, p. 118). O sucesso econômico burguês não teria nem de longe o potencial de atração emocional que ainda era obtido pelos extratos aristocráticos. Assim, sua liderança econômica não se desdobrava diretamente em liderança política, tal como ocorria com a liderança militar dos senhores da Idade Média⁷¹. Aliás, o calculismo e pragmatismo do burguês, muitas vezes traziam a indiferença e até mesmo a repulsa, mesmo nos casos de empreendedores ousados como mencionamos na citação mais acima.

A consequência inelutável de tal capacidade atrofiada de liderança da burguesia era a sua incapacidade política de dirigir sozinha a sociedade. “*Sem a proteção de algum grupo não burguês, porém, a burguesia é politicamente indefesa e incapaz não apenas de liderar sozinha a nação, mas até mesmo de tomar conta de seu particular interesse de classe. O que é o mesmo que dizer que ela precisa de um senhor*” (SCHUMPETER, 1979, p. 181)⁷².

Deste modo, as considerações de Schumpeter que emanam de sua teoria de classes sugerem que a burguesia enquanto classe estava entre a cruz e a espada. De um lado, sua autonomia política era inexistente devido à sua incapacidade de governar sem os elementos de origem feudal. Por outro lado, sua própria legitimidade social era tênue e só no capitalismo competitivo, portanto, é que haveria uma ordem institucional relativamente favorável a ela, na medida em que sua liderança econômica era então imprescindível e em que, ao mesmo tempo, o êxito individual

⁷¹ “*A bolsa de valores é um pífilo substituto para o Santo Graal*” (SCHUMPETER, 1979, p. 180)

⁷² Uma objeção quase automática ao julgamento da burguesia por Schumpeter seria certamente confrontá-lo com as evidências históricas de inúmeros conflitos em que a burguesia se insurgiu politicamente com força contra a aristocracia e a Coroa, a eclosão de revoluções burguesas, etc. Todavia seu argumento era de que ela poderia sim ter êxito como oposição política, mas sempre seria débil na condução efetiva dos rumos do Estado. (Ibidem, p. 181)

parecia estar mais associado ao sucesso, independentemente inclusive da classe social de origem. Independentemente da crescente riqueza acumulada pela burguesia, ao não persistirem motivos e sentidos sólidos e legitimados socialmente para seus membros e ao não haver, por tabela, também uma efetiva liderança que esposasse e defendesse a contento seus valores, sua posição política naturalmente era debilitada.

Ademais, na medida em que, como vimos, o capitalismo oligopólico desfigura tal função, dissociando o êxito individual do sucesso da grande corporação como um todo, a burguesia inclusive perdia o ténue solo no qual se sustentava sua parca legitimidade. O êxito econômico do próprio capitalismo trazia consigo um processo de racionalização social que destruía tanto a possibilidade da continuidade dos elementos atávicos do qual ela dependia na esfera política, como também dos mecanismos institucionais que permitiam a aceitação social de sua conduta, processo este que debateremos no próximo tópico.

b.2.3) A racionalidade capitalista versus o próprio capitalismo

A análise feita acima deve necessariamente ser complementada pelo papel chave que tem o conceito de racionalidade no pensamento de Schumpeter. Mais precisamente, para Schumpeter é a difusão da racionalidade sob o capitalismo que será a grande responsável de um lado por anular de vez o tímido encanto e carisma que sustentavam politicamente a burguesia, ao mesmo tempo em que a mesma racionalidade pavimentava o caminho para aquilo que ele chamava de Socialismo.

Assim, o balanço que Schumpeter faz acerca da difusão do capitalismo, é contraditório. De um lado, em CSD lemos que *“Não apenas a moderna fábrica mecanizada e o volume de produção que dela jorra, não apenas a tecnologia moderna, mas todas as características e conquistas da civilização moderna são direta, ou indiretamente, produtos do processo capitalista”* (SCHUMPETER, 1979, p.165). O avanço da ciência e suas aplicações; o ascenso da liberdade de pensamento, mente e corpo; a ideia de democracia e todo um estilo de vida que valoriza o indivíduo e suas aspirações seriam para Schumpeter corolários do avanço capitalista. Schumpeter, desta forma, imputa todo este avanço civilizatório à disseminação do capitalismo.

A mola propulsora de todo esse movimento seria justamente o processo de racionalização social. Haveria para Schumpeter um nítido paralelo entre o triunfo da razão e a necessidade econômica. A lógica por muitas vezes utilitária, quantificadora e calculadora da ação econômica tendia a racionalizar diferentes campos da vida. Ideias e comportamentos são racionalizados e uma atitude mais pragmática diante da vida aflora. E, na medida em que o desenvolvimento econômico capitalista passava a envolver uma dimensão crescente da vida social, a racionalidade irresistivelmente tendia a se espalhar por todos os poros da sociedade, eliminando os particularismos e misticismos de origem feudal e religiosa. “*Nesse sentido, o capitalismo – e não apenas a atividade econômica em geral foi, afinal de contas, a força propulsora da racionalização do comportamento humano*” (Ibidem, p. 165).

Desta forma, não apenas a burguesia e os empreendedores, mas todos os indivíduos “*democratizaram-se, individualizaram-se e racionalizaram-se*” (SCHUMPETER, 1961, p.92). Democratizaram-se, pois os privilégios e poder tradicional deram lugar a uma mutação constante posta em movimento pela nova vida industrial. Individualizaram-se, pois as oportunidades subjetivas substituíram fatores objetivos imutáveis. Racionalizaram-se, pois a instabilidade da situação econômica fazia a vida depender de decisões racionais. Assim, o capitalismo tendia a moldar o sentido das atitudes de todos, capitalistas, nobres, operários, jornalistas, intelectuais e até mesmo os camponeses⁷³.

Todavia, por outro lado, todo o progresso que a racionalização do sistema econômico incutia era não apenas incapaz de garantir uma ordem capitalista estável, como acabava por miná-la. A demolição dos antigos preconceitos, superstições e comportamentos irracionais não produzia um substituto à altura para sustentar o edifício social racionalista. Era como se o “desencantamento do mundo” – para usar a expressão de Weber – tivesse ido longe demais, a

⁷³ Evidentemente a análise de Schumpeter é profundamente influenciada por Weber quanto ao papel da racionalização trazido pela modernidade capitalista. No entanto, há uma importante qualificação ausente na forma com que Schumpeter trata o conceito. Em *Economia e Sociedade*, Weber separa o que chamava de racionalidade formal - dada pelo cálculo tecnicamente possível aplicado pela gestão econômica, da racionalidade material ou substantiva- que diz respeito aos aspectos valorativos da atividade economicamente orientada. WEBER. M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília; São Paulo: UnB: IMESP, 2004b, p. 52. Weber considerava que “*o fato de que o máximo possível de racionalidade formal seja possível apenas quando os trabalhadores estejam sujeitos à dominação dos empresários é um caso específico da irracionalidade substantiva do sistema econômico capitalista*” (Ibidem, p. 90). Em *História Econômica Geral*, a mesma ideia é formulada quando Weber que a na economia e em outras ciências, haveria uma “*luta da racionalidade formal com a material*” (WEBER, 2004, p.141).

ponto de produzir tanta desarmonia que o próprio quadro institucional do capitalismo passava a ter os dias contados.

A racionalização atingia em cheio o empreendedor, que era ao mesmo tempo o próprio “cérebro” e o “herói” do capitalismo e que, para Schumpeter, cumpria um “*papel criador (...) revolucionário*” (SCHUMPETER, 1967, p. 145). Se é verdade que o comportamento do empreendedor em si mesmo não era sempre racional, por outro lado “*o sucesso empresarial era suficientemente fascinante para todos (...) de modo a atrair a maioria dos melhores cérebros e assim gerando mais vapor para a máquina racionalista.*” (SCHUMPETER, 1979, p.165). Assim, era inevitável que o próprio sucesso empresarial fomentasse a racionalização e burocratização das empresas num processo cujo ápice seria os grandes monopólios.

Desta forma, o “heroísmo” empresarial, que já era de certa forma limitado no quadro do capitalismo concorrencial, era agora suplantado pela rotinização “anti-heróica” das grandes empresas⁷⁴. Mesmo que o empreendedor/empresário em si não conforme uma classe, era nele que a burguesia recrutava seus elementos e era com ele que se produzia sua fortuna.⁷⁵ Assim como ocorrera com os antigos guerreiros, os empresários perdiam a sua função, afetando assim a posição social de toda a burguesia. Só que no segundo caso haveria uma diferença crucial: aqui não era possível que sobrevivesse um atavismo que mantivesse a burguesia como classe devido à impessoalidade do papel empreendedor nas novas corporações. Pois afinal, em Schumpeter a própria ideia de classe dependia de um espírito comungado por seus indivíduos, um espírito que valorizava a liderança específica do burguês e do empresário. Já o élan do capitalismo oligopolizado era bem outro: “*nas grandes empresas há uma tendência a atribuir valor negativo a qualquer orientação das figuras de liderança no sentido de engrandecimento pessoal (...) e (...) substituir o lucro pessoal por outros motivos (...) – prestígios nos círculos técnicos, interesse em ‘problemas’(...)*” (SCHUMPETER, 1961b, p. 150). Assim, a ascensão dos bem remunerados gerentes de colarinho branco que se opunham na maneira de agir à antiga classe capitalista, jogavam água no moinho da deslegitimação capitalista (SCHUMPETER, 1939, p. 698).

⁷⁴ “A personalidade e a vontade contam menos em ambientes que já se acostumaram a mudanças econômicas (...) e que em lugar de resistir, a aceitam com naturalidade”. (SCHUMPETER, 1979, p. 174)

⁷⁵ “A classe burguesa os absorve – os empresários – e a suas famílias e conexões, assim recrutando-se e revitalizando-se permanentemente (...) o grosso do que chamamos de industriais, comerciantes, financistas e banqueiros; estão no estágio intermediário entre a aventura empresarial e a mera administração corrente (...) Econômica e sociologicamente (...) a burguesia depende portanto do empresário e, como classe, vive e morrerá com ele, embora seja provável que ocorra um processo de transição mais prolongado.” (Ibidem, p. 176)

Com o declínio da função empresarial e da burguesia, era a própria ordem capitalista que estava em xeque. Pois afinal esta última era inconcebível para Schumpeter sem os motivos e sentimentos que lhe eram próprias: “*O capitalismo (...) “significa um sistema de valores, uma atitude frente à vida, uma civilização, enfim uma civilização de desigualdade e de fortunas herdadas. É essa civilização que desaparece.*” (SCHUMPETER, 1979, p. 522). Assim, o capitalismo, com seus valores individualistas tendia a soçobrar diante do processo de racionalização em curso. O enfraquecimento dos motivos compartilhados pela classe burguesa tornava a manutenção de sua civilização uma tarefa condenada.

Ao mesmo tempo, a própria evolução do capitalismo fizera sentir seus efeitos racionalizantes em outras classes sociais. “*Ao romper a estrutura pré-capitalista das sociedades, o capitalismo rompeu não apenas com as barreiras que lhe impedem o progresso, mas também os esteios que lhe impedem o desmoronamento*” (Ibidem, p.181). Para Schumpeter, artesãos, camponeses, corporações de ofício, senhores conformavam grupos sociais de origem pré-capitalista, mas que poderiam emprestar parte da harmonia e da legitimidade de seus mundos para a estabilidade social sob o capitalismo. Seja pela ação econômica da concorrência, seja pelas lutas políticas democratizantes que aboliram privilégios e exclusividades, estas “camadas protetoras” , como dizia Schumpeter, foram destruídas enquanto classes sociais. Com elas, também sucumbiram as antigas lealdades tradicionais que estabilizavam a ordem social, uma perda que para Schumpeter não afetava apenas o senhor, mas também afetava o patrão capitalista.⁷⁶

Da mesma forma que foram destruídos os alicerces atávicos ao longo da história do capitalismo, agora o capitalismo oligopólico também estaria atacando o terreno econômico de classes intermediárias como o pequeno produtor e comerciante que passavam ou a sucumbir ou a se associar à grande empresa. A possibilidade do êxito individual pelos próprios méritos a tantos homens, fator que ajudara a legitimação do capitalismo concorrencial e da “livre iniciativa”, parecia se esfumar. Colaborava para isso a própria desfiguração⁷⁷ da propriedade implícita na

⁷⁶ “*A presteza do trabalhador em obedecer ordens nunca se deveu a uma crença racional nas virtudes da sociedade capitalista ou a uma percepção racional de quaisquer vantagens que lhe viessem pessoalmente. Deveu-se à disciplina inculcada pelo predecessor feudal de seu senhor burguês (...) Ao lutar contra a camada protetora, ao aceitar igualdade na esfera jurídica, (...) a burguesia perdeu essa vantagem.*” (SCHUMPETER, 1979, p. 271)

⁷⁷ “*A propriedade desmaterializada, desfuncionalizada e ausente não tem o mesmo impacto e não atrai tantos compromissos morais quanto à forma vital de propriedade (...) não restará ninguém que realmente se importe com ela*” (Ibidem, p. 184). A especialização, a divisão do trabalho e a socialização da produção tornam o destino como um todo da empresa mais distantes de seus dirigentes – agora tornados executivos e gerentes assalariados.

grande corporação moderna. Mesmo os trabalhadores, que para Schumpeter antigamente viam na liberdade de contrato um elo que os ligava ao individualismo da ordem capitalista – na medida em que este permitia oportunidades reguladas por suas escolhas próprias – agora se defrontavam com contratos que eram cada vez mais formalizados, burocratizados e impessoais.

Em suma, a impessoalidade das relações sociais trazida pela racionalidade capitalista acabava sendo incompatível com o próprio individualismo da civilização burguesa. Talvez isso fique mais claro ao mencionarmos a análise que Schumpeter faz do utilitarismo. Ele pensava que, para além dos efeitos em grupos e classes sociais específicas, a racionalização social suscita globalmente um comportamento utilitário, que mesmo sendo ele próprio produto do capitalismo, se contrapõe à ordem burguesa. As promessas brilhantes de progresso e prosperidade ensejadas pelo desenvolvimento econômico, apesar de plausíveis para Schumpeter, só frutificariam no longo prazo. E como o utilitarismo prega a busca racional pelas necessidades e desejos imediatos para todos, ele acaba por se chocar com os pressupostos institucionais do capitalismo. Destarte não haveria como compatibilizar o espírito individualista com relações sociais cada vez mais despersonalizadas. Pois afinal, *“Para as massas é a visão de curto prazo que interessa (...) do ponto de vista do utilitarismo individualista, estão sendo perfeitamente racionais ao pensarem assim”* (SCHUMPETER, 1979, p. 188). Ou então, *“nenhum sistema pode funcionar exclusivamente baseado em contratos livres entre partes contratantes (juridicamente) iguais e onde se parta do princípio de que todos são guiados apenas por seus próprios fins utilitaristas (de curto prazo)”* (Ibidem, p. 520). Nesse ponto Schumpeter acaba por sugerir nada menos que a incompatibilidade entre a ordem capitalista e a própria democracia, aspecto que ainda retomaremos na próxima seção.

Antes disso, ademais, vale frisar que mesmo os avanços econômicos e de qualidade de vida verificados até então, longe de melhorarem o quadro, tendiam a piorá-lo. *“A vida melhor que criou a hostilidade ao capitalismo”* (SCHUMPETER, 1991, p. 342) afirma Schumpeter em contraposição à tese de que a insatisfação das massas adviria de seu empobrecimento e das agruras das crises capitalistas. Não apenas as condições materiais melhores, mas também a

Nem mesmo os grandes acionistas teriam, nem de longe, a mesma entrega e relação emocional com as empresas que os antigos empresários. Em *“An Economic Interpretation of Our Times”*, escrito em 1941, Schumpeter comenta com certa ironia o fato de que o dirigente de uma grande empresa diante de uma greve teria ido à praia passar férias, uma atitude impensável em outros tempos quando os proprietários presentes e empreendedores tinham uma relação muito mais pessoal com seus negócios. (SCHUMPETER, 1991, p. 378).

difusão do conhecimento dos direitos e a dessacralização e laicização sociais, fenômenos que ajudaram e foram ajudados pela ascensão da burguesia, passavam a voltar-se contra esta última.

Todavia, coerente com sua teoria das classes sociais, para Schumpeter as massas por si mesmas não poderiam tornar efetiva e coerente a hostilidade ao capitalismo⁷⁸. Seria necessário para tanto a influência da liderança dos intelectuais. Estes, multiplicados em número pelo próprio progresso civilizatório que criara escolas e universidades, não podiam por outro lado ser absorvidos a contento pela ordem vigente. Deste modo, refratários ao status quo, os intelectuais catalisam, ordenam e teorizam a hostilidade social latente. Assim como a burguesia assentava sua autoridade e conquistas na razão, da mesma forma faziam os intelectuais. A argumentação lógica dos intelectuais não poderia ser combatida com argumentos irracionais como outrora. Pelos mesmos motivos, a liberdade de discussão pública não poderia ser simplesmente anulada⁷⁹.

Desprovida de sua função e legitimidade, acuada pela hostilidade social crescente, a burguesia enquanto classe cada vez mais se desfigura. E aqui pesam não apenas as pressões da sociedade, mas também fatores e valores internos da própria burguesia. “*Se perde a ética capitalista que aprecia o trabalho para o futuro*” (SCHUMPETER, 1979, p. 207). Ou seja, não há mais o estímulo para se poupar, investir e acumular como antes. A sua antiga disposição empresarial “romântica”, e não-hedonista se dissolve em meio a uma atitude racionalizada perante a própria vida⁸⁰. A própria ordem burguesa “*já não tem sentido algum para a própria burguesia*” (CSD, 208) e por isso a sua resistência enquanto classe ao processo em curso é tão tímida. Na realidade - talvez mais inconscientemente do que conscientemente - a própria burguesia era mais responsável por tal processo do que os próprios líderes do movimento operário. Schumpeter chega a afirmar de forma irônica que: “*os verdadeiros construtores do*

⁷⁸ “*A massa popular nunca desenvolve por iniciativa própria, opiniões definidas*” (Ibidem, p.189)

⁷⁹ “*A liberdade que a burguesia desaprova não pode ser esmagada sem que se esmague também liberdade que ela aprova*” (Ibidem, p.195).

⁸⁰ A racionalização da vida privada para Schumpeter, entre outros exemplos, fazia com que burguesia tivesse menos filhos e, portanto, menos necessidade de poupança tanto para sustentar como para deixar herança para suas cada vez menores famílias. A família burguesa, núcleo fundamental desta classe em seu período áureo, perdia importância. Também a busca por imitar o padrão suntuário da nobreza (com seus palacetes, etc...) perdia terreno, e a poupança necessária para alcançá-lo dava lugar a um comportamento mais pragmático e de curto prazo. Também a necessidade de acumulação de riqueza para o consumo da burguesia diminui, na medida em que o avanço técnico barateia o preço das mercadorias. É importante notar que se para Schumpeter a poupança prévia não era condição para a ascensão econômica inicial, nem por isso ela deixava de ser fundamental como barômetro da riqueza acumulada e da disposição de investir para o futuro. Assim, a queda relativa de sua importância era também indicativa do declínio da ordem capitalista.

socialismo não são os intelectuais e agitadores que o defendem, mas os Vanderbilt, os Carnegie e os Rockefeller” (Ibidem, p. 176).

Assim, portanto, toda a elaboração de Schumpeter vai no sentido de mostrar como evolução do capitalismo não apenas destrói a ordem capitalista como pavimenta o caminho um novo tipo de sociedade: o socialismo⁸¹. Pois não apenas o sistema econômico enquanto tal havia passado pelo processo de concentração econômica e de “socialização da produção”, que engendraram o planejamento consciente das grandes empresas, mas também o processo de racionalização em curso havia conduzido a mentalidade social para tal mudança. A frágil legitimidade capitalista, em última instância, sempre dependera de uma espécie de carisma de certa forma irracional, e que na realidade se mostrara um pálido substituto para a legitimidade oriunda do ethos tipicamente feudal. Com a difusão irresistível do processo racionalização – que inclusive demolira os esteios pré-capitalistas de autoridade de que a própria burguesia dependia para Schumpeter – nada poderia deter o caminho ao socialismo.

Para Schumpeter, o socialismo seria o ponto culminante, o suprassumo da racionalização. Isto é, o socialismo brotaria diretamente do avanço constante da razão. Quanto mais racionais as relações econômicas, mais fortes ficariam as tendências de planejamento econômico em detrimento do jogo de um “livre mercado”. Quanto mais burocratizadas as relações sociais, quanto mais impessoais, haveria uma maior margem para a socialização em detrimento do individualismo burguês. Da mesma forma, tais tendências racionalizantes e burocratizantes em curso tendiam naturalmente a acentuar o domínio do Estado sobre economia e sociedade. Assim sendo, o socialismo, segundo Schumpeter, seria portanto algo muito mais evolucionário do que revolucionário. Para Schumpeter, o próprio Marx endossaria tal perspectiva gradual de transição, pois ele afirmava que para o último *“A evolução era a mãe do socialismo. Ele estava demais impregnado do sentido da lógica inerente às coisas sociais para acreditar que a própria revolução substituísse qualquer obra da evolução”*. Por outro lado, ele se afastava de Marx no

⁸¹ *“O processo capitalista não apenas destrói o seu quadro institucional, mas também cria condições para outro”* (Ibidem, 209) Vale lembrar que a noção de socialismo em Schumpeter implica simplesmente no advento de uma sociedade cujos meios de produção são controlados pelo Estado de forma legal e burocrática. Seu ponto de vista é, portanto, distinto da concepção marxista, que vê no socialismo um processo libertador, onde os homens, livres da alienação e da opressão anteriores, podem finalmente dispôr de si mesmos e construir assim um novo homem e uma nova história. O próprio Schumpeter tinha plena consciência disso. *“Não é apenas o socialismo, no sentido definido neste livro que é tão prognosticável. Nada mais o será. Em particular, há poucos motivos para se acreditar que esse socialismo signifique o advento da civilização com que sonham os socialistas ortodoxos. É muito mais provável que tenha aspectos fascistas. E isso sem dúvida seria uma resposta muito estranha às orações de Marx. Mas a história às vezes distrai-se com piadas de gosto duvidoso.”* (Ibidem., p.452)

que dizia respeito ao papel das classes sociais. “*O socialismo (...) nada tem a ver com a presença ou ausência de classes sociais*” (SCHUMPETER, 1979, p. 37)⁸². Assim, sendo produto de um processo impessoal, global e sem sujeito, o socialismo não seria produto da atividade consciente de classe. Principalmente após a Primeira Guerra Mundial, enfatizar como centro do padrão institucional o contraste entre proprietários e não proprietários seria algo “*totalmente irrealista*” para ele (SCHUMPETER, 1939, p. 699)

No modelo de socialismo schumpeteriano não seriam as massas enquanto tais que seriam as novas dirigentes do processo social e econômico. Mais uma vez, a questão seria decidida por uma “elite”, que lideraria a nova estrutura vigente. Assim, era impossível que ele visualizasse “*nas condições da sociedade moderna, uma organização socialista sob outra forma que não a de um imenso e abrangente aparelho burocrático*” (SCHUMPETER, 1979, p.261) Mas a direção burocrática não implicaria necessariamente em perda de eficiência. Aliás, em tese, o socialismo, não apenas seria um projeto totalmente factível, como alcançaria níveis de eficiência inclusive maiores que o capitalismo, na medida em que a racionalização econômica poderia atingir seu máximo⁸³. Mas o fato é que Schumpeter se apoiava em modelos hipotéticos para sua análise conjectural sobre o socialismo. O exemplo concreto da URSS era profundamente criticado por ele. A transição soviética teria sido muito mais uma consequência de erros políticos das elites

⁸² Já em 1920, num texto publicado apenas em alemão intitulado “*Possibilidades contemporâneas do socialismo*”, ele já colocava a questão de forma semelhante “*Pode a tendência ao socialismo ser reconhecida independentemente dos desejos e tendências políticas (...) A questão só pode ser respondida com diretamente com um sim*”. Schumpeter apud DAHMS, H. F. From Creative Action to the Social Rationalization of the Economy: Joseph A. Schumpeter's Social Theory. In: Sociological Theory, vol.13, n.1, (Mar.1995), p. 7.

⁸³ Teoricamente para Schumpeter, haveria vantagens extremamente relevantes. A incerteza e indeterminação do capitalismo deixariam de existir. (SCHUMPETER, 1979, p. 248) A planificação socialista permite ver melhor o longo prazo em relação inclusive à grande empresa monopólica. A disciplina e as poupanças necessárias seriam obtidas de forma mais pronta e direta. Em suma, haveria um grau maior de racionalidade. (Ibidem, 250). Crises e desempregos poderiam advir, mas em grau menor. Inclusive as inovações seriam favorecidas, pois antigas estruturas e métodos seriam prontamente abandonados diante de uma escolha consciente. Não menos fundamental seria a maior adesão moral existente no socialismo. E como o próprio capitalismo moderno havia diminuído para Schumpeter o desejo de riqueza (Ibidem, p. 264), o “ethos” burguês não causaria grandes empecilhos. Vale notar que tal análise de Schumpeter é diametralmente oposta a de seus compatriotas Von Mises e Hayek, que postulavam não apenas ineficiência, mas também a virtual impossibilidade teórica do socialismo, devido à sua impossibilidade de coordenar a produção sem o sistema de preços de mercado. Se a crítica de Oscar Lange aos austríacos ia ao sentido de afirmar a possibilidade de cálculo de preços via planificação assim como ocorria com livre mercado, já a posição de Schumpeter se baseava na ideia de que o capitalismo moderno e racionalizado há muito já tinha abolido o livre mercado na determinação de preços e que, portanto, o problema de Hayek e Mises era irrelevante. (MARZ, p. 111)

somados à especificidade russa.⁸⁴ Por isso não era a esta experiência que ele se referia quando pensava em socialismo. O socialismo para Schumpeter – ou algo muito próximo a ele – viria de qualquer forma. Mas a sua transição deveria vir naturalmente dos processos em curso e não de choques ou rupturas em sociedades que ainda não tinham desenvolvido o grau de racionalização e desenvolvimento capitalista necessários.

Em suma, podemos resumir a lógica schumpeteriana da seguinte forma. O sistema econômico, na medida em que se desenvolvia, racionalizava e socializava não só a produção, mas também a sociedade e a “*própria alma humana*” (Ibidem, p.277). Com isso o quadro institucional e a legitimidade capitalista desabavam. O sistema econômico capitalista teria então produzido uma ordem social avessa ao capitalismo. O caminho natural de tal processo era o advento de uma nova ordem e um novo sistema socialistas que se seguiriam quase que naturalmente do desenvolvimento em curso, uma nova estrutura sócio-econômica que em tese seria mais racional, eficiente e estável que o capitalismo. Ao mesmo tempo, Schumpeter buscava compatibilizar tal análise com sua apreciação das classes sociais da seguinte forma. O processo de racionalização tendia a anular tanto os resquícios atávicos do ethos feudal como do ethos burguês/empreendedor. Na medida em que a disseminação da razão afetava todos os indivíduos, não haveria uma classe a liderar a transição ao socialismo, mas sim um processo impessoal e generalizado que apontava em tal sentido. É justamente por isso que seria equivocado para Schumpeter a valorização de Revoluções Burguesas para o advento do capitalismo, ou de Revoluções Proletárias para o advento do socialismo.

Entretanto, durante o período longo de transição ao socialismo em que Schumpeter acreditava viver, a ordem social tornada hostil ao capitalismo se voltava contra o próprio sistema econômico, tornando-o mais engessado e menos eficiente. “*O sistema capitalista tem uma tendência iminente a autodestruição que, em seus primeiros estágios, pode muito bem se afirmar como tendência ao retardamento do progresso*” (CSD, 209). Logo, por fim, é necessário ver como, em Schumpeter, a democracia, o Estado e a política em geral contribuem para este retardamento do progresso econômico.

⁸⁴ “*Deve ser lembrado que a conquista bolchevique do governo da mais atrasada de todas as grandes nações, nada mais foi do que um acaso feliz*”. (SCHUMPETER, 1979, p. 445). Mais sobre o mesmo assunto. (Ibidem, pp. 443-449).

b.2.4) Democracia, Estado e Política contra o capitalismo

“A psicotécnica da administração e da propaganda partidária, slogans e marchas patrióticas não constituem, pois, acessórios, mas a própria essência da política. Da mesma maneira, o chefe político” (SCHUMPETER, 1979, p. 353). Para o autor que ora estudamos, o mecanismo democrático não poderia ser confundido com os efetivos anseios do povo. Tal crença, oriunda da teoria clássica da democracia associada ao utilitarismo, era errada pois se assentava na falsa premissa de que a busca hedonista e racional pela felicidade individual, através de mecanismos democráticos, garantia a maior felicidade de uma comunidade.

Mas para Schumpeter, a vontade momentânea de uma maioria não poderia ser tomada como genuína vontade de toda uma sociedade complexa e provida de diferentes desejos. Ao mesmo tempo, os indivíduos não poderiam ser efetivamente independentes e cômicos para deliberarem sobre os grandes rumos da política. Assim, haveria uma essência manipulativa na política coordenada pelos líderes políticos que em certos momentos *“são capazes de fascinar e, dentro de limites muitos amplos, até mesmo criar a vontade do povo.”* (Ibidem, p. 329)⁸⁵.

Ademais, para ele, *“Política é política, e política é uma atividade muito realista”* (SCHUMPETER, 1967, p. 142) Numa democracia, a atividade política consistiria na eterna luta competitiva pelos votos populares. Era como se a política tivesse um fim em si mesmo. A consequência disso é que o imediatismo e oportunismo seriam as características naturais do mundo político. *“Política é um jogo de curto prazo”* (SCHUMPETER, 1979, p. 382) Assim, ele duvidava da viabilidade de projetos políticos de classe ou mesmo de ideais de longo prazo a serem perseguidos. E isso, não apenas porque o povo em geral estaria sempre distante de tais projetos, como também pelo fato dos líderes políticos enfatizarem sempre as ações de curto prazo e efeitos visíveis, de acordo com a sua ideia de “liderança competitiva”. A política então teria um

⁸⁵ Em seu diário pessoal ele chegaria a dizer que *“Democracia é governar por mentira”*. (Schumpeter apud SWEDBERG, 1991b, p.193). Para Ralph Miliband, Schumpeter achava que claramente *“a democracia era de fato um jogo oligárquico”* MILIBAND, R. The Socialist Alternative. In: DIAMOND, L; PLATTNER, M. (orgs.) *Capitalism, Socialism and Democracy Revisited*, p. Londres: John Hopkins, 1993, p. 115 Para Wright (p. 246), Schumpeter não vê *“sentido ético na democracia”*.

caráter meramente adaptativo e voltado para as circunstâncias de momento⁸⁶. Destarte, assim como as esferas sociais tinham os seus “degraus de liberdade”, também o jogo político institucional na sociedade capitalista tinha sua dinâmica própria, sua autonomia para Schumpeter. Mas o ponto decisivo aqui é que a racionalização e a democratização da sociedade, somada à fragilização dos valores individualistas e burgueses, transformava a arena política numa mera competição oportunista por votos desprovida de valores de classe efetivos. Noutras palavras, as formas efetivas de organização política nas sociedades modernas jogavam ainda mais água no moinho na deslegitimação do capitalismo.

Evidentemente, tais características da arena política democrática repercutiam sobre o Estado. Schumpeter rechaçava a visão que ele atribuía a Marx de que o governo não passaria de uma “*junta para gerir os negócios comuns de toda a burguesia*” (SCHUMPETER, 1967, p. 143). O Estado então não seria um Estado classista, mesmo que não se pudesse desconsiderar a influência das classes sobre ele. Por outro lado, a crença na neutralidade do Estado e da esfera política era tida por ele como algo ingênuo e irrealista. Deste modo, coerentemente com seu próprio diagnóstico da crise da ordem capitalista, ele acreditava que “*A atmosfera social, explica porque a política pública fica cada vez hostil aos interesses dos capitalistas (...) de modo a recusar as exigências da máquina capitalista e se tornar sério empecilho a seu funcionamento*” (SCHUMPETER, 1979, p. 200)

Schumpeter imputava à questão fiscal um caráter crucial. O próprio surgimento do Estado Moderno se deu em grande medida em função do problema dos impostos, como descrevera em seu “Crisis of Tax State”⁸⁷. No ensaio de 1918, seu argumento é de que o Estado sob o

⁸⁶ “As atitudes dos grupos capitalistas diante da política de seus países são muito mais adaptativas do que causativas. (...) eles se preocupam de maneira espantosa com considerações de curto prazo tão distantes de planos solidamente alicerçados quanto de interesses objetivos de classe. Nesse ponto, o marxismo degenera na formulação de superstições populares” (SCHUMPETER, 1979, p., 79). E para Schumpeter isso valia não apenas para os capitalistas como também para o proletariado e demais classes e grupos. Para as massas em geral, o marxismo seria algo estranho e o movimento operário só teria sido influenciado fortemente pelo marxismo a partir da influência de seus intelectuais. Por isso para Schumpeter que a social democracia européia, quando chamada a de fato exercer o poder, abandonou a perspectiva revolucionária e abraçou o reformismo. A força política do socialismo não vinha, portanto da combatividade das massas: “*O processo sociopsicológico descrito (...) resultará, sem qualquer pressão por baixo, (grifo nosso) num socialismo de Estado e Fabiano*” (Ibidem, p.387). Por outro lado, era inegável para ele que o aumento da renda real do proletariado e seu crescente peso social e numérico, direcionavam o jogo político para medidas anticapitalistas no período de transição.

⁸⁷ Neste texto, ele afirma que a centralização política surgira fundamentalmente da necessidade de prover o financiamento diante dos crescentes gastos militares. Consequentemente, o Estado era uma consequência da separação entre a esfera pública e privada durante a desagregação da ordenação feudal “*A patrimonialização e alodificação dos feudos que fez surgir um modo de vida egocêntrico no qual um estado separado é uma necessidade social.*” (SCHUMPETER, 1991b, p. 104). “*Em todo lugar na Europa o príncipe empreendeu a luta*

capitalismo nunca é de tipo puro, pois sempre podemos ver elementos tanto do passado como do seu futuro. Entretanto, sempre o Estado significaria obstáculos à economia privada, pois num mundo em que *“o que é produzido é produzido com o propósito privado (...) e o motor é o interesse individual (...) nesse mundo o estado só pode viver como um parasita econômico.”* (Ibidem, p. 109)

Ao mesmo tempo, o processo social e político, com suas tendências igualitaristas, tendia a aprofundar tal tensão, pois haveria uma pressão pelo aumento das exações fiscais, que acabava por fragilizar o sistema econômico capitalista⁸⁸. Ao mesmo tempo, o ambiente institucional tornava muito difícil suportar a pressão em favor do uso de recursos financeiros por parte do governo para os mais diversos fins, pois a sociedade tendia a criar *“um vício, como morfina, na dependência dos gastos públicos”* (SCHUMPETER, 1991, p.373).

Assim, *“muitos dizem que a economia privada se preocupa com o curto prazo e que o Estado pode se preocupar com o longo prazo. Ele de fato pode. Mas não o faz”* (Ibidem, 380). Pois tal ação ideal do Estado se chocava justamente com a mentalidade de curto prazo dos impostos, gastos públicos e de todas as políticas econômicas discricionárias durante o período de transição. A inflação como política permanente – e não como efeito necessário dos ciclos de negócios – e as políticas de pleno emprego, deterioravam em muito a eficiência competitiva das empresas que agora viviam artificialmente da alta de preços ⁸⁹. Ao mesmo, alternativas *“não diretamente econômicas”* de combate à inflação como o controle de preços *“a não ser que destinadas a derrotar a iniciativa privada, é irracional e inimiga à rápida expansão da produção”* (SCHUMPETER, 1979, p. 477).

pela conquista do estado... e ele venceu pois era a principal força num solo devastado por guerras religiosas (“...”) O conceito patrimonial de direitos do príncipe foi transferido ao poder do estado que ele conquistou”. (Ibidem, p.107)

⁸⁸ *“Leigos pensam que as rendas altas podem e devem ser taxadas indistintamente (...) só que isso é irreal pois depois de um limite acabam por minar o esforço que gera tais rendas”*. (Ibidem, p. 111) Principalmente a taxa sobre o lucro empresarial era mencionada por Schumpeter, mas ele não deixaria de apontar em CSD os efeitos anticapitalistas que o ímpeto taxador impunha todas as formas de rendas das classes mais altas, como propriedades, heranças, diminuindo assim a tendência à poupança e acumulação por parte dos capitalistas, ao mesmo tempo em que o consumo das massas era estimulado pela relativa desconcentração da renda. Mesmo em países onde não havia qualquer tendência à socialização, o *“organismo capitalista foi e tem sido exposto a uma progressiva taxaço”* (SCHUMPETER, 1939, p. 702). Num capítulo adicional à CSD, ele afirmaria que no imediato pós-Segunda Guerra a dinâmica fiscal fazia com que nos EUA *“a distribuição de renda disponível é similar à que prevalece na Rússia”* (SCHUMPETER, 1979, 445)

⁸⁹ Já na TDE Schumpeter pensava que as políticas inflacionárias destruíam *“o critério de seleção (...) e sobrecarrega o sistema econômico com os inadaptados e com as firmas que não tem condição de viver”* (SCHUMPETER, 1982, p.167).

Mais uma vez aqui, para Schumpeter, são as pressões de natureza extra-econômica que estariam minando a potência do sistema capitalista no período de transição ao socialismo. A busca por “*segurança, igualdade e regulamentação*” (Ibidem, p.520), própria da racionalização social em curso, implicava em maiores pressões salariais e maiores clamores por direitos trabalhistas. E mesmo economistas ideologicamente inimigos do socialismo sucumbiam à grita generalizada por serviços públicos, previdência, leis protetoras do trabalho, políticas de pleno emprego que engessavam a máquina econômica (Ibidem, p. 520). Da mesma forma, a intervenção crescente do Estado dirigindo diretamente certas empresas econômicas e sendo dotado muitas vezes de privilégios frente à iniciativa privada, reduzia significativamente o escopo das atividades tipicamente capitalistas (SCHUMPETER, 1939, p. 1038).

Assim, não apenas os capitalistas de tipo antigo, mas também os grandes monopólios eram as vítimas do clima pouco simpático à máquina capitalista. Também eles sofriam o avanço desmedido dos impostos, das pressões trabalhistas, da regulamentação e dos empreendimentos governamentais que afetavam seus investimentos, com o agravante de que a velha aversão social própria do capitalismo do século XIX a todas as formas antigas de monopólio voltava-se contra as grandes corporações modernas (Ibidem, p. 1044). Seria este clima público antimonopólio – e não uma suposta preferência pela liquidez devido à queda de oportunidade de investimento como queria Keynes para Schumpeter – o responsável por um eventual estagnacionismo do sistema econômico⁹⁰.

A conclusão que se desdobra da análise de Schumpeter quase chega ao paroxismo. Se de um lado a civilização capitalista produziu uma máquina produtiva fantástica que pode caminhar sem qualquer obstáculo de ordem estritamente econômica, por outro lado os mecanismos democráticos da sociedade e o Estado criam empecilhos que, mesmo antes de completada a transição ao socialismo, prejudicam enormemente a eficiência do sistema econômico. É justamente quando tal civilização pode afirmar ao máximo suas potencialidades econômicas é

⁹⁰ Além de desacreditar suas teorias, Schumpeter pensava que Keynes e o keynesianismo contribuía tanto quanto Marx para a derrocada do capitalismo. “*Marx estava errado no seu diagnóstico da maneira pela qual o capitalismo iria entrar em colapso eventualmente. Os estagnacionistas (leia-se keynesianos) estão errados na maneira pela qual creem que o capitalismo tende à estagnação, mas eles estão certos de certa forma ao dizerem que ele vai se estagnar – com suficiente ajuda do setor público.*” (SCHUMPETER, 1979, 529). Ou então em outra passagem presente em “*História da Análise Econômica*”: “*Keynes com sua crítica à poupança tirou a justificativa da concentração de renda e prestou um grande serviço ao igualitarismo*” (SCHUMPETER, 1964, vol., 2, p. 493)

que ela acaba sendo negada através de uma esfera política⁹¹ que, refletindo a hostilidade social das tendências racionalizantes da própria civilização, acaba por impedi-la de funcionar.

b.3) A visão internacional de capitalismo em Schumpeter

b.3.1) O capitalismo pacifista

Schumpeter viveu e escreveu num período marcado por duas grandes guerras. Em 1919, sob o impacto da Primeira Guerra Mundial, ele publicou o ensaio intitulado “*Sociologia do Imperialismo*”. Nesta obra Schumpeter busca dar a sua interpretação do fenômeno do militarismo nacionalista que acabara de levar a Europa a um banho de sangue. Como apontou Sweezy (p. 9), tratava-se sem dúvida uma tentativa de uma interpretação alternativa à dos marxistas, especialmente nas versões de Otto Bauer e Hilferding, que imputavam o fenômeno do imperialismo e do belicismo às características gerais da nova fase do capitalismo dos monopólios.

O fato é que tal interpretação se chocava com os pressupostos de Schumpeter de que a racionalidade do capitalismo e de sua ordem institucional era essencialmente avessa à guerra e à agressão nacional. “... discordando da ideologia do guerreiro conflitante com seu utilitarismo racional, a burguesia comercial é fundamentalmente pacifista e inclinada a insistir na aplicação dos preceitos morais da vida privada às relações internacionais” (SCHUMPETER, 1979, p. 168).

Para ele, com a modernização capitalista, as antigas energias militares de origem feudal são modificadas funcionalmente. A concorrência e a necessidade econômica absorvem as energias da sociedade. Assim, “há muito menos energia a ser empregada na guerra e na conquista” (SCHUMPETER, 1961, p.91). As exigências mentais da civilização capitalista, além de tornarem

⁹¹ “Há uma profunda brecha entre o setor político e o setor de negócios. Isso explica a hostilidade do administrativo e do legislativo em relação aos negócios e essa atitude explica porque estes últimos não funcionam como poderiam”. (SCHUMPETER, 1991, p. 361), “Em Schumpeter, o Estado é sempre anticapitalista” SMITHIES, A. Schumpeter and Keynes. In: WOOD, J. C. (org.) *Joseph A. Schumpeter: Critical Assessments*. Londres: Routledge, 1991. 4v, p. 254

as práticas racionais algo generalizado e onipresente para todas as classes sociais, também suprimiriam da sociedade os fundamentos psicológicos e emocionais que seriam responsáveis pela canalização das energias humanas para os fins bélicos e de conquista⁹².

Ademais, do ponto de vista racional e utilitário, as perdas econômicas – impostos, destruição da estrutura produtiva, conscrição de trabalhadores para esforço de guerra - trazidas por guerras para Schumpeter seriam maiores que os benefícios. Assim, “*quanto mais completamente capitalista forem a estrutura e a atitude de uma nação, mais pacifista – e mais atenta aos custos de uma guerra, ela é*”(SCHUMPETER, 1979, p. 169). Desta forma, para explicar os agudos conflitos internacionais e as guerras vigentes no século XX seria necessária outra explicação. Schumpeter define o imperialismo como “*a disposição sem objetivo, da parte de um Estado expandir-se ilimitadamente pela força*” (SCHUMPETER, 1961, p. 26). Tratar-se-ia da expansão pela expansão, sem interesses concretos racionais implícitos, e por isso mesmo no presente capitalista a “*persistência de tais hábitos (...) são dominados pelo contexto de produção de épocas passadas.*” (Ibidem, p. 28).

Ao longo do ensaio, exemplos de imperialismo são oferecidos a partir do estudo de povos antigos. Comunidades que no passado tinham origem guerreira por necessidade, mesmo depois de terminada a utilidade das práticas militares, permaneciam com o costume introjetado da luta e da batalha. De forma análoga se explicaria o imperialismo dos Estados autocráticos da Idade Moderna. “*A beligerância e a política guerreira do Estado autocrático, explicam-se pelas necessidades de sua estrutura social, das disposições herdadas pela classe dominante, e não pelas vantagens imediatas obtidas pela conquista*”. (Ibidem, p. 33)

Noutras palavras, a centralização política da antiga classe nobre guerreira implicava em dar prosseguimento ao belicismo externo, de forma a evitar-se inclusive a guerra civil. Não se poderia, portanto, superestimar o mercantilismo como motivação das guerras, mesmo que ele tenha favorecido certas camadas sociais, além do próprio Rei⁹³. Serão justamente tais instintos de conquista, não racionais e extraeconômicos que persistiriam para Schumpeter, se introjetando em um meio social capitalista em tese avesso a eles. Assim o imperialismo, o nacionalismo arraigado

⁹² Também para Weber(2004, p.9), a racionalidade econômica em si era pacifista, em que pese que “*a guerra pode ser economicamente orientada*”

⁹³ “*Na verdade, o rei demonstrava indiferença pelos empreendimentos comerciais e coloniais, antes preferindo pequenas ações militares, destituídas de proveito (...) Até mesmo as questões coloniais pouca influência tiveram na política européia de grandes potências. Os colonizadores e aventureiros arriscavam-se por conta própria e pouca atenção lhes dava o governo*” (Ibidem, pp. 81-82)

e as guerras seriam produtos emocionais atávicos oriundos de uma arcaica ordenação social absolutista, mas que mantinham relativamente sua força e influência, adulterando suas antigas funções. Desta forma, na ordem capitalista, tais formas instintivas “*só poderão sobreviver se forem continuamente adaptadas*” (Ibidem, p. 91).

Mas de que forma seria isso possível se para ele “*o capitalismo, é pela própria essência antiimperialista*” (Ibidem, p. 96)? De um lado, certamente sempre haveria setores que teriam interesses e lucros orientados para o expansionismo. Mas num quadro de livre- comércio, “*nenhuma classe tem interesse no expansionismo pela força como tal*” (Ibidem, p. 89), já que poderiam efetuar seus negócios livremente em qualquer país, teriam acesso aos produtos estrangeiros a baixo preço, etc. O protecionismo, na medida em que gerava contramedidas de outros países, prejudicava tanto os consumidores, que viam as mercadorias encarecidas, como os produtores, que se veriam engajados em uma luta a qual não teriam necessidade de percorrer em outro contexto.

Mas para Schumpeter nem mesmo o protecionismo, por si só, seria o motivo da hostilidade entre nações. Mesmo que prejudicasse o fluxo de mercadorias, tais barreiras por vezes estimulavam a criação de filiais no estrangeiro “*para a fundação de empresas dentro da cortina de tarifa, a fim de economizar as taxas alfandegárias*” (Ibidem, p. 103). Tal internacionalização das empresas teria em si mesma efeitos pacíficos na medida em que tornavam os homens de negócios ainda mais alheios a um fundo emocional nacionalista. O verdadeiro problema se daria não pelo protecionismo em si, mas quando este último facilitava a formação de cartéis e trustes. Com isso surgia “*uma política de preços monopolistas, possível em volume considerável somente com o respaldo de uma tarifa protecionista adequada*” (Ibidem, p. 103). Os cartéis e trustes poderiam adquirir lucros excedentes com a eliminação da concorrência externa. Mas como os preços mais altos em função da monopolização do mercado implicariam num mercado interno relativamente reduzido para os cartéis – e estes não querem restringir sua produção, que inclusive agora estaria potencializada pela condição de grande empresa monopolista –, eles vendem sua produção excedente a preços baixos como “*dumping*” no exterior. Mesmo que provisoriamente não tenham lucros no exterior, sua posição monopolista interna oferece lucros que garantem a empreitada em seu conjunto. Como tais medidas geralmente engendram respostas das outras nações a “*atmosfera torna-se cada vez mais tensa*”. (Ibidem, p. 104)

A partir daí, não apenas a exportação de mercadorias, mas também exportação de capital tensiona a conjuntura. Havendo livre circulação de capitais, os capitalistas competindo não podem evitar o declínio dos juros devido à liberdade de exportação e importação de capitais. Mas num país onde existam barreiras à livre circulação de capitais, os capitalistas locais organizados logram obter taxas de juros mais altas internamente. Ao mesmo tempo haverá um capital excedente que poderá ser transferido em busca de taxas recompensadoras no exterior, até que os outros países adotem medidas restritivas também. A aliança entre a alta finança e os magnatas dos cartéis favorece enormemente este processo de barreiras à circulação de capital e mercadorias. Ao mesmo tempo, a monopolização e cartelização protecionista dos mercados internos impediam a formação de novos negócios e assim impulsionavam outros pequenos capitalistas, que nada tem a ver com os grandes cartéis e bancos que iniciaram o processo a também exportarem seu capital, aumentando a animosidade entre os países e assim “*iniciando-se uma luta amarga e cara, que nunca tem fim*” (Ibidem, p. 106).

É só a partir desse envenenamento do ambiente trazido pelo monopólio exportador que se pode explicar a “*política externa agressiva em geral, e guerras, inclusive guerras de expansão de caráter tipicamente imperialista*” (Ibidem, p. 108). Todavia, tais tendências não poderiam ser supervalorizadas. De um lado, os cartéis não se sustentariam para Schumpeter sem a vigência do protecionismo e de fatores políticos que garantissem seus lucros de monopólio no longo prazo. Além disso, para Schumpeter nem o povo nem os homens de negócio em geral veriam com bons olhos o fato do “monopólio exportador” impor preços mais altos internamente, como também criticariam as exportações de capital que retirariam empregos e oportunidades de investimento do país em questão. Assim, apenas as altas finanças e os chefes dos grandes trustes é que poderiam ter algum interesse econômico direto em tais políticas.

Ademais – e mais importante ainda- ele separava o “monopólio exportador” da evolução do capitalismo em si. “*O monopólio exportador não cresce segundo as leis inerentes ao desenvolvimento do capitalismo. O caráter do capitalismo leva à produção em grande escala, mas não leva à forma ilimitada de concentração que deixa apenas uma ou poucas firmas em cada indústria*” (Ibidem, p. 110). Assim, o monopólio exportador e sua agressividade nacionalista não poderiam ser explicados meramente pelo “automatismo da concorrência”. É isso que leva Schumpeter afirmar ser uma “*falácia considerar imperialismo como fase necessária do*

capitalismo, ou mesmo falar da transformação do capitalismo em imperialismo.” (Ibidem, p. 115)⁹⁴.

Seriam, pois, em última instância, os elementos extraeconômicos totalmente estranhos à racionalidade própria do capitalismo, que sustentavam o imperialismo insuflado pelos monopólios exportadores. O protecionismo, os privilégios, e as políticas não racionais que favoreciam no presente os cartéis e trustes modernos, eram uma reminiscência das políticas autocráticas de outrora. Ao mesmo tempo, era necessário observar na época do ensaio que para Schumpeter, *“o capitalismo não predominou integralmente em parte alguma do continente europeu”* (Ibidem, p. 117). Juntando isso com a fraqueza política congênita da burguesia, é possível perceber porque *“os interesses econômicos existentes, modelados artificialmente pelo Estado Autocrático, continuaram dependendo da proteção do Estado”* (Ibidem, p. 117). Mesmo no caso da França, onde não havia mais formalmente a influência aristocrática na política, os atavismos se faziam presente e ajudavam a moldar atitude da própria burguesia.

Desta forma, fenômenos como o monopólio exportador agressivo, espírito de corporação, paternalismo expressam a continuidade de hábitos antigos no século XX, hábitos estes adaptados e misturados às condições imperantes. O nacionalismo e o militarismo daí decorrentes embora não sendo criaturas do capitalismo, tornam-se “capitalizados” e tiram do capitalismo suas melhores energias. Nestas condições a burguesia tenderia a abdicar de sua “verdadeira consciência” incorporando valores moldados no passado aristocrático como a “glória nacional”, o culto ao ouro monetário e uma visão sobre o comércio internacional que enfoca mais o lado de “explorador” que o de “consumidor” ou “livre competidor”. Haveria então uma simbiose de épocas diferentes posto que a *“pirâmide social da época presente foi formada não apenas pelas*

⁹⁴ Se é certo que a descrição do modo de atuação do “monopólio exportador” de Schumpeter confessadamente se inspirava na análise de Hilferding, por outro lado as premissas deste último eram bem distintas. Não apenas porque “o monopólio exportador” de Schumpeter era para Hilferding o *modus operandi* de uma nova fase capitalista que levava ao imperialismo, mas também pelo fato de que o Estado passava diretamente às mãos dos interesses burgueses-capitalistas: *“se o poder político do Estado no mercado mundial se tornou um meio competitivo do capital financeiro, isso significa a completa mudança da atitude da burguesia perante o Estado* (HILFERDING, p.312). Assim, o nacionalismo exacerbado não seria um atavismo, mas sim consequência da estrutura socioeconômica vigente: *“... a ideia nacional é colocada como força motriz a serviço da política (...) A luta de classes, estéril e perigosa para os proprietários, dá lugar à ação coletiva da nação unido pelo mesmo fim de grandeza nacional”* (HILFERDING, p. 315).

leis e substâncias sociais diferentes, pelas leis de duas épocas diferentes. Quem quiser compreender a Europa não deve esquecer esse aspecto”(Ibidem, 118)⁹⁵.

Entretanto, justamente porque o monopólio exportador e o imperialismo não eram decorrências necessárias da evolução capitalista, Schumpeter então vislumbrava o seu fim. Até então *“Os mortos governavam os vivos”* (SCHUMPETER, 1961, p.124). Mas para ele era perfeitamente correto prever um futuro livre do fenômeno do imperialismo, na medida em que as influências do passado pré-capitalista fossem extirpadas no futuro em prol de uma racionalidade “pura” capitalista. Todo o problema residia no fato de que o sistema capitalista em franco desenvolvimento econômico ainda não teria logrado constituir uma ordem institucional adequada para si. Quando isso ocorresse, poderia triunfar o capitalismo e suas promessas de paz entre as nações. Leia-se, não há para ele um capitalismo em si mesmo marcado por tendências expansionistas, mas sim uma manipulação e corrupção do ethos econômico pacifista burguês pelos instintos atávicos de conquistas. Na medida em que a racionalização capitalista prosseguisse seu curso, a sua tendência pacifista obliteraria as tendências de agressão de origem pré-capitalista.

Evidentemente, o desenrolar histórico após 1919, marcado pela ascensão do fascismo e do nazismo, inúmeros conflitos internacionais, e a eclosão de mais uma guerra mundial, não endossaria o otimismo de Schumpeter quando ao fim do imperialismo e do belicismo nacionalista. Ademais, contra suas previsões, aquilo que ele acreditaria a partir dos anos 1920 ser o processo de transição do socialismo deveria eliminar com ainda mais intensidade o fenômeno do imperialismo. Pois afinal, se o socialismo era baseado no suprasumo da racionalidade herdada do capitalismo, haveria menos motivos ainda para a continuidade das atitudes nacionalistas e belicosas de origem pré-capitalista. Assim, ele próprio passou a considerar que suas ideias sobre o assunto mereciam ser reavaliadas de certa maneira.

Em 1939, em *Business Cycles*, Schumpeter reconsidera até certo ponto sua teoria. Sem desenvolver maiores explicações, afirma numa nota de rodapé que *“nem a teoria marxista, nem a minha própria estaria próximas da verdade como a teoria baseada no conceito de ‘Imperialismo*

⁹⁵ Os Estados Unidos constituiriam caso a parte, pois seria a nação *“menos sobrecarregada de elementos pré-capitalistas, sobrevivências, reminiscências e fatos de força”* (Ibidem, p. 95). Schumpeter não negava a existência de certas tendências imperialistas no caso dos EUA, *“pois os imigrantes vieram da Europa com suas convicções já formadas, e o meio certamente favorecia o renascimento dos instintos de lutas”* (Ibidem, p.95). De toda forma, entre as grandes nações capitalistas, nos EUA eram tidos em seu ensaio como a menos propensa ao imperialismo.

Social' de Karl Renner”⁹⁶. Entretanto, mesmo em *Business Cycles*, há outros indicativos de que Schumpeter não alteraria em grande medida a essência de sua visão. Sua explicação da Primeira Guerra Mundial permanecia baseada em fatores extraeconômicos (SCHUMPETER, 1939, p. 692). Tampouco o nacionalismo que se desencadeara a partir dos anos 20 não tinha a ver com as tendências comerciais gerais das nações capitalistas, mas sim com “*vicissitudes particulares correntes*” (Ibidem, p.706). Além disso, em *Business Cycles* ele minimizava o poder da alta finança sobre a indústria e sobre a política em geral, justamente um dos únicos setores que no seu ensaio de 1919 poderiam ter um interesse econômico racional na expansão imperialista.⁹⁷

É verdade que, por outro lado, ele reconhecia que no pós-Primeira Guerra haveria o reforço de uma tendência que ele chamava de “Neomercantilista” – segundo ele mesmo, na falta de melhor nome - que não poderia ser imputada única e exclusivamente a atavismos. Poder-se-ia creditar em parte tal tendência a uma “*revolta contra (...) a civilização racionalista da época*” (Ibidem, p. 697)⁹⁸. Daí se explicaria inclusive para ele a força do fenômeno fascista. Mas mesmo que Schumpeter se mostrasse inseguro com as conclusões de seu ensaio de 1919, é fato que ele permaneceu fiel à ideia de que o interesse racional e econômico era avesso ao imperialismo. O fato de que agora o imperialismo talvez tomasse dimensões de massa através do fascismo anti-racionalista inclusive reforçava a sua tese do caráter emocional e não prático-utilitário da agressão nacionalista⁹⁹.

⁹⁶ Como Sweezy mostra, Schumpeter pouco explicou sua predileção tardia por tal interpretação sugerida a partir de Karl Renner. Inclusive o próprio Renner desacreditaria a ideia de um imperialismo social baseado em supostas vantagens econômicas que a expansão imperialista traria ao povo como um todo. O máximo que Sweezy consegue sugerir pelas evidências da correspondência pessoal de Schumpeter com um amigo seu, Winslow, é que talvez Schumpeter estivesse propenso a aceitar a ideia de “Imperialismo Social” não na sua forma de benefícios imediatos econômicos, mas sim na ideia de que a disposição irracional de agressão “*poderá ser encontrado em várias outras camadas e não apenas na velha classe militar profissional*” (Winslow apud SWEEZY, p. 15). No ensaio de 1919, Schumpeter desacreditava totalmente a ideia de um “imperialismo do povo”. (cf. 119). O que nos parece provável é que talvez a experiência do nazifascismo tenha mudado a sua ideia. Ver a continuidade de nossa argumentação acima.

⁹⁷ “*O domínio do financista sobre a indústria, ainda mais sobre a política nacional e mais ainda sobre a política internacional é um conto de fadas dos jornais*” (Ibidem, 656). Ou seja, uma apreciação bem diferente de Hilferding e de Lênin que acentuavam o domínio político de uma nova oligarquia financeira. Nas palavras de Lênin, tal oligarquia era formada quando a “*união pessoal dos bancos com a indústria completa-se com a união pessoal, de umas e outras sociedades com o governo*” (LÊNIN, 2005, p. 42).

⁹⁸ Em “An Economic Interpretation of our times”, Schumpeter ressalta o crescimento de um sentimento “*antiintelectualista*” do qual Nietzsche, Pareto e Sorel foram porta vozes e que era “*hostil tanto ao capitalismo, quanto ao socialismo*” (SCHUMPETER, 1991, p. 345).

⁹⁹ Schumpeter (Ibidem, p. 345) deixa explícito que “*Hitler não era produto das condições econômicas*”, mas sim produto de “*condições passadas*”.

Ademais, em CSD, não apenas ele reafirmou o compromisso da ética burguesa-racionalista com a paz, como também refutou novamente a ideia de que tanto o moderno protecionismo como a busca pelas colônias¹⁰⁰, seriam uma alternativa necessariamente imposta pelas dificuldades de acumulação interna de lucros ou então pelos obstáculos impostos pelos trabalhadores nacionais através da luta de classes. “*Se desejamos reduzir todas as causas e implicações do moderno protecionismo, quaisquer que sejam aos elementos monopolísticos na indústria moderna como a única causa causans (...) nossa proposição passa a ser errada (...). Na realidade, a política externa sofreu muito pouca influência das grandes empresas – ou da alta finança*” (SCHUMPETER, 1979, p.79).¹⁰¹

O que se pode dizer em qualquer caso, é que mesmo Schumpeter tendo feito um “mea culpa” de sua teoria do imperialismo, no essencial não se afastou dela. Em “Na Economic Interpretation of our times”, de 1941, Schumpeter examina as causas e prevê consequências da Segunda Guerra. Aqui ele retoma mais uma vez o conceito de “neomercantilismo”, que seria o responsável nos, anos 30, pelo fato de que haveria uma “*tendência no comércio internacional à autosuficiência e para a preparação econômica da guerra*” (Ibidem, 345). É possível dizer que aqui ele incorpora de certa forma os fatores econômicos aos objetivos contidos na guerra. Mas sua argumentação persiste pautada no conceito de “Neomercantilismo”, que, como mencionamos,

¹⁰⁰ Na sua explicação da permanência do colonialismo nos séculos XIX e XX, Schumpeter minimiza as suas causas utilitárias, econômicas e racionais. Em “Sociologia do Imperialismo”, ele alegava, por exemplo, que no caso inglês era o atavismo autoglorificador o responsável pela continuidade da colonização: “*É devido à sobrevivência de tais argumentos que o colonialismo não está morto (...) embora só em condições excepcionais as colônias em regime de comércio livre se tornam vítima de uma exploração diferente daquela que estão sujeitos os países independentes.*” Ao mesmo tempo, mesmo nos casos em que houvesse um protecionismo que atasse as colônias a uma área econômica protegida, produzindo assim benefícios materiais para a metrópole, a lógica economicoracional não endossaria uma atitude agressiva nacionalista. Pois neste último caso, mesmo que “*as possessões coloniais adquirem (...) maior sentido (...) a exclusão do capital estrangeiro continua não sendo um bom negócio, pois retardaria o desenvolvimento delas*” (SCHUMPETER, 1961, p. 101)

¹⁰¹ Chama a atenção o fato que Schumpeter, à época de “Sociologia do Imperialismo” (1919), tinha uma visão mais crítica da eficiência econômica dos monopólios. Como vimos, em “Capitalismo Socialismo e Democracia”, escrito mais de duas décadas depois, suas opiniões são distintas. É verdade que em CSD ele continuava acreditando que as grandes empresas por si só não poderiam anular a concorrência em longo prazo, a menos que houvesse interferências políticas. Todavia, na obra de 1942 ele não parece condicionar o surgimento dos cartéis e trusts meramente ao protecionismo e às decisões políticas, e certamente tinha uma visão bem mais favorável das práticas restritivas dos monopólios em geral. Destarte, nos parece legítimo sugerir que a própria evolução histórica fez Schumpeter passar a considerar a oligopolização não apenas como um fenômeno econômico - produto da racionalização capitalista - mas também como algo ainda mais eficiente que o capitalismo concorrencial. Entretanto, ele continuará insistindo que o fenômeno do imperialismo não poderia ser explicado sem a compreensão de suas raízes atávicas e irracionais e, portanto, estranhas à estrutura socioeconômica típica do capitalismo. Se é verdade que em CSD o monopólio e suas práticas em geral aparecem como algo bem mais afeito à razão capitalista, por outro lado, ou talvez por isso mesmo, Schumpeter jamais endossaria a ideia de que atitudes imperialistas tinham origem nas ações e interesses econômicos dos monopólios.

para ele expressava de certa maneira um comportamento não racional e cujo próprio nome ainda remetia à ideia atávica.

No que diz respeito às consequências da Segunda Guerra, tanto em EIOT como em CSD Schumpeter previa que a provável vitória dos aliados ajudaria a consolidar as tendências socialistas em curso. Por outro lado, seria inevitável que a ordem internacional do pós-guerra seria por si mesma instável. Pois de um lado, haveria o que ele chamava de imperialismo russo, que mesmo falando em nome do socialismo marxista teria muito mais a ver com a especificidade russa, também ela imbuída de atavismos e irracionaisismos, e que gerara mais uma autocracia militar com Stálin¹⁰². Do outro lado, *“a consequência de uma vitória tão completa (...) será a administração anglo-americana (...) uma espécie de governo anglo-americano que, pelas ideias que vem se formando aos nossos olhos, pode ser chamada de Imperialismo Ético (...) Uma ordem mundial desse tipo (...) pode ser (...) mantida apenas por uma disposição permanente de usar a força”* (Ibidem, p. 461).

Em sua previsão do que viria a ser historicamente conhecido como a Guerra Fria, Schumpeter não precisa a contento o que viria ser tal “Imperialismo Ético”. A única outra referência do termo está em EIOT *“Eu chamo de imperialismo ético, um imperialismo cujo ethos é de por o mundo de acordo com as ideias norte-americanas. Se aceitarmos isso, a ordem será a consequência do padrão da civilização americana”* (Ibidem, p. 394). Dada a liderança dos EUA em tal processo, podemos supor que não se trataria mais uma vez de um imperialismo atávico. No entanto, a ideia de um “imperialismo ético”, nos sugere mais uma vez que seria uma disposição militar onde os interesses tipicamente econômicos estariam subsumidos aos valores do imaginário nacional estadunidense. Então tratar-se-ia de um imperialismo não diretamente utilitário, mas sim ainda preso a um dado sentido moral ligado aos ideais da nação dos EUA.

b.4) Síntese da relação entre economia e política em Schumpeter

Toda a análise que realizamos acima nos permite agora sintetizar a forma pela qual Schumpeter elabora a relação entre economia e política. A questão mais relevante a nosso ver é a

¹⁰² *“O imperialismo russo (...) nada tem a ver com o socialismo. O problema com a Rússia não é ela ser socialista, mas ser a Rússia. Na realidade, o regime stalinista é essencialmente uma autocracia militarista”* (SCHUMPETER, 1979, p. 498)

contradição que emana entre sistema econômico capitalista e a sua ordem institucional. Ou seja, o fato de que o capitalismo criara uma máquina produtiva potentíssima ao mesmo tempo em que se sustentava em premissas sociais, políticas e culturais extremamente frágeis. Na medida em que a legitimação da ordem burguesa era débil, sofria as influências atávicas de estruturas sociais passadas que a impediam de traduzir a superioridade econômica do capitalismo numa efetiva liderança política e estatal. Por outro lado, no momento em que a racionalização capitalista tendia a eliminar tais atavismos, a situação longe de melhorar, tornava-se mais crítica. Não apenas porque assim se perdiam as “camadas protetoras” pré-capitalistas, mas também porque agora esta mesma racionalização voltava-se contra o espírito individualista burguês/empreendedor abrindo horizontes para a democratização, equalização e socialização.

Em outras palavras, a ordem capitalista nasce sob o signo de dependência e limitação do passado pré-capitalista, e logo se torna presa de seu futuro socialista. Por isso a civilização capitalista para Schumpeter, encontra-se sempre num beco sem saída, pois a sua própria evolução progressivamente destrói os seus tênues alicerces¹⁰³. Tanto a racionalização socializante - sua filha direta - como as atitudes de base emotiva e irracional - sejam elas puramente atávicas ou reações antiintelectualistas como o fascismo – só podem devotar-lhe hostilidade. Se é verdade que o desenrolar histórico caminhava fatalmente ao socialismo, e que este novo sistema em si mesmo tendia a ser ainda mais eficiente economicamente do que o capitalismo, por outro lado, na complexa tessitura em que Schumpeter lê a primeira metade do século XX – para ele um período de transição – o próprio sistema econômico acaba por encontrar-se prejudicado e premido pelo Estado e pelas vicissitudes políticas, ambos igualmente anticapitalistas na sua essência.

A visão idiossincrática de Schumpeter certamente guarda relação com a forma singular e eclética pela qual ele absorve diferenças influências do pensamento social. Ao mesmo tempo em que incorpora em parte a visão dinâmica de capitalismo de Marx, ele descarta a teoria do valor marxiana, que é preterida em troca da teoria do valor-utilidade marginalista. Ao mesmo tempo, separando-se de Marx, ele deliberadamente rejeita uma apreensão da totalidade da vida social sob o capitalismo. A consequência disso é seu elogio particular da máquina capitalista. Pois ao mesmo tempo em que Schumpeter endogeniza o avanço técnico que para ele é a marca do desenvolvimento capitalista – aspecto ausente do modelo walrasiano – ele minimiza as

¹⁰³ Em CSD, ele chega a se perguntar se não era pertinente indagar se de fato houve a emergência de uma era efetivamente capitalista, ou se estaria vivendo numa espécie de “*fase final do feudalismo*” (SCHUMPETER, 1979, p. 192)

contradições que Marx vê no capital como uma relação social antitética e convulsiva entre capitalistas e trabalhadores. Daí o fato das crises do aparato produtivo serem entendidas por Schumpeter como meros episódios de um aperfeiçoamento natural, e não como sintomas da contradição profunda de um modo de produção regido pela anarquia da produção e pela valorização do capital através do trabalho abstrato separado das necessidades sociais.

No que tange à sua análise social e política da ordem capitalista, duas ideias são fundamentais: a separação analítica entre as esferas da realidade e a noção de racionalização social. Tais conceitos, comuns também a Weber, são utilizados de forma própria na sua interpretação da história alternativa a Marx. Afinal, mesmo se Schumpeter admitisse a relação entre as relações de produção e a superestrutura política e social, tal relação não seria sincrônica como em Marx, - ou pelo menos não seria sincrônica na forma em que Schumpeter lia o materialismo histórico marxiano. A importância crucial do atavismo em Schumpeter é o que explicaria o fato de que o advento do capitalismo não teria como correspondente natural a ascensão política da burguesia, classe social tida por Schumpeter como tímida e incapaz de se impor socialmente. Ao mesmo tempo, seria a racionalização social que explicaria porque na medida em que se desenvolve uma “infraestrutura” capitalista haveria a ascensão de uma “superestrutura” socializante e anticapitalista. Daí se explicaria a defasagem temporal entre sistema e ordem e, portanto, a justeza de separação analítica entre o “econômico” e o “político”. À “infraestrutura” capitalista, corresponderia inicialmente uma superestrutura atávica pré-capitalista que teimava por permanecer ativa. Posteriormente, na medida em que o capitalismo disseminava sua “infraestrutura”, ele gerava uma superestrutura “socialista” e antiburguesa.

O que dissemos acima deve ser obrigatoriamente complementado com a sua teoria das classes sociais. Inspirado em Pareto, Schumpeter minimizava o conflito de classes e acentuava o papel da liderança e a “circulação das elites”. Dois aspectos aqui são importantes. O primeiro é a já mencionada incapacidade de liderança e legitimação burguesa que impossibilitava a consolidação estável da ordem capitalista. Além disso, para Schumpeter o papel da luta de classes sempre aparece diluído nas mudanças da ordenação política e social. Pois para ele não seria a ascensão da burguesia em si que teria como contrapartida o declínio das classes de origem pré-capitalistas, como tampouco seria a luta do proletariado a principal ameaça para a classe capitalista. Em ambos os casos, o agente principal da transformação era o processo de racionalização, descentrado, impessoal e conseqüentemente alheio ao interesse de classe que

conduzia ao declínio tanto da burguesia como da nobreza, do campesinato, das formas de produção pré-capitalistas etc.

Por fim, e buscando reatar nossa análise com a visão política de Schumpeter descrita no início do capítulo, é possível dizer que há uma correspondência entre a sua teorização do passado, presente e futuro do capitalismo e a sua própria posição política. A sua admiração pelos feitos do capitalismo, somada à sua exaltação da liderança aristocrática ficam mais evidentes depois de nosso percurso. E isso nos ajuda a jogar luz sobre algumas de suas supostas incoerências e ambiguidades. Por exemplo, a sua predileção por Hitler em relação a Stálin e o fato de que no fim de sua vida tenha defendido o modelo social de corporativismo católico¹⁰⁴ tem a ver com sua preocupação com os alicerces – mesmo que não racionais – que poderiam servir ainda de esteio para a frágil ordem capitalista em decadência. Também o fato de que Schumpeter tenha de certa forma abdicado de intervir na vida política prática após suas fracassadas experiências no pós-Primeira Guerra, torna-se mais explicável na medida em que ele mesmo teorizou o fim do modelo de civilização que apreciava. A marcha inexorável rumo ao socialismo, que ele mesmo profetizara, era incompatível com a defesa de seu “conservantismo cultivado”¹⁰⁵.

c) Comentários sobre a síntese de Schumpeter

Que balanço podemos fazer da visão de Schumpeter da relação entre o “econômico” e o “político” no capitalismo? Trata-se aqui muito menos de avaliar a eficácia de suas previsões quanto ao futuro do capitalismo do que de avaliar os próprios pressupostos de sua construção teórica. Em primeiro lugar, o seu próprio ecletismo científico, leia-se, sua visão das diferentes teorias no âmbito de uma “caixa de instrumentos” deve ser considerado de forma crítica. Não se trata aqui de exigir de Schumpeter uma suposta coerência ou a adesão estrita a algum dos

¹⁰⁴ Swedberg, 1991b, 170.

¹⁰⁵ É isso que explica a nosso ver o fato de que poucos textos de Schumpeter envolvem proposições práticas, seja de política econômica ou de política de forma mais geral. Um dos poucos textos em que ele estipula propostas mais concretas nesse sentido é “An Economic Interpretation of our times”. Para segurar a inflação que adviria do pós-Segunda Guerra seriam necessárias medidas como segurar salários, cortar gastos, controlar consumo, restringir crédito e uma taxa que não afetasse a continuidade da poupança privada e da acumulação (SCHUMPETER, 1991, p. 394). Noutras palavras, quando chamado a opinar sobre os rumos concretos da sociedade, ele tratou ainda de tentar defender o que restava da ordem capitalista em crise de forma que o sistema ainda pudesse funcionar de forma eficaz.

paradigmas teóricos que ele sustenta. Mas sim questionar até que ponto tal miríade de influências se sustenta quando se busca apresentar uma visão global da sociedade capitalista.

Como vimos, Schumpeter hipostasia sobremaneira o papel das inovações e da atividade empresarial. É justamente com tal viés que ele define tanto o fenômeno do desenvolvimento econômico quanto os contornos que embasavam a frágil ordem institucional capitalista. O que há de se averiguar, portanto, é a própria sustentabilidade de sua definição de capitalismo. O capitalismo surge para Schumpeter a partir da atividade creditícia que desloca os recursos produtivos para novas combinações empreendedoras. Assim, o capitalismo não teria como pressuposto necessário um processo de consolidação de novas relações sociais, mas apenas um ambiente que multiplicasse os ciclos de inovações e o desenvolvimento econômico. Mas o fato de não apreender o capital como uma relação social, faz com que Schumpeter reduza o consideravelmente o escopo da esfera econômica capitalista em sua teoria, enquadrando-a diretamente nas virtudes e vicissitudes da atividade empresarial.

Na sua teorização, o comportamento econômico para ele é exclusivamente aquele voltado para aquisição de bens; o sistema econômico atinha-se exclusivamente aos ciclos de negócios impetrados pelas inovações. Tais definições, a nosso ver restritas e unilaterais, são responsáveis por caracterizações e análises arbitrárias no pensamento schumpeteriano. E mesmo no que tange ao seu modelo simplificado de fluxo circular e não dinâmico é possível questionar a pertinência do recorte de Schumpeter. Desse ponto de vista, é bastante pertinente a crítica de Paul Sweezy¹⁰⁶. Ele afirma que se considerarmos apenas a lógica interna da teoria de Schumpeter, temos de afirmar que em si mesma ela é coerente. O problema se dá justamente quando se avalia criticamente as suposições que embasam seu fluxo circular. Com justeza, ele afirma que

A concepção schumpeteriana do fluxo circular não é o único quadro possível de uma economia da qual o empresário foi eliminado. Podemos partir de uma situação na qual existam não só donos da terra como também capitalistas, ou em outras palavras, uma classe especial de indivíduos que tem controle exclusivo sobre os meios de produção que não sejam a terra (...). Por motivos institucionais, os trabalhadores verificam ser impossível conquistar o controle dos meios de produção (...). Sob tal suposição um excedente na forma de lucro (...) é um corolário lógico (SWEETZY, 1965, p. 23)

¹⁰⁶ SWEETZY, P. M. *Teóricos e Teorias da Economia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965

Destarte, a inexistência de lucro no fluxo circular parte da construção arbitrária de Schumpeter. Afinal, seria perfeitamente plausível ilustrar uma situação estática em que houvesse a existência de um excedente mesmo na ausência de inovações empresariais¹⁰⁷. Desta forma, poderíamos oferecer uma explicação alternativa do lucro sem recorrer à atividade empresarial e que agora dependeria de uma relação estabelecida entre capital e trabalho. Ou seja, mesmo que Schumpeter ofereça de fato uma explicação mais realista e dinâmica do desenvolvimento capitalista do que a tradição marginalista e neoclássica, ele assume as mesmas premissas para descrever o funcionamento estático do sistema econômico.

Pois afinal, seguindo a pista de Sweezy, poderíamos argumentar em contrapartida que tanto num contexto de fluxo circular estático quanto num contexto de desenvolvimento schumpeteriano através de inovações, o lucro não é criado enquanto tal pela atividade empresarial, mas sim através da extração de mais valia – o que quer dizer trabalho excedente - sobre a classe trabalhadora. E mais ainda: se assumirmos tal ponto de vista, que pensamos ser mais plausível e realista, a nossa própria explicação da dinâmica do capitalismo há de ser outra. Pensamos que, se é verdade que Schumpeter reteve de Marx o caráter dinâmico de um capitalismo que promove necessariamente inovações, a sua incorporação do legado marxiano obliterou os próprios termos que tornam a inovação um imperativo. Pois em Marx, o ponto de partida é a relação antagônica entre capital e trabalho na produção de valor abstrato. As inovações e o progresso técnico são dados, por certo, pela busca incessante por lucros extraordinários, mas tal busca – e seus limites - são determinados pelo montante social de excedente que é possível extrair da classe trabalhadora. Dizendo-o de forma mais direta: se adotarmos aqui outro ponto de vista, podemos afirmar que não é a atividade empresarial ou as novas combinações que criam por si mesmas um valor excedente. De tal forma, toda a construção de Schumpeter que focaliza na atividade empresarial a fontes dos lucros e da dinâmica do próprio sistema econômico – sem falar na própria fonte de legitimação capitalista - se fragiliza. Ou seja, perde-se nada menos que o fato de que a dinâmica do capital não pode ser reduzida à atividade empresarial em si mesma, posto que ela depende de uma relação social entre capitalistas e trabalhadores. Mais precisamente: no modelo de

¹⁰⁷Como afirmou Rimmer, o fluxo circular de Schumpeter poderia ser comparado até certo ponto com a hipótese de “Reprodução Simples” utilizada por Marx no livro dois de “*O Capital*”. Entretanto, no modelo de Reprodução Simples marxiano, que descreve um processo estático e sem acumulação de capital, diferente do fluxo circular de Schumpeter existem capitalistas sim que obtém renda a partir da mais-valia extraída dos trabalhadores. RIMMER, D. Schumpeter and the Underdeveloped Countries. *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 75, No. 3 (Aug., 1961), MIT Press, p. 445.

Schumpeter, trata-se sempre de uma luta de empresários inovadores que obtém lucros para si contra empresas que não inovam e têm prejuízos. Todavia, tal é apenas a aparência do processo em curso, uma vez que em sua essência tem-se sempre que tal concorrência implica na disputa em torno de um excedente (mais-valia) socialmente produzido pelos trabalhadores.

A consequência do que dissemos é o fato de que Schumpeter não apenas desfigura o cerne da dinâmica capitalista, como inverte seus termos. Seguindo nossa linha de raciocínio, são os lucros criados pela extração de trabalho não-pago que fomentam as inovações, e não as inovações em si mesmas que criam os lucros, como sugere Schumpeter. Aqui, portanto, se explicita claramente a parcialidade a que nos referimos do conceito de ação empresarial de Schumpeter, pois a despeito de prover uma explicação do desenvolvimento capitalista mais convincente do que a teoria convencional, promove um recorte arbitrário que reduz tudo à hipótese “heróica” da inovação dos empreendedores. Desta forma, a esfera econômica, pode caminhar para ele num meio próprio, relativamente alheio à dinâmica social, relativamente imune às contradições da estrutura do modo de produção capitalista.

Tal separação da esfera econômica, a nosso ver arbitrária, vai ficando cada vez mais nítida ao levarmos em conta o conjunto da interpretação de Schumpeter sobre o capitalismo. Tomemos, a princípio, o seu próprio esquema teórico dos ciclos de negócios e sua defesa da ideia de que a máquina econômica capitalista não teria limites. Primeiramente, é possível criticar o fato de que Schumpeter tenha se prendido demasiadamente ao problema das ondas de inovação *strito sensu*, o que o impediu de ver que o caráter cíclico do capitalismo guarda relação com o processo de valorização e acumulação do capital¹⁰⁸. Ou seja, ele perde de vista que as contradições e oscilações na busca por lucro (trabalho não pago) são fatores cruciais na explicação das

¹⁰⁸ “Não é a revolução tecnológica que inicia uma nova onda longa expansiva. É o aumento de longo prazo na taxa de lucro que inicia uma nova expansão, que então se torna cumulativa, ou seja, uma expansão de longo prazo que passa pela revolução tecnológica” MANDEL, Ernest (1992) “The international debate on long waves of capitalist development: an intermediary balance sheet” in: Alfred Kleinknecht, Ernest Mandel & Immanuel Wallerstein (eds) (1992) *New Findings in Long-Wave Research*, St. Martin’s Press, p. 325. Ou em outra obra do próprio Mandel, “Mesmo se admitirmos que a atividade de invenção e descoberta é contínua, ainda assim o desenvolvimento da acumulação de capital a longo prazo deverá permanecer descontínuo, pois as condições que favorecem a valorização do capital (...) devem, com o tempo transformar-se nas condições que determinam uma deterioração nessa valorização (...) em outras palavras (...) uma queda na taxa de lucro.” MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Coleção Os Economistas), p. 101. Ou seja, na abordagem de Mandel que baseia o desenvolvimento do capitalismo na necessidade de valorização do capital, as ondas de inovação não deixam ser importantes, mas não são como quer Schumpeter o determinante último do processo. De forma similar, Baran afirma que “o progresso técnico e a inovação são uma função do investimento, e não o inverso” BARAN, P. A. *A Economia Política do Desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Coleção Os Economistas), p.21

oscilações do capitalismo e acaba por buscar no fator inovações o motor último do desenvolvimento econômico. Como afirmou com propriedade Tsuru¹⁰⁹, não é necessário, como Schumpeter, supor uma força extraordinária – no caso as inovações – que “*se impõe ao estado estacionário*” (TSURU, p. 313), pois “*não há força que se impõe, mas sim o próprio sistema capitalista que leva por si mesmo às ondas*” (p. 313).

Furtado em “*Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*”¹¹⁰ sintetiza adequadamente a questão

Uma teoria do desenvolvimento deve ter por base uma explicação do processo de acumulação de capital. A teoria das inovações é de enorme importância, mas conduz a equívoco pretender formulá-la independente da teoria da acumulação de capital. A teoria das inovações é de enorme importância, mas conduz a equívoco pretender formulá-la independente da teoria da acumulação de capital. Ora, a acumulação de capital não pode ser explicada mediante categorias abstratas com pretensões à universalidade, pois está intimamente ligada ao sistema de organização da produção, às forças de distribuição e utilização da renda, enfim a um processo histórico cujos elementos específicos devem ser identificados (FURTADO, 1968, p. 50)

Ou seja, a citação de Furtado nos sugere que a busca da explicação do desenvolvimento capitalista e de seus ciclos é um fenômeno muito mais complexo do que sugere a teoria de Schumpeter. Não se trata aqui de apresentar uma outra explicação única alternativa às inovações, como já foi aventado em teorias sobre as dificuldades de rotação do capital fixo, as desproporções da produção de bens de consumo e de produção, o estreitamento de mercados, a própria queda da taxa de lucro marxista etc. Todas essas teorias – inclusive a de Schumpeter – podem oferecer aportes analíticos importantes para a compreensão do processo de acumulação capitalista e foge de nosso escopo tratá-las aqui. O que se critica em Schumpeter é a transposição direta de sua teoria para a realidade concreta do capitalismo, minimizando outros condicionantes históricos e estruturais, e simplificando desta forma a dinâmica da acumulação de capital.

Todo o problema então é a forma pela qual Schumpeter define o que é de fato o “econômico”. Ou melhor, ao reduzir o econômico aos ciclos de negócios ligados às inovações, ele pode inferir a ausência de limites à máquina capitalista. Mas se a crise for tomada como a

¹⁰⁹ TSURU, S. Business Cycle and Capitalism: Schumpeter vs Marx. In: WOOD, J. C (org.) *Joseph A. Schumpeter: Critical Assessments*. Londres: Routledge, 1991. 4v

¹¹⁰ FURTADO, C. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1968

manifestação de um movimento de raízes bem mais profundas; se tiver uma amplitude muito maior do que o simples caráter errático das inovações, as conclusões a serem tiradas devem ser bem outras. Destarte, se ampliarmos o escopo das crises capitalistas para além dos resultados da atividade empresarial e incorporarmos uma noção de capital como uma relação social que implique por definição não apenas a contradição, como também uma tendência a se espalhar e moldar toda a sociedade, nos depararemos com obstáculos ausentes na apologia de Schumpeter ao sistema capitalista. Pois mesmo se não endossarmos as teorias de “crise final” do capitalismo - e de fato não as endossamos – somos forçados a constatar que a dinâmica do capital envolve todo o tecido humano e que, desta maneira, suas crises não podem simplesmente ser tomadas como meros melhoramentos da capacidade produtiva, mas sim como episódios que tanto determinam a dinâmica das relações sociais como são determinados por ela. Isso quer dizer não apenas que Schumpeter limita o que considera o econômico. Mas sim – e ainda mais importante – ele não incorpora o fato de que a dinâmica da acumulação de capital está diretamente imbricada ao “político” e ao “social”. Assim, tornam-se no mínimo questionáveis ideias como a de que a limitação à concorrência é exclusivamente devida a fatores “extraeconômicos”, ou que o imperialismo é uma política hostil aos valores capitalistas. Ao mesmo tempo, a propalada estabilidade do sistema econômico na era do capital monopolista torna-se uma quimera. Como o modo de produção capitalista deve ser compreendido na sua historicidade que envolve simultaneamente as dimensões do “econômico”, do “político” e do “social”, a questão de um sistema “promissor” em oposição a uma ordem “hostil” torna-se a nosso ver uma falsa questão¹¹¹.

Tal separação torna-se, assim, particularmente problemática se o objetivo em questão não é apenas a abstração metodológica com objetivos teóricos, mas sim uma compreensão global dos rumos da sociedade. É evidente que a crítica não deve ser direcionada ao fato de que Schumpeter promove recortes de seu objeto, procedimento muitas vezes obrigatório em qualquer ciência social. Mas o problema é que Schumpeter se propõe a teorizar de maneira ampla a sociedade e sua história através de uma separação arbitrária de suas esferas que subestima a profundidade e abrangência das relações sociais capitalistas. Deste modo, a abstração das esferas perde seu poder explicativo pois em Schumpeter seu significado vai além de um mero instrumento de análise e

¹¹¹ Também é importante considerar aqui a subestimação de Schumpeter em relação aos bancos e ao capital financeiro no capitalismo do século XX. Diferentemente de Marx e de Keynes, como veremos no próximo capítulo, ele acaba por desconsiderar a importância do processo de autonomização das finanças e da instabilidade especulativa daí derivada podendo assim traçar um quadro mais estável para o sistema econômico.

acaba por se cristalizar. É justamente aqui que o ecletismo da “caixa de instrumentos” apresenta seus limites. Pois os instrumentos que podem servir como ponto de apoio para análises pontuais e abstratas, acabam por ser tomados para a sua explicação global da sociedade capitalista concreta. Sua tentativa de produzir uma “economia social”, longe de oferecer uma perspectiva totalizante e coerente da realidade capitalista, na prática se transforma numa justaposição de determinados conceitos e elementos, que conformam pura e simplesmente afinidades eletivas entre o “econômico” e “político”.

O mesmo problema se manifesta, sem dúvida, no seu apelo ao atavismo e para a assincronia entre “sistema” e “ordem” - e entre “infraestrutura” e “superestrutura”. Tal ideia, mesmo que possa oferecer “insights” importantes sobre a evolução histórica, torna-se por outro lado falha quando tomado como eixo explicativo geral dos rumos da sociedade. Afinal, independentemente do fato de assumirmos ou não com Schumpeter a vigência de certos atavismos, isso não anula o fato de que há uma totalidade histórica sincrônica a ser compreendida e analisada. Ou seja, a questão não é negar a relevância da continuidade de aspectos do passado na vida social, mas sim entender que tais atavismos não são formas cristalizadas e isoladas e que portanto é preciso compreender como eles se articulam com o modo de produção capitalista. Como Schumpeter situa sua análise muito mais em sentidos e motivos na determinação do comportamento de grupos e classes sociais, as esferas da realidade necessariamente se apresentam com plasticidade reduzida, isto é, com definições estanques. Pelos mesmos motivos, também a tensão entre passado, presente e futuro, fator decisivo de sua obra, acaba aparecendo de forma hermética, isto é, sem o intercâmbio adequado.

É sintomático, portanto, que Schumpeter tenha assumido em parte a contribuição marxiana para o entendimento da história, mas que por outro lado tenha literalmente desprezado o caráter dialético do processo social implícito em tal contribuição. Daí deriva o fato dele ter se separado não apenas da ideia de totalidade em si, mas também da noção de uma totalidade cambiante e em constante movimento, noção que implica em compreender a história como um processo marcado por contradições¹¹². Assim, a questão não é, portanto, defender aqui o primado mecânico e

¹¹² Buscando minimizar a influência hegeliana em Marx, Schumpeter afirma “*Acho isso um erro e uma injustiça em relação à capacidade científica de Marx. Ele manteve seu primeiro amor por toda a vida. Gostava de certas analogias formais entre sua argumentação e a de Hegel. Gostava de exibir o seu hegelianismo e de usar uma fraseologia hegeliana. Mas isso é tudo. Em lugar algum ele submeteu a ciência positiva à metafísica.*” (SCHUMPETER, 1979, p. 34), ideia esta que mereceu crítica de Kosik (p. 148) que criticou a atitude de Schumpeter de separar “*a economia da filosofia de Marx*” e também de Rosdolsky quando este menciona aqueles

determinista do “econômico” sobre o conjunto da vida social, mas sim de afirmar que o problema da separação entre “sistema” e “ordem” é equivocado por si mesmo, ao menos nos termos schumpeterianos. Na verdade, Schumpeter acaba por imputar a Marx o mecanicismo que de fato existe em certas interpretações marxistas que de fato reduzem de forma arbitrária todas as esferas da vida à base econômica da sociedade. O problema é que sua resposta alternativa acaba por ser igualmente insatisfatória. Em outras palavras, temos que apontar aqui que “Sistema” e “Ordem” estão muito mais imbricados do que supunha Schumpeter.

Para ilustrar este ponto, tomemos a sua ideia de que a racionalização social reduzia o ímpeto de acumulação privada e assim destruía a ordem capitalista. Aqui Schumpeter perde de vista o fato de que o processo de acumulação é continuamente repostado sobre os homens e com uma força que muitas vezes sobrepuja as disposições individuais autônomas. Em outras palavras, a necessidade de acumulação de capital é um imperativo objetivo imposto pela dinâmica da concorrência e que, portanto, está além dos desejos subjetivos dos capitalistas, por mais relevantes que estes possam parecer. Não há aqui uma “ordem” em crise separada do “sistema” promissor, mas sim uma determinação estrutural da própria lógica do capital que se impõe tanto “economicamente” como “sociologicamente” e “politicamente” sobre a realidade capitalista.

Raciocínio análogo cabe em sua tese do declínio do sentimento de propriedade. A burocratização administrativa não diminuiu em si mesma a importância da propriedade do capital. O fato da propriedade do capital se tornar mais difusa e externa à produção não implica que tal propriedade tenha se tornado menos essencial. O fundamental aqui é que ao centrar seu argumento no problema da racionalização social, Schumpeter ignorou o fato de que o capitalismo monopolista levou às últimas consequências a antítese entre a socialização da produção e o caráter cada vez mais privado da apropriação de riqueza, ou seja, aquilo que Hilferding chamava de forma “antagônica” da socialização¹¹³. Deste modo, longe de desaparecer, a propriedade é

que “se negam a tratar do método dialético de Marx (...) isto vale mesmo para um crítico tão destacado quanto Joseph A. Schumpeter” ROSDOLSKY, R.. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001, p. 16

¹¹³ “a tendência do capital financeiro é estabelecer o controle social da produção, mas trata-se de uma forma antagonística de socialização, posto que o controle social da produção permanece com uma oligarquia” HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Coleção Os Economistas).p.367. Hilferding salientava então a oposição de uma nova oligarquia engendrada pela fusão do capital bancário e industrial - o capital financeiro – com o resto da sociedade. Já Schumpeter, como vimos, via o mesmo processo pondo o acento tônico na oposição entre a ação empresarial de um lado e a rotinização via gerentes e

reinventada em novas bases. É sintomático que Schumpeter pouco fale do papel dos capitalistas na era dos grandes monopólios, como se eles estivessem dissolvidos em meio à impessoalidade das grandes empresas. No entanto, é irrealista acreditar que os capitalistas enquanto tais assumem papéis irrelevantes e passivos nesta nova era. Em especial, como já mencionamos, Schumpeter subestima largamente o papel e o poder dos bancos e do capital financeiro, como se os proprietários do capital pouco tivessem a ver com a nova estrutura capitalista. Na realidade, a fusão de interesses entre bancos e indústria, ao potencializar a busca por lucros em escala generalizada, tende a incrementar ainda mais as relações tipicamente capitalistas. Por ignorar o avanço da fetichização própria das relações sociais capitalistas e ver na monopolização meramente o avanço da racionalidade, ele não pode incorporar a tendência à financeirização do capitalismo de forma adequada. Ademais, mesmo que a rotinização acabe com a figura heróica do empreendedor, a nova elite gerencial que a substitui terá ainda seus empregos e salários dependentes da rentabilização da propriedade capitalista enquanto tal¹¹⁴. Ou seja, trata-se de um novo quadro institucional que se transforma e acompanha as mudanças do sistema econômico conformando uma nova totalidade, não de um quadro que se opõe a ele.

Por tudo isso, a ordem institucional do capitalismo não pode ser reduzida ao tipo ideal da livre-iniciativa concorrencial e empresarial, típicos do século XIX¹¹⁵. Assim, a própria questão da falta de liderança da burguesia torna-se falsa nos termos colocados por Schumpeter. A suprema ironia de sua teoria de classes reside no fato de que ao mesmo tempo em que Schumpeter insistiu na capacidade da nobreza se reinventar mesmo após a perda de sua função original, ele tenha negado a mesma possibilidade à burguesia. Não se trata aqui de negar a justeza de sua ideia de que o “*Santo Graal atrai mais admiração do que a bolsa de valores*”, ou seja, de que muitas vezes forças atávicas tenham maior capacidade de dominação política, mas sim de perceber que o capitalismo não apenas baseia-se em como reproduz constantemente relações sociais antagônicas

administradores, o que o permitia afirmar que se trataria portanto de um declínio do sentimento de propriedade diante da racionalização/burocratização em curso.

¹¹⁴ Ainda sobre tal questão é sugestivo que, à luz da conjuntura atual do capitalismo, autores como François Chesnais sugiram que “*Na cúpula dos grandes grupos financeiros – tanto nos chamados “com predomínio industrial” como nos demais – existe uma fusão quase completa entre o “capital-propriedade” e o “capital-função”, que Marx identificou, opondo-os parcialmente. A “era dos gerentes” deu lugar a outra na qual há uma identidade de visão quase completa entre os acionistas e os dirigentes.*” CHESNAIS, F. *A luta de classes na Europa e as raízes da crise econômica mundial*. In: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20557

¹¹⁵ Bottomore (1992) aponta com razão, a nosso ver, o fato de que Schumpeter identifica de forma idealizada a ordem capitalista como apenas compatível com o capitalismo concorrencial do século XIX e oferece como exemplo o fato de que a onda privatizante a partir dos anos 1970 seria a maior refutação da previsão de Schumpeter de que cessaria o sentimento de propriedade privada.

entre capital e trabalho. Ao enfatizar a questão da legitimação e da liderança de classe, Schumpeter minimizou o fato de que as bases materiais e estruturais do modo de produção capitalista, mesmo que não expliquem tudo, são cruciais na dinâmica de classes. Fazendo um paralelo com a terminologia marxista, poderíamos dizer que seu conceito de classe social poderia ser reduzido à ideia de “classe para si”, isto é, os sentidos e valores atribuídos pelos próprios indivíduos, pouco importando as determinações estruturais da “classe em si”.

Assim, independentemente do fato de que os capitalistas sejam oriundos da antiga nobreza, dos empreendedores, ou seja, novos ricos oriundos das massas, torna-se questionável a crítica que Schumpeter faz a Marx pelo fato deste último derivar sua noção de classe social da vida econômica. O ponto chave aqui é que não existe um único e exclusivo ethos ideal para a burguesia, mas sim diferentes atitudes e valores, e uma contínua adaptação e transformação dos mesmos. Se é verdade que em cada situação existem lideranças e “intelectuais orgânicos” mais aptos, e que desta forma é válida até certo ponto a ideia de uma “circulação das elites”, o fato é que a racionalização social é plenamente compatível com os dois fatores cruciais que garantem a existência da burguesia: a continuidade da acumulação de capital e a manutenção da propriedade privada dos meios de produção e da riqueza. Na medida em que a análise de Schumpeter encerra-se no estudo dos sentidos e motivos que constituem as classes sociais, perde-se justamente a relação de tais classes com a totalidade social em movimento. Pois afinal, os tipos ideais que definem o élan dos grupos e classes acabam por serem tomados de forma imutável, de forma relativamente indiferente com as transformações em curso. Ao não promover a devida mediação de tais tipos com a totalidade social, a dinâmica da sociedade é vista através de uma sucessão de diferentes ethos que são progressivamente subsumidos pelo processo de racionalização.

A mesma unilateralidade pode ser vista quanto ao papel dos trabalhadores e das massas, de maneira geral, na sua teoria de classes. Mesmo que aceitemos o seu argumento de que ao menos nas potências capitalistas de um ponto de vista global a qualidade de vida tenha sido melhorada sob o capitalismo, não se pode concluir que apenas isso por si só, somado à racionalização insuflada pelos intelectuais, explica a hostilidade social ao capitalismo, pois como já mencionamos, quando Schumpeter assume a ideia de que o processo de socialização da produção dado pela concentração/centralização de capital ajudava a pavimentar o caminho para o socialismo, ele enfatizou apenas um lado da questão. Justamente o que ele desconsiderou foi o fato de que tal socialização se dá de forma a reforçar as contradições de classe, isto é, como

mencionamos, há de se considerar o caráter antagônico de tal socialização. Ao negar a relevância da luta de classes entre capital e trabalho e também ao rechaçar por completo a teoria da exploração de Marx, acabou por entender o processo de socialização da produção de uma forma unilateral que retirava da ação efetiva dos trabalhadores qualquer papel relevante.

Assim, mesmo que reconheçamos a importância do processo de racionalização, ele não se dá jamais num vazio de classes sociais. Aqui cabem as palavras de Altvater¹¹⁶ que mesmo que formuladas num outro contexto, servem perfeitamente para Schumpeter: *“Problemática (...), não é tanto a importância central atribuída à racionalização, mas antes a dissociação da racionalidade – concebida como técnica social – daquela estrutura capitalista que é a sua condição formal”* (ALTVATER, pp.58-59). Ou então, em outra passagem do autor: *“Se a racionalidade, o desenvolvimento das forças produtivas, pode representar, por assim dizer, um meio indiferente ao sistema, então é possível – ou mesmo óbvio – perceber aí um encontro entre os interesses do capital e do trabalho”* (Ibidem, p.61)¹¹⁷.

Em outras palavras, mesmo que a luta de classes possa ficar submersa e latente por longos períodos, não se pode negar que ela tenda a ser repostada pela própria estrutura antitética do modo de produção capitalista. Tampouco aqui é possível endossar a ausência de sincronia entre “sistema” e “ordem”. A luta de classes também é determinada e determina o próprio processo de acumulação de capital¹¹⁸, e a própria existência e dinâmica das classes não pode ser reduzida a um “espírito”. Pelos mesmos motivos, a emergência do socialismo não pode ser “independente” das classes sociais como postulou Schumpeter. Contraditoriamente, o mesmo Schumpeter que criticara as interpretações marxistas “vulgares” que superdimensionavam o papel do econômico na história, nesse quesito acabou por resvalar no mais puro determinismo. No fundo, é como se houvesse para Schumpeter uma lei trans-histórica em que a racionalidade capitalista estivesse sempre latente e que estava somente à espera do impulso do circuito crédito/inovações para sua vitória. Por tabela, a ideia de um socialismo como subproduto da racionalização social e alheio à

¹¹⁶ ALTVATER, Elmar. A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise In: HOBBSBAWM, Eric J (org.). *História do marxismo*. Vol. 8. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 79-133

¹¹⁷ A crítica de Altvater era aqui dirigida aos marxistas da Segunda Internacional que, de forma semelhante à Schumpeter, deduziam o advento do socialismo simplesmente a partir do avanço da racionalização, do desenvolvimento das forças produtivas e da socialização da produção.

¹¹⁸ Mesmo reconhecendo a dificuldade da formulação de uma teoria estruturada dos longos ciclos econômicos, um aspecto que jamais pode ser negligenciado nesse tema a nosso ver é o estado da luta de classes. Pois como tentou mostrar Mandel em seu “Capitalismo Tardio”, não se pode tratar as inovações e a acumulação de capital de forma independente dos conflitos entre capital e trabalho como fez Schumpeter, atribuindo a tais conflitos o caráter de “fatores externos”

dinâmica histórica concreta das classes sociais acaba sendo algo teleológico e mecânico. E essa crítica permanece válida mesmo se levarmos em conta que o socialismo para Schumpeter significasse meramente a supressão promovida pelo Estado - de forma racionalizada e hierárquica - da atividade econômica privada e não as promessas de emancipação humana que postulavam os marxistas.

Pois a questão aqui é que a análise da atuação do Estado não pode se dar num sentido pré-determinado – para Schumpeter sempre hostil ao capitalismo – mas deve ser mediada pela apreensão da totalidade social em constante transformação. Assim, Schumpeter recai numa postura parcial que enfatiza os obstáculos políticos ao poder privado, e ignora o fenômeno oposto. Desta forma se, por exemplo, podemos admitir de fato, como ele sugere, que os monopólios sofrem a pressão de uma ordem social hostil, por outro lado, a própria organização monopolista facilita a comunhão de interesses capitalistas e a sua ação organizada diante do Estado, modelando-o de acordo com suas diretrizes. Aliás, como argumentou Hilferding, é apenas na fase dos oligopólios que os interesses econômicos capitalistas podem superar o atomismo e a desconfiança múltipla que imperavam na etapa concorrencial do capitalismo (HILFERDING, p. 317) Assim, não só o Estado, mas a política e a democracia em geral, também são diretamente informados pelas transformações das relações capitalistas e pela correlação de forças entre as classes sociais. Se a política é “algo muito realista”, nem por isso ela é apenas um fim em si mesmo, um mero jogo da busca por competitiva por liderança. Isso não explica adequadamente, entre outras coisas, porque na era do capitalismo monopolista, como sugere Carnoy¹¹⁹, várias “*funções de Estado passam a se estender à produção*” (CARNOY, p.141). A resposta de Schumpeter de que tal extensão do papel do Estado seria o corolário do processo de racionalização é largamente insuficiente, pois não permite qualificar o sentido concreto da atuação do governo. A racionalização não é meramente uma técnica social neutra que pode ser aplicada indistintamente a qualquer meio social. Deste modo a afirmação de Schumpeter já citada de que “As atitudes dos grupos capitalistas diante da política de seus países suas nações são muito mais adaptativas do que causativas” merece ser revista. Pois na realidade, a própria burocratização/racionalização, permite que o planejamento das atividades capitalistas em

¹¹⁹ CARNOY, M. *Estado e Teoria Política*. Campinas: Papirus, 1986.

conjunto com a ação do Estado torne-se mais e não menos efetivo e, portanto, suscita mais do que nunca a viabilidade de um projeto de classe da burguesia enquanto tal.

Todas as questões acima explicam também a sua interpretação histórica parcial do surgimento e desenvolvimento do próprio capitalismo. Ao definir capitalismo meramente como a atividade de crédito para novas combinações, ele subestima todo o processo de transformações sociais e políticas profundas e violentas que marcaram o surgimento do novo modo de produção. Como vimos, Schumpeter minimizou a necessidade de capitais prévios individuais, que poderia ser substituída pela ação dos bancos em prol dos empreendedores. Assim, o capitalismo inicia-se para ele quando num dado momento as inovações passam se generalizar com a difusão em larga escala do crédito bancário. Vimos que com essa interpretação ele buscou afastar a problemática da Acumulação Primitiva tal qual posta por Marx. Todavia, a sua explicação torna-se nitidamente manca, pois mesmo que ele estivesse certo quanto à gênese do capitalismo, precisaria demonstrar – e não o faz – qual o contexto específico que generaliza o crédito que liberou a força da ação empreendedora que segundo ele existira mesmo na Antiguidade. Assim, mesmo que não houvesse a necessidade de acumulação prévia para os empreendedores como ele sustenta, teria de haver da parte de Schumpeter uma explicação para a acumulação prévia dos bancos que financiavam os empreendedores. Como Schumpeter evitou tal problema, ele pode minimizar inclusive o papel do Mercantilismo e da colônias na gênese do capitalismo.

De forma análoga, Schumpeter tergiversou sobre o processo – com larga ação política do Estado– em que os produtores foram separados de seus meios de produção, dando origem a uma classe de despossuídos que serviria de base ao proletariado moderno, tornando a transformação da força de trabalho em mercadoria numa questão de sobrevivência, assim como tornando o acesso aos mercados de bens num imperativo. Quanto a isso, Schumpeter pouco ou nada tem a dizer. Desta forma, o processo social que marcou a ascensão tanto do proletariado como da burguesia não é explicado adequadamente, como se apenas a racionalização intrínseca ao capitalismo fosse capaz de produzir tais classes. E justamente por não conceber o capitalismo como um modo de produção calcado em determinadas relações sociais, ele chegou a até mesmo a se questionar sobre a vigência de um período histórico efetivamente capitalista, levantando a hipótese de uma “fase final do feudalismo” como antessala do socialismo.

Ao mesmo tempo – e não menos importante - o próprio estatuto do conceito de racionalidade merece ser pensado criticamente. Podemos aqui arguir que o mesmo processo de

racionalização que Weber e Schumpeter viam como sendo de “desencantamento do mundo” pode também ser tomado com um processo de “encantamento” por meio do fetiche da mercadoria. Heilbroner está certo, portanto, quando afirma que “*Schumpeter trata o espírito racional capitalista de forma não crítica, enfatizando a racionalidade dos meios e ignorando a irracionalidade dos fins*” (HEILBRONER, p. 141): nas suas determinações, o modo de produção capitalista é e não é racional ao mesmo tempo. O capitalismo então tem por certo também um aspecto extremamente irracional, na medida em que subordina os homens à lógica das “coisas”. Assim, não se pode então derivar a ideia de socialismo do desenvolvimento sem freios de tal racionalidade. A racionalidade dos meios própria do capitalismo (cálculo, previsão, utilização da ciência na produção etc.) está subordinada à irracionalidade dos fins próprios da acumulação do capital. Determinações estas que pressupõem a alienação do homem e a reificação das relações sociais. Assim, como no capitalismo “*a irracionalidade se torna razão*”¹²⁰ o avanço do processo de racionalização tende escancarar ainda mais a dimensão irracional e fetichista do capitalismo. Neste sentido, têm razão Baran e Sweezy¹²¹ quando afirmam que a irracionalidade do capitalismo monopolista é igual ou maior que a do capitalismo da livre iniciativa, na medida em que se acentua ainda mais o processo de subsunção das relações humanas à lógica da mercadoria.

O que dissemos é fundamental para apreendermos a visão internacional de capitalismo que emana de Schumpeter. Aqui o caminho mais fácil seria simplesmente desacreditar a sua teoria do imperialismo a partir de um olhar “post-festum”, demonstrando que os interesses econômicos após a morte de Schumpeter prosseguiram sustentando conflitos e guerras entre as nações. Todavia, tal caminho seria o menos frutuoso, posto que não se trata aqui de avaliar a capacidade de previsão do autor, mas sim refletirmos a partir de seu esquema teórico geral. O mais importante, sem dúvida, é relacionar a teoria de imperialismo de Schumpeter à sua visão particular de capitalismo, de Estado e o papel que ele atribuía à racionalidade. Sugerimos inclusive que com a análise crítica de tal teoria, podemos sintetizar todos os pontos frágeis da elaboração de Schumpeter.

O ponto fundamental é, como afirmou Bottomore, que a teorização de Schumpeter o impedia de ter uma visão consistente da difusão internacional do capitalismo (BOTTOMORE,

¹²⁰ MARCUSE, H. *Industrialização e Capitalismo na obra de Max Weber*. In: http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/frankfurt/marcuse/tx_marcuse_001.htm

¹²¹ BARAN, P.A.; SWEEZY, P. M. *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978

1992, p. 51). Por quê? Em primeiro lugar, ao identificar capitalismo com a atividade empreendedora, perde-se toda a dimensão expansiva do processo acumulação do capital, ou seja, as relações sociais concernidas que são generalizadas e a dinâmica internacional moldada e informada pelo capital. Deste modo, perde-se a especificidade histórica e única do capitalismo. A necessidade de valorização do valor própria do modo de produção capitalista é o motor que o impele a buscar mercados externos, a realizar exportações de capital e generalizar formas de produção especificamente capitalistas etc. Processo esse que, diga-se de passagem, é potencializado pelo advento do capital financeiro, que tende a acelerar e amplificar a reprodução das relações capitalistas. Assim, o ímpeto de expansão do capital não é dado meramente por algo externo a ele, por um atavismo, ou por uma interferência política externa em sua atividade, mesmo que tais fatores possam existir ¹²².

Em segundo lugar, o Estado, longe de estar alheio ou de se opor aos interesses tipicamente capitalistas, é parte integrante de sua expansão internacional. Toda a dificuldade que Schumpeter encontrou em qualificar as mudanças do entreguerras, conceituando-as como neomercantilismo e imputando o acirramento dos conflitos internacionais a uma reação “antirracional” reside na sua dificuldade em aceitar a fusão de interesses entre capital monopolista e Estado. Desta forma, o Estado é instrumento decisivo não apenas para o protecionismo, mas também para a expansão neocolonial e para a afirmação e defesa dos interesses dos oligopólios dentro e fora de cada nação. Sem isso, não apenas a explicação da expansão do capitalismo torna-se frágil, como a própria hierarquia de poder entre governos e países é incompreensível. Justamente aqueles países em que o desenvolvimento do capitalismo foi mais acentuado é que acabaram por se tornar no entreguerras as potências militarizadas por excelência: EUA, Alemanha, Japão, Inglaterra e França. Além disso, não se pode perder de vista que ao minimizar os conflitos de classe, Schumpeter não enxergou a relação entre o imperialismo e a necessidade de se desviar a tensão social interna para fora das nações.

¹²² Aqui o diagnóstico de Lênin nos parece mais adequado: “*Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no “segundo o capital”, “segundo a força”; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e no capitalismo. A força varia, por sua vez, de acordo com o desenvolvimento econômico e político; para compreender o que está a acontecer é necessário saber que problemas são solucionados pelas mudanças da força, mas saber se essas mudanças são “puramente” econômicas ou extra-econômicas (por exemplo, militares), é secundário e em nada pode fazer variar a concepção fundamental sobre a época atual do capitalismo.*” LÊNIN, V. I. *O Imperialismo Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005, p. 45.

Por fim, a sua falta de delimitação entre racionalidade dos meios e os fins o levou a entender o capitalismo como um sistema social intrinsecamente pacífico e avesso à hostilidade internacional. Seu argumento de que a concorrência e a necessidade econômica absorvem as energias da sociedade e assim “há muito menos energia a ser empregada na guerra e na conquista” padece nitidamente deste viés. E isso não apenas porque a concorrência e a necessidade econômica podem tornar a hostilidade nacional em interesse direto capitalista: mesmo se aceitarmos que de fato que a racionalidade capitalista ocupa as mentes dos indivíduos e tende a abolir os instintos emocionais aparentemente irracionais, é possível uma “divisão do trabalho” em que o Estado apareça como fiador dos interesses capitalistas nacionais e que se responsabilize de fazer prevalecer tais interesses perante as outras nações.

De toda forma, entretanto, o mais importante é o fato de que os fins capitalistas, voltados para a valorização fetichista do capital, sempre hão de ser irracionais e muitas vezes tais fins implicarão na hostilidade nacional. Se não levarmos isso em conta nossa explicação da difusão do capitalismo ao longo do século XX pelo chamado “Terceiro Mundo” torna-se limitada, pois em tais países em que vigoravam formações sociais pré-capitalistas, o processo de modernização não pode ser creditado a uma mera difusão “por osmose” da irresistível racionalização capitalista. Os conflitos e a violência que marcaram a difusão das relações sociais capitalistas em tais países, ou seja, a continuidade do processo de Acumulação Primitiva em pleno século XX, talvez seja a maior refutação da teoria do imperialismo de Schumpeter.

O ponto fundamental aqui mais uma vez é que Schumpeter estratifica sua abordagem de passado, presente e futuro com sentidos e móveis cristalizados. Assim, ele não pode perceber como o contato entre o capital e o seu entorno pré-capitalista redefine totalmente relações e hierarquias, produzindo uma nova totalidade. O fato de que sua teoria do imperialismo e suas previsões acerca da dinâmica internacional do capitalismo são por certo o ponto mais falho de sua teoria certamente se casa com as suas premissas metodológicas e teóricas limitadas. Isto é, quando chamado a analisar de forma ampla as tendências internacionais do capitalismo, a sua separação arbitrária das esferas e a ausência da mediação de seus conceitos com a conjuntura em transformação acabam por gerar suas respostas mais problemáticas e descoladas da realidade capitalista. A ideia de que imperialismo dos EUA no pós-Segunda Guerra seria um “Imperialismo Ético”, pautado nos ideais da nação estadunidense, mostra até onde ele foi levado pela falsa relação entre o “econômico” e o “político”. Talvez sem querer, ele acabou por teorizar

o próprio discurso legitimador do militarismo dos EUA¹²³ no pós-Segunda Guerra, discurso que evidentemente não pode ser tomado como uma abordagem legítima das raízes de tal fenômeno.

À guisa de conclusão, é válido dizer que nossa contraposição aqui à síntese de Schumpeter não implica por certo em ignorar relevância de sua contribuição ao pensamento social. Quando em 2011, lemos em Zizek¹²⁴ que *“O paradoxo é que o liberalismo não é suficientemente forte para salvar os seus valores centrais (...) Não consegue se manter sozinho: falta alguma coisa no edifício liberal. Em sua própria noção, o liberalismo é ‘parasítico’, conta com uma rede pressuposta de valores comunitários que ele mesmo solapa no decorrer de seu desenvolvimento”* (ZIZEK, p. 71), parece que estamos lendo o próprio Schumpeter quando na verdade trata-se de um autor muito distante dele em todos os sentidos. Ou seja, é indubitável que a problemática schumpeteriana prossegue sem dúvida atual. Pois entre outras coisas, a sua ideia já citada de que *“nenhum sistema pode funcionar exclusivamente baseado em contratos livres entre partes contratantes (juridicamente) iguais e onde se parta do princípio de que todos são guiados apenas por seus próprios fins utilitaristas (de curto prazo)”* nos ajuda a pensar ainda hoje a contradição que existe entre os princípios utilitários e liberais e a efetiva democracia.

Mas a questão que escapou a Schumpeter é que se o liberalismo solapa as suas bases no decorrer de seu próprio desenvolvimento e não pode se sustentar sozinho, nem por isso necessariamente o mesmo ocorre com o capitalismo. A sua identificação entre um e outro é que está na raiz das inconsistências que sua rica obra apresenta. E isso nos remete a um último comentário. Schumpeter hipostasiava a esfera da economia, e ao mesmo tempo lamentava o fato de que o sistema capitalista não tinha como um paralelo uma ordem social consistente e duradoura – no caso, o próprio liberalismo. E é justamente aí talvez que esteja a sua maior clivagem com o cerne do pensamento de Marx. Pois este último, mesmo que apontasse as

¹²³ E mesmo no que tange ao período em que Schumpeter escreveu seu ensaio sobre Imperialismo, a seguinte citação é significativa sobre os EUA que ele considera o país menos propenso à agressão nacional: *“TAYLOR (1960:48) observa que estatísticas do National Industrial Conference Board estimavam que 78,9% dos gastos totais federais [dos EUA] entre 1789 e 1920 foram destinados diretamente a guerra ou a recursos bélicos. E provável que ao plotarmos num gráfico a evolução da dívida estatal das principais economias centrais e os principais conflitos bélicos dos últimos dois séculos, se observe uma grande correlação o que desautoriza até mesmo um autor credenciado como SCHUMPTER (1968:175) quando considerava que seja “em seus aspectos internacionais, como domésticos, a economia capitalista esta adaptada aos requisitos e costumes de um mundo normalmente pacífico”*. TRINDADE, J. R. B. *Dívida pública e teoria do crédito em Marx: elementos para análise das finanças do estado capitalista*. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Defesa: Curitiba, 2006, p. 27.

¹²⁴ ZIZEK, S. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011

potencialidades de avanço civilizatório trazidas pelo desenvolvimento das forças produtivas, não deixava de notar as limitações que o capitalismo trazia por subordinar o homem à lógica da mercadoria e da produção fetichista de riqueza. Destarte, para Marx, a humanidade só poderia se desenvolver plenamente quando o homem se libertasse das relações sociais existentes – o que implicava na própria libertação do homem da economia enquanto tal. Já para o modelo de civilização de Schumpeter, o econômico não era o obstáculo, mas sim as esferas social e política, que em seu tempo pareciam tornar-se cada vez mais antiliberais, ou numa leitura schumpeteriana, cada vez mais anticapitalistas.

CAPÍTULO 2 – KEYNES

a) Influências formativas da visão de Keynes

a.1) Introdução

*“Com nossa aversão ao benthamismo, nosso individualismo próprio, conseguimos nos livrar do marxismo. Mas não conseguimos que as novas gerações estivessem imunes”*¹²⁵.

A frase acima está presente no ensaio *“My Early Beliefs”*, onde Keynes traça uma retrospectiva intelectual de sua juventude em meio ao grupo de artistas e intelectuais de Bloomsbury. A escolha dela para abrir este tópico não se trata apenas de uma mera formalidade, pois pensamos de fato que nestas linhas há uma excelente introdução da visão global de sociedade em Keynes. Como uma primeira aproximação de nosso problema, é preciso dizer que o rechaço ao benthamismo em Keynes tem um significado muito mais amplo do que poderia parecer inicialmente. Não se tratava apenas da crítica ao racionalismo individualista e do utilitarismo oriundos de Bentham no plano estrito da ciência econômica, apesar de que isso teve grande importância na formulação teórica de Keynes, como mencionaremos mais à frente. O autor via nesta corrente filosófica o grande mal de seu tempo, pois *“baseada numa superestimação dos critérios econômicos, estava destruindo o ideal popular”* (Ibidem, p. 447). O benthamismo como ideal filosófico disseminado por seus discípulos, mais ainda do que as próprias ideias de Bentham, era responsável não apenas pela ideia de que o cálculo individual maximizador tendia a promover a maior felicidade geral, mas também por uma tremenda supervalorização dos valores e elementos econômicos na vida social.

¹²⁵ KEYNES, J. M. My early beliefs. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. X. Londres: Macmillan, 1972, p. 446

O problema econômico para Keynes não era, portanto, apenas um problema da produção de riqueza, de suas falhas e tendências estagnantes. Era também um problema de valores. A razão deveria ser usada não apenas para superar as falhas da ciência econômica, mas deveria também ser a bandeira na batalha pela vitória de outros valores que não os estritamente econômicos. Ou melhor: para Keynes, a razão e os valores deveriam se transformar numa mesma coisa. De forma a fortalecer nosso argumento, antecipamos dois aspectos do pensamento de Keynes que ilustram nossa proposição. Uma das consequências mais nefastas do benthamismo na sociedade moderna seria o fato de que ele trazia consigo o fenômeno do “amor ao dinheiro”. Principalmente a partir do século XIX, ao se valorizar a busca individual pela maximização de rendimento, o mero ganho pecuniário tornava-se o critério fundamental não só da atividade econômica, mas dos valores também. “*A visão era a utilitária e a econômica – alguém poderia dizer financeira – ideal tido como único respeitável da comunidade em seu conjunto*”¹²⁶. Uma consequência da obsessão pelo dinheiro seria o advento do rentismo, que ao mesmo tempo em que trazia consigo obstáculos para o bom funcionamento do sistema econômico, também acarretava numa tendência à fragilização da harmonia social nos países capitalistas.

A apologia à poupança, outro resquício do século XIX, é outro aspecto que nos serve como exemplo. A conhecida crítica de Keynes de que a recusa a se gastar no presente era antes um entrave do que uma necessidade imperiosa para o desenvolvimento econômico se somava à crítica aos valores sociais embutidos na defesa da poupança. E estes valores, em parte, eram o próprio “amor ao dinheiro” individualista que tratamos acima, como também o resquício dos valores puritanos¹²⁷ que deram suporte ao capitalismo do “laissez faire”. Como Keynes escreveria já em 1919, em “*Consequências Econômicas da Paz*”¹²⁸, a justificativa moral da poupança no século XIX residia numa situação particular em que as desigualdades de renda eram consideradas como a condição necessária do progresso real da sociedade. No século XX, principalmente com a situação da Europa pós-Primeira

¹²⁶KEYNES, J. M. Art and the State. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. XXVIII. Londres: Macmillan, 1972b, p. 342. Keynes chega a dizer que, assim como Darwin viu no amor sexual o meio de orientar a evolução de forma desejável, “*também o individualista invoca o amor ao dinheiro, agindo através da procura por lucro, para ajudar a seleção natural e promover na maior escala possível a produção do que é mais desejado, mensurável pelo valor de troca*” KEYNES, J. M.. O Fim do ‘Laissez-Faire’. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.), John Maynard Keynes, Col. Os Grandes Cientistas Sociais, 2ª ed, São Paulo, Ática, 1978, p. 117.

¹²⁷Wiley (p.40) e Mini (p.454) enfatizam a recusa de Keynes à ética protestante e puritana como complementar à sua recusa do benthamismo. Marx, nos Grundrisse, a nosso ver, tem uma explicação adequada da aparente contradição entre o ascetismo protestante e a supervalorização do lucro: “*O culto ao dinheiro implica seu próprio ascetismo, sua própria autonegação, seu próprio autossacrifício – parcimônia e frugalidade, menosprezo pelas satisfações mundanas, temporais e transitórias, a isso conduz a luta pelo tesouro eterno. Daí a relação do puritanismo inglês, mas também do protestantismo holandês, com a ganância*” (Marx apud BARAN, 1984,p.70).

¹²⁸KEYNES, J. M. *As consequências econômicas da Paz*. São Paulo: Editora da UNB, 2002

Guerra Mundial, caíam por terra os alicerces éticos da poupança pois “*Não era natural que uma população na qual tão poucos gozavam os confortos da vida acumulasse tanto. A guerra mostrou a possibilidade da extensão do consumo para todos e a vaidade representada pela abstinência de tantos*” (KEYNES, 2004,,p.13).

As respostas que Keynes dá contra o “amor ao dinheiro” e ao excesso de poupança implicam tanto num esforço científico de superar o que ele pensava serem os equívocos da teoria econômica, como também em contrapor uma nova ética diante dos vícios morais de seu tempo. Certamente esse é um dos motivos que faz de Keynes o crítico da noção de uma ciência econômica supostamente desideologizada, “neutra”, avessa a considerações morais. Também é esta simbiose entre razão e valores que permitiu que Keynes fosse visto por muitos como defensor de um reformismo arraigado e até mesmo, em alguns, casos como um socialista. Mas este é certamente apenas um dos lados do problema. Quando se busca de fato apreender os valores que embasam a crítica de Keynes à supervalorização das questões econômicas, o que vem à tona é o seu liberalismo. A crítica ao “economicismo” em Keynes não implica num rechaço da civilização burguesa: ao contrário, implica numa forma particular de defender estes mesmos valores. E, como Keynes frisa na citação que abre o tópico, a crítica à “herança maldita” de Bentham era também uma crítica ao marxismo e ao socialismo radical. Como veremos, para Keynes, o marxismo, assim como o benthamismo, era produto de uma visão de mundo que colocava a economia à frente de tudo.

O que está implícito, portanto, na visão de Keynes é a defesa de uma racionalidade substantiva que a um só tempo liberte a civilização burguesa de seus vícios e que também a impeça de sucumbir diante de seus adversários. Feitas estas considerações podemos avançar na análise da visão de Keynes. Para tanto, discutiremos quais as influências formativas que moldam sua visão idiossincrática de mundo.

a.2) “Estados da mente” num mundo de incertezas

A profunda influência do filósofo Moore sobre Keynes, principalmente através de sua obra mais conhecida “*Principia Ethica*”¹²⁹, é o ponto de partida de sua ruptura com o utilitarismo inspirado por Bentham. Diferentemente do utilitarismo baseado em interesses deste último, Moore se pautava por

¹²⁹ MOORE, G. E. *Principia Ethica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

uma concepção filosófica particular que foi chamada por muitos de utilitarismo “ideal”. Tal como nas demais versões de utilitarismo, a filosofia de Moore amparava-se na ideia de calculabilidade das decisões dos indivíduos. Entretanto, a finalidade suprema das atividades humanas não era equacionar da melhor forma o cálculo entre prazer e dor, mas sim atingir “estados da mente” elevados. Tais estados da mente, como, por exemplo, o prazer estético, a arte, o amor, a comunhão entre indivíduos e o conhecimento, seriam a encarnação do “bom” para Moore, isto é, coisas que teriam alto valor intrínseco em si mesmas. Mesmo a ideia de felicidade implícita no benthamismo deveria ser considerada secundária. Daí a noção de um “utilitarismo ideal” em Moore, pois os meios válidos passam a ser aqueles que acarretam na “bondade” dos estados da mente. A riqueza material e o hedonismo deixam de ser os parâmetros “úteis” a serem considerados. Afinal, para a filosofia mooreana, o valor de um determinado prazer individualista dependerá do valor intrínseco daquilo em que se tem prazer (MOORE, p. 35).

Para Moore, Bentham teria sido vítima da “falácia naturalista”¹³⁰. Leia-se: naturalizando o comportamento calculista baseado em interesses, Bentham confundia meios e fins da atividade humana. O fato de que os indivíduos busquem diversos meios para obter o prazer e evitar a dor é tomado como se o prazer em si mesmo fosse necessariamente a finalidade suprema das ações humanas. Noutras palavras, Bentham, para Moore, acaba por deixar inexplicado porque o prazer deve ser tomado com fim. Isto é, o prazer não necessariamente teria seu “valor intrínseco” e nem mesmo poderia por definição ser tomado como o “bom”. A racionalidade dos atos, para Moore, não estaria definida a priori pelos fins de prazer, dor e interesse. Certamente a filosofia de Moore também era pautada por cálculos individuais utilitaristas, mas tais cálculos estariam ligados a ideais, diferentemente do utilitarismo hedonista inspirado em Bentham. Assim, a própria racionalidade seria sinônimo em Moore da busca pelos “bons estados da mente”, concepção esta que era cara a Keynes.

Mais ainda, Moore oferecia um tratamento metodológico distinto ao do individualismo Benthamista. O “bom” proporcionado pelos “estados da mente” não deveria ser aferido pela soma de fenômenos individuais isolados, mas sim por meio do conceito de “unidade orgânica”. O todo não poderia ser reduzido à soma entre as partes. Desta forma seria falsa a ideia de que o “bom” para o coletivo poderia ser reduzido ao agregado do “bom” para cada indivíduo¹³¹. A ideia de “unidades

¹³⁰ Moore, p. 99

¹³¹ O conceito de “unidade orgânica” teria amplas repercussões na teorização de Keynes. Em *Treatise on Money*, por exemplo, Keynes apresentava a “*banana parable*”. Numa hipotética sociedade que só produzisse bananas, estaria ocorrendo uma campanha em prol da poupança. A despeito de suas supostas virtudes individuais, tal campanha levaria

orgânicas” guarda relação com o questionamento de Moore da ideia de julgar a ação humana por suas consequências. O racionalismo de Bentham partia da ideia de que os indivíduos eram dotados de capacidade de julgamento do futuro de suas ações e que, para tanto, eles buscavam os meios adequados para determinadas consequências. O corolário disso seria a crença na capacidade de cálculo dos seres humanos sobre os rumos globais da sociedade. Entretanto, se o mundo que deveria ser compreendido fosse considerado como uma unidade em que tudo estava interligado e na qual o conhecimento sobre o futuro era limitado, uma simples ação poderia ter resultados totalmente inesperados. Justamente por haver tal interdependência das ações que conformavam uma unidade orgânica; a seleção dos meios ocupa papel importante na ética de Moore, já que diferentes combinações de meios para a obtenção de um dado fim poderiam gerar diferentes resultados “maus” ou “bons” em termos de “estados da mente”. Haveria então uma forte conexão entre a razão e a ética, dado que os fins não estavam pré-determinados de forma estática, mas sim dependeriam de uma correta seleção dos meios disponíveis.

Ao não saber se o bem imediato decorrente de uma determinada ação poderá ser anulado por outros eventos futuros, Moore, apoiando-se em David Hume, guiava-se por determinadas regras e convenções morais estabelecidas para avaliar as ações dos indivíduos. Desta forma, era errado crer na possibilidade de se calcular o bem e o mal em função de suas consequências visíveis. No Tratado Sobre Probabilidade de Keynes, é nítida a influência da filosofia de Moore. Justamente pelas dificuldades em se estar seguro das consequências dos atos, Keynes aborda a dificuldade de se aplicar uma concepção dependente de frequências de eventos para a predição da vida política, econômica e social. Como afirma Dostaler¹³² (pp.57-58), o fato de que ao se jogar cara ou coroa com uma moeda 20 mil vezes resultará certamente numa probabilidade do resultado “cara” em 50%, não quer dizer que o mesmo critério pode ser extrapolado para outras análises. O fator tempo é essencial. Noutras palavras, a certeza de um resultado muito próximo a 50% em uma proposição como a citada acima depende da repetição prolongada um evento durante inúmeras vezes. Para muitas das decisões que devem ser tomadas pelos indivíduos, simplesmente não existe a possibilidade de se ter tal grau de certeza.

no limite a uma situação de total desemprego e queda da renda nacional. KEYNES, J. M. A treatise on money: the pure theory of money. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, v. V. Londres: Macmillan, 1972c, p. 67. Na Teoria Geral, por sua vez, ele criticava aqueles que supunham ser possível generalizar ideias a partir de análises econômicas atomizadas “*Os métodos pseudomatemáticos, que dão a figuração simbólica de um sistema de análise econômica, como o que apresentaremos na seção VI deste capítulo, têm o grave defeito de supor expressamente a independência rigorosa dos fatores que utilizam, e de perder sua coesão lógica e autoridade quando esta hipótese é rejeitada*” KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Editora Atlas, 1992, p. 231

¹³²DOSTALER, G. *Keynes and his battles*. Cheltenham, UK ; Northampton, MA, USA: Elgar, 2007

Também a ideia de “unidades orgânicas” traz complicações para a análise de probabilidades no mundo concreto. Ao se estudar fenômenos sociais complexos há de se ter em mente que as probabilidades de diferentes eventos muitas vezes são interdependentes entre si e não é possível isolá-las com o objetivo de análise. E, em última instância, para Keynes, as probabilidades mais relevantes para a sociedade eram aquelas muito mais complexas do que as verificáveis num jogo de azar.

O sentido em que estou usando o termo é aquele segundo o qual a perspectiva de uma guerra europeia é incerta, o mesmo ocorrendo com o preço do cobre e a taxa de juros daqui a vinte anos, ou a obsolescência de uma nova invenção, ou a posição dos proprietários particulares de riqueza no sistema social de 1970. Sobre estes problemas não existe qualquer base científica para um cálculo probabilístico.¹³³

Desta forma, para Keynes a probabilidade tinha um caráter mais lógico do que puramente empírico. Sua base de sustentação era mais ligada ao caráter específico das proposições realizadas do que da frequência numérica dos eventos. O tipo mais comum de probabilidade seria, portanto, de caráter ordinal – dizer que A tem mais chance de acontecer do que B – do que dizer que A tem 70% de chances e B tem 30%, por exemplo. Na probabilidade de Keynes há uma preocupação especial com a credibilidade, coerência e aceitabilidade das hipóteses e proposições em si mesmas. As estatísticas, apesar de fundamentais para descrição dos fenômenos econômicos, não poderiam servir de base sólida para muitas das predições com relação ao futuro.

Ao negar que as amostras estatísticas e as frequências são o principal fator para a análise de probabilidades, Keynes descortina outra teoria que abre mais espaço para o papel da intuição e das crenças diante de um mundo cheio de incertezas. Isso não quer dizer, por outro lado, que Keynes defenda um subjetivismo completo, onde a probabilidade dependeria puramente daquilo que os indivíduos pensam ser o futuro de determinados eventos. A lógica persiste como o parâmetro fundamental, mas desprovida do objetivismo matemático das pesquisas empíricas. Tampouco a noção de que a intuição e as crenças jogam um papel implica em afirmar a pura irracionalidade da avaliação de probabilidade por parte dos indivíduos. O fato de que não existam comprovações empíricas que assegurem o futuro do comportamento da bolsa de valores, não torna irracionais aqueles indivíduos que atuam meramente “de acordo com a manada”, comprando ou vendendo de maneira afoita. Muito pelo

¹³³ KEYNES, John Maynard. A Teoria Geral do Emprego. In : SZMRECSÁNYI, Tamás (org.), John M., Col. Os Grandes Cientistas Sociais, 2ª ed, São Paulo, Ática, 1978b, p. 171

contrário, tal comportamento pode ser considerado como racional devido à incerteza do mercado de ações. A mesma coisa serve, por exemplo, para o conhecido conceito de “animal spirit” de Keynes. O excesso de investimentos que acompanha um “boom” não deve ser tomado como uma manifestação de irracionalidade, mas sim do fato de que a ausência de previsibilidade torna racional acompanhar o movimento eufórico dos outros empresários.

Mais do que simplesmente tratar do problema estrito das probabilidades, o Tratado de Keynes é importante tanto no sentido de afirmar uma posição filosófica quanto no de trazer à tona diretrizes para a teoria econômica que Keynes defenderia. Pois o que é racional em Keynes, assim como em Moore, depende de meios e também de fins apropriados. Ao mesmo tempo, os fins não estão dados pelo cálculo hedonista como sugeria o benthamismo e a teoria econômica tradicional de seu tempo. Era preciso uma racionalidade substantiva, ou seja, um efetivo “utilitarismo ideal” que desse conta dos efetivos valores que fossem perseguidos e tais valores jamais poderiam ser confundidos com o mero prazer do utilitarismo de Bentham.

Por outro lado, há diferenças importantes na filosofia geral esposada por Moore e Keynes que devem ser mencionadas. Em primeiro lugar, como já frisamos, Moore acreditava que na ausência de certeza sobre as consequências das ações, os indivíduos deveriam se inspirar num dado padrão moral pré-determinado. Em “My Early Beliefs”, Keynes relata que na sua juventude literalmente ignorou tais regras de conduta, posto que ele e o grupo de Bloomsbury eram avessos à imposição de qualquer código rígido de moral, de qualquer tradição ou costume. Na realidade eles endossavam o que ficou conhecido como a “religião” de Moore (os bons estados da mente), mas rechaçavam sua “moral” (regras de condutas pré-determinadas). E como frisou Skidelsky, isto tinha a ver em grande medida com a rebeldia de intelectuais burgueses da geração de Keynes, que se insurgiam contra o espírito vitoriano ainda vigente na Inglaterra.

De toda forma, é nítida a inspiração que Keynes reteve de Moore no sentido de pleitear determinados valores para a ordem social. Agora cabe voltarmos-nos justamente para a análise de quais as influências teóricas que inspiraram Keynes na busca por traduzir tais valores para o mundo político e econômico de seu tempo.

a.3) Razão e “conveniência”

A sugestão de Keynes de que Moore propôs uma nova “religião” é bastante significativa e não meramente figurativa. É possível fazer um paralelo com a busca de uma nova “religião” com o chamado “desencantamento do mundo” que Weber utilizou para descrever a perda de referências morais tradicionais trazidas com o desenvolvimento do capitalismo. O fato é que, para Keynes, tal desencantamento do mundo era fundamental para explicar a precariedade da civilização que mencionamos no tópico anterior. Criado nas tradições da cultura burguesa da Inglaterra, a alternativa mais próxima a Keynes diante de tal processo seria o benthamismo. Mas esta alternativa trazia no seu bojo o individualismo exacerbado, o calculismo, o amor ao dinheiro e a superestimação do econômico, todos eles fenômenos repudiados por Keynes. Destarte, não apenas o benthamismo não poderia ser a alternativa, como ele mesmo era uma das causas do esgarçamento da sociedade por via da multiplicação de inúmeras tensões.

Desta forma havia um vazio a ser preenchido. A adesão ao “*Principia Ethica*”, em si mesma, não significava uma verdadeira resposta. Como o próprio Keynes expressou, na sua juventude havia uma preocupação de seu grupo em “Ser bom”, mas quase nenhuma em “praticar o bom”. Como afirmou Dostaler (p. 81), o grupo de Bloomsbury era oriundo de uma ambiente elitista e individualista. A crença de Keynes na civilização vinha de uma posição platônica, contemplativa, que acreditava que dentro do atual estado de coisas haveria uma evolução da humanidade para os “bons estados da mente”. Ele e seu grupo tinham uma vida quase que exclusivamente privada e pouco afeita às questões públicas. Ao mesmo tempo, o jovem Keynes não via ainda a necessidade da intervenção consciente no sistema econômico, posto ainda ser partidário da crença dos clássicos de que os mecanismos de mercado eram por si mesmos adequados e virtuosos.

É somente a partir da primeira guerra que surgem preocupações políticas em Keynes, ao mesmo tempo em que ele passa a ocupar o papel de uma figura proeminente. De um lado, a guerra em si mesma, com a posterior participação de Keynes nas negociações das reparações alemãs, escancarou os vícios, fragilidades e irracionalidade de uma forma de civilização burguesa que remontava ao século XIX. Ao mesmo tempo, a conjuntura de estagnação econômica que a Inglaterra viveu nos anos de pós-

guerra passava a suscitar dúvidas e questionamentos sobre a correção da teoria econômica então vigente.

Nas palavras de Skidelsky (2005, p. 171), a guerra marcaria então “*o fim da inocência*” para Keynes. Antes disso, um dos poucos registros de Keynes a tratar mais diretamente sobre assuntos políticos é o ensaio que ele escreveu sobre Edmund Burke em 1904. Este último, pensador conservador, se opôs veementemente à Revolução Francesa da qual foi contemporâneo. Keynes extrairia do pensamento de Burke algumas ideias muito úteis para a compreensão de sua ação ao longo da vida. Um deles é o conceito de “expediency”, “conveniência” numa tradução aproximada ao português, que consistia na ideia de que os julgamentos políticos não deveriam se basear em fórmulas abstratas e rígidas, mas deveriam ser pautados pelas circunstâncias concretas da decisão a ser tomada. Não haveria uma finalidade política tida como universal. A atividade política deveria, portanto, se basear em distintos meios e compromissos para se chegar a diferentes finalidades, isto é, deveria ser flexível. Ao mesmo tempo, para Burke, o presente não deveria ser trocado por benefícios futuros duvidosos, uma vez que o desconhecimento do amanhã não nos permite ver o êxito das grandes transformações realizadas hoje. Conveniência e prudência eram o centro de seu pensamento.

A influência burkeana em Keynes é mencionada como uma relativa contradição por seus biógrafos. Dostaler (p.87) explica isto afirmando que Burke tinha um pensamento cambiante, sendo ora liberal¹³⁴ e ora conservador, assim como Keynes também tinha um comportamento oscilante em diferentes ocasiões. Skidelsky (2005, pp. 97-98) enfatiza que os elogios de Keynes a Burke deveriam ser relativizados, posto que o primeiro era crítico em relação aos aspectos demasiados conservadores do último, como por exemplo a defesa da sacralidade dos contratos estabelecidos¹³⁵. Também o fato de que Burke sustentava o critério de conveniência muitas vezes mais em função da tradição do que da razão não seria endossado por Keynes.

¹³⁴ Exemplo do liberalismo de Burke seria sua posição favorável à independência das colônias norte-americanas da Inglaterra. Mas a justificativa de tal liberalismo seria baseada muito mais no critério de “expediency” do que num compromisso com a liberdade. O centro do argumento de Burke era de que a manutenção da dominação inglesa seria muito custosa e problemática, logo inapropriada.

¹³⁵ Esta posição de Keynes contra o que ele chamava de “absolutismo dos contratos” reapareceria, por exemplo, em seu “Tract on Monetary Reform” em 1923. Nesta ocasião, ele criticava aqueles que achavam que os títulos públicos que financiaram a Primeira Guerra não poderiam sofrer qualquer perda de valor real em função da inflação e da desvalorização da moeda. “*Os poderes da usura ininterrupta são muito grandes (...) se não forem mitigados por muitas gerações, metade da população será escrava da outra (...) se eles vencerem, será impossível a continuidade de uma sociedade individualista, que depende de moderação para sua existência.*” KEYNES, J. M. Tract on Monetary Reform. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. IV. Londres: Macmillan, 1972, p. 56. Na medida em que os governos estavam numa situação fiscal péssima, impedir que o fardo da dívida fosse reduzido pela perda de valor da moeda significaria ter de aumentar os impostos, dando combustível para a insatisfação social no contexto político já delicado do pós-guerra.

Tais apontamentos certamente são importantes. Entretanto achamos que é preciso dizer algo mais. Como o próprio Skidelsky enfatiza, Keynes não criticava Burke porque este tinha uma postura inflexível contra transformações da ordem existente. Seria justamente o contrário: certos aspectos do conservadorismo burkeano colocavam sob risco esta mesma ordem, na medida em que demonstravam uma falta de maleabilidade para se lidar com os problemas políticos. No fundo, era como se Keynes usasse o próprio conceito de “expediency” contra as ideias de seu criador original.

É certo que a ideia de “expediency” ou “conveniência” é funcional e coerente para certas características de Keynes: o Estado como mediador e regulador das tensões sociais, a tentativa constante de pacto entre capital e trabalho, a necessidade de coordenação entre os governos para se dirimir as discrepâncias e conflitos entre nações etc. Por outro lado, é importante salientar que a unidade entre ciência e ética em Keynes, somada às suas influências burkeanas, resultam numa visão de mundo que descarta de antemão a desejabilidade das profundas mudanças sociais. A ideia de incerteza em relação ao futuro não apenas serve para questionar os automatismos da economia capitalista como também para questionar as tentativas de subverter a ordem capitalista. Em Keynes, a máxima de que “*no longo prazo todos estaremos mortos*”¹³⁶ pode servir tanto para se duvidar das promessas de autoajustamento da teoria econômica, como também para desacreditar as promessas de uma radical e convulsiva transformação social que só poderia render seus benefícios num futuro longínquo.

Se o casamento entre razão e ética também deve passar pelo crivo da “conveniência”, e esta “conveniência” evita a priori que se busquem fundamentos alternativos para a ordem social, não apenas se estreitam os limites daquilo que pode ser cambiado na civilização vigente como também a nova racionalidade proposta não pode subverter drasticamente o pensamento dominante. Isto é assumido pelo próprio Keynes, por exemplo, na sua famosa passagem do capítulo 24 da sua Teoria Geral, onde escreve que “*As implicações da teoria exposta nas páginas precedentes são, a outros respeito, razoavelmente conservadoras*”¹³⁷. Assim, em que pese a sua aversão ao conservadorismo vitoriano, as soluções políticas de Keynes jamais se pautariam pela ideia de transformações profundas e radicais da sociedade. Por outro lado, isto não implica em reduzi-lo meramente a mais um defensor do status quo

¹³⁶ KEYNES, 1972d, p. 65.

¹³⁷ KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Editora Atlas, 1992, p. 287

ou simplesmente a mais um defensor da “burguesia educada” ¹³⁸. Tal redução diminuiria a relevância de um estudo sobre a tensão entre economia e política, pois desta forma ele seria apenas mais um dos apologetas da civilização burguesa, o que de fato ele era, mas o era com características bastante particulares. O fundamental é então analisar as bases idiossincráticas da visão de Keynes.

Para tanto, vale a pena aqui retermos o significado do primeiro livro que tornou Keynes famoso, muito antes que ele sugerisse quaisquer mudanças de relevo na teoria econômica: “Consequências Econômicas da Paz”, de 1919. Para além da denúncia ao caráter draconiano das compensações de guerra impostas à Alemanha, “Consequências Econômicas da Paz” é um manifesto de alarme contra as ameaças que pairavam diante da civilização burguesa.

O mundo do século XIX baseado na segurança dos “*homens e da propriedade*” onde “*Qualquer homem de capacidade ou caráter acima da média podia ascender à classe média*” (KEYNES, 2002, p.6), parecia desabar. Enfraquecia-se a justificativa para as desigualdades – conforme citamos no tópico anterior – ao mesmo tempo em que crescia a “*instabilidade psicológica de capitalistas e trabalhadores*” (Ibidem, p.16) ¹³⁹. Ao mesmo tempo, a ameaça do bolchevismo de um lado e das forças reacionárias de direita do outro, faziam com que a moderação no trato com a Alemanha fosse um imperativo para a preservação da civilização burguesa. ¹⁴⁰

Mas ao tempo mesmo em que Keynes tecia um cenário tenebroso para o futuro da Europa, apontava para o fato de que o “*Drama histórico destruirá grandes instituições, mas poderá criar também um novo mundo*” (Ibidem, p.2). Se a tentativa de reconstrução econômica das potências europeias através do desmantelamento da Alemanha era a pior das alternativas, haveria outra saída: a busca da abundância econômica, tarefa a ser conscientemente perseguida pelos governos no quadro de uma cooperação entre os países. E mais uma vez aqui Keynes ecoa Moore: para o último, a busca por

¹³⁸ Parafraseando o próprio Keynes quando afirma em “Am I a Liberal?” que “*a luta de classes me achará ao lado da burguesia educada*” KEYNES, J. M. Am I a Liberal?. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. V. Londres: Macmillan, 1972e, p. 297

¹³⁹ “*Assistimos assim na Europa ao espetáculo da extraordinária debilidade da classe capitalista criada pelos triunfos industriais do século dezenove, a qual há alguns anos parecia reunir nossos poderosos senhores. Atualmente, é tão grande o medo e a timidez pessoal dos membros dessa classe, diminuiu tanto sua confiança no lugar que ocupa na sociedade e na importância do papel que exerce no organismo social, que ela passou a ser uma vítima fácil da intimidação.*” (Ibidem, p. 164) Aqui é notável a semelhança com o diagnóstico de Schumpeter sobre a “crise de direção” da burguesia. Como discutiremos mais à frente, as diferenças entre ambos se situam mais nas soluções do que na percepção de tal crise.

¹⁴⁰ “*Uma vitória do espartacismo na Alemanha poderia significar o prelúdio para uma revolução generalizada. Renovaria as forças do bolchevismo russo e precipitaria a temida união da Alemanha com a Rússia, (...) De outro lado, uma vitória reacionária na Alemanha seria considerada por todos uma ameaça à segurança do continente, pondo em perigo os frutos da vitória e os fundamentos da paz.*” (Ibidem, p. 202)

ideais elevados, mesmo se não se confundisse em si mesma com o bem estar material, seria amplamente potencializada numa sociedade em que houvesse tal abundância econômica¹⁴¹.

Aqui Keynes introduz um tema que seria recorrente em sua obra: a opulência econômica que permitira satisfazer as necessidades materiais da humanidade seria perfeitamente palpável, caso os imperativos da lógica e da razão se impusessem sobre os desarranjos sociais e econômicos. O que estava implícito nisto era a ideia de que era possível utilizar conscientemente a ciência econômica para se modelar o futuro num determinado sentido moral e racional. Dentro dessa perspectiva, seriam diminuídas as chances de Revolução e desordem social.

Skidelsky (2005, p.253) chama a atenção com propriedade para o fato de que Keynes em “Consequências Econômicas da Paz” buscava demonstrar que o mundo estava à beira da ruína muito mais pela estupidez dos seus dirigentes do que simplesmente pela perversidade ou pela existência de interesses econômicos e políticos irrevogáveis. Mesmo que suas propostas tenham sido rechaçadas pelos governos vencedores da Guerra, a publicação de “Consequências Econômicas da Paz” fez de Keynes indubitavelmente um homem tido como progressista e até certo ponto admirado por setores da esquerda européia. Mas, ao mesmo tempo, a tentativa de Keynes de erigir uma nova “religião” que respondesse à crise da civilização capitalista e seu “desencantamento do mundo”, em grande medida também tinha o objetivo confesso de desbancar uma outra concepção filosófica de mundo, que para ele era também uma outra “religião”: o marxismo.

a.4) A “religião” marxista.

A forma pela qual Keynes via Marx e o marxismo sempre foi objeto de grandes debates. Na maioria dos casos, a ênfase destas polêmicas busca salientar os pontos de aproximação e distanciamento no plano da teoria econômica entre ambos os pensadores. Entretanto, para nossos propósitos nesta seção, é fundamental antes de tudo retermos a maneira pela qual ele aborda o marxismo num sentido mais amplo como visão de sociedade. Num breve texto escrito após uma visita de Keynes à URSS em 1925, “A Short View of Russia”¹⁴², ao mesmo tempo em que descarta qualquer tipo de interesse na experiência soviética em termos econômicos, ele afirma, por outro lado, que ela suscita sim muito interesse no plano filosófico e dos valores. Ou seja, ele busca compreender os

¹⁴¹ Moore, p.313

¹⁴² KEYNES, J. M. Short View of Russia. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. IX. Londres: Macmillan, 1972f

motivos que tornam o marxismo e o leninismo – aqui identificados por ele como a mesma coisa – atraentes, a despeito de sua fraqueza como sistema econômico.

O leninismo e o marxismo seriam uma religião não num sentido depreciativo e vulgar, mas sim por conseguirem incutir nos indivíduos uma tremenda força emocional. “*Ele exalta o homem comum e o torna tudo (...)*” (KEYNES, 197g, p. 259). Já o capitalismo moderno, por sua vez, seria “*absolutamente irreligioso, sem união interna, sem muito espírito público (...) Um sistema como esse deve ser imensamente, não apenas moderadamente, bem sucedido para sobreviver*”(Ibidem, p. 267). Keynes descreve que, no passado, o capitalismo tivera uma base idealística e religiosa maior, muito associada ao Protestantismo. A crença no progresso econômico mundano alimentava e era alimentada pela ideia religiosa. Ou melhor, acreditava-se que os homens caminhavam tanto para um paraíso econômico na Terra como para um paraíso no céu. Todavia, no século XX a crença em ambos os paraísos estava enfraquecida. E por estar perdendo a base de sustentação eticorreligiosa no século XX, o capitalismo precisaria de um desenvolvimento econômico muito maior do que o vigente para compensá-la. “*Se o capitalismo irreligioso(...) pretende derrotar o comunismo religioso... ele deve ser muitas vezes mais eficiente*”.(Ibidem, p. 267). Em outras palavras, a impessoalidade e a falta de valores e sentidos em torno da civilização burguesa tornavam imperativa a busca pela abundância econômica. Apenas por via da plena satisfação material dos indivíduos o capitalismo poderia adquirir a sua legitimidade questionada e produzir os bons “estados da mente” de Moore.

Ao mesmo tempo, o fato de que a plenitude econômica – mesmo estando para Keynes ao alcance da civilização no futuro – ainda não havia sido realizada, fazia com que o “amor ao dinheiro” ganhasse mais força na medida em que os motivos monetários individuais, que rendiam segurança econômica diante do futuro incerto¹⁴³, tornavam-se o padrão de comportamento. Então, o aspecto mais pernicioso e antissocial do capitalismo passava a ocupar “*nove décimos das atividades da vida*” (Ibidem, p.268), com o agravante de que seus fundamentos eticorreligiosos estavam fragilizados. Já a experiência soviética para Keynes demonstrava um outro padrão de valores. Mesmo não conseguindo abolir o dinheiro, certamente ela tornava cada vez mais a acumulação do dinheiro em si mesmo uma atividade proscrita. Aí residia não apenas uma força moral e “religiosa” superior ao do moderno capitalismo, mas mesmo um exemplo para este último. Desta forma, o rechaço do culto ao dinheiro era

¹⁴³ Skidelsky em “*Return of the master*” ressalta que em Keynes o “amor ao dinheiro” tem dois motivos distintos: tanto a propensão a entesourar em função da incerteza como a vontade de acumular. SKIDELSKY, R. J. A. *The Return of the Master*. Nova Iorque: Public Affairs, 2009, p. 141. Quanto ao primeiro destes motivos “*A posse do dinheiro real tranquiliza nossa inquietação e o prêmio que exigimos para nos separar dele é a média do grau de nossa inquietação*” (KEYNES, 1978b, p. 173).

uma lição muito importante a ser extraída dos marxistas russos na perspectiva de defesa da própria civilização burguesa.

Em “*Art and the State*”, Keynes demonstra o mesmo tipo de preocupação com relação à dissolução da sociabilidade trazida pelo capitalismo moderno, aqui relacionado ao problema dos espaços públicos e instituições comunitárias. A supervalorização do econômico e dos motivos monetários fazia com que nas sociedades modernas cultura, recreação, diversões, belezas naturais, praças públicas, monumentos etc. fossem ou negligenciadas ou, nas suas palavras, “prostituídas” (KEYNES, 1972b, 344) pelo ganho privado. A existência de tais espaços de comunhão entre os indivíduos nas antigas civilizações sempre fôra fundamental para que o homem se sentisse em comunidade. O desprezo que tais espaços e instituições recebiam no tempo de Keynes eram numa só vez um sintoma como também um elemento de reforço do individualismo utilitário. As únicas exceções eram a URSS, a Alemanha de Hitler e a Itália fascista, cujos governos promoviam eficazmente grandes espetáculos e reuniões públicas. Mesmo que as finalidades de tais atividades fossem criticadas por Keynes, ele defendia que servissem de exemplo para que se retomasse na Inglaterra em especial esta “*antiga função do Estado*” (Ibidem, p. 347) de forma a se evitar a deterioração “*da solidez de nossas instituições*” (Ibidem, 347) e de se resgatar a solidariedade humana. Keynes propunha, portanto, o resgate do senso público abalado nas sociedades individualistas. O Estado deveria ser o agente por excelência desta reconstituição dos espaços de comunhão que deveriam fazer renascer o sentimento de pertencimento dos indivíduos a sua comunidade.

Mas a admiração de Keynes por certos aspectos “religiosos” da URSS não implicava de forma alguma no seu alinhamento a Marx. Mesmo em “*Short View of Russia*” Keynes demonstra seu rechaço ao marxismo em função da exaltação deste último do “*rude proletariado sobre a burguesia e a intelligentsia (...) que carregam as sementes de todo avanço humano*” (KEYNES, 1972f, p. 258) de sua devoção tida como dogmática ao “*Capital*” de Marx, “*um obsoleto texto econômico*” ¹⁴⁴ (Ibidem, p. 258) e dos horrores e privações que supostamente ele defendia, em função de a Revolução ser “*o supremo exemplo dos meios justificados pelos fins*” (Ibidem, p. 258.).

Por outro lado, uma outra dimensão de sua crítica ao marxismo está no panfleto “*End of Laissez Faire*”, onde Keynes afirma que o marxismo teria origem na mesma atmosfera intelectual individualista do benthamismo. Tanto o benthamismo quanto o marxismo hipostasiavam os motivos econômicos.

¹⁴⁴ Em outra oportunidade, Keynes qualificou “*O Capital*” de Marx como uma espécie de Corão ao qual seus seguidores devotavam uma cega fé (DOSTALER, p. 84).

Ambas as doutrinas colocaram sua força na liberdade do indivíduo, mas de formas distintas. Os seguidores de Bentham teriam uma concepção negativa de liberdade “*a fim de evitar as limitações à liberdade existente*” (KEYNES, 1978, p. 123). Os marxistas e defensores do socialismo de Estado em geral, teriam uma concepção positiva da liberdade “*para destruir os monopólios naturais ou adquiridos*” (Ibidem, p. 123). Assim, o marxismo seria o “benthamismo levado às raias do absurdo” para Keynes. De que forma? Keynes entendia que o espírito individualista dentro do contexto de *laissez faire* do século XIX suscitou a apologia do ganho econômico privado do benthamismo. Já o marxismo seria uma outra consequência possível do mesmo comportamento utilitarista, na medida em que colocava os interesses econômicos do coletivo como o único fim para o qual todos os meios deveriam convergir. Deste modo, toda a perspectiva de “bons estados da mente” tendia a ser suprimida, na medida em que o marxismo também tornava os motivos econômicos o critério último de sua ação. Em suma, se nem o benthamismo e nem seu *reductio ad absurdum*, o marxismo, eram alternativas desejáveis, tratava-se para Keynes de propor uma outra alternativa que conciliasse, por meio da razão e da conveniência, os “bons estados da mente”, com a manutenção da civilização burguesa. Para esmiuçarmos tal alternativa, faz-se mister analisarmos a maneira pela qual são vistas as esferas da economia e da política.

b)A Economia e a Política em Keynes

b.1) A esfera econômica e o mercado em Keynes

b.1.1) A economia monetária de produção

“O capitalismo não é um sistema inteligente (...) nem virtuoso”¹⁴⁵. A forma específica em que Keynes busca conciliar economia e política por certo passa pela ideia acima. Ou seja, haveria um problema oriundo do próprio funcionamento do sistema econômico e do funcionamento dos mercados enquanto tais. Mas constatar que o sistema capitalista é um sistema não inteligente e falho não é, evidentemente, algo original. Keynes reconhece isso, mas ao mesmo tempo se propõe a oferecer uma teoria em um nível superior ao dos antigos “hereses”¹⁴⁶. Assim, o essencial aqui é apreender de que maneira as vicissitudes do capitalismo são por ele diagnosticadas. Veremos que a definição de Keynes do capitalismo como uma “economia monetária de produção” direciona a sua elaboração num determinado sentido, influenciando diretamente tanto sua concepção de valor e de capital como também apontando as maneiras de transformar o capitalismo num sistema “inteligente”. Definição esta que, se guarda semelhanças com outros críticos do funcionamento do sistema, também apresenta aspectos bem singulares, cuja compreensão é fundamental para a análise da síntese entre as esferas que buscamos em Keynes.

O conceito explícito de uma economia monetária de produção não aparece recorrentemente em Keynes; surge de forma mais cristalina num texto de 1933, em homenagem a Arthur Spiethoff¹⁴⁷. Independentemente disso, é possível afirmar que ela perpassa toda a sua evolução teórica. Keynes buscava apresentar uma teoria alternativa ao que chamava de paradigma “ricardiano” que fora dominante do século XIX até sua época e que concebia uma economia de “trocas reais” ou “barter” em que a moeda influiria apenas sobre o nível de preços, mas não sobre o nível de produção e sobre as expectativas econômicas num sentido mais amplo. Nesta concepção a moeda seria somente um “véu” e, portanto, não era objeto de análise das decisões capitalistas fundamentais. Ao mesmo tempo, Keynes se propunha a oferecer uma teoria que superasse “a divisão da economia entre teoria do valor e da distribuição de um lado e a teoria da moeda do outro”¹⁴⁸ (KEYNES, 1992, p.228).

¹⁴⁵ Keynes apud LAMBERT, P. The Social Philosophy of John Maynard Keynes. In: In: WOOD, J. C (org.) *John Maynard Keynes: Critical Assessments*. Londres: Routledge, 1994, vol. 1, p. 353.

¹⁴⁶ Aqui nos referimos à citação de Keynes na Teoria Geral sobre os poucos “hereses” da Lei de Say como Marx, Major Douglas e Gessel (KEYNES, 1992, p.43).

¹⁴⁷ DILLARD, D. *A Teoria Econômica de John Maynard Keynes*. São Paulo: Pioneira, 1989, p. 6.

¹⁴⁸ Ou seja, trava-se de integrar a moeda plenamente nas decisões capitalistas. Não cabe aqui uma revisão completa de toda a evolução teórica de Keynes nesse assunto, mas apenas de explicitarmos nesta nota alguns passos. Em “Tract of Monetary Reform”, apesar de aceitar a Teoria Quantitativa da Moeda (TQM) ele criticava o fato de que sua vigência plena só haveria de ser verificada em longuíssimo prazo. Em “Treatise on Money”, mesmo ainda atado formalmente à TQM, ele tentava conciliar os elementos monetários com sua “equação fundamental” que fazia os preços dependerem em parte dos custos de produção e em parte das relações entre investimento e poupança. Os preços não mudavam na mesma proporção da oferta de moeda, pois dependiam da mediação desta última sobre os juros (KEYNES, 1972c, p. 194). As mudanças nas taxas de juros, por sua vez, incidiam sobre os níveis de poupança e investimento. Um excesso de

O problema da demanda efetiva e das dificuldades para o pleno emprego dos fatores produtivos que vivia “nos submundos” da teoria seria portanto resgatado, incorporando-se o papel ativo da moeda como o “*elo que ligava passado e futuro*”. Assim, não apenas a moeda não seria neutra em relação aos efeitos sobre o sistema produtivo, mas também a moeda é o “*padrão de valor e o objetivo universal das atividades de negócio*”(Dillard, 1989, p.6). Afirmar que ela é padrão de valor dominante e não meramente um meio de troca, implicará para Keynes que a sua obtenção seja a finalidade última de toda e qualquer atividade econômica. Tal elemento, que pode parecer em si um mero truísmo, foi resgatado por Keynes contra o irrealismo da tradição econômica predominante, que se pautava pelas trocas reais, ao mesmo tempo em que o induziu a abordar a questão do tempo de uma maneira própria e distinta. A temporalidade é essencial na medida em que os pontos de vista e expectativas sobre o futuro impactam na situação presente. Nesse quadro, a posse de moeda enquanto um ativo aparece tanto como uma segurança contra um mundo econômico de incertezas, como também como um meio que os agentes utilizam para buscar especulativamente aumentar sua riqueza. A taxa de juros, longe de se situar, como queria a teoria tradicional em torno de um patamar “natural” dado pela interação entre poupança e investimento, era um fenômeno estritamente monetário e instável, posto que dependia fundamentalmente da demanda por moeda dos agentes que buscavam ampliar seus rendimentos ou se defender contra a possível desvalorização de sua riqueza, dada a incerteza intrínseca ao sistema econômico.

poupança (investimento) faria diminuir (aumentar) o nível de preços. Apesar de focar no Treatise as mudanças do nível de preços, ele já se preocupava com as mudanças na produção. Ao mesmo tempo no Treatise ele traçava uma diferenciação entre Circulação Industrial e Circulação Financeira da moeda, sendo que a última já comportava, em boa medida, o elemento especulativo da posse de moeda. Mas seria com sua Teoria Geral – não apenas com o livro em si, mas também com os debates que o antecederam e sucederam – que as questões monetárias adquiriam definitivamente um papel crucial. Keynes se distanciava definitivamente da TQM e no cap. 21 da Teoria Geral argumentava que uma alteração na quantidade de moeda, teria efeitos tanto sobre preços como sobre a produção, dada a hipótese de desemprego. Mas o grau de mudança de preços que ocorreria com tal alteração dependeria de diversas hipóteses. Assim era inócuo buscar uma explicação exata dos preços pautada nas mudanças quantitativas da moeda. No prefácio francês da Teoria Geral ele explicitaria tal visão “*A análise seguinte registra minha fuga final das confusões da teoria quantitativa, em que antes me emaranhara. Considero que o nível de preços como um todo é determinado precisamente da mesma maneira que os preços individuais, isto é, sob a influência da oferta e da demanda. As condições técnicas, o nível dos salários, o grau de capacidade ociosa das unidades de produção e da mão-de-obra, e o estado do mercado e da concorrência determinam as condições de oferta dos produtores tomados individualmente e dos produtos como um todo. As decisões dos empresários, que originam a renda dos produtos tomados individualmente, e as decisões desses indivíduos quanto à disposição dada a essa renda determinam as condições de demanda. E os preços — tanto os preços tomados individualmente como o nível de preços — aparecem como a resultante desses dois fatores. A moeda e a quantidade da moeda não constituem influências diretas a essa altura do processo. Elas já fizeram seu trabalho numa etapa anterior da análise. A quantidade da moeda determina a oferta de recursos líquidos e, conseqüentemente, a taxa de juros, e, em conjunto com outros fatores (particularmente a confiança), o estímulo a investir, o que por sua vez fixa o nível de equilíbrio da renda, da produção e do emprego e (a cada etapa em conjunto com outros fatores) o nível de preços como um todo através das influências da oferta e da demanda assim estabelecidas.*”

Para nossos propósitos, o fundamental desta sintética revisão é considerar que para Keynes “o fato de nosso conhecimento do futuro ser oscilante, vago e incerto, torna a riqueza uma questão especialmente inadequada aos métodos da teoria econômica clássica”¹⁴⁹. O irrealismo dos clássicos em ignorar a problemática temporal de uma economia monetária fazia-nos sustentar a falsa ideia da plena utilização dos fatores de produção. Com isto, perdia-se a capacidade de apreender o paradoxo fundamental do sistema econômico capitalista, qual seja, o da existência perene da “pobreza diante da abundância” (KEYNES, 1992, p. 42). Assim, o próprio sistema econômico de mercado colocava em questão a obtenção da plenitude material sem a qual não poderia existir a legitimidade capitalista. É desse ponto de vista que devem ser apreendidas as três leis psicológicas fundamentais – propensão ao consumo, eficiência marginal do capital e preferência pela liquidez – que estruturam o problema da demanda efetiva. A propensão ao consumo segue um padrão histórico de queda, pois o crescimento da renda tende a impulsionar o “vício” da poupança. Caso não se tome medidas que alterem a propensão ao consumo, para se atingir o pleno emprego haverá uma necessidade maior de investimentos a serem realizados. Desta forma, tomando-se como estável a propensão ao consumo em curto prazo, o problema da demanda efetiva reside na realização ou não de investimentos em bens de capital que cubram a poupança cronicamente crescente. Mas a realização de investimentos que assegurem o pleno emprego depende de uma complexa relação entre eficiência marginal do capital e a taxa de juros. O primeiro fator indica a rentabilidade esperada da compra dos ativos de capital e está imerso em incertezas em função das expectativas. No segundo, o caráter peculiar do dinheiro e a existência da preferência pela liquidez engendram tensões. Desta forma, o próprio movimento que impulsiona a riqueza capitalista pode dar lugar a um momento de reversão¹⁵⁰ na medida em que as expectativas de eficiência do capital não se efetivem, desestimulando inversões e potencializando o desejo por liquidez e o aumento dos juros, surgindo assim uma barreira para o produto.

Entretanto, mais além dos movimentos cíclicos entremeados pela dinâmica complexa entre tempo e expectativas, a própria existência da moeda já é, em si mesma, uma barreira estrutural para a produção de riqueza. No cap. 17 da Teoria Geral, Keynes defende a ideia de que a existência de uma taxa de juros monetária em si mesma torna ativos de capital artificialmente escassos. Devido às características próprias do dinheiro, seu baixo custo de carregamento, o fato de não poder ser produzido

¹⁴⁹ Keynes, 1978b, p. 171

¹⁵⁰ “Quando se adota uma perspectiva mais pessimista a respeito de futuros rendimentos, não existe razão para que haja uma reduzida propensão a entesourar. Na verdade as condições que agravam um dos fatores, tendem, via de regra, a agravar o outro.” (KEYNES, 1978b, 175)

livremente e nem ser substituído facilmente quando sobe seu valor de troca, sempre haverá um momento em que reter moeda como ativo será mais interessante do que manter ativos produtivos. Estes últimos – além de terem em geral um custo de carregamento mais alto do que a moeda – na medida em que são produzidos em grande escala têm a sua rentabilidade diminuída¹⁵¹. Assim, conforme prossegue a produção, fatalmente chegará um ponto em que a eficiência marginal do capital não mais poderá exceder a taxa monetária de juros. Na formulação de Dillard (1989, p. 10), a “*eficiência marginal do dinheiro*” determina um limite para a eficiência marginal do capital.

Em última instância, portanto, a única barreira ao pleno emprego é a existência da moeda, pois o prêmio de liquidez (juros) desta última sempre será, num dado momento, grande o suficiente para desestimular o aumento do estoque de capitais produtivos. Desta forma, haverá uma tendência crônica para que o equilíbrio se situe abaixo da plena utilização dos recursos. Numa economia sem moeda não haveria desemprego generalizado, mas apenas temporário, pois a própria queda de rentabilidade de um empreendimento ensejaria o permanente redirecionamento dos capitais para outras utilizações, superando-se assim a barreira imposta pelo juro monetário. Entretanto, para Keynes tal economia seria uma ficção no capitalismo.

A incerteza crônica e o caráter especulativo das decisões capitalistas então desautorizavam o cenário traçado pelos economistas clássicos, em que decisões racionais individuais engendravam o melhor desempenho possível do sistema econômico. Os êxitos do passado de certa forma haviam escondido os percalços que agora vinham à tona em sua plenitude no século XX. No século XIX, mesmo diante de taxas de juros relativamente altas, os investimentos e nível de emprego eram elevados, posto que “*o acréscimo de população e das invenções, a exploração de novas terras, o estado de confiança e a frequência das guerras*” (KEYNES, 1992, p. 238) mantinham a eficiência marginal do capital em níveis mais do que satisfatórios. Mesmo que houvesse tendências efêmeras de aumento de salários, elas eram contrarrestadas pelo aumento de produtividade do trabalho e pelo ainda relativamente fraco poder dos sindicatos operários. Mas as mesmas condições excepcionais não permaneceram no século XX. Em “Algumas consequências da diminuição da população” Keynes discorreu sobre tais mudanças. O relativo estancamento da população, somado ao fato de que o padrão

¹⁵¹ Isso ocorre para Keynes em parte em função da lei dos “rendimentos decrescentes” e em parte pelo próprio fato que o aumento do estoque de capital satura o mercado e estreita a base de valorização de cada um dos capitais tomados isoladamente.

técnico alterava-se de forma a demandar menos capital por produto, retardava sobremaneira a oportunidade de investimentos¹⁵².

Todo o drama é que se de um lado a moeda emperra o sistema capitalista, por outro lado o aumento de sua disponibilidade não é a solução para o mesmo. Se os juros monetários não existissem, ativos de capital seriam produzidos então até o pleno emprego de recursos. Mas as políticas monetárias poderiam fazer baixar os juros apenas até certo limite mínimo¹⁵³. Desta forma, a continuidade da produção de riqueza dependeria de uma combinação consciente de intervenções de forma a dirimir a ineficiência da “economia monetária de produção”: os gastos públicos e a “socialização do investimento”, bem como a melhoria da distribuição de renda de forma a elevar a propensão ao consumo.

Com a análise da “economia monetária de produção”, Keynes consagra sua fusão entre ciência e valores. Se o “amor ao dinheiro” acarreta em tendências sociais desagregadoras e num enfraquecimento de certos valores morais, o dinheiro em si mesmo é responsável principal dos percalços do sistema capitalista. Desta forma, o desejo dos indivíduos por moeda implica em aspectos negativos tanto para a ordem como para o sistema capitalista. Também o culto à poupança, ligado eticamente ao protestantismo, se mostrava um inimigo econômico da prosperidade¹⁵⁴. A suposta racionalidade individual hedonista dos diferentes agentes econômicos, deixada por si só, não poderia conformar então uma “unidade orgânica” boa no sentido de Moore. Seria justamente o contrário: os meios utilitários do prazer individual produziam um todo pernicioso, falho e contraditório com os bons “estados da mente”.

Ao mesmo tempo, a ideia de que as leis que travam o sistema econômico tenham um caráter psicológico é bastante sugestiva. Ela corrobora sem dúvida a ideia de Keynes em “My Early Beliefs” de que a intuição e aspectos não racionais deveriam ser levados em conta para a compreensão da

¹⁵² O economista keynesiano Alvin Hansen desenvolve ideia semelhante quando afirma que o capitalismo do início do século XX padecia de um problema de falta de “aprofundamento de capital”, ou seja, haveria uma limitação dos investimentos causada pelo fato de que a composição capital/produto não crescia mais como outrora. Como ambos afirmam que os lucros advêm da escassez de capital (ver próxima seção para maiores detalhes), quando eles afirmam que há uma queda pela demanda de capital, no fundo eles estão querendo afirmar na prática que as oportunidades de lucro estão se reduzindo. Ou seja, uma demanda menor diminuiria a escassez relativa de capital e comprimiria os lucros. HANSEN, A. *Expansão Extensiva e Expansão Intensiva*. In: NAPOLEONI, C. *O Futuro do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, pp. 179-182

¹⁵³ Este nível mínimo tem um forte componente psicológico, como no caso em que há a “armadilha da liquidez” que faz com que todo aumento da oferta de moeda seja imediatamente entesourado em função da expectativa psicológica de que os juros não podem cair abaixo de um patamar mínimo.

¹⁵⁴ “Uma país não se enriquece pelo mero ato negativo de não gastar sua renda, mas sim pelo ato negativo de usar a poupança para aumentar o equipamento de capital do país” KEYNES, J. M. Can Lloyd George do it?. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. IX. Londres: Macmillan, 1972, p.123.

sociedade. Ou, dito de outra forma, não é que os indivíduos não se comportem exatamente de forma racional, mas sim o fato de que diante das fragilidades e inconsistências do sistema econômico, sua racionalidade não pode se apoiar em certezas e em cálculos exatos, mas sim em convenções e comportamentos que são em parte emocionais. A metáfora de que o capitalismo transformava-se numa espécie de cassino só fazia corroborar a sua crença de que o sistema econômico, em si mesmo, era desinteligente, como fica patente na seguinte citação de sua Teoria Geral: *“Os especuladores podem não causar dano quando são apenas bolhas num fluxo constante de empreendimento; mas a situação torna-se séria quando o empreendimento se converte em bolhas no turbilhão especulativo. Quando o desenvolvimento do capital em um país se converte em subproduto das atividades de um cassino, o trabalho tende a ser malfeito”* (KEYNES, 1982, p. 168). Justamente daí que Minsky caracterizará a construção teórica de Keynes como uma economia em que *“a natureza especulativa da posse de ativos e escolhas financeiras domina as características das funções de produção em determinar os investimentos. Um tema fundamental da Teoria Geral é que a valorização de ativos é um determinante próximo do investimento”*¹⁵⁵. Apoiando-se no já citado capítulo 17 da Teoria Geral, Minsky vê a economia capitalista como uma economia de ativos em que toda a produção é alvo de avaliações especulativas. Daí também a importância da dimensão rentista – em Keynes e Minsky – das economias monetárias de produção.

A despeito do que abordamos, caso as medidas adequadas fossem tomadas, o capitalismo poderia recobrar aquilo que tinha de mais inteligente para Keynes:

Entretanto, se os nossos controles centrais lograrem estabelecer um volume de produção agregado correspondente o mais aproximadamente possível ao pleno emprego, a teoria clássica retomará, daí em diante, a sua devida posição. Se considerarmos dado o volume da produção, isto é, se o supusermos determinado por forças alheias à concepção da escola clássica, nada há a opor à análise clássica concernente à maneira como o interesse pessoal determinará o que se produz especificamente, em que proporção se associarão os fatores para tal fim e como se distribuirá entre eles o valor da produção obtida (KEYNES, 1992, p. 288).

Livre de seus vícios, exageros e irracionalidades, o interesse individual poderia finalmente cumprir de forma adequada seu papel na organização da produção e distribuir de maneira adequada os recursos. Desta forma o sistema capitalista e de mercado poderia prosseguir o seu caminho sem engendrar graves tendências disruptivas. Mas até que se obtivesse tal situação, a ação consciente e racionalizada sobre o mercado e o sistema econômico seriam cruciais, posto que estes não eram

¹⁵⁵MINSKY, H. *John Maynard Keynes*. Nova Iorque: Columbia, 1975, p. 10.

“inteligentes” por si mesmos. Antes de debatermos os pressupostos dos controles centrais – a saber – a distribuição da renda, a socialização dos investimentos e a eutanásia do rentista, é importante discorrermos sobre como Keynes vê o processo de valorização do capital.

b.1.2) A valorização do capital em função de sua escassez

Como vimos, Keynes integra o dinheiro como algo fundamental para a análise das decisões capitalistas. Vale frisar ainda que um dos poucos elogios de Keynes a Marx se deu num rascunho de 1933 de sua Teoria Geral. Para Keynes, Marx teria percebido corretamente que *“a natureza da produção no mundo atual não é M-D-M, ou seja, a troca de mercadoria (ou esforço) por dinheiro com o objetivo de se obter outras mercadorias (ou esforço). Este pode ser o ponto de vista do consumidor privado. Mas não é a atitude dos negócios que se pauta por D-M-D` ou seja, troca dinheiro por mercadoria com o objetivo de se obter mais dinheiro”*¹⁵⁶.

Desta forma, tanto Marx quanto Keynes têm em comum o fato de integrarem o dinheiro em suas teorias econômicas. Ambos postulariam portanto que a atividade capitalista tem como ponto de partida e de chegada o dinheiro. O D-M-D presente em Marx e elogiado por Keynes indicaria que a finalidade dos capitalistas era a produção de mais dinheiro e dessa forma, ambos estariam distantes do irrealismo da visão “barter” da teoria convencional. Todavia, como veremos, Keynes oferecia uma explicação particular e distinta da de Marx para os motivos pelos quais os capitalistas logravam valorizar o seu capital e assim obterem mais dinheiro. Numa passagem da Teoria Geral, ele postula que:

Por isso, eu aceito a doutrina pré-clássica de que tudo é produzido pelo trabalho; além da ajuda do que antes era chamado de arte e agora se chama técnica, dos recursos naturais isentos de custos ou que custam uma renda, conforme sua escassez ou abundância, e dos resultados do trabalho anterior, incorporados aos bens patrimoniais, que auferem, também, um preço variável segundo sua escassez ou abundância. É preferível considerar o trabalho, incluindo, naturalmente, os serviços pessoais do empresário e de seus colaboradores, como o único fator da produção, operando dentro de um ambiente de técnica recursos naturais, equipamentos e procura efetiva (KEYNES, 1992, p.169).

¹⁵⁶ Keynes apud DILLARD, D. Keynes and Marx: A Centennial Appraisal. In: Journal of Post Keynesian Economics, vol. 6, n.3, 1983, pp. 424

No fundo, o que ele nos afirma é que a cada um dos fatores de produção funcionais que “trabalham” cabe uma determinada remuneração: trabalhadores de um lado, empreendedores e administradores do capital de outro. Nesse sentido ele se aproxima das concepções que desde Adam Smith justificam a distribuição da renda em função da contribuição econômica de cada um dos fatores produtivos. O que é fundamental é ver como Keynes separa a remuneração dos empreendedores – que, segundo ele, seria fruto do atividade empresarial – dos lucros que seriam oriundos da mera posse de capital e que seriam a causa da obtenção de mais dinheiro. Aqui, Keynes se separa de concepções que afirmam que o capital em si mesmo é produtivo para afirmar que na verdade a renda oriunda da mera posse de capital é uma “unearned income”. Tais rendas vindas meramente da posse do capital – dentro das quais estão presentes não apenas o juro monetário como os lucros “extras” – provém do fato do capital ser escasso:

Em vez de dizer do capital que ele é produtivo, é preferível dizer que ele fornece no curso da sua existência um rendimento excedente sobre seu custo original. A única razão, pois, pela qual um bem permite uma expectativa de render, durante sua existência, serviços com um valor agregado superior ao seu preço de oferta inicial deve-se ao fato de que é escasso; e continua sendo escasso pela concorrência da taxa de juros do dinheiro. À medida que o capital se torna menos escasso o excedente de rendimento diminuirá sem que ele se torne por isso menos produtivo — pelo menos no sentido físico (Ibidem, p. 169).

Ou seja, na medida em que o capital se torne menos escasso, o rendimento proveniente de sua mera propriedade tende a ser zerado. Assim se restabeleceria a igualdade dos rendimentos fruto da venda das mercadorias com os custos de produção, custos esses que incluíam para Keynes os salários dos trabalhadores como a remuneração dos empresários por sua atividade. Como abordaremos em mais detalhes à frente, em longo prazo, para Keynes, a abundância do capital resultaria na “eutanásia do rentista”, no fim dos lucros – dada a queda da eficiência marginal do capital. Desta forma, haveria o pleno restabelecimento da remuneração segundo o esforço tanto de trabalhadores quanto dos administradores e empreendedores do capital, estes últimos imprescindíveis e funcionais à produção.

Aqui cabem considerações importantes. Keynes neste momento não se separa do subjetivismo neoclássico. Em sua teoria da demanda efetiva, os custos de produção estabelecem o “preço de oferta” de uma dada produção. Ou seja, o preço de oferta é o valor mínimo de rendimento necessário para que um dado empreendimento seja realizado, valor este que incorpora a remuneração dos trabalhadores e

da atividade dos administradores/empresários. Já o preço de demanda é o valor que os empreendedores esperam obter a partir da venda no mercado de sua produção. O lucro, que aqui não incorpora a remuneração “normal” dos empresários já embutida nos custos, é obtido na medida em que a demanda realizada excede os custos da oferta em função da escassez de capital. Na hipótese normal de funcionamento do sistema, ou seja, a inexistência de pleno emprego, sendo maior o preço esperado da demanda em relação ao preço de oferta, as empresas aumentarão sua produção até que o aumento de custos iguale ambos os preços. Mesmo que seja expectacional, é certo que para Keynes o preço de demanda que estabelece o rendimento esperado depende das preferências dos compradores, que atribuem o valor às mercadorias de acordo com o princípio de utilidade.

O fato de que Keynes pensasse a valorização do capital em termos de sua escassez implica em uma visão idiossincrática do capitalismo e de suas crises. Em Keynes, a eficiência marginal do capital, é o barômetro dos investimentos que sustentam a demanda efetiva, e esta eficiência, como vimos, depende da escassez relativa de capital. O problema é que na economia monetária de Keynes a eficiência marginal do capital tem uma dimensão expectacional marcada pela incerteza. Ou seja, existe a dificuldade em se saber em que grau a escassez de capital vai acarretar na obtenção de mais dinheiro. Se os preços de demanda esperados não forem suficientes diante do preço da oferta da produção, há a crise. Assim, a crise não se origina do estatuto contraditório da relação social própria ao capital, mas sim das vicissitudes próprias de uma economia monetária de produção que é intrinsecamente instável. Feitas essas considerações, podemos passar para a análise dos “controles centrais” com os quais pretendia tornar o sistema econômico mais eficiente, estável e inteligente.

b.1.3) Salários, consumo e acumulação.

A abordagem própria que Keynes tinha do sistema econômico, o levará a enxergar de forma particular a questão do consumo, dos salários e da acumulação, fato que terá grande importância para a sua síntese entre economia e política como veremos mais à frente. É fato que para Keynes os preços de oferta acompanharão os custos marginais e a lei de rendimentos decrescentes, de forma que quando se aumenta a utilização de fatores sobre um dado estoque de capital, os preços tendem a subir em função da menor produtividade marginal. De forma análoga, na medida em que se reduz o grau de utilização do estoque de capital, a produtividade será maior e assim, os preços estarão reduzidos.

É certo que, tomando como constantes as características de certo sistema econômico num dado momento, para aumentar o nível de emprego, Keynes postula – e aqui, seguindo os clássicos – que “*se o emprego aumenta, isso quer dizer que em períodos curtos a remuneração por unidade de trabalho, expressa em bens de consumo dos assalariados, deve em geral diminuir e os lucros devem aumentar*” (KEYNES, 1992, p. 33). Ou seja, em curto prazo, pelo fato de vigorarem rendimentos decrescentes na indústria em geral, o aumento global do emprego estará atrelado a uma queda do salário real, posto que mesmo havendo algum aumento do salário nominal com a subida do emprego, haverá uma redução real dos salários em função do maior preço relativo dos wage-goods dado a menor produtividade de determinado estoque de capital¹⁵⁷. Assim, dentro de tais condições será preciso que lucros cresçam à frente dos salários para que se aumente a produção. É justamente tal lógica que endossa a conhecida ideia de Keynes de que haveria resistência dos trabalhadores para a queda de seus salários nominais, ao passo que dificilmente eles resistiriam a uma queda do salário real em função de um aumento relativo dos preços. Até que fosse alcançado o pleno emprego, os acréscimos de demanda – mesmo que aumentassem também em certa medida os preços – trariam efeitos positivos sobre o nível de produção e renda.

Keynes sustenta tais proposições subordinando o nível de emprego e os próprios salários reais à demanda efetiva do sistema econômico e dessa forma, invertendo os pressupostos dos clássicos, que supunham que eram os trabalhadores em última instância os responsáveis pela determinação do nível de emprego, na medida em que supostamente poderiam determinar seu próprio nível desejado de

¹⁵⁷ Inversamente, uma redução do emprego e ligeira queda nominal dos salários terá efeitos opostos num curto prazo, de forma que “*quando os salários nominais sobem, consta-se que os salários reais baixam e quando os salários nominais baixam, são os salários reais que sobem*” (Ibidem, p. 28) Assim, em função de contratos ou outros padrões institucionais, há sempre uma rigidez relativa dos salários para cima e para baixo em relação aos preços quando se aumenta ou cai o nível de emprego.

salário real¹⁵⁸. Se para os clássicos eram os salários relativamente altos a causa do desemprego, para Keynes, a alta relativa dos salários no desemprego seria a consequência da falta de demanda efetiva. Noutras palavras, o aumento da demanda efetiva, na medida em que fizesse por certo período os preços aumentarem mais que salários, ensejaria lucros e favoreceria o aumento da produção até se chegar ao pleno emprego. Assim, conforme o nível de consumo e de investimento – ou seja, a demanda efetiva – são os verdadeiros determinantes do emprego e dos salários reais, estes últimos dependerão de como se relacionam as já mencionadas três leis psicológicas fundamentais – propensão ao consumo, eficiência marginal do capital e preferência pela liquidez.

Assim o desemprego não se deve à resistência à baixa dos salários nominais dos trabalhadores. Ademais, ao contrário de uma queda de salários reais em função do aumento da demanda e dos preços, uma redução dos salários nominais não apenas é infactível politicamente, como em geral alterará as indicadores fundamentais do sistema econômico, de tal forma que não estará garantido um crescimento do preço de demanda – e portanto, dos lucros esperados à medida que tal preço é eminentemente expectacional – à frente do preço de oferta que determine um aumento da produção. O argumento de que uma redução dos salários nominais permite o aumento do emprego serviria apenas para uma indústria isolada, mas não para o conjunto do sistema, posto que isto deveria ter como pressuposto o fato de que tal redução deixa a demanda efetiva inalterada. Entretanto, tal possibilidade seria muito discutível para Keynes, posto que dependeria do efeito da redução dos salários nominais sobre as três leis psicológicas mencionadas. Tanto aumentos como quedas de salários nominais não produziram efeitos significativos sobre o emprego, justamente pela ambiguidade de seus efeitos sobre a demanda efetiva¹⁵⁹. O fundamental, em curto prazo, seria então as formas de aumentar a demanda efetiva para se aumentar o nível de emprego. Mesmo que este aumento da demanda produzisse uma relativa

¹⁵⁸ Cf. Ibidem, 41

¹⁵⁹ Não entraremos em todos os efeitos que poderiam surgir no caso em questão, explicitados no capítulo 19 da Teoria Geral. Destacamos apenas que Keynes aponta que tal redução de salário, na medida em que baixa os preços até certo ponto, tende a redistribuir a renda real em favor de grupos com menor propensão ao consumo. No que diz respeito à eficiência marginal do capital, se tal redução de salário endossasse uma expectativa de novas reduções, não haveria qualquer aumento do investimento, pois os empresários esperariam pela queda posterior dos salários. Ademais, a queda dos preços que acompanharia até certo ponto a redução de salários, implicaria em aumento do fardo dos empresários detentores de dívidas em relação a seus credores, afetando negativamente a disposição de se investir. No que diz respeito à taxa de juros, a redução de salários nominais poderia ensejar uma queda. Mas, além do fato de tal redução de juros ter os limites que já mencionamos sobre o aumento dos investimentos, seria muito mais desejável politicamente para Keynes que os juros caíssem através de uma flexibilização da política monetária. Já o aumento de salário, em que pese a possibilidade de melhorar a propensão a consumir da comunidade, em parte simplesmente acarretará em aumento de preços, em função do aumento dos custos. Ademais, terá efeitos ambíguos sobre a eficiência marginal do capital e tenderá a aumentar juros em função da maior demanda por moeda com a subida nominal de preços.

compressão de salários reais em favor dos lucros, haveria um saldo global positivo enquanto agora se estaria combatendo o flagelo do desemprego.

Ao mesmo tempo, a própria rigidez dos salários nominais para cima e para baixo, em si mesma uma distorção dos pressupostos do livre mercado, acaba por ser defendida por Keynes como algo que relativamente estabiliza o sistema econômico, pois as alterações de preços de oferta estariam dependentes apenas das mudanças de produtividade e não também do custo nominal do trabalho. Ao haver tal estabilidade de salários nominais, os preços tendem a se alterar numa escala bem menor facilitando assim os cálculos empresariais e as expectativas. Já a flexibilidade total acarretaria em alterações muito mais bruscas nos preços, e uma eventual situação deflacionária pronunciada geraria diminuição do emprego pela expectativa de novas quedas de preços e pela queda da demanda efetiva, ao passo que a situação inversa geraria superaquecimento e inflação indesejados. Ademais, ao contrário do que pensavam muitos dos teóricos, para Keynes a flexibilidade total dos salários nominais seria incompatível com a existência de instituições liberais e democráticas. Apenas regimes totalitários poderiam impor a total flexibilidade salarial nos termos assumidos por boa parte dos economistas clássicos.

Por outro lado – e o que é fundamental para nós – se em curto prazo o aumento da demanda efetiva fará com que lucros cresçam à frente dos salários reais, olhando-se por uma perspectiva ampla e global Keynes advogava políticas de distribuição de renda para que certa comunidade fosse dotada de uma maior propensão ao consumo. Para a estrutura do sistema econômico, *“um ato de poupança individual (...) não é uma substituição de demanda de consumo presente por uma substituição de consumo futuro, mas apenas uma diminuição líquida desta demanda”* (KEYNES, 1992, p.167). Assim, ao se aumentar a propensão do consumo via distribuição de renda, a existência de uma demanda efetiva que assegurasse a estabilização do sistema econômico em pleno emprego dependeria de um montante de investimentos menor. Como a propensão ao consumo seria menos oscilante do que a demanda de investimentos, o sistema teria um padrão de demanda mais estável, somado ao fato de que uma alta propensão ao consumo potencializa o efeito multiplicador da renda e do emprego causado por um aumento autônomo da produção de bens de investimento. Assim, o *“remédio consistiria em tomar várias medidas capazes de aumentar a propensão a consumir através de uma redistribuição da renda ou de um processo semelhante de modo que dado volume de emprego pudesse ser mantido com um volume de investimento menor”* (Ibidem, p. 250)

Ou seja, para Keynes, numa perspectiva de longo prazo, seria recomendável que a renda não estivesse concentrada nas mãos daqueles setores que tinham maior propensão a poupar. E isto se casava com sua visão de que *“O consumo (...) é o único fim e objetivo da atividade econômica. As oportunidades de emprego estão necessariamente limitadas pela extensão da demanda agregada (Ibidem, p. 94)”*. Além disso, como a poupança de hoje jamais é em si mesma uma demanda de capital no futuro *“a expectativa de consumo futuro está de tal modo baseada no conhecimento do consumo presente que qualquer redução do último deprimirá o primeiro, (...) com o resultado de que esse ato (...) independentemente da eficiência marginal do capital existente, pode também enfraquecer esta última” (...)* Assim sendo, admitindo-se que a expectativa de consumo seja a única *raison d'être* do emprego, não há qualquer paradoxo na conclusão de que uma diminuição da propensão a consumir tenha, *ceteris paribus*, um efeito depressivo sobre o emprego *“(Ibidem, pp.167- 168)*. E finalmente, de forma ainda mais cristalina:

O obstáculo que se antepõe a um claro entendimento destas questões parece constituir-se, como sucede, na maioria das discussões acadêmicas sobre o capital, de uma apreciação inadequada do fato de que o capital não é uma entidade que subsista por si mesma, independentemente do consumo. Pelo contrário, cada enfraquecimento na propensão a consumir, considerada hábito permanente, leva a demanda de capital a enfraquecer-se juntamente com a demanda de consumo (Ibidem, p. 95)

Assim, se em última instância todo sistema deriva do consumo, a própria acumulação de capital será beneficiada por uma melhor distribuição da renda que sustente de forma sólida e permanente a demanda efetiva. Ademais, como é sabido, na existência de recursos ociosos, para Keynes não haverá o obstáculo da poupança para os investimentos, posto que em função do efeito multiplicador da renda de um montante marginal de investimentos, o sistema econômico criará em igual valor um montante de poupança. Ao mesmo tempo, uma demanda sólida e permanente ensejada por uma alta propensão a consumir tende a ensejar efeitos cumulativos benéficos sobre a produção de bens de capital.

É inevitável que Keynes, ao sugerir a distribuição da renda como forma de prover maior estabilidade e um melhor desempenho ao sistema econômico, resvale numa ambiguidade quanto à questão de salários e lucros. Pois é claro que ao se aumentar a participação dos salários na renda nacional deverá haver um decréscimo relativo dos lucros auferidos pelo capital. Ou seja, se em curto prazo, os aumentos na demanda hão de fazer crescerem os lucros à frente dos salários, em longo prazo,

é necessário para Keynes que os salários tenham maior participação relativa na renda. Assim, é forçoso indagar como será possível que em longo prazo a acumulação de capital seja potencializada num quadro onde os lucros capitalistas relativamente decrescem. De toda forma, a maneira pela qual Keynes busca resolver tal ambiguidade será explicitada quando da discussão mais à frente sobre a socialização dos investimentos e a “eutanásia do rentismo”. O que é fundamental salientar por ora é que ao elevar a distribuição da renda como um dos “controles centrais” das economias monetárias de produção, Keynes abre uma margem teórica para outro tipo de relação entre capital e trabalho cujos efeitos políticos retomaremos na seção apropriada.

b.1.4) Socialização dos Investimentos

Se uma elevada propensão a consumir era explicitamente desejada por Keynes, por outro lado, a possibilidade de alcançá-la era certamente mais complicada. Na realidade, a própria tendência histórica da ordem capitalista era a de incrementar a propensão a poupar na medida em que a renda das nações se elevava. Além disso, ao mesmo tempo em que a diferença entre o consumo efetivamente realizado e a demanda total necessária ao pleno emprego se alargava, a demanda por bens de capital tendia a se tornar cada vez mais estreita:

A fraqueza da propensão a investir tem sido, em todos os tempos, a chave do problema econômico. É possível que hoje a explicação dessa fraqueza esteja na importância dos capitais acumulados, ao passo que antigamente os riscos e perigos de toda a espécie talvez tenham representado um papel mais importante. Porém, o resultado é o mesmo. O desejo do indivíduo de aumentar sua fortuna pessoal, abstendo-se de consumir, tem sido geralmente mais forte que a tendência do empresário para aumentar a riqueza nacional empregando mão-de-obra na produção de bens duráveis (Ibidem, p. 167)

Conforme a acumulação histórica de capital tendia mitigar a demanda por capital, era necessário uma politização e direcionamento dos investimentos para que se obtivesse um resultado melhor que oferecia o livre sistema de mercado¹⁶⁰. A já mencionada flexibilidade da política monetária seria, por

¹⁶⁰ Se é verdade que Keynes devotava admiração por teóricos subconsumistas como Hobson, por outro lado, justamente no único ponto em que Keynes critica Hobson, ele acaba por reforçar que o problema estrutural do capitalismo era a falta e não o excesso de investimentos como pensava este último: “*sua tese não chegou a ser completa, essencialmente por lhe*

certo, um desses caminhos. Em grande medida esse é o sentido de seu “Treatise on Money” de 1930, onde ele postula que a política monetária deve se pautar pela estabilidade dos preços, mas que também ela irá influenciar os próprios negócios¹⁶¹.

Por outro lado, como vimos, na sua Teoria Geral, Keynes enfatizaria os limites de êxito da política monetária, estrito senso, em economias monetárias de produção. Mas, antes mesmo de teorizar tais limites, na medida em que o fenômeno do desemprego nos anos 20 se tornava crônico e parecia ter raízes mais profundas do que significar a mera transição para um equilíbrio de pleno emprego, Keynes já postulava então a necessidade de outras políticas além das monetárias para que o sistema econômico produzisse a um só tempo prosperidade e coesão social¹⁶². Em “Means to Prosperity” de 1933¹⁶³, já sob impacto da Grande Depressão, Keynes refinava suas proposições a partir das pesquisas de seu colega Richard Kahn sobre o “multiplicador”. Havendo recursos ociosos, o aumento nos gastos públicos

faltar uma teoria independente da taxa de juros, com o resultado de que Hobson põe demasiada ênfase (notadamente em seus últimos livros) no subconsumo que leva ao superinvestimento, no sentido de investimentos desvantajosos, em vez de explicar que uma propensão relativamente fraca a consumir contribui para causar o desemprego; isso porque tal propensão deveria ser acompanhada, e porque não recebe esse acompanhamento, de um volume compensador de novo investimento, o qual, embora algumas vezes ocorrendo temporariamente em consequência de erros de otimismo, é geralmente impedido pela baixa do lucro esperado a um nível inferior ao fixado pela taxa de juros” (Ibidem, p. 282). Assim, como frisou Dillard (1984, p. 427) “Keynes era simpático a subconsumistas como John A. Hobson, mas nitidamente diferenciava-o de sua teoria, afirmando que a de Hobson era subconsumista e sendo que o excesso de poupança levava a um superinvestimento, enquanto Keynes acreditava que desemprego resultava tanto do subinvestimento como do subconsumo”. Ou seja, a instabilidade do investimento para Keynes deveria ser adendada à fraqueza da propensão ao consumo, fato que não era incorporado por Hobson.

¹⁶¹ Na medida em que não havia o estabelecimento automático de uma taxa de juros que igualasse poupança e investimento, ou, usando a terminologia de Wicksell, as taxas de mercado se situavam num nível distinto das “taxas naturais”, a manipulação da política monetária poderia influenciar o montante de investimentos a serem realizados. É nesse sentido que Skidelsky aponta em Keynes a necessidade de uma “socialização da política monetária.” Na Teoria Geral Keynes não mais trabalharia com a noção de uma “taxa natural” de mercado. Mas mesmo em Treatise on Money a concepção de Keynes já se distanciava da visão tradicional quando postulava que inclusive a taxa natural que igualaria poupança e investimentos e estabilizaria os preços tinha um componente expectacional e portanto bem mais instável do que supunham os clássicos (KEYNES, 1972,c p.189).

¹⁶² Já em 1924, Keynes propunha um programa de obras públicas de construção civil na Inglaterra, de forma aumentar o emprego. Cf. KEYNES, J. M. Does Unemployment need a drastic remedy. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. XIX. Londres: Macmillan, 1972i. Em “Can Lloyd George do it” (1929), manifesto eleitoral de apoio ao Partido Liberal, as mesmas ideias eram retomadas de maneira mais desenvolvida. O desemprego deveria ser combatido, pois significava não apenas perda de “força e moral” como também menos “lucros aos empregadores” e “menos impostos para o Tesouro” com a perda de produção potencial. A argumentação de que o gasto público só poderia se dar em detrimento do privado - ou seja, o “crowding out” dos debates mais contemporâneos – não levava em conta que a insuficiência de capital ativo era o obstáculo para o crescimento e não a insuficiência de poupança. Uma política de crédito adequada e políticas que desestimulassem a drenagem da enorme poupança inglesa para fora do país poderiam aumentar os investimentos internos. Mais ainda, a prosperidade para Keynes tinha um sentido cumulativo em que o boom iniciado pelo governo haveria de aumentar as expectativas de ganhos e elevar o otimismo do setor privado. “Quando os negócios estão fracos (...) há uma hesitação geral em prosseguir e tomar riscos. Quando (...) as forças opostas é que prevalecem, um ambiente favorável ao empreendimento predomina e a extensão de capital se espalha pela comunidade de negócios.” (KEYNES, 1977g, pp. 106 -107). Todos esses fatores tendiam a melhorar a arrecadação de forma a financiar os recursos anteriormente tomados pelo governo para dar início ao programa de obras.

¹⁶³ KEYNES, J. M. Means to Prosperity. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. XIX. Londres: Macmillan, 1972j

acarretaria em efeitos secundários que multiplicariam a renda com um pequeno custo inflacionário. O resultado final sobre a renda nacional de uma política fiscal expansionista seria, portanto, maior do que o valor do dispêndio primário do Estado.

Mesmo que a inflação excessiva tivesse para Keynes o efeito de deslegitimar a ordem capitalista como mencionaremos mais à frente, ela era seria menos nociva do que a deflação, posto que a última “*desestimulava a criação de riqueza*”¹⁶⁴. Ao mesmo tempo, para o julgamento do caráter da inflação era necessário saber quais os seus efetivos motivos, pois “*Antes uma leve inflação causada por um aumento da demanda do que a inflação causada pelas restrições à produção como no caso da agricultura*” (KEYNES, 1972j, p. 340). Mesmo que as políticas discricionárias causassem uma moderada inflação que concentrasse renda em curto prazo, dada a rigidez nominal de salários, o conjunto da sociedade ganharia com a prosperidade vindoura. Ademais, a própria manutenção de uma demanda efetiva adequada por tais meios aumentaria o estoque de capital – o que como veremos no próximo tópico, tenderia a acabar com o rentismo – e também estimularia a produtividade do sistema econômico de forma que todos ganhariam com o barateamento relativo dos bens de consumo no futuro.

A evolução de tais propostas de Keynes desembocaria na proposta citada em Teoria Geral

Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. Mas, fora disso, não se vê nenhuma razão evidente que justifique um socialismo do Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação. Não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete. Ademais, as medidas necessárias de socialização podem ser introduzidas gradualmente sem afetar as tradições generalizadas da sociedade (KEYNES, 1992, p. 288).

Keynes faz depender os ciclos e crises econômicas da dinâmica entre taxa de juros e eficiência marginal do capital. Todavia, no capítulo 20 da Teoria Geral, em que trata do assunto, haveria uma primazia da última “*Creio a explicação mais normal, e por vezes a essencial da crise não é primordialmente uma alta na taxa de juros, mas um repentino colapso da eficiência marginal*” (Ibidem, pp. 244-245). A explicação dele é de que a taxa de juros elevada “*é muito mais eficaz contra o*

¹⁶⁴ KEYNES, J. M. Inflação e Deflação. In: SINGER, P (org). *Keynes/Kalecki*. São Paulo: Abril Cultural, 1978d (Coleção Os Pensadores), p. 5.

auge da expansão do que uma taxa de juros baixa o é contra uma depressão” (Ibidem, p. 248). Justamente por não existirem remédios monetários eficazes para reanimar o sistema econômico, não se poderia, para ele, *“abandonar à iniciativa privada o cuidado de regular o volume corrente de investimento”* (Ibidem, 248)

Como haveria um limite mínimo para a queda das taxas de juros e este poderia se situar num grau em que a atratividade dos investimentos produtivos fosse reduzida, daí a necessidade da socialização dos investimentos e da produção induzida pelo Estado. Estes últimos atributos seriam fundamentais não apenas para garantir o pleno emprego e para mitigar os ciclos econômicos, mas também pelo fato de que a redução da incerteza, via ação estatal, tenderia a diminuir os prêmios de liquidez e consequentemente as taxas de juros. Na prática, tratava-se coordenar o sistema econômico de forma que ele estivesse permeado por um estado permanente de “semiboom”¹⁶⁵, isto é, estimular o máximo possível a aproximação ao pleno emprego.

No afã de obter tal resultado, caberia então a implementação de políticas discricionárias de gastos estatais, financiadas através de dívida pública – política esta considerada por Keynes mais adequada do que taxações que reduziram a renda disponível – que drenassem a poupança da comunidade para criar demanda efetiva. Ao mesmo tempo, tais políticas teriam um efeito positivo mesmo que fossem tidas como irracionais do ponto de vista do tipo de produção que acarretariam,

Admitindo isto, o raciocínio anterior demonstra como os gastos “inúteis” provenientes de empréstimos podem, apesar disso, enriquecer no fim de contas a comunidade. A construção de pirâmides, os terremotos e até as guerras podem contribuir para aumentar a riqueza, se a educação dos nossos estadistas nos princípios da economia clássica for um empecilho a uma solução melhor (...) Claro está que seria mais ajuizado construir casas ou algo semelhante; mas se tanto se opõem dificuldades políticas e práticas, o recurso citado não deixa de ser preferível a nada (Ibidem, pp. 110-111).

Em suma, é da análise de Keynes das vicissitudes da dinâmica de investimentos no capitalismo que surge, portanto, a ideia do Estado como instrumento, como um ente provido de tal racionalidade que poderá de forma consciente cobrir as lacunas e contratempos das economias capitalistas de mercado. Como veremos mais à frente, tal desejabilidade da ação do governo e de um quadro institucional adequado e racionalmente planejado será plenamente factível tendo em vista a plasticidade e flexibilidade que Keynes imputava à esfera política. Mas antes disso, resta ver finalmente, como tais

¹⁶⁵ KEYNES, 1992, p. 249

“controles centrais” permitem para Keynes produzir o próprio fim do problema econômico enquanto tal.

b.1.5) “Eutanásia do rentista” e a questão da abundância

Para Keynes, com as medidas acima expostas sendo aplicadas, não apenas se reduziriam as crises como também seria acelerado o processo de aumento do estoque de capital. A ausência de crises tornaria o crescimento histórico do estoque de capital um processo mais constante e livre de percalços. Ao mesmo tempo, surge então o paradoxo: se de um lado, as políticas que induziam a economia a um “semiboom” poderiam superar as hesitações das expectativas do investimento privado, como o aumento do estoque de capital – que para Keynes levava a uma diminuição dos lucros auferidos – poderia ser compatibilizado com a ordem capitalista?

É justamente nesse ponto que devemos abordar sua discussão de eutanásia do rentismo. Num sentido literal, a ideia de uma eutanásia do rentista sugere que Keynes se posicione a favor de um capitalismo livre dos aspectos mais perniciosos, típicos de uma economia monetária como o “amor ao dinheiro”. A “eutanásia do rentista” certamente tem a ver com isto. No entanto, para uma melhor apreensão do problema posto por Keynes, tão ou mais importante do que a “eutanásia” como um “fim”, é a questão dos meios pelos quais tal situação será atingida. Pois é justamente por estes meios que não apenas o rentista deve desaparecer, como o problema econômico enquanto tal deve ser superado para Keynes.

Numa economia onde há socialização do investimento, busca persistente do pleno emprego, e em que se chegou a tal abundância de capital que se permita saciar as necessidades, a eficiência marginal do capital tende a ser zero. O que isso significaria para Keynes? Não mais haveria uma taxa de rendimento sobre a riqueza acumulada¹⁶⁶: o ganho existente em função da escassez de capital haveria de cessar e com ele o rentismo e todas as suas consequências injustas de remuneração “além do esforço”, ou seja, todas as “unearned incomes” sofreriam sua eutanásia.

¹⁶⁶ Keynes: “*Se tenho razão em supor que é relativamente fácil tornar os bens de capital tão abundantes que sua eficiência marginal seja zero, este pode ser o caminho mais razoável para eliminar gradualmente a maioria das características repreensíveis do capitalismo. Um instante de reflexão mostrará as enormes mudanças sociais que resultariam do desaparecimento progressivo de uma taxa de rendimento sobre a riqueza acumulada.*” (Ibidem, p. 174)

O Rentier aqui não é apenas, destarte, aquele vive de juros monetários, mas também aquele que extrai lucros extras em função da posse de bens de capital produtivos escassos para o conjunto da economia. O fim do rentismo não ocorre meramente em decorrência de políticas monetárias que reduzam o prêmio por posse de liquidez, mesmo que tais políticas sejam importantes no esquema keynesiano; elas seriam apenas um auxílio em direção da “eutanásia”, mas não ainda sua realização completa. A nosso ver, o processo como um todo só pode ser apreendido se tivermos claro que a “eutanásia do rentista” e o “estado de abundância” são um mesmo processo. Apenas o fim da escassez de capital poderia aproximar de zero, a um só tempo, os juros e a eficiência marginal do capital. Antes que fosse adquirido um estado de abundância, ou seja, enquanto durasse o problema econômico – aqui definido como escassez em relação às necessidades – a falta de um estoque de capital demasiado grande seria inclusive benéfica, pois a eficiência marginal do capital daí decorrente levaria o investimento a um nível mais elevado¹⁶⁷. O ponto de inflexão se daria quando

Dadas estas hipóteses, suponho que uma comunidade racionalmente dirigida e provida de recursos técnicos modernos, e cuja população não cresça rapidamente, seria capaz, no espaço de uma única geração, de reduzir a eficiência marginal do capital a um nível de equilíbrio próximo de zero, de tal modo que atingiríamos as condições de uma comunidade quase estacionária, na qual as mudanças e os progressos resultariam unicamente de modificações em técnicas, gostos, população e instituições, vendendo-se os produtos do capital a um preço em proporção ao trabalho etc. a eles incorporados, justamente com os princípios que regem os preços dos bens de consumo nos quais os encargos de capital entram em proporção insignificante (Ibidem, p. 174).

Ou seja, num determinado grau, o estoque de capital seria perfeitamente adequado em relação às necessidades existentes. Seria um estado estacionário em que não apenas haveria o pleno emprego, mas sim um estágio de plena produção em relação às necessidades existentes. Neste estágio, a própria acumulação deixaria de ter sentido “*Qualquer pessoa poderia ainda acumular seu rendimento com a intenção de o gastar em data posterior. Mas a sua acumulação não cresceria*” (Ibidem, p. 174). Assim, a eutanásia do rentista deve aqui ser tomada em seu sentido literal: ela não é sinônimo de um rápido assassinato do rentismo, mas sim um processo em que o rentismo vai demoradamente definhando, até que num determinado estágio a sociedade simplesmente veja a decretação de sua morte.

¹⁶⁷Keynes: “Daí resulta que, se duas comunidades iguais dispõem da mesma técnica, mas de diferentes estoques de capital, a comunidade que tem menor estoque de capital poderá gozar, durante certo tempo, de um nível de vida mais alto que a comunidade possuidora de maiores estoques; todavia, quando a comunidade mais pobre alcançar a mais rica — o que é de se presumir que eventualmente aconteça — ambas conhecerão a sorte de Midas.” (KEYNES, 1992, p. 173)

Assim, nesta situação, a economia se encontraria num estado semelhante ao da Reprodução Simples de Marx onde não há a acumulação. Se não há mais a necessidade de se aumentar o estoque de capital – mesmo que se precisasse ainda de melhoramentos, reparações e substituições eventuais – a própria produção de novo capital não teria mais sentido de existir de forma permanente. A poupança seria extremamente reduzida posto que sua importância residiria meramente na necessidade de certas provisões para o consumo futuro e não mais para acumulação de capital. A estrutura produtiva da sociedade poderia voltar-se finalmente e totalmente para as necessidades humanas e para o consumo, liberando o homem do fardo do problema econômico.

Justamente aqui Keynes afirma que haveria a morte do rentista, na sua forma de dono do dinheiro e de dono dos ativos produtivos de capital, o que quer dizer que a mera propriedade de capital não mais produziria renda aos seus detentores.

embora este estado de coisas seja perfeitamente compatível com certo grau de individualismo, ainda assim levaria à eutanásia do rentier e, conseqüentemente, à eutanásia do poder cumulativo de opressão do capitalista em explorar o valor de escassez do capital (...) O detentor do capital pode conseguir juros porque o capital é escasso, assim como o dono da terra pode obter uma renda porque a terra é escassa. Mas, enquanto houver razões intrínsecas para a escassez da terra, não há razões intrínsecas para a escassez do capital (Ibidem, p. 286).

Na verdade, ambas as formas de “rentismo” estão interligadas. A escassez do capital permite rendimentos extras tanto ao capital “produtivo” que rende lucros “extras” – isto é, lucros além da remuneração pela ação empresarial em si que, para Keynes, seriam custos que faziam parte do preço de oferta agregada – quanto ao capital estritamente “monetário” que rende o juro¹⁶⁸. A abundância de estoque de capital em relação às necessidades, de forma a causar um estado estacionário de prosperidade, tornaria nulas as necessidades de acumulação lucrativa do capital e, conseqüentemente, minaria as bases que permitiam a existência em larga escala do fenômeno do juro monetário. Pois afinal, não existindo mais a incerteza quanto ao futuro e, ao mesmo tempo, não ocorrendo mais a demanda permanente por fundos líquidos que proporcionam os juros aos detentores de moeda, o juro perde a razão de ser. Se a moeda para Keynes era o elo entre presente e futuro imprevisível, a certeza da chegada do futuro de prosperidade e abundância reduziria a importância do prêmio de liquidez da

¹⁶⁸ Assim, o próprio fenômeno do lucro em Keynes aparecerá de certa forma subordinado aos juros, posto que é em si mesmo uma remuneração pela mera posse do capital. “Marx parece sugerir que existe uma conexão entre produção e dinheiro apenas em função do fato de que a taxa de juros de certa forma é determinada pela taxa de lucro e não – como Keynes mantém – o inverso” HEINSOHN. G; STEIGER. O. Marx and Keynes – Private Property and Money. In: WOOD, J. C (org.) *John Maynard Keynes: Critical Assessments*. Londres: Routledge, 1994, vol. G, p. 128

moeda. A sociedade, livre das remunerações que exploravam de uma forma ou de outra a escassez de capital, veria suas atividades sendo então remuneradas de acordo com o efetivo esforço e contribuição à produção por parte de seus indivíduos. A justiça emanaria da própria prosperidade oriunda dos “controles centrais” propostos por Keynes.

Questões importantes emanam da exposição de Keynes. Em primeiro lugar é forçoso notar a valoração contraditória do papel dos investimentos em sua elaboração. Se de um lado uma comunidade que sofre de escassez de capital tem condições de aumentar mais rapidamente sua riqueza, devido a uma maior eficiência marginal do capital, por outro lado a própria existência da eficiência marginal do capital acarreta no fenômeno do rentismo. A exploração da escassez do capital é, então, uma espécie de vício, mas por outro lado cumpre funcionalmente um papel virtuoso para a produção de riqueza. Isso certamente ajuda a explicar a ambiguidade da visão de capitalismo de Keynes. Se os motivos meramente econômicos e pecuniários são os causadores de fatores nocivos como, por exemplo, a preferência pela liquidez, são também eles que impulsionam o aumento da produção por meio dos investimentos¹⁶⁹.

Para que nos termos da teorização do próprio Keynes tentemos clarificar tal questão, vale a pena visualizar aqui a maneira pela qual Minsky abordou o problema da eutanásia do rentismo, em seu livro “John Maynard Keynes”. Para Minsky, “*Num curto espaço de tempo, o pleno investimento será atingido se o pleno emprego for mantido e os desejos forem disciplinados*” (MINSKY, 1975, p. 145). No que diz respeito aos desejos, Minsky se apóia numa citação do texto de Keynes intitulado “Perspectivas Econômicas de nossos netos”¹⁷⁰. Haveria necessidades e desejos absolutos dos

¹⁶⁹ Foi justamente essa questão que levou Joan Robinson criticar Alvin Hansen: “*Tal não era a atitude de Keynes (...) Afirmava que se um sistema de empresa privada não é capaz de lidar com a abundância potencial, deve ceder lugar a um sistema que possa fazê-lo. Na realidade o último capítulo da Teoria Geral tenta fazer crer que essa transformação poderia ser fácil e indolor mas não sugere, como o faz Hansen, que se o capitalismo é incompatível com a abundância, esta deve ser sacrificada para que o capitalismo continue a existir.*” ROBINSON, J. O que aconteceu à Revolução Keynesiana. In: Keynes, M. *Ensaio sobre John Maynard Keynes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1977, p. 109. Então, enquanto Keynes de fato desejava o fim da necessidade da acumulação acarretado pela abundância, Hansen acreditava que isso traria problemas sérios para o sistema capitalista.

¹⁷⁰ “*Agora é verdade que as necessidades dos seres humanos podem parecer insaciáveis. Mas elas caem em duas classes - aquelas necessidades que são absolutas no sentido de que nós as sentimos qualquer que seja a situação em que nossos semelhantes seres humanos possam estar, e aquelas que são relativas no sentido de que nós só as sentimos se a satisfação delas nos colocar acima, e nos fizerem sentir-nos acima, de nossos semelhantes. Necessidades da segunda classe, essas que satisfazem o desejo de superioridade, podem realmente ser insaciáveis; pois quanto mais alto o nível geral, mais altas ainda elas serão. Mas isto não é tão verdadeiro quanto às necessidades absolutas - um ponto pode ser logo alcançado, muito mais cedo talvez do que nós possamos perceber, quando estas necessidades são satisfeitas no sentido de que nós preferimos dedicar nossas energias adicionais a propósitos não-econômicos.*” KEYNES, J. M. *Perspectivas Econômicas dos Nossos Netos*. In. NAPOLEONI, C. *O Futuro do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 157.

indivíduos como os de alimentação, moradia etc. Mas também haveria aquilo que Minsky deduziu serem necessidades e desejos relativos como a arte, o conhecimento – o “bom” no sentido da filosofia de Moore. As necessidades absolutas seriam aquelas que impunham a necessidade do aumento do estoque de capital. Quando fossem resolvidas, o problema econômico enquanto tal estaria resolvido e a humanidade poderia se dedicar livremente a suas necessidades e desejos relativos mais nobres.

Para Minsky, o problema das necessidades absolutas nos países desenvolvidos no pós-guerra estaria a um passo de ser resolvido. Ora, mas por que então o rentismo permanecia como característica destas sociedades? A explicação dele era de que na ausência de uma efetiva distribuição de renda no pós-guerra, os desejos relativos ao invés de serem canalizados para finalidades que prescindissem de novos investimentos em grande escala, foram-no para novas formas de consumo conspícuo e para investimentos igualmente inúteis do ponto de vista social como, por exemplo, as armas, aumentando assim a demanda por bens de capital e permitindo assim que o rentismo ressurgisse. Além da manutenção de uma má distribuição de renda, a “socialização dos investimentos” havia sido falha do ponto de vista social – priorizando entre outras coisas a indústria bélica – e por isso o rentismo prosseguia.

Como vimos, dentro da perspectiva de Keynes uma melhor distribuição da renda aumenta a propensão ao consumo por melhorar a renda relativa dos trabalhadores e, desta forma, a demanda efetiva passaria a depender de uma quantidade menor de investimentos. Mas ao mesmo tempo, no contexto concreto do entreguerras, Keynes era cauteloso em relação a essa ideia. Assim, ele criticava aqueles que apostavam apenas nessa alternativa:

Praticamente, a única diferença entre essas correntes de pensamento e a minha é que num momento em que há ainda muitas vantagens sociais a esperar de um acréscimo do investimento, elas parecem dar uma ênfase um tanto exagerada ao incremento do consumo. Teoricamente, entretanto, podemos criticá-las por desconsiderar o fato de que há dois caminhos para aumentar a produção. Mesmo se tivéssemos de decidir o que seria preferível: aumentar o capital mais lentamente e concentrar esforços no aumento do consumo, deveríamos tomar essa decisão com muita ponderação depois de considerar a outra alternativa. Pessoalmente, vejo de bom alvitre as grandes vantagens sociais que adviriam do crescimento do estoque de capital suficiente para pôr fim à sua escassez, mas isso é um julgamento prático e não um imperativo teórico. Aliás, estou disposto a admitir que o mais prudente seria avançar em ambas as frentes ao mesmo tempo. Embora procurando conseguir um fluxo de investimento controlado socialmente com vista à baixa progressiva da eficiência marginal do capital, estou disposto a apoiar, ao mesmo tempo, toda sorte de medidas para aumentar a propensão a consumir (Ibidem, p. 251).

A posição mediada de Keynes aqui refletia um determinado momento histórico nos países avançados onde ainda haveria a necessidade prática de se aumentar o estoque de capital. Desta forma se deveria direcionar a demanda efetiva para um aumento menos pronunciado de bens de consumo para que também a produção de bens de capital pudesse continuar crescendo, pois afinal, ao se aproximar do pleno emprego dentro da perspectiva de “semiboom” permanente, o sistema econômico dependeria de algum grau ainda de poupança prévia para o aumento do estoque de capital. Minsky, como vimos, todavia, sugeria que esta necessidade de fazer crescer o estoque de capital já estaria quase superada nos países avançados no pós-guerra. Com base nisso ele sugere uma ainda mais acelerada melhora da distribuição de renda, para que a demanda fosse dirigida em maior escala aos bens de consumo dos assalariados. Estes últimos, conforme já citamos, “não renderiam encargos de capital significantes”, ou melhor, não seria possível explorar sua escassez da mesma forma que no caso dos bens de capital, acelerando-se assim a morte do rentismo.

Dito isso, podemos avançar para a melhor elucidação da ambiguidade de Keynes quanto ao papel dos investimentos e a eutanásia do rentismo. Como vimos, há em Keynes a ideia de que “cada enfraquecimento na propensão a consumir, considerada hábito permanente, leva a demanda de capital a enfraquecer-se juntamente com a demanda de consumo”. Ora, se quando o consumo aumenta também cresce a demanda por investimentos, como é possível ao mesmo tempo terminar com a escassez relativa de capital? Para superar este aparente paradoxo é preciso estabelecer um corte temporal. Mesmo que uma maior propensão a consumir tenda a aumentar a demanda por capital em curto prazo, na medida em que os investimentos vão sendo realizados ao longo do tempo, o sistema econômico passa a se tornar, historicamente, cada vez mais próximo de uma situação de abundância de capital. A própria socialização dos investimentos e demais políticas que ajudem a sustentar um pleno emprego prolongado abolindo as vicissitudes dos ciclos econômicos ajudam a acelerar o processo de aumento do estoque de capital. Assim, a pequena diferença de apreciação entre Keynes e Minsky reside no fato de que para o primeiro, ainda haveria a necessidade de incrementar a produção de bens de capital juntamente com a propensão ao consumo, enquanto para o segundo já se estaria mais próximo de uma situação em que a estrutura produtiva existente já estava beirando o “pleno investimento” e em que se poderia alcançar o fim do rentismo não houvessem os contratempos mencionados.

Em todo e qualquer caso, para Keynes, caso fossem tomadas as medidas adequadas, o próprio processo histórico de aumento do estoque de capital tendia, por si mesmo, a solucionar o problema econômico, ao mesmo tempo em que se preservaria o liberalismo e as conquistas fundamentais da

civilização burguesa, que eram por ele defendidas. Numa só vez, o combate contra o rentismo para Keynes, diferentemente do que poderia parecer, era parte do combate em defesa do próprio individualismo liberal. Ainda em 1923, no seu Tract, lemos que “*Deixar rentismo ganhar mais que nunca não é manter individualismo, mas acabar com sua base*” (KEYNES, 1972d, p.56). A preservação do individualismo, portanto, não passava pela mera busca dos agentes econômicos por seus ganhos pecuniários. Ao contrário, ela dependeria da eutanásia do rentista, da limitação do amor ao dinheiro, do combate às tendências extremadas de entesouramento e poupança. Haveria ao mesmo tempo uma comunhão de interesses possível e desejável entre os interesses dos trabalhadores e dos empresários que auferissem suas rendas a partir de sua atividade prática e não meramente da posse de capital produtivo ou monetário. Cabe ver agora como a esfera política deveria e poderia ser manejada de forma a acelerar tal processo e ao mesmo tempo evitar as convulsões sociais que poderiam por em xeque os pressupostos do liberalismo idiossincrático keynesiano.

b.2) A esfera política e o Estado em Keynes

b.2.1) Unindo razão e moral

Se a economia monetária de produção e os mercados eram alvo de crítica e de pessimismo em Keynes, por outro lado, seu pensamento terá sinais invertidos quanto à esfera política. Os controles centrais que teriam como resultado a supressão das mazelas da esfera econômica seriam não apenas desejáveis, mas em larga escala realizáveis. Isto está diretamente ligado ao particular estatuto da razão na visão de Keynes, que o levava a crer que a racionalidade na esfera política seria plenamente factível, desde que fosse entremeada por valores desejáveis, e não pelo mero utilitarismo economicista.

A viabilidade de tal reorganização política da sociedade em torno de uma razão substantiva e eticamente condicionada em grande medida era dada pelas próprias lacunas e problemas advindos da esfera econômica. Ou seja, como suporte de tal reorganização estaria a sua própria crítica ao

funcionamento dos mercados e da produção capitalistas, bem como sua crítica aos valores que emanavam da superestimação do econômico como o “vício” da poupança, o “amor ao dinheiro”, e a hipostasia dos critérios pecuniários na vida social. A política racionalizada na qual Keynes se baseia teria como tarefa então tanto a supressão das falhas estruturais da economia como a substituição de seus valores antissociais por outros mais elevados, dentro do espírito dos “bons estados da mente de Moore”. A sua busca pelo “bom” no sentido mooreano implicava numa nítida separação entre o econômico – afeito a incertezas, nocivo e antiético – – e o político – racionalizável, harmonioso e potencial construtor de uma moral correta. Assim os fins sociais da política e das instituições deveriam se contrapor ao caráter antissocial da economia e de seus valores implícitos. *“O homo economicus era perverso para Keynes”* (MINI, p. 456).

Este é o sentido último de todas as propostas de Keynes no campo da política. Certamente, o próprio cenário de crise econômica e política do capitalismo do entreguerras foi um estímulo decisivo para que Keynes pensasse em novos experimentos sociais. Mas para nossos propósitos, o fundamental é que a efetivação de novas experiências coadunava-se com sua abordagem teórica e preferências políticas. Como vimos, ao vislumbrar a abundância econômica e a eutanásia do rentismo, abrir-se-ia caminho para o fim do problema econômico enquanto tal. Ou melhor dizendo, se a economia fosse dirigida por meio dos “controles centrais” pleiteados por Keynes, o próprio desenvolvimento econômico levaria à sua superação. Se em *Consequências Econômicas da Paz*, Keynes já propunha a luta pela abundância como o antidoto para o caos social europeu, em 1928 no num panfleto “*Perspectivas Econômicas dos Nossos Netos*” ele já avançava para a ideia de que a abundância poderia ser alcançada *“no decurso de um século. Isso significa que o problema econômico, se olharmos para o futuro, não é o problema permanente da raça humana”* (KEYNES, 1982, p.158). Podemos dizer então que na medida em que as necessidades absolutas dos indivíduos estivessem satisfeitas no bojo de tal processo, a humanidade, liberta, poderia dedicar-se outros objetivos mais nobres e elevados que não os econômicos. Destarte, errados estavam os comunistas que *“enormemente superestimam a significância do problema econômico. O problema econômico não é difícil de resolver. Se você o deixar comigo, eu cuidarei dele”* (Keynes apud DOSTALER, p.93).

Mas a questão fundamental aqui é que, a despeito do otimismo de Keynes, o futuro para ele estava longe de estar garantido por si só. Como afirmou Dostaler (p.82), para ele *“não há determinismo nem leis naturais na história (...) há incerteza, contingências”*. Daí a necessidade da ação consciente de forma a conduzir o processo social num determinado sentido e não acreditar que haveria qualquer

marcha intransponível nos rumos da civilização. Seriam as próprias medidas concretas adotadas no plano político e moral que paulatinamente iriam construir o futuro virtuoso, se sobrepondo ao problema econômico. Como frisamos no primeiro tópico deste capítulo, os meios são sim fundamentais para os fins desejados. Ao mesmo tempo, ao se analisar a esfera política em Keynes é preciso ter em mente que *“a esfera do indivíduo e do Estado não pode ser definida de forma abstrata”* (SKIDELSKY, 2005, p. 367). Certamente isso se casa tanto com sua ênfase em curto prazo e seu ceticismo quanto à previsibilidade do futuro, quanto com a ideia de “conveniência” que ele tomou de Burke, a saber, da busca de soluções concretas e adequadas – e não a adesão a princípios rígidos e abstratos para os dilemas da vida social. Justamente porque para Keynes o futuro estaria em aberto, o próprio escopo da esfera política deveria ser ampliado – posto que o próprio futuro dependeria das ações cotidianas adequadas no presente. Ademais, dotando as ações políticas de um elevado suporte ético como ele pleiteava, seria possível um considerável apoio popular para elas.

Assim, não se poderia passivamente esperar a perspectiva da eutanásia do rentismo e da abundância econômica. Cada ação deveria significar passos objetivos em tal sentido, seja com os atos discricionários do governo sobre o sistema econômico ou com políticas voltados para o resgate dos valores comunitários esgarçados pelo individualismo e o “amor ao dinheiro”. Assim, a postura puramente utilitarista, apoiada em cálculos de vantagens e desvantagens imediatas e sem ideais com valor intrínseco, e que tanto mal causava para o nível de emprego, deveria ser substituída por uma política racional em que o investimento privado seria impulsionado e/ou complementado por um certo grau de socialização dos investimentos. O mesmo utilitarismo, quando analisado pela ótica das finanças e da preferência pela liquidez, deveria ser contrarrestado por uma política monetária flexível que ao mesmo tempo estimularia demanda e produção. E, de uma forma ou de outra, todo o vício do rentismo ancorado na posse de capital seria dirimido com o paulatino aumento racionalizado do estoque de capital. Como postulou Mini, o rentismo e o “amor ao dinheiro” eram uma “fraqueza moral” para Keynes, de forma que a sua eutanásia mataria os sentimentos utilitários que ameaçavam a civilização (MINI, p. 463).

A mesma aliança entre valores e política racional pode ser observada em praticamente todas as proposições de Keynes. A distribuição de renda e o combate à superpoupança, além de todos como “controles centrais” que estimulariam a abundância econômica, permitiria ademais uma maior estabilidade política e social. As grandes heranças, que proporcionavam uma renda não oriunda de

qualquer esforço e que logo eram antissociais¹⁷¹, deveriam ser combatidas, pois além de imerecidas elas também concentravam a renda nos setores da sociedade com baixa propensão a consumo. O mesmo pode ser dito sobre a ênfase nas políticas de pleno emprego e a defesa de um estado permanente de “semiboom”, que ao mesmo tempo em que amenizaria as tensões sociais, também contribuiria para o melhor desempenho do sistema econômico. A própria rigidez dos salários, fato este ligado às condições políticas e institucionais, contribuiria não apenas para uma maior estabilidade dos preços como também evitaria os traumas trabalhistas decorrentes de uma total flexibilidade da renda nominal dos assalariados. Também a sua menor hostilidade à inflação em geral, em relação à deflação, residia no fato de que esta última, caso progressiva, levaria não apenas à profunda depressão e queda do emprego e da renda como também a uma profunda revolta social¹⁷².

De forma análoga, também as críticas que Keynes faz em “Art and the state” ao que chamava de “Treasury View” ou “Visão do tesouro” suscitam questões semelhantes. A hostilidade ao gasto público que permeava muitos governos e economistas fazia com que os espaços e serviços públicos fossem abandonados, minando-se assim o que ele chamava de “ideal popular”, reforçando o individualismo egoísta. Assim, a necessária contraposição a tal fenômeno seria, evidentemente, o resgate por parte do Estado de iniciativas que reintrojetassem o comunitarismo ameaçado. Medidas estas que, por sua vez, implicariam num papel muito mais ativo do Estado nos dispêndios públicos, fato que estava afinado com as políticas de estímulo à demanda e à socialização dos investimentos.

Keynes pretendia, portanto, criar ou reformular instituições de forma a impedir o cálculo antissocial e contraproducente da esfera econômica deixada por si só. Ao mesmo tempo, todavia, tais políticas deveriam ser conduzidas de forma compatível com a manutenção do liberalismo e da civilização burguesa que, para Keynes, eram conquistas inegociáveis. O planejamento social e econômico por ele advogado deveria ser tanto uma busca pelo “bom” mooreano quanto uma alternativa coerente e mais eficiente que os modelos hostis à ordem liberal e burguesa, que ele via tanto na “religião” marxista quanto nas experiências totalitárias do nazifascismo. É justamente aqui que se situam as críticas de muitos quanto às ambiguidades políticas de Keynes e seu comportamento camaleônico. Se é fato que boa parte de tais críticas são corretas, por outro lado elas devem ser entendidas como uma decorrência necessária da própria articulação do pensamento keynesiano e não como um mero oportunismo e casuísmo. Isto é, os aspectos contraditórios e por vezes cambiantes das

¹⁷¹ Keynes, 1972e, p. 299.

¹⁷² “Uma forte deflação transformaria o capitalismo individualista em socialismo” (Keynes apud SKIDELSKY, 2005, p. 351).

propostas e posicionamentos de Keynes devem ser entendidos como contrapartida do terreno movediço em que se situava sua visão política, terreno esse afeito a contingências e amplas possibilidades. Assim como Schumpeter, Keynes estava ciente de uma profunda crise da civilização burguesa no entreguerras. Mas justamente por que ele – diferentemente de Schumpeter – se entregou à complexa tarefa de criar alternativas efetivas para tal quadro, é natural que suas opiniões apareçam de fato como mais ambíguas em certos aspectos.

Assim, como já mencionamos, se o comportamento tipicamente aquisitivo e utilitário era condenado por Keynes, por outro lado ele aparecia como estímulo útil para a acumulação de capital, ao menos enquanto não se chegasse ao estágio de abundância. Em Keynes haveria uma *“distância moral da aquisição monetária (...). Entretanto (...) Keynes, deve ser lembrado, tratou tais aquisições como mórbidas porém úteis. Assim como Adam Smith”*¹⁷³. Pois afinal, como ele mesmo afirmou numa palestra em 1930, mesmo que ele condenasse os lucros obtidos via escassez do capital *“enquanto nós tivermos uma forma de sociedade na qual o lucro é a força principal, haverá uma situação de decadência numa situação em que seja impossível de se ganhar lucros”*(SKIDELSKY, 2005, p. 421).

Também a inflação aparece numa ótica um tanto distinta quando Keynes analisa suas consequências para a ordem institucional capitalista em seu *“Tract on Monetary Reform”*

se a desvalorização da moeda constitui uma fonte de lucro para o empresário, ela é também motivo de opróbrio. Para o consumidor, os lucros excepcionais aparecem como a causa e não a consequência da odiada alta de preços (...) dentro dessa perspectiva, o empresário não está livre de um mal-estar reprimido. No íntimo, perde a prévia autoconfiança em sua relação com a sociedade, em sua utilidade e necessidade dentro do sistema econômico (KEYNES, 1978 d, p.10).

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, no seu texto *“How to pay for the War”*¹⁷⁴, sua preocupação central era como conciliar na Inglaterra o consumo privado e as necessidades da guerra. Numa situação em que, diferentemente dos tempos de paz, *“o bolo era fixo e não variável”* (KEYNES, 1972k, p.375), mesmo um forte aumento de impostos sobre os ricos seria insuficiente. Desta forma não haveria alternativa que não o estabelecimento de uma poupança compulsória sobre todas as classes sociais. Na conjuntura específica da guerra, ele afirmaria que *“Nesse caso, vício da poupança é necessário”* (Ibidem, p. 379). Evidentemente que para a consecução do esforço de guerra teria que

¹⁷³HALL, J. A; SMITH, R. S. The Political Consequences of Mr. Keynes. In: Canadian Journal of Sociology 27(2), 2002, p. 254

¹⁷⁴KEYNES, J. M. How to Pay for the War. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. IX. Londres: Macmillan, 1972k

ocorrer alguma forma de limitação do consumo. Mas o aspecto mais interessante de “How to pay for the war” é que propostas alternativas à poupança compulsória, como o racionamento de produtos e o controle de preços, eram rechaçadas por Keynes em nome da “*liberdade de consumo, de empresa e de trabalho*” (Ibidem, p. 377). Justamente no momento em que tudo conspirava a favor de um maior controle sobre a iniciativa privada, Keynes se esforçava para manter tanto quanto possível o escopo de sua liberdade econômica. Seu grande temor era que a guerra intensificasse por demasiado o dirigismo econômico¹⁷⁵.

Em síntese, a fusão entre ética e razão advogada por Keynes deve ser compreendida no âmbito de uma dada conjuntura em que não havia para ele mesmo como estabelecer sempre de forma inequívoca o que era o “bom” e desejável. Na medida em que nem sempre eram nítidos quais os efetivos princípios que melhor se coadunariam com sua defesa e da continuidade de civilização burguesa e individualista, Keynes se agarra na “conveniência” burkeana, o que tem como consequência as contradições mencionadas. Ao mesmo tempo, a própria ideia de Keynes de que o futuro estava em aberto e de que a incerteza era fato marcante da vida social, (ideia esta que em parte era oriunda do próprio contexto conturbado do entreguerras, mas ao mesmo tempo era algo particular de sua visão idiossincrática do mundo) também suscitava tais ambiguidades. Este ponto que acabamos de expor deve ser melhor explorado a partir da ideia de persuasão em Keynes, que debateremos na sequência.

b.2.2) A força da persuasão

Em uma passagem de “Consequências Econômicas da Paz”, Keynes vaticinava “*Talvez seja uma lei histórica o fato de que nenhuma ordem social perece a não ser pela sua própria mão. No mundo mais complexo da Europa Ocidental a Vontade Imanente pode atingir o seu objetivo mais sutilmente, e provocar a revolução não menos inevitavelmente por meio de um Klotz ou um Lloyd George do que pelas concepções intelectuais dos filósofos sanguinários da Rússia, implacáveis e deliberados demais para o nosso gosto*” (KEYNES, 2002, p. 165). Tais frases certamente ecoam o problema posto por Schumpeter quanto à responsabilidade da própria burguesia e da elite dirigente no

¹⁷⁵ É justamente por isso que, além do que mencionamos, Keynes se oporia durante a guerra a um imposto de 100% sobre lucros extraordinários (SKIDELSKY, p. 717) e que também fosse extremamente crítico do governo do Labour Party no imediato pós-guerra, o qual considerava dirigista (Ibidem, p. 826). No mesmo período, diante das pressões para uma maior planificação econômica, ele chegaria a postular a necessidade volta da “mão invisível” de Adam Smith para a sua Inglaterra (Ibidem, p. 831).

que tange à crise civilizatória do entreguerras. Entretanto, tal paralelo deve ser bastante balizado. Pois se o diagnóstico de “crise de direção” da burguesia era comum a ambos, as receitas e pressupostos aqui são bem distintos.

De um lado, para Keynes, haveria toda uma margem de práticas e receitas, de forma a se superar o quadro de ameaças à ordem liberal vigente. Isto se casa diretamente com o fato de que Keynes, diferentemente de Schumpeter, foi um personagem extremamente ativo e proeminente nos grandes debates e ações políticas de seu tempo. O homem que estivera presente com destaque nas negociações sobre a ordem mundial após cada uma das duas grandes guerras e que sempre teve um papel de destaque na política de sua Inglaterra natal, dificilmente poderia comungar do pessimismo e do conformismo de Schumpeter quanto à política. Certamente, tal proeminência em parte se deve à maior capacidade de Keynes de influenciar não apenas o círculo profissional dos economistas, mas também a opinião pública de maneira mais ampla. Como frisou Skidelsky, Keynes teria habilidade em *“conciliar economia e senso comum: o problema da demanda efetiva é percebido pelo cidadão que vê o fato de que os produtos não vendem (...) além disso, ele sempre fazia planos para as coisas melhorarem e não defendia a inação como outros economistas (...) também as suas convicções morais reforçavam a sua influência”* (SKIDELSKY, 2005, p. 469). Desta forma, o “curto-prazismo” e a maior compreensibilidade de sua própria teoria reforçavam sua influência e seu peso como intelectual ativo de seu tempo.

Mas além disso, a força de persuasão era algo em que Keynes efetivamente acreditava. Tal crença se baseava em sua compreensão particular de quais riscos pairavam sobre a civilização. Como vimos, para Schumpeter o processo de “crise de direção” da burguesia era praticamente inexorável em função da racionalidade antitética em relação aos valores burgueses. Para Keynes, ao contrário, a razão seria o aliado crucial e não o inimigo. A citação que mencionamos na abertura deste tópico ajuda a clarificar a questão. Para Schumpeter, o problema seria o inescapável processo de racionalização que minava lenta, mas progressivamente, o capitalismo, muito mais do que os episódios pontuais de crise política. Para Keynes o problema seria as ações individuais erradas das lideranças políticas, que abririam a perspectiva de caos e Revolução. O “curto-prazismo” de Keynes estava diretamente ligado a sua percepção de que não havia um sentido pré-determinado e teleológico no curso histórico e por isso a questão-chave para ele seria minimizar a possibilidade de erros e equívocos que potencializassem situações propícias às transformações radicais.

Desta forma, a importância da persuasão em Keynes deve ser compreendida dentro de tal perspectiva. É por isso também que a força das ideias seria algo fundamental para Keynes, como em suas conhecidas frases finais de sua Teoria Geral:

Estou convencido de que a força dos interesses escusos se exagera muito em comparação com a firme penetração das ideias. É natural que elas não atuem de maneira imediata, mas só depois de certo intervalo; isso porque, no domínio da filosofia econômica e política, raros são os homens de mais de vinte e cinco ou trinta anos que são influenciados por teorias novas, de modo que as ideias que os funcionários públicos, os políticos e mesmo os agitadores aplicam aos acontecimentos atuais têm pouca probabilidade de ser as mais recentes. Porém, cedo ou tarde, são as ideias, e não os interesses escusos, que representam um perigo, seja para o bem ou para o mal (KEYNES, 1992, p. 291).

Contrário ao determinismo das grandes estruturas e ao maquiavelismo dos poderes e interesses constituídos, Keynes se pautava na força individual de persuasão e hipostasiava o poder das ideias. Daí também a extrema importância do papel de alguns indivíduos excepcionais que poderiam direcionar os rumos efetivos da sociedade. Para ele a *“civilização era algo precário, sustentada apenas pela personalidade e vontade de muito poucos”* (KEYNES, 1972, p. 447)¹⁷⁶. Tratava-se sem dúvida de uma concepção elitista da atividade política. Haveria para ele os homens notáveis dotados de força moral cuja sabedoria e poder persuasivo poderiam instituir o “bom” por sobre a sociedade. Ademais, o próprio conceito do que é ou não o “bom” no sentido mooreano depende de julgamentos até certo ponto arbitrários destes indivíduos e isto está diretamente ligado à concepção de Keynes sobre democracia. Em seu panfleto “Am I a liberal” ele afirma que *“Eu acredito que a solução correta vai envolver elementos científicos e intelectuais que devem estar acima das cabeças dos eleitores mais ou menos iletrados”*. (KEYNES, 1972e, p. 295). Ou seja, caberia a uma elite esclarecida a implementação das medidas necessárias que ele propugnava. Assim, o êxito do poder discricionário que Keynes atribuía à racionalidade do Estado de conciliação, coordenação, julgamento e promoção da moral não poderia ser uma tarefa a ser exercida pelo conjunto do corpo social, mas sim por uma liderança devidamente qualificada. Desta forma, se é verdade que havia em Keynes uma forte preocupação com a legitimação de suas ideias em amplos setores da sociedade, não se pode dizer que ele era por uma efetiva democracia. *“Keynes não era pela democracia econômica(...) defendia no máximo um acordo entre o povo para decidir entre presente e futuro”* (LAMBERT, p. 360).

¹⁷⁶ “Keynes tomou de Kant a ideia de que o homem pode ser causa de suas ações (...) por isso a importância de suas decisões políticas” (DOSTALER, p. 86).

b.2.3) O “individualismo na defensiva” ou a inversão do liberalismo

Os limites à democracia em Keynes e o apelo a uma elite iluminada são claramente consequências da sua defesa do individualismo burguês. Keynes, na frase que abre nosso capítulo em “My Early Beliefs”, é explícito ao dizer que o rechaço dele ao marxismo e ao benthamismo teria sido a chave da manutenção do seu “individualismo próprio” na juventude. E certamente há uma linha de continuidade entre este Keynes jovem individualista com o Keynes maduro. Pois ele era, sobretudo, um liberal em defesa da manutenção e do avanço da civilização burguesa. Mas a questão chave a ser compreendida é entendermos como ele tentou preservar tal individualismo num cenário de transformações do entreguerras. Nosso ponto de partida é o já citado “O fim do Laissez Faire”, de 1926. Keynes reafirma aqui que as bases do capitalismo do séc. XIX, estavam esgarçadas e que seu antigo sustentáculo, o empresário individual, estava morrendo. A sua sobrevivência se sustentava “*mais por hereditariedade do que por méritos*” (KEYNES, 1978, p.120) e também pelo fato de que seus adversários até então eram fracos: o marxismo e o protecionismo conservador. Seu vaticínio era de, que contrariamente ao que se pensara, “*O mundo não é governado do alto de forma que o interesse particular e o social sempre coincidam... frequentemente os indivíduos que agem separadamente na promoção e de seus próprios objetivos são excessivamente ignorantes ou fracos até para atingi-los*” (Ibidem, p. 115). Desta forma, tratava-se para Keynes de ensejar um combate em defesa de sua civilização liberal, num contexto que sua premissa principal, isto é, a ideia de que haveria uma complementaridade e sintonia entre os anseios individuais e coletivos, não apenas não mais se sustentava, como acabava por ser um dos principais motivos da ameaça que sofria a civilização.

Justamente em função de tal quadro, nas palavras de Skidelsky, Keynes seria então o grande representante de um “individualismo na defensiva”, isto é, de um individualismo ameaçado que necessitava desesperadamente uma agenda nova e distinta. A ideia de Skidelsky é bastante sugestiva, desde que iluminada pelos escritos de Keynes que tratam especificamente do assunto. A ideia fundamental presente em seus panfletos “Am I a Liberal” e “The End of Laissez Faire” nos anos 1930 era de que para o próprio liberalismo, enquanto modelo político e filosófico, ser mantido era necessário inverter as suas premissas, por via de uma nova agenda de ação política. A resposta positiva a este

desafio caberia ao que ele chamou um “Novo Liberalismo”¹⁷⁷. O “novo liberalismo” deveria inverter as premissas do velho liberalismo. Se no liberalismo da era do “laissez faire” acreditava-se que era a liberdade para a busca da satisfação individual o que garantia a prosperidade geral, no século XX Keynes pensava que a prosperidade geral é que poderia ser a única salvaguarda da liberdade do indivíduo. E, para que os indivíduos produzissem com suas ações tal plenitude, era preciso abraçar o utilitarismo ideal de Moore e não o hedonismo do “amor ao dinheiro”. As medidas políticas corretas com vistas a uma “unidade orgânica boa” eram a única garantia da preservação da civilização. Ademais, a antiga ideia do laissez faire tornara-se não apenas moralmente contraproducente como também anacrônica diante da nova configuração social.

Tratava-se então, para Keynes, de promover uma agenda que em parte antecipava os controles centrais que apareceriam em sua Teoria Geral, isto é, ele já pleiteava nos anos 1920 a necessidade de uma atuação do Estado que suprimisse a incerteza dos negócios que gerava concentração da renda e desemprego, dada a inabilidade e incapacidade da iniciativa privada em administrar a poupança social. Mas além disso, ele se pronunciava pela criação de entidades estatais semiautônomas não voltadas ao lucro imediato, que poderiam jogar papel importante em tal empreitada. Caberia então ao Estado acelerar políticas de estímulo a determinados setores. Keynes afirmava que se tratava simplesmente de levar adiante conscientemente tendências já existentes na economia. A concentração da produção em curso acarretava numa separação entre propriedade e administração que implicava que a estabilidade e a reputação eram muitas vezes tidas como mais importantes que lucros dos acionistas. É importante notar que Keynes depreende disso o fato de que o combate encarniçado dos socialistas contra o lucro privado era anacrônico. “*A batalha do socialismo contra o lucro privado ilimitado está sendo ganho de hora em hora no varejo*” (KEYNES, 1972, p. 122). Tampouco as expropriações teriam sentido. Para ele as nacionalizações propostas por muitos seriam totalmente irrelevantes para a reorganização econômica da Grã-Bretanha. Assim, aquilo que ele chamava de “supervalorização do econômico” nos marxistas estava incorreto tanto no sentido eticomoral, como também acarretava numa equivocada avaliação dos fatos. “*Eu critico o socialismo de Estado doutrinário, não porque ele procura engajar os impulsos altruístas dos homens a serviço da sociedade (...) Mas eu o critico por deixar de perceber o significado do que está realmente ocorrendo*” (Ibidem, p. 123).

¹⁷⁷ “*Eu sugiro, de toda forma, que o verdadeiro destino no Novo Liberalismo é buscar estas soluções*” (KEYNES, 1972e, p. 204)

Em “Perspectivas Econômicas de Nossos Netos”, ele criticava o pessimismo dos dois extremos do espectro político que ele combatia:

Porque eu prevejo que os dois erros contrários do pessimismo que agora fazem tanto barulho no mundo serão provados errados em nosso próprio tempo – o pessimismo dos revolucionários, que acham que as coisas são tão ruins que nada pode nos salvar exceto uma mudança violenta, e o pessimismo dos reacionários, que consideram o equilíbrio de nossa vida econômica e social tão precário que nós não devemos arriscar nenhum experimento (KEYNES, 1982, p.154).

Se não haveria espaço em Keynes para um socialismo de Estado que expropriasse os meios de produção, por outro lado ele acreditava ser desejável uma outra modalidade de socialismo. Tal formulação já estava esboçada em 1924 “*O verdadeiro socialismo do futuro vai emergir, eu penso, de infinitas variedades de experimentos que descubram as respectivas apropriadas esferas do individual e do social e os termos da frutífera aliança entre esses instintos irmanados*” (KEYNES, 1972i, p.222). Ou seja, tratar-se-ia de um socialismo que para ele deveria ser compatibilizado com um ethos individualista e com a livre iniciativa econômica. Keynes lamentava inclusive que muitos socialistas, mesmo que moderados, não se apresentavam em condições de carregar esta bandeira que ele mesmo chamava de “meio caminho”, uma vez que tinham a mentalidade atada aos princípios de uma economia autorregulável.

O “meio caminho” de Keynes era a tradução prática de seu “novo liberalismo” e ao mesmo tempo, também poderia ser a agenda necessária de um socialismo específico compatível com os preceitos liberais e individualistas¹⁷⁸. Em apoio à sua tese, Keynes se inspirava em “Am I Liberal”, no economista institucionalista Commons, para traçar um determinado quadro histórico evolutivo. Para Commons, a história da humanidade poderia ser sintetizada em três fases: primeiro uma era em que havia o mínimo de liberdade individual e máximo de controle do governo, depois a era do individualismo de laissez faire e da crença no livre jogo das forças econômicas e finalmente uma era de “estabilização” em que as tendências corporativas ganhavam força e que havia uma tendência à “*diminuição da liberdade individual, reforçada em parte por sanções governamentais, mas principalmente por sanções econômicas em função de ações concertadas*” (KEYNES, 1972e, p.304). Os extremos dessa terceira fase seriam para Keynes justamente o Fascismo e o Bolchevismo.

¹⁷⁸ E há claramente em Keynes na ideia de se compatibilizar individualismo e socialismo a influência que ainda não mencionamos de John Stuart Mill (DOSTALER, p. 81)

O desafio seria, portanto, diante das alterações institucionais em curso, fazer vencer o “meio caminho”. Era possível para Keynes, construir uma alternativa que nas suas palavras conciliasse a tríade “*eficiência econômica, justiça social e liberdade individual*”. Para tanto seria fundamental a ação partidária em torno de tal programa. Todo o problema no contexto da Inglaterra do entreguerras era justamente a inadequabilidade dos partidos tradicionais para levá-las a cabo. Numa frase nitidamente autobiográfica, lemos que “*se alguém nasce como um animal político, é a coisa mais desconfortável não participar de um partido (...) Se seu partido é forte e seu programa e filosofia simpáticos (...) então você é um animal político*” (KEYNES, 1972e, p. 296). O partido conservador, tacaño moralmente e preso aos velhos dogmas programáticos era considerado anacrônico e inadequado para ele¹⁷⁹. Quanto ao Labour Party, partido ao qual Keynes foi convidado a aderir mais de uma vez, ele criticava o fato de ser um partido estritamente de classe e também lamentava a existência nele de uma ala supostamente doutrinária, cujo espírito intransigente acabava por impregnar o conjunto do partido. Keynes via como negativo o fato de que o Labour era um partido muito fluido, sem coesão e sem liderança firme. Diferentemente dos outros grandes partidos da Inglaterra “*O Labour (...) está numa posição mais frágil. Eu não acredito que os elementos intelectuais do partido irão exercer o controle adequado*” (Ibidem, p. 296).

Desta forma, a partido com o qual ele teria mais afinidade seria o Partido Liberal, ao qual ele foi de fato vinculado grande parte de sua vida. Entretanto, este partido “*na sua forma tradicional, se tornou agora, obsoleto e pela mudança silenciosa da conjuntura, de fraca importância*” (Ibidem, p. 298). O Partido Liberal, que nas palavras de Keynes ficava à esquerda do conservadorismo e à direita do Labour, precisava então de novo programa e também de novas alianças. No panfleto “*Liberalism and Labour*”¹⁸⁰ ele propõe uma aliança entre o Partido Liberal e os setores “não doutrinários” e contrários ao “socialismo de Estado” do Partido Trabalhista (Labour). Tal união poderia juntar a vontade de “justiça social” do Labour e o compromisso com as “liberdades individuais” e com a “eficiência econômica” do Partido Liberal, atraindo até mesmo alguns elementos notáveis do partido conservador.

¹⁷⁹ “*...cem anos atrás eu seria conservador(...) com seu programa individualista e de laissez-faire. Mas hoje as questões colocadas são outras*” (...) *Os líderes na City e no Parlamento são incapazes de distinguir novas medidas para assegurar o capitalismo do que eles chamam de Bolchevismo*”(KEYNES, 1972e, p.299).

¹⁸⁰ KEYNES, J. M. Liberalism and Labour. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. IX. Londres: Macmillan, 1972l

As perspectivas partidárias acima descritas denotam que o novo liberalismo de Keynes – ou o seu socialismo “não doutrinário” – apontavam uma perspectiva de aliança policlassista em que a liderança caberia uma elite dirigente dotada de razão e princípios morais. Para tanto haveria a necessidade dos reformadores sintonizarem “*intelecto e sentimento*” (KEYNES, 1978, p. 126). Certamente caberia dentro de tal perspectiva uma aliança com o Labour e o movimento sindical de maneira mais ampla. Mas a eventual simpatia pelas lutas dos trabalhadores em Keynes, como por exemplo, nas suas declarações favoráveis às grandes greves dos mineiros ingleses em 1926, não anulam o fato de que para Keynes era fundamental uma perspectiva politicopartidária que mitigasse o máximo possível o conflito social. A própria tentativa de salvar o Partido Liberal através de uma aliança com o Labour teria tal intuito, como atesta uma carta de Keynes a J. M. Santer, em que o primeiro afirma que “*o declínio do Partido Liberal seria muito ruim pois escancararia a luta de classe*” (SKIDELSKY, 2005, p. 387), na medida em que isso cristalizasse uma oposição aberta entre o Labour e os Conservadores. Tal estratégia em Keynes ajuda mais uma vez a iluminar, portanto, a essência daquilo que ele concebia como ação política adequada. Era preciso conciliar razão e valores para que sua proposta de inversão do liberalismo salvasse os valores burgueses e individualistas. Para tanto, seria preciso o uso da força da persuasão sobre a sociedade por uma elite qualificada. A defesa de seu “novo liberalismo” – que buscava ao mesmo tempo rechaçar o fascismo e o bolchevismo – implicava numa série de reformas que serviriam como antídoto ao aprofundamento da luta social que poderia transformar radicalmente o frágil terreno de sua civilização.

O cerne da atividade política de Keynes em torno do “novo liberalismo” se daria nos anos 1920. Skidelsky chama a atenção para o fato de que paradoxalmente, justamente nos anos 1930 em que Keynes elabora sua Teoria Geral, ele perde espaço politicamente (SKIDELSKY, 2005, p. 477). Além disso, ao mesmo tempo em que nos 1930 sua teoria é radicalizada, nessa mesma década há uma tendência a um maior conservadorismo em suas ações políticas. Ao mesmo tempo, ao final de sua vida, Keynes de certa forma lamentaria até certo ponto a sua superestimação da racionalidade. No já mencionado texto de memórias de 1937, “My Early Beliefs”, Keynes relata que mesmo se na maturidade ainda se considerava avesso a quaisquer padrões morais, ele lamenta ter na juventude superestimado a capacidade da humanidade agir com a razão em busca dos “bons estados da mente”. Na iminência da guerra e com o fascismo crescendo na Europa, Keynes lamentava que a “religião” de Moore não fora popularizada como ele pensara. Noutras palavras, mesmo se de um lado a “má” racionalidade benthamista era a origem de tantos infortúnios, de outro lado, a “boa” racionalidade de

Moore não era suficiente para explicar a natureza humana e portanto não tinha logrado tornar-se hegemônica. Justamente por esse excesso de confiança nos valores da “religião” de Moore, Keynes tinha minimizado o papel das emoções e de elementos tidos como irracionais para a convivência e manutenção da sociedade. O próprio Cristianismo, execrado na sua juventude, passaria a ser visto com olhos mais benevolentes pelo Keynes maduro.

Todavia, independentemente deste mea culpa de Keynes, nada autoriza concluir que, próximo ao fim de sua vida, a ideia de hipostasia da razão e de busca por novas formas de coordenação política e social deixaram de ser a linha mestra de sua ação. No mesmo ensaio “My Early Beliefs”, ele afirma que *“ainda quero atribuir racionalidade hoje... ainda sofro do mal”* (KEYNES, 1972, p. 448). Justamente ao final da grande guerra, diante das perspectivas de reconstrução da ordem internacional, Keynes buscará mais uma vez pôr à prova suas ideias centrais. Isto nos remete à discussão de sua visão internacional de capitalismo.

b.3) A visão internacional de capitalismo em Keynes

b.3.1) A Coordenação harmoniosa entre países

Talvez o melhor ângulo para iniciarmos o debate acerca das relações internacionais em Keynes seja a partir da citação mais explícita sobre o tema presente em sua Teoria Geral.

Mas se as nações podem aprender a manter o pleno emprego apenas por meio de sua política interna (...) não deveria mais haver a necessidade de forças econômicas importantes destinadas a predispor um país contra os seus vizinhos. Haveria o lugar para a divisão internacional do trabalho e para o crédito internacional em condições adequadas, mas deixaria de existir motivo premente para que um país necessitasse impor suas mercadorias a outro ou recusar as ofertas de seus vizinhos, não porque isto seja indispensável para capacitá-lo a pagar o que deseja adquirir no estrangeiro, mas por causa do objetivo expresso de alterar o equilíbrio de pagamentos, a fim de criar uma balança comercial que lhe seja favorável. O comércio internacional deixaria de ser o que é, um expediente desesperado para manter o emprego interno, forçando as vendas nos mercados externos e restringindo as compras, o que, se tivesse êxito, simplesmente deslocaria o problema do desemprego para o vizinho que levasse desvantagem na luta, e se converteria num livre e desimpedido intercâmbio de mercadorias e serviços em condições de vantagens mútuas (KEYNES, 1992, pp. 290-291)

O que emana das frases acima é a ideia de que as políticas nacionais que garantissem o pleno emprego tenderiam reduzir as chances de conflito e aumentar as sinergias e a potencialidade de colaboração entre os diferentes países. As falhas e lacunas da esfera econômica teriam um efeito multiplicador de problemas quando transpostas para as relações internacionais. O “amor ao dinheiro”, o vício da poupança e os percalços das economias monetárias de produção eram, por conseguinte, tidos por Keynes como fatores não apenas limitadores do desempenho da produção, renda e emprego em cada país, como também indutores de conflitos – e, no limite, de guerras – na medida em que ensejariam práticas predatórias no comércio exterior.

Desta forma, Keynes acaba por sugerir que a prosperidade de uma nação está diretamente ligada à prosperidade das demais. Mas para que tal dinâmica virtuosa se consolidasse seria necessário, mais uma vez, que a esfera política fosse conduzida em torno da razão e de valores adequados. É justamente aí que surge a questão central da coordenação internacional em Keynes, sem dúvida uma das molas mestras de sua visão de capitalismo. Afinal se para Keynes haveria espaço para que nas políticas domésticas vingasse a força da persuasão e da racionalidade em torno dos “bons” ideais, não haveria motivo para não estender tal perspectiva para o plano internacional. Mais ainda, a coordenação internacional deveria ser modelada de forma a mitigar os poderes do rentismo em escala internacional. Aqui duas ideias principais se combinam para que tal coordenação seja exitosa. Em primeiro lugar, a institucionalidade e o funcionamento do sistema internacional deveriam estar voltados para os objetivos de produção, renda e emprego e isto exigia a ação discricionária e articulada dos diferentes governos. Ao mesmo tempo, seria fundamental a atenção para com as inevitáveis diferenças nas condições comerciais, financeiras etc. de cada país e trabalhar para que elas fossem mitigadas, de forma a se evitar suas consequências nefastas. Aqui mais uma vez a coordenação seria a condição para o restabelecimento de uma harmonia virtuosa.

Naturalmente, em economias monetárias de produção, o padrão monetário internacional terá efeitos decisivos sobre as políticas internas e destarte ele será um objeto central das preocupações de Keynes. Já em sua primeira obra de fôlego, em 1913, ele elogiava o fato da Índia utilizar um sistema cambial em que rúpia estava atrelada à libra, economizando assim as reservas de ouro, afirmando que tal padrão ouro-divisas “*contém um elemento essencial – o uso da barata moeda local mantida*

artificialmente ao par com uma divisa internacional(...) – para o padrão cambial do futuro”¹⁸¹. A crítica às consequências adversas trazidas pela fixação um tanto irracional na “reliquia bárbara do ouro”, seria o objeto central de seu “Tract on Monetary reform”, de 1923. Nesta obra, Keynes advogava uma política monetária que buscasse mitigar as grandes alterações de preço que haviam sido frequentes no contexto pré-Primeira Guerra. No padrão-ouro, diante de uma balança de pagamentos desfavorável, os ajustes de preços eram lentos, e até que uma deflação restabelecesse a competitividade do país em questão, as reservas poderiam acabar. Assim a política monetária deveria ser extremamente apertada não apenas para fazer cair os preços internos, mas para atrair preventivamente reservas em ouro. No contexto em que muitos na Inglaterra defendiam a volta ao padrão-ouro, Keynes propunha alternativamente um câmbio flexível – mas administrado – em relação a um câmbio fixo que impor novamente ajustes traumáticos e pouco eficazes nos preços e retirar do ouro, desta forma, a função de reserva do sistema. Para tal objetivo seria fundamental a cooperação entre Inglaterra e Estados Unidos, os dois principais pivôs financeiros nos anos 1920. Um ajuste mais rápido no câmbio poderia diminuir até certo ponto a necessidade de altas taxas de juros para a obtenção de reservas, liberando a política monetária para objetivos mais domésticos. “*Como penso que a estabilidade de preços, crédito e emprego são o mais importante (...) penso que o datado padrão-ouro não nos dará a estabilidade que deu no passado*” (KEYNES, 1972d, p. 140)

Em “Tract”, Keynes antecipa em larga medida os argumentos que irá retomar na sua áspera crítica à volta da Inglaterra ao padrão-ouro em 1925, em seu ensaio “The Economic Consequences of Mr. Churchill”¹⁸². A valorização da libra preconizada por Churchill para se retomar a paridade com o ouro nos termos nominais do pré-guerra implicaria na tentativa de uma deflação de preços e salários que mantivesse a competitividade externa na Inglaterra, deflação esta provocada por uma política monetária restritiva que também teria objetivo de atrair ouro. Para Keynes, tal processo tenderia a aprofundar o desemprego devido à rigidez e lentidão do ajuste necessário de preços internos. Keynes também denunciava o fato de que o desemprego provocado pelos altos juros se transformava em si mesmo num meio de se reduzir de salários. Na medida em que os sindicatos não aceitariam de bom grado uma redução negociada de salários, o desemprego os obrigaria a fazê-lo. A irracionalidade de Churchill era denunciada por Keynes tanto porque ela hipotecava a prosperidade nacional, como pelo

¹⁸¹KEYNES, J. M. Indian Currency and Finance.In:*The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. I. Londres: Macmillan, 1972m, p. 25

¹⁸²KEYNES, J. M. The Economic Consequences of Mr. Churchill.In:*The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. IX. Londres: Macmillan, 1972n

fato de que ela chamava a um confronto direto com a classe trabalhadora em nome dos interesses da City de Londres em uma libra forte. Os maiores interessados em recuperar o poder de compra da libra seriam justamente os credores que tinham tido perdas reais com o processo inflacionário em curso a partir da Primeira Guerra. Logo, os interessados no padrão-ouro seriam os setores rentistas da sociedade, que queriam impor aos setores produtivos (empresários e trabalhadores) uma deflação cumulativa e com efeitos fortemente recessivos.

Diante dos efeitos traumáticos nos 1930 da crise internacional, Keynes mostra-se ainda mais enfático e crítico quanto ao obscurantismo dos interesses tipicamente rentistas no sistema monetário internacional. Tais interesses seriam, mais uma vez, moralmente condenáveis e também irracionais quando contrapostos aos objetivos de preservação da civilização liberal. Em *Treatise on Money*, escrito já sob os efeitos iniciais da crise, ele vaticina: *“os amigos do ouro terão de ser extremamente sábios e moderados se querem evitar uma Revolução. De fato eles têm estado muito longe de serem sábios e moderados e a Revolução está diante de nós”* (KEYNES, 1972c, XX). Se era verdade que no passado *“ninguém se preocupava com nada muito além do equilíbrio externo”* (Ibidem, p. 149), agora a preocupação em relação às políticas monetárias recessivas eram fundamentais, tanto pela saúde do sistema econômico como para evitar o caos social e político.

No ensaio *“Means of Prosperity”*, de 1933, quando o mundo vivia o auge da depressão – e também via a ascensão de Hitler na Alemanha – seu ponto central era como promover de forma coordenada internacionalmente uma reversão do processo deflacionário em curso que além de derrubar as economias nacionais, aumentava consideravelmente o fardo dos devedores e deprimia ainda os mais os investimentos produtivos. Ao mesmo tempo, a manipulação exagerada do câmbio – diferente da manipulação administrada e cautelosa advogada pelo próprio Keynes – e outras medidas nacionalistas e protecionistas estavam nitidamente envenenando a economia mundial. Tratava-se de evitar *“as desvalorizações competitivas e tarifas competitivas e outros meios artificiais de melhorar balança externa de um dado país com restrições de câmbio, proibições de importações e cotas que não ajudam ninguém e prejudicam todos se aplicadas de forma geral”* (KEYNES, 1972l, 352). Para que os preços voltassem a subir era preciso tanto um aumento do crédito quanto dos gastos do governo, de forma a estimular o investimento privado. Mas, para tanto, os Bancos Centrais não poderiam estar tão ansiosos quanto às reservas como no passado. Keynes propõe então medidas para a Conferência Econômica Mundial que se realizaria naquele ano. Uma alternativa – desacreditada por Keynes em função da oposição política das principais nações – seria que os países superavitários financeiramente tomassem a

iniciativa de prover liquidez em divisas fortes aos países deficitários. Outra, mais promissora segundo a visão de Keynes, era a proposta que os países superavitários se comprometessem com políticas domésticas de aumento do crédito em seus países, de maneira que se estimulasse a produção e renda internas e consequentemente aumentassem suas importações, gerando uma dinâmica virtuosa mundo afora. De forma a aumentar a disponibilidade de liquidez em divisas internacionais, ele propunha a criação de uma “*autoridade internacional para a emissão de notas-ouro*” (Ibidem, p. 358), cuja ativa circulação dar-se-ia somente por Bancos Centrais e Tesouros Nacionais. As cotas em tais notas lastreadas no ouro respeitariam as reservas de cada país, sendo que nenhuma cota individual poderia exceder um limite pré-estipulado¹⁸³. Keynes reconhecia que de certa forma a sua proposta estava presa à “reliquia bárbara” do ouro, mas por outro lado a emissão de tais notas lastreadas em ouro aumentaria a quantidade de reservas utilizáveis pelos países. “*Nós precisamos de um maior número absoluto de dinheiro de reserva para sustentar um nível maior dos preços mundiais do que eram necessários antes dos choques recentes no crédito internacional*” (Ibidem, p. 365).

Assim, seu apelo à sinergia benfazeja entre os países, que passava pela recuperação dos preços mundiais, implicava em criar uma ordem institucional coordenada em que os países estariam mais livres para seus objetivos domésticos de estímulo à demanda, ao passo que as “gold-notes” criariam melhores condições de liquidez e crédito internacionais. Para Keynes, era preciso reduzir a força dos setores rentistas que prosperavam em meio à instabilidade e incerteza generalizada das relações internacionais dos anos 1930. As propostas de “Means to Prosperity” – frustradas pela conjuntura conturbada que levaria ao conflito mundial, até certo ponto seriam retomadas na famosa proposta de criação do “bancor” de Keynes nas negociações da ordem mundial no pós-Segunda Guerra. O bancor seria a moeda internacional de circulação restrita aos bancos centrais. A diferença fundamental é que na nova proposta de Keynes, seria o bancor e não o ouro o ativo fundamental de reserva do sistema¹⁸⁴. Ao mesmo tempo, sua proposta para a nova ordem do pós-guerra contemplava os mecanismos próprios de ajuste de uma dada coordenação internacional que puniria tanto os países com déficit como os com superávit crônicos no balanço de pagamentos, evitando-se as assimetrias que impediriam a busca pela

¹⁸³ Keynes, 1972j, p. 362

¹⁸⁴ “A nova moeda não deve ser livremente conversível em ouro, pois isto exigiria que as reservas de ouro fossem mantidas proporcionais a ela e com isso estaríamos de volta à situação anterior. Porém, não há razão para que a nova moeda não possa ser comprável por ouro. Através de tais meios podemos evitar as muitas dificuldades e desvantagens evidentes ao propor que a velha moeda-ouro seja desmonetizada. Portanto, o plano propõe o que é descrito como uma conversibilidade unilateral”. KEYNES, J. M. O Fundo Monetário Internacional. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.), *John Maynard Keynes*, Col. Os Grandes Cientistas Sociais, 2ª ed, São Paulo, Ática, 1978e, p. 199

reconstrução econômica do pós-guerra, além do fato de certa margem de flexibilidade para ajustes na taxa de câmbio em função de eventuais desequilíbrios.

Mesmo que a conjuntura econômica e geopolítica do pós-guerra, pautada pela supremacia dos EUA, tenha derrotado as propostas de Keynes nos Acordos de Bretton Woods em 1944 e implementado o que na prática viria a ser o padrão ouro-dólar, Keynes não abandonaria o seu otimismo quanto às possibilidades de uma nova conjuntura próspera informada pelo seu internacionalismo harmonioso. Em discurso pronunciado na Câmara dos Lordes em que Keynes fora convidado justamente para apresentar os resultados fracassados – dele e da Inglaterra – nas negociações em Bretton Woods, Keynes fez questão saudar a superação de dilemas anteriores que estaria em curso, como a dependência em relação ao ouro como reserva internacional e o fato de que “*o plano atribui a cada governo-membro o explícito direito de controlar todos os movimentos de capital. O que costumava ser uma heresia é endossado agora como ortodoxia*”¹⁸⁵ de forma que os Estados estariam mais livres para suas políticas domésticas de renda e emprego¹⁸⁶. Keynes então se felicitava do fato de que o controle institucionalizado de capitais passasse agora a dar o tom. Em todo e qualquer caso, Keynes apresentou os resultados de Bretton Woods perante seus compatriotas como a coroação de princípios que sempre o nortearam: “*o amor comum à verdade, alimentado por hábitos científicos de pensar, constitui a ligação mais estreita entre os representantes de diversas nações*” (Ibidem, p. 217).

A trajetória explicitada de maneira sucinta acima denota destarte que Keynes via o sistema econômico capitalista, caso deixado funcionar por si só, como algo propenso a inúmeros conflitos e mesmo guerras. Ele pensava que havia de fato uma propensão ao imperialismo e ao militarismo caso as decisões nacionais fossem deixadas ao sabor do “amor ao dinheiro” e dos exclusivismos nacionais. Já em Consequências Econômicas da Paz, ao criticar o destino de dívidas e prostração econômica que as potências vitoriosas da Primeira Guerra reservavam à Alemanha, ele contrapunha a ideia de que “*um sistema econômico aberto a todos os países, sem privilegiar nenhum deles, estaria absolutamente a salvo das objeções feitas a um esquema de privilégios, confessadamente imperialista, que administre*

¹⁸⁵ KEYNES, J. M. O Fundo Monetário Internacional. In : SZMRECSÁNYI, Tamás (org.), *John Maynard Keynes*, Col. Os Grandes Cientistas Sociais, 2ª ed, São Paulo, Ática, 1978f, p.214

¹⁸⁶ É fato que parte do otimismo e da relativização do fracasso de sua proposta justifica-se porque os desdobramentos efetivos dos Acordos e da própria conjuntura do pós-guerra ainda não estavam nítidos. Entre outras coisas, Keynes achava então que haveria o compromisso dos EUA, como país superavitário, em manter o equilíbrio internacional do balanço de pagamentos; que a libra voltaria em breve a ser uma moeda plenamente conversível; que a Inglaterra teria um poder de decisão semelhante ao dos EUA nas decisões do Fundo. Sem contar o fato de que, evidentemente, não se poderia ter a efetiva dimensão da “escassez de dólares” que grassaria nos anos posteriores que obrigaria pouco tempo depois os países europeus a desvalorizarem substancialmente suas moedas com o consentimento dos próprios EUA, fato que na prática significou uma ruptura com os princípios originais do FMI.

exclusões e discriminações. A atitude que tomarmos com relação a essas críticas deve ser determinada pela nossa reação moral e emocional ao futuro das relações internacionais e da paz mundial” (KEYNES, 2002, p. 185)¹⁸⁷. De maneira geral, os interesses rentistas e puramente financeiros para Keynes seriam insufladores de atitudes imperialistas e a sua proposta de eutanásia do rentismo contribuiria desta forma também para a paz internacional¹⁸⁸.

É importante notar que, diferentemente dos aliados, além de rechaçar a “Paz de Cartago” imposta à Alemanha, Keynes era contra o bloqueio econômico da Rússia quando da guerra civil do período pós-Revolução de Outubro. E esta posição tinha um sentido tanto econômico quanto político. De um lado, a Europa carecia dos cereais russos. *“Se o comércio com a Rússia não for reaberto, em 1920-1 o trigo será escasso e muito caro, a não ser que a colheita seja especialmente generosa. Por isso o bloqueio da Rússia, proclamado pelos aliados, é uma medida míope e pouco inteligente. Estamos bloqueando não tanto a Rússia como nós mesmos”* (Ibidem, p. 203). Ao mesmo tempo, o sufocamento econômico da Rússia, longe de significar um reforço contra a Revolução, significava jogar mais lenha na fogueira do caos social que ameaçava a estabilidade política da Europa.

Se nos opusermos minuciosamente a todos os meios que permitam à Alemanha ou à Rússia recuperar o seu bem-estar material, em função de um ódio nacional, racial ou político pela população ou o governo desses países, devemos estar preparados para as consequências dessa posição. Ainda que não haja uma solidariedade moral entre as raças quase aparentadas da Europa, há entre elas uma solidariedade econômica que não podemos desprezar. Mesmo agora, o mercado mundial é um só (Ibidem, 204).

Assim sendo, a preservação da “solidariedade econômica” na busca de uma prosperidade comum seria funcional tanto para minorar fome na Europa como também para tentar trazer de volta a Rússia para a cooperação com as potências ocidentais. Com tal aproximação, os Russos, mesmo que

¹⁸⁷ Ideia semelhante, isto é, a existência de motivações econômicas para a guerra também é sugerida em sua Teoria Geral *“Observei, de passagem, que o novo sistema poderia ser mais favorável à paz do que antigo. Vale a pena repetir e enfatizar este ponto. A guerra tem diversas causas. Os ditadores e pessoas semelhantes, aos quais a guerra oferece, pelo menos em expectativa, uma excitação deleitável, não encontram dificuldade em fomentar a natural belicosidade de seus povos. Porém, além disso, facilitando seu trabalho de insuflar as chamas do entusiasmo do povo, aparecem as causas econômicas da guerra, ou seja, as pressões da população e a luta acirrada pelos mercados. Este segundo fator, que desempenhou no século XIX, e talvez venha a desempenhar ainda, um papel essencial, tem estreita relação com o nosso assunto”* (KEYNES, 1992, p. 357).

¹⁸⁸ E aqui Keynes parece acompanhar Hobson na ideia de que os interesses financeiros e rentistas seriam os principais arautos da guerra e da belicosidade entre as nações. *“as finanças (...) manipulam as forças patrióticas(...) o interesse financeiro tem as qualidades de concentração e de cálculo clarividente que são necessárias para por em marcha o imperialismo. Um ambicioso homem de estado, um soldado de fronteira, um zeloso funcionário, um comerciante agressivo, pode sugerir ou até mesmo iniciar um estágio da agressão imperial(...) mas a determinante final repousa no poder financeiro”*. HOBSON apud MARIUTTI, E. N. *Colonialismo, Imperialismo e o Desenvolvimento Econômico Europeu*. Tese de Doutorado, UNICAMP, Instituto de Economia, Campinas, 2003, p. 148.

não abdicassem imediatamente do sistema soviético, não iriam mais (nas palavras de Keynes) “*promover as formas extremas das doutrinas da violência e da tirania que nascem da guerra e do desespero*” (Ibidem, p. 204).

Desta forma, o pacifismo de Keynes confundia-se com sua preocupação com a necessária coordenação política entre nações para que se evitasse que o caos social e econômico produzido pelas guerras acarretasse em revoluções indesejadas. Ao mesmo tempo, a bandeira da paz e do desarmamento fazia parte dos principais pontos do programa do “novo liberalismo” exposto em “Am I a Liberal”¹⁸⁹. No mesmo panfleto, Keynes estipula também o livre comércio como uma dessas bandeiras fundamentais. Entretanto, já então a sua defesa do free trade tinha nuances importantes “*Eu não acredito mais na filosofia que a doutrina do free trade adornava. Eu acredito no livre comércio, em longo prazo e em geral, pois é a única política tecnicamente adequada e intelectualmente forte*” (KEYNES, 1972e, p. 298). É fato que de um ponto de vista geral a preferência de Keynes era por políticas generalizadas de pleno emprego num quadro de livre comércio. Este era o enfoque que para ele seria mais favorável à abundância generalizada e à amizade entre as nações. Todavia, em especial a partir da crise de 1929, Keynes passaria a sugerir uma dose moderada de protecionismo com o objetivo de favorecer a demanda interna dos países, sendo inclusive criticado por isso por defensores mais arraigados do free trade¹⁹⁰. Ao mesmo tempo, a ideia de que o free trade em si mesmo seria fundamental para a paz era bastante relativizada por ele. Uma proteção relativa dos mercados nacionais poderia ser útil para que cada país tivesse uma estrutura de produção independente dos demais, fator que era inviabilizado por um puro free trade que ensejaria a especialização de cada nação em poucos produtos (SKIDELSKY, 2009, pp. 185-186). Ou seja, a aplicação estrita do princípio ricardiano das “vantagens comparativas” poderia acarretar na dependência de produtos estrangeiros que trouxesse conflitos. Numa conferência que proferiu na Irlanda no começo dos anos 1930, a mesma ideia é retomada. “*free trade e mobilidade de capital poderia trazer mais guerra do que paz*” (SKIDELSKY, 2005, p. 495).

¹⁸⁹ Também num texto voltado para discutir a Guerra Civil Espanhola, mesmo se recusando a tomar partido nas disputas ideológicas em curso, ele reafirma o seu antimilitarismo: “*eu falei em outro contexto que há uma desvantagem no ‘longo prazo’ pois em longo prazo estaremos todos mortos. Mas eu poderia igualmente dizer que é uma grande vantagem do ‘curto prazo’ que em curto prazo estamos todos vivos (...) o primeiro dever da política externa é evitar a guerra*”. KEYNES, J. M. British Foreign Policy. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. XXVIII. Londres: Macmillan, 1972o, pp. 62-63. Sua perspectiva na época em questão, no ano de 1937, era a de se evitar ao máximo a possibilidade de eclosão de uma nova guerra mundial.

¹⁹⁰ Skidelsky, 2005, p. 442

A nosso ver, as oscilações de Keynes quanto ao tema do livre comércio seriam menos uma ambiguidade do que algo próprio de sua abordagem dos problemas concretos, isto é, o seu pragmatismo, a ideia de conveniência e sua aversão a principismos abstratos. Todavia, talvez o mesmo não possa ser dito com relação ao problema do colonialismo que historicamente acompanhara o mesmo imperialismo e militarismo que ele criticava. Ao mesmo tempo em que ele se pronunciava em favor da ideia de autodeterminação e harmonia entre os povos, por outro lado, em outros momentos ele objetivamente se manifestou em defesa dos interesses coloniais ingleses. Em sua juventude, quando escreveu sobre as finanças da Índia, ele pensava que a Inglaterra “*trouxe justiça e progresso material (...) e nunca considerou as implicações humanas e morais do domínio imperial ou que os bretões estariam explorando os indianos*” (SKIDELSKY, 2005, p. 105). Mais tarde, quando participou das negociações da dívida inglesa com os EUA na Segunda Guerra Mundial, Keynes lutara o máximo possível contra a solicitação dos estadunidenses de que a Inglaterra abrisse mão das preferências comerciais de que dispunha nos vários países da Commonwealth ao mesmo tempo em que temia a dissolução desta última¹⁹¹. Tais inclinações favoráveis ao colonialismo britânico em parte podem ser creditadas ao que alguns acreditavam ser o patriotismo¹⁹² de Keynes e o efetivo esforço que ele desempenhou em sua vida em cargos públicos formais ou informais falando em nome do governo imperial britânico. Se isto em parte é verdade, por outro lado, entendemos, não responde à questão de sua ambiguidade quanto ao colonialismo. Voltaremos ao tema após a síntese a seguir da visão de Keynes das esferas econômica e política.

b.4) A síntese da relação entre economia e política em Keynes

Como vimos, Schumpeter e Keynes têm em comum a ideia de que a civilização burguesa teria bases tênues de sustentação. Contudo, um ponto central de clivagem entre ambos está no estatuto que cada um atribuirá à razão. O relativo otimismo de Keynes quanto às possibilidades de manutenção dos princípios liberais e individualistas reside no fato dele não aceitar o determinismo de Schumpeter. Para

¹⁹¹ Ibidem, p. 791

¹⁹² Como, por exemplo, Schumpeter, para o qual Keynes “*era um patriota fervoroso - de um patriotismo que, na verdade, era isento da vulgaridade, mas tão genuíno que chegou a ser subconsciente e, portanto, ainda mais importante para incutir preconceitos em seu pensamento e para excluir a compreensão completa dos pontos de vista estrangeiros (mesmo americanos), condições, interesses e, especialmente, crenças. Como os velhos livre-cambistas, sempre exaltou o que, a qualquer momento, era verdade e sabedoria para a Inglaterra, como sendo a verdade e sabedoria para todas as épocas e lugares*” (SCHUMPETER, 1958, p. 266).

este último, diferentemente de Keynes, a ação consciente dos indivíduos sobre o sistema econômico capitalista estaria de antemão fadada ao fracasso, pois nada poderia deter a marcha ao socialismo, socialismo este concebido por Schumpeter como o processo de burocratização e planificação da vida social e econômica, que destruíam o espírito e os valores liberais. Já em Keynes, ao contrário, as ações conscientes dos indivíduos seriam plenamente dotadas de significado, já que não haveria nenhum enredo pré-determinado do curso histórico. Daí sua ênfase no “curto prazismo” e nas soluções factíveis concretas para os problemas cotidianos¹⁹³. Disso que dissemos emerge então a diferença de apreciação sobre a ameaça de fundo que pairava sobre a civilização burguesa para ambos: enquanto para Schumpeter tratava-se de uma tendência estrutural praticamente irrevogável, para Keynes tratava-se da tentativa de pactuação e persuasão que mitigasse o caos social e as tendências revolucionárias.

Ao mesmo tempo, é possível sugerir em uma síntese da visão de capitalismo de Keynes que, até certo ponto, os sinais aparecem invertidos em relação ao que vimos sobre Schumpeter. Para o último, a ameaça à civilização era eminentemente política: o capitalismo desenvolveria uma racionalidade hostil a si próprio que faria com que a ordem social se tornasse refratária ao capitalismo, minando, em última instância, o funcionamento de um sistema econômico que seria de outro modo extremamente exitoso e promissor. Para Keynes, como buscamos argumentar, o problema em última instância residiria na própria esfera econômica, afeita ela mesma a falhas e vicissitudes crônicas. É sintomático, desta forma, que para ele a garantia e o progresso da civilização apareçam como a necessidade de fim do próprio problema econômico em si, tarefa para a qual o manejo adequado da esfera política seria fundamental.

A questão crucial para Keynes seria, portanto, como fazer com que as economias monetárias de produção, atravessadas pela especulação e instabilidade em torno da posse de ativos e pelo “amor ao dinheiro” rentista fossem manipuladas e transformadas, de forma a retomarem o seu desempenho produtivo para estarem voltadas às necessidades humanas. Tratava-se então de criar um estado de abundância em que o consumo estivesse satisfeito em larga medida. O otimismo de Keynes residiria justamente no fato de que para ele seria possível e desejável – por via dos controles centrais, da pactuação entre capital e trabalho, da coordenação internacional e outras medidas correlatas – conciliar o bem estar humano com as ações racional e eticamente orientadas. Tal racionalidade substantiva, cujo

¹⁹³ Ainda no que diz respeito às diferenças entre estes autores, vale a pena um breve comentário sobre como cada um dos dois enxerga o processo de burocratização empresarial e de concentração econômica. É fato que Schumpeter deu muito mais atenção a tal processo e concluiu que ao mesmo tempo em que ele estava ligado a uma maior eficiência da máquina capitalista, ele por outro lado seria uma das causas da queda dos valores burgueses em função do declínio da função empresarial. É sintomático que Keynes olhasse o mesmo processo com outra ênfase. A racionalização/burocratização da produção implicava por si mesma num contexto mais fácil para a socialização do investimento e para uma atitude menos presa ao mero ganho pecuniário e “amor ao dinheiro” que ele criticava.

fim seria o “bom” mooreano, seria ao mesmo tempo uma resposta às falhas científicas e morais do utilitarismo do laissez faire como do economicismo e catastrofismo dos marxistas e de grande parte da esquerda organizada – ou em suas próprias palavras, seria uma resposta ao “pessimismo da esquerda e da direita”. Tal alternativa implicava numa persistente batalha intelectual e moral para a qual era necessária uma aliança com as elites políticas, sindicais e científicas que estivessem imbuídas de tal perspectiva, de forma a produzir “unidades orgânicas” boas.

É justamente a partir desta construção que Keynes pôde tratar como praticamente sinônimos o seu “novo liberalismo” com o “socialismo do futuro”, ou “socialismo não doutrinário”, a depender dos setores com quem pretendia dialogar a cada momento. Isso pode ficar mais claro se retermos por um instante um pequeno texto seu de 1931, intitulado “The Dilemma of Modern Socialism”¹⁹⁴. Nele, Keynes imputa aos socialistas a existência de três motivos: o político, o prático e o ideal. O “político” seria a tomada do poder através da Revolução; o “prático” seria a construção efetiva de Estado e sociedade socialistas; por fim, o “ideal” seria o bem estar humano – no espírito mooreano – que seria o objetivo último de todos os socialistas, chegando-se a uma situação em que as considerações econômicas deixariam de ser relevantes. Todo o problema é que na prática cotidiana da esquerda tais objetivos não apenas apareceriam misturados, como também haveria aqueles militantes que *“advogavam medidas justamente por serem economicamente inadequadas”* (Ibidem, p. 33), de maneira que a perturbação do sistema econômico pudesse engendrar a transformação radical da sociedade. Dos três objetivos citados, Keynes afirma então que *“minha ambição é o ideal, meu objetivo é colocar as considerações econômicas na retaguarda, mas meu meio neste momento da evolução social e econômica seria avançar na direção de fazer o que é economicamente adequado”* (Ibidem, p. 34). Destarte, caberia na proposta de ação de Keynes um cálculo utilitário das ações a serem tomadas, mas este utilitarismo seria “ideal” e não hedonista ao estilo de Bentham. Ao mesmo tempo, uma reorientação política consciente que limitasse as mazelas das economias monetárias de produção prepararia, após um período de evolução relativamente curto, o fim da própria economia enquanto tal e assim Keynes poderia se conciliar novamente com o socialismo. Por outro lado, ele também poderia conciliar suas propostas com um “novo liberalismo”, justamente por não endossar os dois outros motivos dos socialistas: o motivo “político” da Revolução e a construção de uma nova sociedade livre da propriedade privada, motivos estes considerados por ele incompatíveis com a civilização burguesa

¹⁹⁴KEYNES, J. M. The Dilemma of Modern Socialism. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. XXI. Londres: Macmillan, 1972p

da qual ele nunca negara ser um representante, e motivos que seriam, além disso, ociosos diante da perspectiva de se alcançar o “ideal” a partir da reordenação econômica, social e política que ele propunha.

c) Comentários sobre a síntese de Keynes

Argumentamos que Keynes postula a possibilidade e desejabilidade do fim do problema econômico – que para ele é o mesmo que o estado de abundância e a eutanásia do rentismo – apoiando-se na ideia de que chegará o momento em que o crescimento do estoque de capital se tornará mais do que suficiente para a satisfação das necessidades sociais. Tal postulado está diretamente relacionado com a sua ideia de que o fim último da atividade econômica são as necessidades humanas e o consumo. Assim, o primeiro ponto na síntese realizada por Keynes que merece ser questionado é justamente até que ponto é possível ver o capitalismo como um sistema econômico cujos fins são estes. É verdade, por outro lado, que em várias passagens Keynes aponta para uma outra perspectiva bem distinta, quando ressalta que numa economia monetária de produção, o objetivo dos capitalistas deve ser a aquisição de mais dinheiro, e justamente daí o seu elogio ao “D-M-D” na concepção marxiana do capitalismo. Por certo há uma ambiguidade que perpassa toda sua obra. Mas isso não nos impede de assinalar como síntese da relação entre a esfera econômica e a esfera política uma espécie de lei trans-histórica que aponte para a perspectiva de saciedade do consumo via abundância e aumento do estoque de capital.

Mas se nos pautarmos por outra visão, em que a finalidade do capitalismo não é o consumo – e menos ainda a satisfação de necessidades sociais – é forçoso que boa parte dos pilares da síntese keynesiana sejam criticamente abordada. Se pensarmos no capital como uma relação social, cujo fim último é a sua própria valorização, a conciliação entre razão e ética defendida por Keynes tornar-se-á

muito mais frágil e no máximo circunscrita a determinadas condições históricas excepcionais. Pois neste outro enfoque a questão fundamental não será como queria Keynes entre o estoque de capital em si mesmo e o mercado. Desse outro ponto de vista não existe lógica na noção de que existe uma quantidade de capital que é plenamente suficiente em relação às necessidades tanto absolutas quanto relativas. E isto vale tanto para um determinado setor ou indústria, como vale mais ainda para a totalidade do sistema econômico. Como na construção de Keynes o limite ao capital é dado pelo seu valor de uso, perde-se de vista então que o “limite do capital é o próprio capital”. Se o objetivo do capital é a contínua e crescente autovalorização, jamais haverá por si só um momento histórico em que o estoque de capital será ocioso em relação às necessidades sociais. Na realidade, seria mais adequado afirmar que enquanto persistir a relação social baseada no capital, com seu movimento incessante, crises e transformações, novas necessidades emanarão e antigas necessidades serão redimensionadas.

Também por enxergar o problema da valorização do capital em função de escassez relativa – ou seja, abstraindo a relação social que caracteriza o capital – é que Keynes vislumbra a possibilidade de uma eutanásia do rentismo sem quaisquer transformações efetivas nas relações sociais vigentes. Como argumentou Caio Prado Júnior, é assim que Keynes formula o “*fim do lucro, juro e o fim do rentista, mas não o fim dos empresários*”¹⁹⁵. A hipotética conjuntura de abundância e de eutanásia do rentismo se combinaria em Keynes com a manutenção de um capitalismo puramente empresarial e não rentista, que poderia até mesmo ser chamado por ele de o “socialismo do futuro”. É por isso também que Keynes condena apenas o lucro “rentista” e defende a legitimidade da remuneração dos empresários, que para ele não seria propriamente lucro, mas sim parte dos próprios custos normais de produção.

Entretanto, nos parece mais legítimo considerar tais ganhos empresariais também como lucros, que por sua vez dependem da relação entre capital e trabalho, ou seja, como rendimentos cuja origem é o trabalho não pago. Assim, mesmo no caso em que os empresários recebam apenas a sua renda “normal”, poderíamos aqui contra-argumentar que dentro de tal renda “normal” haverá a absorção de um montante de trabalho não pago na forma de lucros. Ao encarar todas as formas de rendimento como categorias de distribuição que independem das relações sociais de produção capitalistas, os seus próprios conceitos de juro e lucro aparecem como retribuição pela mera posse de capital¹⁹⁶. Daí o fato

¹⁹⁵ PRADO JÚNIOR, C. *Esboço dos fundamentos da Teoria Econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1957, p. 173

¹⁹⁶ “ É esta penetração de relações de valor na produção (...) que reproduz as relações de classe: a classe capitalista possuindo os meios de produção e a classe trabalhadora possuindo apenas a força de trabalho que deve vender em troca de um salário (...). O conceito de distribuição do valor em Keynes o leva a não ter outra alternativa do que tomar

de que o lucro obtido em função da escassez de capital apareça para ele como uma espécie de juro sobre a posse de ativos produtivos, justamente o que o faz pensar que a eutanásia do rentismo implica no término de tal forma de rendimento. Mas se o lucro for aqui concebido como algo próprio da relação que se estabelece entre capital e trabalho, é evidente que as conclusões devem ser distintas. A diferenciação de Keynes entre um tipo de lucro “imerecido” em função da eficiência marginal do capital escasso que deve perecer e os ganhos “merecidos” do empresário que devem ser permanentes só se sustenta dentro de sua elaboração, que em nossa perspectiva anula o que é a essência do modo de produção capitalista.

Desta forma, a menos que sejam transformadas efetivamente as relações sociais, mesmo que hipoteticamente a hipótese de Keynes de uma substancial elevação do estoque de capital seja concretizada, ela não pode significar uma efetiva eutanásia do rentismo. Afinal, não será o crescimento dos ativos produtivos por si só que haveria de por fim nos lucros – merecidos ou não –, nos juros monetários e na acumulação tipicamente capitalista, como ele propõe. Como já sugerimos, o quadro descrito por Keynes parece trazer algo semelhante ao conceito de Reprodução Simples de Marx, a saber, uma situação em que não haveria necessidade substantiva de se produzir mais capital e em que a totalidade da renda seria gasta apenas com o consumo. Mas como o próprio Marx frisara, a “reprodução simples” jamais poderia ser o *modus operandi* efetivo do capitalismo, ou seja, a reprodução ampliada e a acumulação é que de fato imperam. Reposta a acumulação, o “rentismo”, o “amor ao dinheiro” e a busca incessante por lucros não de ser continuados, não como um vício ou como uma fraqueza moral, mas como a própria finalidade, última e necessária, do modo de produção capitalista. Desta forma, torna-se muito difícil endossar a sua ideia de que “*Poderemos então manter as liberdades e a independências próprias de nosso atual sistema, e ao mesmo tempo eliminar um de seus principais defeitos, à medida que for diminuindo a importância da acumulação de capital*” (KEYNES, 1978c, pp. 187-188).

O problema da argumentação de Keynes é que existe uma dificuldade muito grande em se apontar o momento quando a quantidade há de se transformar em qualidade, ou melhor, quando de fato o estoque de capital há de se tornar ocioso diante das necessidades. A origem disso é a sua ideia de que o capitalismo se desenvolve para satisfazer necessidades. Segundo esta perspectiva, são os desejos

a existência e reprodução de trabalhadores e capitalistas de forma exógena” BURKETT, P. Dillard on Keynes and Marx: Comment. In: Journal of Post Keynesian Economics, vol.8, n.4, 1986, p. 626.

humanos os determinantes últimos da acumulação de capital e é a saciedade de tais desejos o termômetro da chegada da abundância e do consequente término da acumulação. A acumulação aparece aqui como algo manejável pela vontade humana e assim, passível de controle, podendo desta forma, para Keynes, ser despida de seus aspectos intrinsecamente irracionais através de seus “controles centrais”. É justamente aqui que devemos entender a ambiguidade de Keynes que mencionamos quanto ao “amor ao dinheiro”: ao mesmo tempo em que isto é um “vício”, ele não deixa de ser reconhecer que seja “útil”. Ou seja, tal ambiguidade emana da própria fragilidade do argumento da eutanásia do rentismo. Será, portanto, impossível atingir tal eutanásia, como queria Keynes, e ao mesmo tempo acreditar como, ele fez em sua Teoria Geral, que *“esse estado de coisas seja perfeitamente compatível com certo grau de individualismo”* (KEYNES, 1992, p.286). No fundo, neste ponto Keynes acaba por resvalar num tipo de determinismo histórico, a despeito de todas as suas críticas às opiniões deterministas e teleológicas: a sua perspectiva de abundância econômica parte do pressuposto de que há uma tendência histórica de fim da acumulação de capital a partir da saciedade do consumo, ou em outros termos, da ideia de que o desenvolvimento das forças produtivas por si só tende a acabar com os rendimentos imerecidos dos capitalistas.

De maneira análoga, a ideia de Keynes de buscar a supressão das crises econômicas pronunciadas e impor ao sistema econômico um estágio permanente de semiboom deve também ser cotejado com a dinâmica concreta de busca de valorização do capital. Ao não apreender o caráter fetichista da produção de mercadorias no capitalismo, Keynes enfatiza demasiadamente a psicologia dos capitalistas como explicação das crises. Se compreendermos o capital como uma relação social antitética entre capital e trabalho, a noção de crise adquire um sentido mais profundo e inerente à lógica do capital. No capitalismo a crise é algo integrante e essencial, pois tem como ponto de partida o caráter contraditório da mercadoria como valor de troca e valor de uso e consequentemente o caráter anárquico da produção sob o capitalismo. E tanto o dinheiro como o capital são desdobramentos da forma mercadoria¹⁹⁷ fazendo com que tal caráter contraditório se expresse concretamente nas crises capitalistas nas suas variadas formas.

Desta maneira, o componente psicológico e expectacional das crises não pode ser alçado como o principal determinante. Pois em essência, a incerteza é o corolário do fato de que o capital é um

¹⁹⁷ “A contradição constitutiva da sociedade mercantil põe-se assim, desde seu início, como uma luta entre o concreto e o abstrato: a valorização do valor em geral, a compulsão irrefreável pelo acúmulo de riqueza abstrata, que constitui a definição mesma de capital, encontra sempre à sua frente, como um obstáculo que precisa ser ultrapassado, a concretude do valor de uso e das necessidades humanas que ele tem que atender”. PAULANI, L. A crise, o devir do capital e o futuro do capitalismo.

“valor que busca valorizar a si mesmo”, dentro do cenário “cego” da concorrência capitalista de decisões descentralizadas. Ou seja, a incerteza é a condição *sine qua non* de um sistema baseado na propriedade privada dos meios de produção onde o valor produzido individualmente precisa ser referendado socialmente no mercado. Não se trata aqui de assumirmos uma posição determinista de que os aspectos subjetivos e psicológicos são irrelevantes, principalmente no que se refere à produção de bens de capital, que eram o fulcro da preocupação de Keynes. Mas sim de constatar que se assumirmos tais fatores como os principais, estaremos atribuindo às decisões individuais algo maior do que elas podem significar. Se é verdade que tanto o “animal spirit” que acarreta em “booms” como os temores generalizados que interrompem os investimentos e aumentam a preferência pela liquidez jogam seu papel, isso não anula o fato de que tais comportamentos são apenas a expressão subjetiva concentrada da incerteza e da imprevisibilidade e do “amor ao dinheiro” que estão dadas objetivamente pela economia capitalista.

É exatamente porque Keynes imputa as lacunas do capitalismo mais aos homens e sua razão do que a algo que pertence à natureza e a “razão” da mercadoria e do capital que ele acredita ser possível superar tais falhas com uma nova razão e um novo homem dotado de uma moral distinta do “homo economicus”. Com os “controles centrais” propostos por Keynes e com um novo homem liberto do “amor ao dinheiro”, a “economia monetária” perderia seus aspectos mais nefastos. Justamente por enfatizar em demasia o que chamou de leis psicológicas do sistema econômico, Keynes subestimou as dificuldades na aplicação de “controles centrais” que pudessem suprimir as suas falhas. Pois se tais falhas são mais do que fenômenos psicológicos, se são provenientes da própria irracionalidade inerente à produção de mercadorias no capitalismo, é forçoso constar o voluntarismo que permeia a tentativa de Keynes de controle político consciente sobre o sistema econômico. Como afirmou Brunhoff¹⁹⁸, *“na medida em que Keynes nega o valor trabalho da mercadoria (...) existem apenas objetos de comportamentos determinados expressos por fluxos monetários que devem se ajustar entre si”* (BRUNHOFF, p.88). Sendo assim, como Keynes *“elimina diferença entre mercadoria e moeda (...) problema é meramente quantitativo de demanda social”* (Ibidem, p. 83).

O enfoque de Keynes do capitalismo como uma “economia monetária de produção” deve ser analisado em função de tais considerações e aqui cabe uma breve contraposição. Em Marx o dinheiro aparece como forma abstrata e geral da riqueza, possuindo ainda uma relativa tendência à

¹⁹⁸ BRUNHOFF, S. Estado e Capital: uma análise da política econômica. Rio de Janeiro: Forense- Universitária, 1985

autonomização¹⁹⁹. Um olhar mais atento, no entanto, nos permite perceber que justamente aquilo que em Marx é a aparência ou “coisa misteriosa” é pressuposto em Keynes como da essência do dinheiro. O atributo de se obter mais valor a partir da mera posse de capital monetário que dá origem ao fenômeno do juro e de seu desdobramento como capital fictício, pressupõe uma determinada forma de capital que “não traz nenhuma marca de seu nascimento”, isto é, um processo de autonomização em que a relação social com o trabalho que caracteriza o capital se torna ainda mais fetichizada e abstrata. A instabilidade e a incerteza do capitalismo não podem ser reduzidas simplesmente à traumática psicologia que envolve a busca por mais dinheiro, mas são sim produtos da crescente irracionalidade que permeia a busca pela valorização do capital devido à autonomização das formas que acarreta em novas e mais complexas modalidades de crise. E, sem dúvida, com o desenvolvimento de tal processo de autonomização, somado à fusão entre os interesses “rentistas” e “produtivos” na figura do capital financeiro – cuja consequência histórica é o processo de hipertrofia das finanças nas relações capitalistas – tende a tornar-se ainda mais utópica e distante a efetivação da eutanásia do rentismo.

Pelo que expusemos, não apenas a eutanásia do rentismo, mas também os outros “controles”, como a socialização dos investimentos e a distribuição da renda, tornam-se menos simples do que Keynes supunha. Quanto à socialização dos investimentos, como frisou Mattick²⁰⁰, há uma tensão que advém justamente do fato de que o crescimento da produção induzida pelo governo apresenta limites dados pela acumulação de capital e pela produção de mais valia do setor privado da economia. Consideremos, por um instante, o argumento de Mattick. O Estado, abstraindo as empresas estatais, não pode criar valor. Porém, evidentemente os capitalistas não consentiriam uma expansão irrefreada das empresas estatais, que tenderiam a ocupar os espaços passíveis de lucratividade por parte de suas próprias empresas. Desta forma, o consumo estatal só pode ser financiado com recursos obtidos da

¹⁹⁹ Pois em Marx, a difusão do crédito e a ação das finanças faz com que o ‘capital como capital se torne mercadoria’ dando origem ao fenômeno do capital portador de juros e do desdobramento deste último como capital fictício nas mais diversas formas (ações, títulos, etc). A valorização independente de títulos de riqueza através da fórmula $D-D'$, ou seja, dinheiro que gera mais dinheiro, reforça a aparência de que o dinheiro enquanto tal tem o atributo de criar mais valor. “ $D-D'$: temos aqui o ponto de partida original do capital, o dinheiro na fórmula $D-M-D'$ reduzida aos dois extremos $D-D'$, em que $D'=D+\Delta D$ dinheiro que cria mais dinheiro (...) Na forma do capital portador de juros isso aparece diretamente sem mediação pelo processo de produção e pelo processo de circulação. O capital aparece como fonte misteriosa, autocriadora do juro, de seu próprio incremento. A coisa (dinheiro, mercadoria, valor) já é capital como mera coisa; e o capital aparece como simples coisa; o resultado do processo global de reprodução aparece como propriedade que cabe por si a uma coisa; depende do possuidor de dinheiro, isto é, da mercadoria em sua forma sempre intercambiável, se ele quer despendê-lo como dinheiro ou alugá-lo como capital. Na forma do capital portador de juros, portanto, esse fetiche automático está elaborado em sua pureza, valor que valoriza a si mesmo, dinheiro que gera dinheiro, e ele não traz nenhuma marca de seu nascimento.” (MARX, 1985, vol4., p. 294)

²⁰⁰ MATTICK, P. *Marx y Keynes: los limites de la economia mixta*. México, D.F.: Era, 1978

mais valia do setor privado. Os impostos então têm de significar uma dedução da mais valia. O gasto público, financiado por empréstimos, em longo prazo também só pode significar uma dedução desta mesma valia, pois se o Estado (abstraindo as estatais) nada produz, a dívida pública implica numa taxaço presente ou futura para fazer frente aos juros e amortizaçoes.

Sendo assim, o aumento da produço induzida pelo Estado – que é a contrapartida do crescimento do consumo estatal – tende a minar as condiçoes privadas de acumulacão. Isto é, o efeito em si do aumento do consumo estatal – supondo constantes as demais condiçoes da economia –tende a reduzir relativamente a mais valia passível de ser capitalizada, impondo assim obstáculos à ulterior acumulacão. Se a rentabilidade dos capitais privados começa a arrefecer, são escancarados os limites da “socializaço dos investimentos”. É certo que a produço induzida pelo Estado – como por exemplo, na indústria bélica – pode pôr em açao novos capitais e trabalhadores que de outra forma estariam ociosos, aumentando a massa de mais valia e de lucro. Mas isso não pode anular o fato de que a realizaço de tal produço via governo só poderá ser realizada por meio de impostos ou dívidas que acarretarão em encargos que devem reduzir relativamente a mais valia passível de acumulacão.

Ernest Mandel em “Capitalismo Tardio”, mesmo que concorde parcialmente com Mattick pontua críticas que merecem serem abordadas. Em primeiro lugar, Mandel parte do suposto de que parte da taxaço do Estado para a socializaço dos investimentos pode incidir também consideravelmente sobre os trabalhadores e não apenas sobre os lucros dos capitalistas. Ademais, a própria inflaçao, caso tornada permanente com as políticas discricionárias de governo, poderá ajudar diretamente no aumento da lucratividade capitalista. Ao mesmo tempo, ele lembra que as empresas estatais muitas vezes podem oferecer mercadorias subsidiadas ao setor privado na economia, o que significa na prática uma “redistribuiço da mais valia social” do Estado para os capitalistas. *“O papel de câmara de compensaçao geral do capital total, na direço da distribuiço da mais valia social total – que era desempenhado principalmente pelos bancos e pelo capital financeiro na época do capital monopolista clássico – é hoje exercido cada vez mais pela açao conjunta do Estado e dos grandes monopólios”* (MANDEL, 1985, p. 343). A citaço de Mandel, mesmo que pautada no contexto da época em que escreveu – anos 1970 – é útil, pois permite visualizar uma outra dimensao possível da “socializaço dos investimentos”, qual seja, a do barateamento “artificial” dos elementos de capital constante que aumentam a massa de mais valia disponível ao setor privado. Mas de uma forma ou de outra, a contribuico de Mandel também sugere que é impossível imaginar uma relaço harmoniosa permanente entre o gasto público necessário para a “socializaço dos investimentos” e a rentabilizaço

do setor privado. Isto é, se em determinadas circunstâncias o aumento do consumo estatal permite que certos setores ampliem lucros, isso não anula o fato de que seria inevitável que um consumo estatal crescente porá obstáculos à acumulação para o sistema econômico tomado em seu conjunto. O fato de que o Estado se torne a “câmara da compensação do valor”, na feliz metáfora de Mandel, só pode significar que ele “politize” a partilha da mais valia socialmente produzida, mas nunca que ele possa resolver os problemas da produção de mais valia com o crescimento do consumo estatal. Também no que diz respeito à “inflação permanente” ou de uma taxa regressiva, tal solução só poderá ser satisfatória do ponto de vista dos lucros causando uma piora na distribuição da renda, e assim ferindo outro dos “controles centrais” de Keynes.

E também no que diz respeito à distribuição da renda, certamente os mesmos limites, do ponto de vista da criação de valor e da acumulação, existirão já que uma melhor distribuição da renda, por si mesma, há de comprimir relativamente a parcela dos lucros capitalistas. Como salientou John Eaton, o problema das proposições de Keynes nessa seara é que “*Os salários e os lucros não são (...) apenas duas das várias modalidades de renda. São formas antagônicas de renda*”²⁰¹. Assim, mesmo que em longo prazo o aumento da produtividade possa aliviar relativamente tal antagonismo ao reduzir o valor dos bens de consumo dos assalariados, possibilitando um aumento da mais valia relativa, sempre haverá a tensão entre acumulação, lucros e a distribuição da renda. Em se mantendo a economia de mercado, será impossível fazer avançar tal “controle central” e aumentar significativamente a propensão a consumir e ao mesmo preservar os pressupostos liberais de sociabilidade que Keynes defendia.

Enfim, na medida em que a concorrência capitalista prossiga, o que é necessário afirmar é que não se pode ignorar que sempre existirá uma relação conturbada entre um consumo estatal crescente e uma melhor distribuição de renda de um lado e a produção de lucros capitalistas de outro. A ofensiva neoliberal e as tentativas de redução do custo do trabalho observadas nas últimas décadas tendem a corroborar os limites da solução pactuada de Keynes. Mas mesmo sem correremos o risco de cairmos aqui em anacronismo – responsabilizando Keynes por não prever uma conjuntura histórica distante de seu tempo – o que certamente é lícito postularmos é que a sua proposição de que seria factível a abdicação pacífica e paulatina dos capitalistas de seus lucros excessivos, caminhando-se para eutanásia do rentismo via seus controles centrais, deve ser tomada como duvidosa.

²⁰¹ EATON, J. *Marx contra Keynes*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958, p. 133

Ademais, ao mesmo tempo em que existem as contradições entre os controles propugnados por Keynes e o valor de troca das mercadorias no capitalismo, elas também ressurgem quando pensamos no seu valor de uso, isto é, na sua dimensão qualitativa útil. Até que ponto a consecução da “socialização dos investimentos” com o objetivo de obter o pleno emprego não transformaria a produção de riqueza como um fim em si mesmo independentemente das características daquilo que era produzido? Neste ponto, Joan Robinson, sai em defesa de Keynes:

Quando nos debatíamos com o ponto de vista do Tesouro, tínhamos que afirmar que qualquer gasto é preferível a nenhum gasto. Abra os buracos e tampe de novo ou pinte a Floresta Negra (...). Não é razoável entretanto, afirma Keynes “que uma comunidade dotada de razão deva se contentar em permanecer dependente de paliativos fortuitos e frequentemente causadores de desperdício, uma vez que compreendamos as influências das quais depende a demanda efetiva”. Na forma com que as coisas vieram a ocorrer, a manutenção do emprego tem sido efetivada através de expedientes que não são apenas idiotas. Os keynesianos de estilo próprio nos EUA vangloriam-se de haver superado a regra das finanças sadia. A consequência tem sido observada na facilidade conferida aos gastos de déficits em armamentos, isso nos permitiu manter a guerra fria e manter guerras incendiárias em todo o planeta (...). A revolução keynesiana necessita ainda ser levada a cabo, tanto no ensino da teoria econômica quanto na formação da teoria econômica²⁰².

Na realidade acreditamos que a questão é mais complexa. Se é verdade que Keynes prefere os gastos úteis do ponto de vista social, ele mesmo não deixou de reconhecer a inevitabilidade e mesmo a funcionalidade de muitos gastos “inúteis” dentro de sua proposta de “socialização dos investimentos”²⁰³. Evidentemente seria errado e anacrônico imputar a Keynes as mudanças qualitativas na produção como as que, por exemplo, Baran e Sweezy retrataram no capitalismo dos Estados Unidos do pós-guerra em seu livro “O Capital Monopolista”, mudanças que tornaram a economia estadunidense em larga medida uma “economia do desperdício”. Todavia, persiste o paradoxo de que foi justamente no momento histórico em que a ideia de socialização do investimento tornou-se mais poderosa que tivemos um enorme crescimento da produção destrutiva e de desperdício.

²⁰²Robinson, p.110.

²⁰³Como ilustra a seguinte passagem que já mencionamos: “Admitindo isto, o raciocínio anterior demonstra como os gastos “inúteis” provenientes de empréstimos podem, apesar disso, enriquecer no fim de contas a comunidade. A construção de pirâmides, os terremotos e até as guerras podem contribuir para aumentar a riqueza, se a educação dos nossos estadistas nos princípios da economia clássica for um empecilho a uma solução melhor (...). Claro está que seria mais ajuizado construir casas ou algo semelhante; mas se tanto se opõem dificuldades políticas e práticas, o recurso citado não deixa de ser preferível a nada.” (KEYNES, 1992, pp. 110-1).

Isto sugere que deveríamos investigar mais a fundo os pressupostos de Keynes. Em primeiro lugar, o fato de o pleno emprego ter sido eleito por ele como finalidade última da política econômica acabaria por sugerir um viés muito mais quantitativo do que qualitativo. Ocorre que o “quanto produzir” tende a obliterar o “o que produzir”. Mas o problema de fundo não estaria no afã em si mesmo de atingir o pleno emprego e sim no fato de que a “socialização do investimento” não pode alterar o fato de que no capitalismo existe uma preponderância lógica do valor de troca sobre o valor de uso. A ideia de que os homens possam conduzir os recursos existentes para a produção de coisas sempre socialmente úteis é impraticável numa sociedade em que a mercadoria esconde relações sociais e em que as próprias relações sociais são mercantilizadas.

A teoria econômica tradicional pretendeu resolver os três problemas econômicos essenciais – “quanto produzir”, “que produzir” e “como produzir” afirmando que a própria configuração institucional da sociedade – no caso, as livres forças de mercado – naturalmente equacionava a questão, de acordo com as preferências e utilidades manifestas dos indivíduos. A própria ideia de desperdício e de inutilidade na produção era rechaçada, pois se partia do pressuposto de que ninguém poderia decidir pelos outros que tipo de produção seria mais desejável. Keynes, por sua vez, acreditava que a visão tradicional não resolvia o “quanto produzir”. Com relação ao “o que produzir”, sua posição era ambígua, como vimos. Poder-se-ia argumentar que a socialização dos investimentos potencialmente poderia aumentar o controle da sociedade neste quesito. Mas isso esbarra no fato de que para o próprio Keynes a “socialização dos investimentos” deveria referendar “as tradições existentes” da propriedade privada e do mercado. Cabe aqui a pertinente crítica de Baran em seu “Economia Política do Desenvolvimento”:

É certo sem dúvida, que o investimento em equipamento produtivo e o investimento em submarinos, o consumo de “livros” e o consumo de publicidade, as rendas dos médicos e dos vendedores de droga, tudo isso faz parte da procura efetiva global e ajuda a manter a renda e o emprego. É igualmente claro, porém, que a consequente estrutura do produto, consumo e investimento exerce profundo impacto não apenas na qualidade da sociedade e no bem-estar de seus membros, mas também no seu crescimento e nas suas possibilidades de investimento. E mais, embora, há algumas décadas, tinha sido possível argumentar que (...) abrir buracos no chão era melhor que nenhum emprego, até esse precário conforto já não existe hoje, quando a alternativa ao desemprego já não é a inocente abertura de buracos, mas o nada inocente armazenamento de meios de destruição (BARAN, 1984, p.18).

Ao não se retirar do capital o seu atributo de buscar a constante valorização – o que, por outro lado, implicaria na completa subversão da estrutura econômica e social, fato que Keynes estava longe de desejar – a possibilidade de controle sobre o caráter qualitativo da produção tende a se esvair. A continuidade do processo de acumulação do capital certamente há de buscar repor a hegemonia do valor de troca sobre os valores de uso. Na realidade o problema de “o que produzir” não pode ser dissociado do problema de “como produzir”. A divisão do trabalho e a organização social de uma sociedade mercantil fazem com que a mercadoria apareça como algo estranho, alienado do controle consciente dos homens. Na medida em que os valores produzidos de forma privada precisam ser socialmente referendados no mercado o caráter útil e concreto da produção acaba por se submeter à lógica do trabalho abstrato.

A ideia de Keynes de que não seria razoável que *“uma comunidade dotada de razão deva se contentar em permanecer dependente de paliativos fortuitos”* não significa apenas que ele era otimista quanto à possibilidade de que uma ciência e de uma ética adequadas pudessem superar o problema. Significa também que ele reduzia a determinação do caráter qualitativo da produção ao problema da demanda efetiva. Se esta última fosse direcionada para a produção de coisas úteis, e não meramente para se “abrir e tapar buracos no chão”, a socialização dos investimentos teria então cumprido seu papel a contento. Contudo Keynes, a nosso ver, ao contrário de Marx e também de Schumpeter, não atentou para o fato de que a própria produção capitalista tem um peso determinante para o caráter qualitativo das mercadorias. No modelo teórico de Schumpeter, só poderia existir uma subordinação da produção ao consumo no modelo de fluxo circular. Mas o processo de desenvolvimento capitalista para ele implicava uma inversão desta subordinação. A partir de então a esfera da produção seria preponderante sobre o consumo e estaria agora nas mãos dos empreendedores inovadores direcionarem o caráter qualitativo da produção num dado sentido. Mesmo que, em nosso entendimento, escapasse a Schumpeter o caráter alienante e reificador desse processo, é fato que a sua visão de capitalismo, neste aspecto, pode vislumbrar algo que Keynes não poderia detectar.

Assim, em última instância tentamos argumentar aqui que a tentativa de politização, racionalização e moralização do sistema econômico de Keynes tem como obstáculo justamente o problema da mercadoria em sua dupla qualidade de valor de troca e de valor de uso. A forma pela qual Keynes vê as possibilidades de direcionar tanto a quantidade como a qualidade da produção via “socialização dos investimentos” parte da suposição tácita de que seria possível separar o Estado das efetivas relações capitalistas existentes. Por isso a acusação de Baran aos keynesianos do pós-guerra

pode ser também atribuída a Keynes: *“Tratando o Estado como uma entidade que preside a sociedade sem dela fazer parte, que determina as metas da sociedade e condiciona sua produção e renda, mas não é afetado pelas relações de produção predominantes e é impermeável aos interesses que imperam, são presas de um racionalismo ingênuo que, alimentando ilusões, apenas contribui para a manutenção do status quo”* (BARAN, 1984, p.15).

Os imperativos da razão e moral em Keynes esbarram, então, numa concepção idealista da esfera política. Diga-se de passagem que se trata de um idealismo assumido por ele próprio, como quando escreveu na conclusão de sua Teoria Geral que *“cedo ou tarde, são as ideias e não os interesses escusos que representam um perigo, seja para o bem ou para o mal”*. O otimismo keynesiano quanto à força da persuasão e a obtenção do “bom”, no sentido mooreano, se sustentava, portanto, numa separação um tanto arbitrária entre o econômico e o político. O problema fulcral é que o sentido das intervenções estatais depende muito mais de correlações de forças históricas de cada momento do que da união entre “razão e ética” por ele postulada. Para Keynes, no limite, a política poderia ser livremente moldada a partir de ideias e indivíduos adequados, abstraindo-se assim as mútuas influências entre o político e as outras esferas da sociedade, ou mais precisamente, abstraindo-se a existência de uma dada totalidade informada pelas efetivas relações capitalistas.

Desta forma, a sua ideia de “unidades orgânicas”, diferente do que possa aparentar, também acaba por sugerir uma visão parcial da sociedade capitalista. Mesmo que Keynes divirja do atomismo do utilitarismo clássico e enfatize a interdependência complexa dos fenômenos, no fundo trata-se aqui de uma busca de sentido ético, de um “utilitarismo ideal” que abstrai as relações sociais concretas que fazem o capitalismo. É justamente por isso que ele acaba por superestimar as ideias e a habilidade das lideranças frente aos interesses e acreditar numa esfera política elástica e apartada da esfera econômica. Pois um “utilitarismo ideal” só pode se sustentar num voluntarismo da razão, que no limite levaria os capitalistas a aceitarem abdicar de seus lucros através da “eutanásia do rentismo”. Todo o problema é que com isso Keynes dissocia os valores e a ética da própria lógica estrutural do capitalismo que sempre acaba por repor o “amor ao dinheiro”, o utilitarismo material e a busca pela ampliação dos lucros.

Também as contradições estruturais entre grupos e classes sociais tendem a ser subestimadas por Keynes, pelos mesmos motivos. Assim, a efetividade do pacto por ele proposta entre capital e as lideranças trabalhistas dependerão de uma série de circunstâncias que estão além da mera capacidade racional de persuasão das elites intelectuais e políticas. Aí justamente reside o fato de que mesmo

Keynes sendo um reformista que de fato propunha uma sociedade com menores disparidades sociais, a sua concepção de política não deixava de ser elitista e limitadora de uma ampla democracia. Skidelsky e Dostaler enfatizam que a concepção elitista de democracia de Keynes teria a ver com o seu próprio elitismo e com a sua filiação a uma “burguesia educada”. Mas isto, a nosso ver, é apenas parte da verdade. Na medida em que em seu programa do “novo liberalismo”, deveria ocorrer uma transferência do poder para a uma grupo de intelectuais e estadistas imbuídos da razão e da ética adequadas, tal grupo deveria atuar em tese como um poder externo à sociedade, acima dos interesses postos e arbitrando os conflitos existentes, dentro de um quadro institucional em que a ordem capitalista está de antemão pressuposta. A consequência óbvia do controle político por parte daqueles *“que devem estar acima das cabeças dos eleitores mais ou menos iletrados”* seria por certo a necessidade de passividade do povo na tomada de decisões e uma democracia em parte mutilada. Se o horizonte do controle sobre a economia não apenas pressupõe, mas inclusive objetiva a manutenção da civilização burguesa, o leque de possíveis intervenções automaticamente é estreitado. Se não podem transcender os limites do individualismo de sua civilização, os critérios de “eficiência, justiça e liberdade” de Keynes não podem ser estipulados de forma plenamente democrática pelo conjunto da sociedade. Keynes não se separou em nenhum momento da ideia de que nunca o *“rude proletariado”, mas apenas a “burguesia e a intelligentsia(...) que carregam as sementes de todo avanço humano”*. Assim é lógico que os próprios “bons estados da mente” de Moore fossem, em última instância, valores postulados por uma determinada elite social: a razão substantiva postulada por Keynes era claramente uma razão de classe. Exatamente por isso é que, diferentemente de Schumpeter que acaba por assumir os limites da democracia sob o capitalismo, Keynes acaba por sustentar uma ideia de democracia limitada e amputada.

Por outro lado, é significativo que no famoso prefácio alemão de Keynes ele acabe reconhecendo, em parte, os próprios limites do seu “novo liberalismo”. A citação em que Keynes afirma que *“a teoria da produção como um todo, que é o que o livro propõe expor, seria muito mais facilmente adaptada às condições de um Estado totalitário do que a teoria da produção e distribuição de um volume dado em condições de livre-concorrência e uma ampla dose de laissez-faire”* longe de autorizar qualquer simpatia dele para com o nazifascismo totalitário, na realidade é muito mais um momento de reconhecimento das dificuldades implícitas em suas próprias proposições. Assim, a inegável capacidade de Keynes em encontrar soluções institucionais de forma a preservar a civilização capitalista não eliminava o fato de que tais soluções – observadas dentro de uma perspectiva de longo

prazo – eram precárias. Se é verdade que a tríade do seu “novo liberalismo”, a saber, “Eficiência econômica, justiça social e liberdade individual” pode em certas circunstâncias conviver com a lógica do capital, também é verdade que podem ser obstáculos. É também isso que explica em parte as ambiguidades e oscilações de suas posições políticas, bem como o seu relativo conservadorismo a partir dos anos 1930 e durante a Segunda Guerra, quando as ameaças à civilização burguesa eram mais pronunciadas.

A mesma concepção idealista de Estado e da política também se reflete em sua ideia de coordenação internacional, pois da mesma forma que a efetividade dos “controles centrais” dependerá de uma específica conjuntura e correlação de forças em cada nação, também a possibilidade de coordenação entre países dependerá de dois fatores essenciais: 1) a real situação da balança de poder das relações internacionais. 2) a plausibilidade de sistemas nacionais relativamente autônomos diante da dinâmica internacional de comércio, produção e finanças capitalistas. A primeira dessas condições implica em que a possibilidade de convergência e sincronia entre países não sejam canceladas pela assimetria da ação dos Estados Nacionais em defesa dos interesses dos grupos e classes dirigentes em seus respectivos países. Entretanto, é improvável que a dinâmica da acumulação de capital respeite o equilíbrio de uma coordenação mutuamente benéfica. É notório que assim como Keynes subestimou as contradições entre as classes sociais, ele também tenha subestimado as contradições históricas e as diferenças explícitas do desenvolvimento capitalista de cada uma das nações. Como ele se guiou pela perspectiva da “abundância” generalizada, que de maneira teleológica abarcaria toda a humanidade, deixou de ver o impacto heterogêneo da disseminação das relações sociais e da acumulação capitalista nas diferentes nações, que historicamente implicaram em conflitos e relações de dominação e dependência. É também por isso que mesmo que Keynes tenha encontrado razões econômicas para o imperialismo e militarismo, tenha por outro lado superestimado a efetivação da paz entre os países através de uma coordenação racional e ética de suas ações e tenha tido uma postura ambígua quanto à questão do colonialismo.

A segunda dessas condições implica em que os Estados enquanto tais tenham relativo domínio sobre seus espaços econômicos nacionais de forma a implementar suas políticas de pleno emprego, cujos efeitos, segundo Keynes, trariam uma sinergia positiva para o aumento da produção e da renda em escala internacional. Ou seja, os Estados teriam que estar dotados de mecanismos que assegurassem a relativa soberania de suas políticas monetárias, cambiais e fiscais, além de certo controle sobre as forças produtivas operantes no país, de forma a ensejar a “socialização de investimentos”. Em todo e

qualquer caso, apenas a análise histórica das condições concretas poderá responder tal questão. Por outro lado, numa perspectiva de longo prazo, é possível sugerir que o próprio caráter expansivo continuado da acumulação de capital, bem como o crescente grau de internacionalização do próprio desenvolvimento das forças produtivas, tende a se chocar com tal perspectiva autônoma e soberana dos Estados – em especial nos países periféricos – de forma a dificultar que as soluções “nacionais” enquanto tais, sejam o antídoto para as crises e desordens internacionais²⁰⁴.

A partir destas considerações, é pertinente voltarmos ao que expusemos logo na primeira citação do capítulo, a saber, a identificação em Keynes do marxismo com o benthamismo e com o economicismo. Keynes omite ou não se dá conta do fato de que também a libertação do homem do problema econômico é a questão-chave para Marx. A ideia de que o materialismo histórico corresponde a uma supervalorização do econômico da mesma maneira que no benthamismo é fundamentalmente errada. Na realidade Keynes aqui acaba por construir o espantalho de um marxismo utilitarista, ao qual ele contrapõe seu utilitarismo ideal. Para Marx a economia não é considerada um fim em si mesmo como no utilitarismo individualista. Deste ponto de vista, se é permitido afirmar que existe uma valorização do econômico para o marxismo, esta nada tem a ver com o benthamismo. Na verdade é justamente o contrário. O materialismo histórico parte da análise das relações de produção e das forças produtivas – nesse sentido do “econômico” – para compreender a dinâmica e a historicidade das diferentes sociedades. A crítica da economia política de Marx se utiliza do método do materialismo histórico justamente para mostrar o caráter a-histórico das hipóteses dos economistas clássicos. O *homo economicus* tornado universal e eterno é justamente o foco de crítica do materialismo histórico.

Em contraparte, se é verdade que tanto em Marx como em Keynes existe a perspectiva do fim do problema econômico, é necessário aqui que qualifiquemos essa discussão. Dostaler (p. 99) chega a sugerir que “*se pode falar que a utopia keynesiana que não seria muito diferente da utopia marxista contra a qual Keynes se opunha*”. Achamos que este argumento deve ser muito relativizado. À primeira vista, por certo, há uma clara correspondência entre as “utopias”, posto que ambas sugerem

²⁰⁴ Mesmo que numa análise circunscrita ao capitalismo contemporâneo, a seguinte passagem de Plínio de Arruda Sampaio Jr ajuda a jogar luz sobre o que estamos argumentando com respeito aos limites da coordenação internacional “*Os Estados nacionais já não dispõem dos meios necessários para assegurar a consecução simultânea de objetivos como o pleno emprego, a estabilidade interna e externa, o aumento regular dos níveis de consumo. Aquilo que a revolução keynesiana admitiu como sendo uma conquista permanente ao nível da política econômica, hoje se afigura como algo inalcançável. Foram de tal ordem as mudanças estruturais que a visão keynesiana, fundada na observação de sistemas nacionais com ampla autonomia de decisão no plano internacional, fez-se totalmente obsoleta*” SAMPAIO JR, P. A. *Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo*, 2002, p. 19.

que o fim do problema econômico enquanto tal é capaz de promover um tremendo progresso social, fazendo com que a humanidade atinja novos e desconhecidos patamares. É justamente por isso nossa crítica feita no parágrafo acima, ao que qualificamos como visão errada de Keynes sobre este aspecto fundamental do marxismo.

Há, entretanto, uma diferença crucial: para Marx, o problema não era apenas resolver o problema econômico enquanto tal, mas também por fim à própria economia. A diferença pode parecer semântica ou sutil demais, mas é extremamente relevante se devidamente qualificada. Resolver o problema econômico significaria, do ponto de vista prático, alcançar e generalizar um dado nível de desenvolvimento técnico e de produtividade que pudesse tornar perfeitamente factível a satisfação de todas as necessidades materiais mais prementes da humanidade. Já pôr fim à economia iria muito além disso, pois a economia, para Marx, não poderia ser dissociada de uma determinada divisão do trabalho, da existência da propriedade privada, da exploração e do conflito entre as classes.

Para Keynes, resolver o problema das forças produtivas seria abrir a perspectiva de uma nova sociedade, onde o “bom” no sentido de Moore poderia finalmente prevalecer. Todo esforço teórico de Keynes no campo da economia então se concentraria em mostrar a diferença entre aquilo que a sociedade era para aquilo que ela poderia ser. Para Marx, no entanto, a questão se situava num plano diferenciado. Por certo o desenvolvimento das forças produtivas era fundamental para ele, já que isto não apenas elevava o controle do homem sobre a natureza e potencializava a reprodução material da vida, como também incrementava a contradição entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação. Mas tal desenvolvimento por si só não poderia abolir a forma capital e, por consequência, não poderia abolir a relação antitética entre capital e trabalho. A permanência da forma mercadoria e do capital como um “valor que busca valorizar a si mesmo” manteria a alienação dos produtores e impediria que os homens se libertassem dos desígnios estranhos e não controláveis da “economia”. Daí a necessidade de transformar as relações de produção rumo ao controle consciente dos produtores livremente associados, ou seja, superar as forças que não apenas reproduziam a economia capitalista, mas também travavam um ulterior desenvolvimento das forças produtivas.

No fundo, o problema é que Keynes, assim como Schumpeter, acaba por reduzir o escopo do econômico. Sua maneira própria de querer pôr fim ao problema econômico via eutanásia do rentismo jamais pode de fato fazê-lo. À guisa de conclusão, é útil citarmos as seguintes frases de Robert Kurz, que mesmo que direcionadas a Proudhon, são extremamente válidas em nosso debate:

A proposta absurda de Proudhon de emancipar o trabalho "honesto e a mercadoria honesta" da dominação do dinheiro, mediante uma troca "direta" de mercadorias à base de "dinheiro-trabalho" recai efetivamente no paradoxo de querer suprimir as condições da produção de mercadorias num ambiente de contínua produção mercantil. A tentativa de retirar do dinheiro aquele atributo de "mercadoria universal" (rainha das mercadorias) — atributo este que o torna, antes de mais nada, dinheiro é em si uma contradição. O sujeito-mercadoria esquizofrênico quer refugiar-se no pretensado lado "concreto" do trabalho e da mercadoria, e o seu *alter ego*, o sujeito-dinheiro abstrato, quer libertar-se de todo ou ao menos tomar as rédeas dessa cisão, sem atacar-lhe os fundamentos sociais que são sua causa primeira. O sujeito burguês quer suprimir (*aufheben*) a sociedade burguesa, mas sem suprimir a si mesmo como sujeito burguês. A tentativa de Proudhon de dominar o poder abstrato do dinheiro por meio dos "bancos do povo", com ajuda dos quais as mercadorias deveriam ser trocadas por "crédit gratuit", acabaria também, inevitavelmente, num desastre prático. A frágil utopia de que o dinheiro não seja mais dinheiro sempre deduz os males e catástrofes do modo de produção capitalista não do fim tautológico do trabalho abstrato, mas somente do fim tautológico do dinheiro, embora um seja inevitavelmente o reverso do outro. Não é a racionalidade baseada na economia empresarial, com os seus potenciais destrutivos, que se toma objeto de crítica, mas somente a suposta deficiência da *justiça distributiva* e da *justiça da troca*, nos planos da distribuição e da circulação. Com a *produção* capitalista e a racionalidade econômico-empresarial, seriam abolidos os modos capitalistas da *distribuição* e da *circulação*. Dessa forma, não é o capital real ou o capital produtivo da indústria, do *agrobusiness* e dos serviços que se manifesta como "capitalismo", mas única e exclusivamente o *capital especulativo* (*zinstragendes Kapital*) da superestrutura financeira, concentrado no sistema bancário"²⁰⁵.

O paralelo com Keynes aqui é nítido. É uma ilusão crer que um capitalismo reduzido à sua face "empresarial" pudesse por si só estabelecer justiça social e distribuição da riqueza. Como também é uma utopia pensar que seria possível terminar com o "amor ao dinheiro" sem a radical transformação das relações sociais de produção vigentes. Não se pode abolir os "vícios" e o caráter rentista do capital enquanto não se acaba com a exploração do trabalho abstrato e as demais características de uma sociedade produtora de mercadorias.

²⁰⁵ KURZ, R. *Economia Política do Anti-semitismo*. In: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz164.htm>

CAPÍTULO 3 – HAYEK

a) Influências formativas da visão de Hayek

a.1) Hayek e os limites da razão

O aspecto que mais chama atenção em Hayek no que diz respeito às influências formativas e suas posições políticas práticas é o seu contínuo combate em defesa do liberalismo político e econômico, mesmo quando esta corrente de pensamento esteve isolada e fora de moda. Nascido em Viena, numa família de cientistas e acadêmicos, Hayek ensejou ao longo de sua vida um determinado tipo de atuação e de pensamento em que, como veremos, o liberalismo era mais do que uma escolha pessoal e ideológica, mas sim a conclusão inevitável da própria análise científica.

Diferentemente de Schumpeter que fora influenciado pelo austromarxismo, Hayek, nas suas próprias palavras, nunca fora “*capturado pelo marxismo socialista (...) e os socialistas de Viena, Marxistas, eram mais doutrinários do que a maioria dos outros lugares, o que me repelia*”²⁰⁶. Depois de um breve namoro com o pensamento reformista de esquerda fabiano em sua juventude, Hayek seria ganho para as teorias econômicas pautadas na utilidade subjetiva através da influência do também austríaco Menger. Também seria com Menger que Hayek teria as primeiras inspirações para uma ideia mestra de toda a sua vida: as instituições sociais, muito mais do que produto consciente e planejado da atividade humana, eram geralmente produzidas de forma espontânea e evolutiva.

Durante a sua juventude Hayek dedicou vários trabalhos à teoria econômica no âmbito da escola de pensamento predominante em seu país natal. A partir de Mises, ele desenvolveria a ideia de que o socialismo seria impossível de ser praticado. Em Bohm-Bawerk ele se inspiraria para sua teoria do capital e juros que enfatizava o fator tempo. O fato de ser austríaco e ter vivido a experiência da

²⁰⁶ EBENSTEIN, A. *Friedrich Hayek: a biography*. Chicago: University of Chicago Press, 2000, p. 23

hiperinflação seria um dos motivos que fez com que Hayek tivesse profunda aversão ao fenômeno inflacionário (Ibidem, p., 34). Nos anos 1930, ele passaria a viver na Inglaterra e lecionar na London School of Economics na Inglaterra, e segundo suas próprias palavras, fora acolhido por economistas, como Robbins, que à época buscavam um contraponto ao crescente peso de Keynes²⁰⁷. Todavia, a necessidade de defender a causa liberal em profundo descrédito a partir dos anos 1930, levaria Hayek a buscar inspirações que extrapolavam o âmbito da pura ciência econômica. A ciência política, a filosofia e a psicologia seriam campos do conhecimento pelos quais Hayek se debruçaria crescentemente até sua morte. Em sua carreira acadêmica nos Estados Unidos e na Alemanha (de 1950 a 1962 na Universidade de Chicago; depois até 1969 em Freiburg), tais campos do conhecimento passavam a tomar o espaço da teoria econômica na obra hayekiana.

Para Hayek, o liberalismo superaria a crise em que vivia a partir de um enorme esforço intelectual que seria ao mesmo tempo uma reinterpretação e atualização de suas premissas. Assim, tratava-se para ele de promover uma ampla defesa do liberalismo com argumentos oriundos dos mais diversos campos do conhecimento. E, como pretendemos mostrar ao longo do capítulo, o objetivo deste esforço era mostrar como a livre iniciativa econômica, a propriedade privada e a liberdade individual acabavam por se fundir numa única e mesma coisa. Antes disso, de uma forma geral, é possível dizer que a reinvenção do liberalismo passava por dois pontos fundamentais: de um lado, tratava-se de uma reavaliação do estatuto do individualismo metodológico e do conhecimento enquanto tais. De outro lado, e ligado ao ponto anterior, era necessário rechaçar certas derivações bastardas e deturpadas do verdadeiro liberalismo.

No que diz respeito ao primeiro ponto, destaca-se o ensaio de Hayek “Economics and Knowledge”²⁰⁸ em que podemos ler que “*meu ponto principal é que as tautologias que os modelos de equilíbrio em economia consistem essencialmente, (...) apenas nos contam algo sobre o mundo real (...) na medida em que possamos encontrar conhecimentos definidos sobre como o conhecimento é adquirido e comunicado*”(HAYEK, 1980, p. 33). Tratava-se para Hayek muito mais do que criticar a visão estática de equilíbrio da teoria econômica tradicional. Neste artigo, estaria presente aquilo que Hayek imputa ser sua maior contribuição à ciência (HAYEK, 1994, p. 11). Hayek contrariava a hipostasia da macroeconomia de Keynes e acreditava mostrar que o mecanismo de preços relativos

²⁰⁷ HAYEK, F. *Hayek on Hayek: an autobiographical dialogue*. Chicago: University of Chicago Press, 1994, p. 77

²⁰⁸ HAYEK, K. Economics and Knowledge. In: HAYEK, F. *Individualism and economic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1980

indicava de maneira cristalina como os indivíduos, de forma inconsciente, criavam determinada ordem espontânea: “*Mostrar como nesse sentido, a ação espontânea dos indivíduos irá (...) trazer uma distribuição de recursos que pode ser entendida como se fosse feita através de um plano único – quando na verdade ninguém a planejou, parece ser uma resposta adequada (...) para o que chamam de ‘mente social’*” (HAYEK, 1980, p.54).

O raciocínio implícito na apreensão do mecanismo de preços seria extrapolado para sua compreensão global da sociedade, pois em “Economics and Knowledge” ele rechaçava qualquer forma de apriorismo nos modelos pautados em indivíduos e passava a se preocupar com “*o fator empírico através do qual uma pessoa aprende*” (Hayek apud EBENSTEIN, p.96). Inegavelmente a abordagem de Hayek também era individualista. Entretanto, a compreensão da sociedade a partir dos indivíduos não poderia se dar por meio de uma noção atomística de um homem já pressuposto, pois o essencial era apreender como a interação humana transmitia informações e estabelecia certos padrões sociais através de aprendizagem, experiência e imitação.

O mercado seria o exemplo por excelência de ordem criada de forma espontânea, na medida em que os indivíduos são aí capazes de melhor descobrir e de melhor comunicar infinitas informações fragmentadas²⁰⁹. Hayek se separa aqui tanto de concepções hedonistas do comportamento humano, mas também das concepções que se pautam em um empirismo sensorial. Para apreender a lógica do comportamento humano, não bastava explicar a relação entre os estímulos externos e as sensações diretas dos indivíduos, mas era preciso ir além e ver como tais estímulos se relacionavam com sua vivência passada. Nesse sentido, a teoria do conhecimento em Hayek tinha inspiração claramente kantiana ao postular que regras mentais e categorias de percepção seriam anteriores ao estímulo externo²¹⁰.

A ênfase na espontaneidade da ordem social que emana da interrelação impessoal dos indivíduos faz com que Hayek critique duramente todas as teorias que postulem que os homens têm ampla capacidade para criar e modificar deliberadamente a realidade. Haveria, portanto, um vício naquilo que Hayek chamava de noções construtivistas da realidade, pois estas acreditavam poder prever e dirigir os rumos da humanidade e não aceitavam o fato de que o processo evolutivo seria sem sujeito,

²⁰⁹ Hayek diferencia o que chamava Taxis, a ordem feita pelos homens e Kosmos, a ordem de oriunda de uma evolução inconsciente e impessoal. HAYEK, F. *Direito, Legislação e Liberdade: Uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política*. São Paulo: Visão, 1985, 3v, vol.1, p.38

²¹⁰ CONNIN, L. J. Hayek, Liberalism and Social Knowledge. In: *Canadian Journal of Political Science.*, vol. 23, n.2, Jun.1990, p. 301

imprevisível e incompatível com quaisquer leis pré-estabelecidas. O positivismo comtiano e o marxismo seriam exemplos por excelência de construtivismo ao se pautarem para Hayek por teleologias e leis invariáveis da evolução histórica. O evolucionismo seria sem dúvida uma marca constante no pensamento de Hayek, mas um evolucionismo sem prévio enredo em que padrões sociais mais consistentes e adequados surgiam e se desenvolviam. Ao mesmo tempo, diferentemente dos darwinistas sociais, a ênfase de Hayek seria não na seleção de indivíduos diante de um determinado meio, mas sim da seleção de determinadas instituições e práticas sociais que se mostrariam mais eficientes e adequadas para as relações humanas (Ebenstein, 231).

Na psicologia, Hayek iria buscar a ideia de que a mente humana necessariamente teria limites para a apreensão dos diferentes eventos e fatos, ainda mais em se tratando de uma sociedade complexa como a de mercado. *“Todo aparato de classificação deve possuir uma estrutura mais alta de complexidade do que a possuída pelos objetos que ela classifica”* (EBENSTEIN, p. 244). Assim, para que a mente humana pudesse explicar a miríade de fenômenos que por ela passam, teria que ser maior que ela mesma. Daí a ideia de que a mente deveria se pautar apenas por determinados padrões simbólicos abstratos e não na tentativa de uma representação fidedigna da realidade (HAYEK, 1994, p.135)²¹¹. Em “Direito, Legislação e Liberdade” Hayek defenderia o ponto de vista de “primado do abstrato” como o único coerente para dar vazão ao pensamento evolucionista (HAYEK, 1985, vol.1, p.30). Consequentemente, a noção implícita no pensamento dos positivistas de que a ciência poderia sempre verificar fatos e verdades positivas, era afastada por Hayek. Com Popper, Hayek rechaçaria aquilo que chamava de “cientismo”, a saber, a tentativa de aplicação dos critérios positivos das ciências naturais para as ciências sociais. Os elementos da dinâmica social poderiam apenas ser falseados pela investigação científica, mas jamais comprovados em sua totalidade. Nas “sociedades abertas” contemporâneas – outro conceito tomado de Popper – em que a vida humana era dominada pelos inúmeros aspectos alheios ao conhecimento e controle dos indivíduos, falar em verificação concreta só poderia ser uma falácia.²¹²

²¹¹ Tal defesa da abstração do pensamento em Hayek tinha relação com sua crítica da supervalorização das estatísticas: *“As estatísticas não podem nunca nem provar nem refutar uma explicação teórica; só podem levantar problemas e oferecer campos à investigação teórica”* HAYEK, F. *La Teoria Monetaria y el ciclo económico*. Madrid: Espasa-Calpe: 1936, p. 182.

²¹² Desta forma, era errado para ele creditar o avanço do conhecimento apenas aos fatos plenamente verificáveis. *“O fato de que não devemos acreditar em nada que seja comprovadamente errado não significa que devemos acreditar apenas naquilo cuja verdade foi demonstrada”* HAYEK, F. *Os Fundamentos da Liberdade*. Brasília: Editora da UNB, 1983, p. 68.

Hayek pensava que a superestimação da capacidade cognitiva do homem e da possibilidade de alterar os rumos sociais era consequência de uma postura arrogante do homem diante do meio social. A mente do homem não era produtora, mas sim “*produto da civilização na qual ele cresceu, quase sem se dar conta da experiência que a formou*” (HAYEK, 1983, p. 21). Aqui ele realiza uma completa inversão da apreensão da visão marxiana das relações entre os homens e da relação destes com a natureza. A possibilidade de direcionar a sociedade num dado caminho seria para ele algo restrito a uma pré-história da humanidade, em que prevalecia a simplicidade da atividade humana. Na sociedade capitalista moderna, tais atitudes não passariam de uma presunção construtivista e cientificista – da qual o marxismo faria parte – cuja motivação emocional residiria na permanência atávica de instintos dos primórdios da humanidade²¹³. Hayek criticava, portanto, as reminiscências de antropomorfismo no pensamento humano que tiveram um impulso formidável com a superestimação da razão promovida pelo iluminismo²¹⁴.

Tal virada no pensamento de Hayek faria com que ele se delimitasse claramente da teoria neoclássica mais convencional. Afinal, para ele, o suposto de uma racionalidade própria de um indivíduo autônomo e onisciente era algo que não poderia se sustentar diante da complexidade social existente. Esta pretensão de conhecimento que embasava a ideia de equilíbrio neoclássico era tão somente um constructo teórico pretensioso²¹⁵ que acabava por alimentar, mesmo que inconscientemente, as tendências construtivistas e assim, indiretamente dava munição para o próprio socialismo e o para o desejo de planejamento social e econômico. No limite, o próprio conhecimento objetivo enquanto tal era questionado por Hayek²¹⁶ – aqui também sua aproximação com Popper mais uma vez se justifica: “*A razão humana, com R maiúsculo, não existe no singular, como dado ou como disponível para qualquer pessoa em particular, como a abordagem racionalista parece assumir, mas*

²¹³ “*Uma saudade atávica da vida do nobre selvagem é a fonte principal da tradição coletivista*”. Hayek apud MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 921.

²¹⁴ “*Infelizmente o progresso científico deu origem ao conceito vulgar (...) de que nossa ignorância diminui constantemente e de que portanto, poderíamos controlar de maneira abrangente e deliberada todas as atividades humanas (...) a crescente complexidade da civilização que este conhecimento nos permite edificar dificulta a compreensão intelectual do mundo que nos rodeia. Quanto mais os homens sabem, mais se reduz a parcela de conhecimento que qualquer um consegue absorver. Quanto mais civilizada a sociedade, tanto mais o indivíduo desconhece os elementos que sustentam o funcionamento de sua civilização. A própria divisão do conhecimento aumentou a ignorância do indivíduo*” (HAYEK, 1983, p. 24).

²¹⁵ “*Isso tudo significa que, para Hayek, o conhecimento objetivo, pressuposto nas análises da sociedade que faz o individualismo racionalista, não existe, a não ser na cabeça de determinados economistas*.” PAULANI, L. Hayek e o individualismo no discurso econômico. In: *Lua Nova* nº 38, São Paulo, CEDEC, 1996, p. 114.

²¹⁶ “*Hayek assevera (...) que o pressuposto de um conhecimento objetivo é uma ilusão, que o conhecimento é, na realidade, subjetivamente retido, ou em outras palavras, que não é o mundo objetivo que determina a percepção dos indivíduos, mas o mundo tal como ele se mostra para cada um em particular*” (PAULANI, 1996, p. 115).

*deve ser concebida como um processo interpessoal no qual a contribuição de uns são testadas e corrigidas pela de outros”*²¹⁷.

a.2) Em defesa do verdadeiro liberalismo.

A partir das noções supracitadas de indivíduo, conhecimento e ordem espontânea presentes em Hayek, podemos finalmente apresentar a tentativa de Hayek de separar o que ele pensava ser o autêntico liberalismo de suas vertentes equivocadas. O próprio conceito de liberdade, basilar para o pensamento liberal, fôra em sua origem apreendido de diferentes maneiras, o que teria contribuído para confusões posteriores. *“Embora a liberdade não seja um estado natural, mas produto da civilização, ela não resultou de nenhum projeto”* (HAYEK, 1983, p. 56). Tal era a visão de liberdade esposada por Hayek, visão que segundo ele remontava em geral à tradição britânica de autores como Smith, Hume, Ferguson que enfatizaria os limites da razão humana e o surgimento espontâneo de instituições. Entretanto, haveria também outra tradição mais ligada à França, inspirada no iluminismo e na força absoluta da razão e que buscava *“conseguir o mais alto grau de civilização política na organização”* (Ibidem, p. 56). Para Hayek, a crença na capacidade de organização social e a superestimação da razão – que geralmente levavam à defesa do Estado como instrumento interventor no meio social – eram contraditórias com a verdadeira noção de liberdade e conhecimento.

Além do fato de existir uma determinada visão de liberdade equivocada nas próprias origens do conceito, outras escolas de pensamento que dialogaram com o liberalismo também contribuiriam para desvirtuá-la. Tanto o positivismo quanto as noções pautadas no direito natural seriam errôneos. O positivismo, por acreditar que as leis poderiam ser moldadas pela vontade humana; já as noções de direito natural, por acreditarem em fatores inatos aos indivíduos, quando na verdade *“não foi a liberdade natural em sentido estrito, mas as instituições aperfeiçoadas para garantir a vida, a liberdade e a propriedade que tornaram benéficos tais esforços individuais”* (Ibidem, p. 63). Ao mesmo tempo, justamente por se preocupar com o estabelecimento e evolução de determinados padrões, Hayek também rechaçaria o pensamento historicista para o qual todas as normas e instituições

²¹⁷ HAYEK, K. Individualism: True and False. In: HAYEK, F. *Individualism and economic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1980b, p. 15.

seriam relativas. Também o utilitarismo inspirado em Bentham teria uma influência nefasta, pois era uma “*ideia construtivista (...) baseada na ideia de que somos suficientes inteligentes para escolher nossa moral (...) o que é um absurdo (...) Jamais conseguimos selecionar nossos valores morais a partir deste princípio*”²¹⁸. Deste ponto de vista, a ideia utilitária de homo economicus seria falsa pelo seu apriorismo redutor e simplificador.

Mais adiante das influências ideológicas que alteraram os pressupostos corretos do liberalismo, Hayek também apontava o seu próprio sucesso como causa de seu descrédito. “*Sucesso do liberalismo foi causa de seu declínio. Devido ao êxito alcançado, homem ficou menos disposto a tolerar males existentes*”²¹⁹. Há aqui por certo semelhanças com o diagnóstico que Schumpeter faz da ordem capitalista. Entretanto, também há diferenças fundamentais. Hayek estava longe do pessimismo de Schumpeter. Enquanto o último pregara a inevitabilidade da crise da ordem capitalista, o primeiro acreditava estar no meio de uma luta em aberto, em que a vitória ou derrota dependeria tanto de um combate teórico como da articulação política dos defensores do verdadeiro liberalismo. Para Hayek, “*Schumpeter amava profundamente aqui o que os franceses chamam de “assustar a burguesia”, ou seja, chocar as pessoas com explicações de coisas contraditórias. Naturalmente, sua principal tese é “É claro que o mercado livre é muito melhor, mas está para ser destruído. O socialismo é horrível, mas é inexorável”* (HAYEK, 1981, p. 26). Em outra passagem, Hayek afirmaria que “*a atitude de Schumpeter era de completa desilusão e desespero diante do poder da razão*” (HAYEK, 1994, p. 70).

Durante a Segunda Guerra em que Schumpeter vaticinava a vitória implacável do socialismo em seu “Capitalismo, Socialismo e Democracia”, Hayek escrevia a sua obra mais conhecida, “O Caminho da Servidão”. Mesmo que esta última seja também um manifesto de alerta diante das ameaças à ordem capitalista, é muito claro que suas perspectivas são bem distintas. Nas conclusões de “Caminho da Servidão”, Hayek criticava aqueles que como Schumpeter deserdevam da defesa do liberalismo e apontava uma nova estratégia de combate.

Para construirmos um mundo melhor, devemos ter a coragem de começar de novo (...) não são os que crêem em tendências inevitáveis que mostram essa coragem (...) Os jovens têm razão em depositar pouca confiança nos princípios pelos quais se norteia grande parte da geração mais velha. Mas enganam-se ou são enganados quando acreditam que tais princípios ainda são os princípios liberais do século XIX. Estes, a geração jovem mal os conhece. Conquanto não possamos desejar nem efetuar a volta à

²¹⁸ HAYEK, F. *Hayek na UNB: conferências, comentários e debates de um simpósio internacional realizado de 11 a 12 de maio de 1981*, Brasília: Editora da UNB, 1981, p. 24.

²¹⁹ HAYEK, F. *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1984, p.44.

realidade do século XIX, temos a oportunidade de realizar os seus ideais – e esses ideais não eram desprezíveis. Não temos direito de nos considerarmos superiores a nossos avós neste ponto; e nunca deveríamos esquecer que fomos nós, os homens do século XX, e não eles, que provocamos esta desordem. Se eles ainda não haviam aprendido de tudo o que era necessário para construir o mundo que desejavam, a experiência por nós adquirida desde então deveria ter-nos preparado melhor para a tarefa. Se fracassamos na primeira tentativa de criar um mundo de homens livres, devemos tentar novamente. O princípio orientador – o de que uma política de liberdade para o indivíduo é a única política que de fato conduz ao progresso permanece tão verdadeiro hoje como o foi no século XIX.(HAYEK, 1984, p. 214).

Assim, contra todo fatalismo e contra todo determinismo, Hayek pensava que a batalha estava ainda por ser travada. As previsões sombrias – do ponto de vista dos liberais e defensores do capitalismo – da obra de Schumpeter eram falsas. “*Na evolução social, nada é inevitável, a não ser o que se pensa que é*” (RTS, 67) ²²⁰. Há aqui outro ponto fundamental: seria falso para ele atribuir a crise da ordem “livre” capitalista aos imperativos da razão, tal qual fizera Schumpeter. O problema não era da razão em si mesma, mas sim daquilo que Hayek chamaria por diversas vezes de “abuso da razão”, isto é, das formas construtivistas de pensamento que haviam poluído a própria tradição liberal. Quando ele afirma que “não podemos esquecer que fomos nós, os homens do século e não eles (os jovens) que provocamos esta desordem” trata-se de afirmar que o empecilho ao sucesso das ideias liberais não residia em intransponíveis estruturas acima dos homens, mas sim na própria ação equivocada destes últimos. Desta forma, quando ele afirma que “devemos tentar novamente”, trata-se de organizar a defesa dos princípios da “ordem espontânea” e dos limites para a razão para as ações dos indivíduos. Coerente com tal visão, Hayek se engajaria então na tentativa de reconstruir o liberalismo. Em 1947, ele seria a figura central na fundação da Mont Pelerin Society que reuniria acadêmicos e homens de negócios cuja carta de intenções estipulava a necessidade de se opor “*ao declínio na crença da propriedade privada e do mercado competitivo*” e criticava o fato da “*posição de indivíduos e grupos voluntários estarem sendo minadas pelo poder arbitrário*” (EBENSTEIN, p. 145) ²²¹.

No contexto concreto do pós-guerra, a defesa arraigada dos valores liberais certamente encontrava eco em conservadores que se posicionavam contra o intervencionismo e o reformismo socialdemocrata que estavam no auge. Hayek buscava responder à acusação de conservadorismo do seu resgate liberal num ensaio intitulado “Por que não sou conservador” que foi a público como

²²⁰ “*o totalitarismo não é obrigatório*” (HAYEK, 1985, vol.1, p. 65).

²²¹ É sintomático que Schumpeter tenha depositado pouca ou nenhuma esperança no êxito da Mont Pelerin Society. Em 1949, diante do avanço das políticas de intervenção do Estado na economia e do Welfare State ele afirmou o que segue: “*Eu acredito que há uma montanha na Suíça na qual congresso de economistas tem sido realizados que expressam desaprovação de todas ou da maioria dessas políticas. Mas este anátema não provocou nem mesmo qualquer resposta*” (EBENSTEIN, p. 369).

posfácio de seu livro “Os Fundamentos da Liberdade”, publicado em 1960. Os conservadores seriam, para ele, aliados circunstanciais diante do que pensava ser um avanço do socialismo contra a liberdade. Ele afirmava porém que “*a posição liberal (...) difere tanto do conservadorismo quanto do socialismo (...) o liberal difere muito mais do coletivista radical dos nossos dias do que o conservador*” (HAYEK, 1983, p.467).

Para Hayek, os conservadores eram sim aliados no contexto em questão, mas isso não o impedia de afirmar que fossem aliados ruins em função de seu medo crônico às mudanças. O problema para ele não residiria no fato de os conservadores serem inimigos da igualdade social, pois “*Obviamente, o liberal não nega que existam pessoas superiores; ele não é um defensor do igualitarismo. O que ele nega é que qualquer um possa ter a autoridade de decidir quem são essas pessoas superiores*” (Ibidem, p. 472). Os conservadores, segundo sua visão, além de não conseguirem conviver com pessoas com padrão moral distinto do seu, não faziam qualquer objeção à coerção e a poderes arbitrários. Ao mesmo tempo, não compreendiam as forças econômicas e eram eminentemente refratários ao avanço da ciência. Ademais, o nacionalismo típico dos conservadores era antitético à postura cosmopolita e universalista do liberalismo de Hayek desde o início de sua formação²²². Mas por que, mesmo assim, os conservadores deveriam ser aliados dos liberais?

Tal questão deve ser respondida não apenas em sua dimensão mais óbvia, que seria o fato de que o principal inimigo do liberalismo seriam as tendências esquerdistas e socializantes e que, desta forma, era legítimo uma “frente única” com os conservadores. Além disso, os conservadores eram bastiões de certos costumes e tradições, fato que era significativo dentro do arcabouço teórico de Hayek. Como vimos, sua ideia de “ordem espontânea” pressupunha que as instituições sociais evoluíam a partir da experimentação e do tempo e que assim também embutiam uma atitude imitativa por parte dos indivíduos. Assim, mesmo que os conservadores fossem, por definição, contrários à razão, por muitas vezes eles acabavam por defender valores e ideias que haviam passado pelo crivo de um lento e inconsciente processo de melhoramento²²³. Neste sentido, poderiam ser um ponto de apoio contra o construtivismo socialista que visava remodelar o mundo de acordo com sua racionalidade arbitrária.

Desta forma, quando do retorno do liberalismo econômico a partir dos anos 1970, Hayek não veria qualquer contradição em ser não apenas apoiador, mas até certo ponto arauto do governo

²²² “A sua científica visão global era uma antítese a tudo que parecia arcaico, xenófobo e irracional e era algo natural para o jovem Hayek” (EBENSTEIN, p. 34).

²²³ É talvez por este ângulo também que deve ser apreendida a sua declaração de que apesar de simpatizar mais com o protestantismo, Hayek via uma consistência maior nas tradições e costumes do catolicismo (HAYEK, 1994, p. 41).

politicamente conservador de Margaret Thatcher, mesmo se considerando parte da tradição dos antigos “Whigs” liberais²²⁴. Em especial, o combate articulado contra os sindicatos britânicos impetrado por Thatcher teria respaldo teórico direto em Hayek. Ele teve importância decisiva no Institute of Economic Affairs instituto baseado em Londres, sem o qual Milton Friedman duvidava “*se teria de fato ocorrido a revolução Thatcheriana*”. Também seria entusiasta do ressurgimento do liberalismo econômico nos EUA com o governo Reagan.

O fato é que Hayek, após décadas de isolamento e de um combate liberal sempre em minoria, voltava ao centro do debate e adquiria influência. Para Ebesntein (p. 282), seu biógrafo, “*Durante meados dos anos 80(...) o sol não estar em um melhor lugar para Hayek*”. Depois de uma longa batalha em que Hayek se mantivera sempre distante dos gabinetes políticos,²²⁵ e em que do ponto de vista acadêmico estivera igualmente na sombra, ele tornava-se agora um porta-voz fundamental dos novos tempos, além de ter o reconhecimento de sua contribuição científica, ganhando o Prêmio Nobel de Economia em 1974. Não foi sem certo triunfalismo que Hayek se portava diante da nova conjuntura. Para ele, assim como o individualismo e o livre mercado haviam conquistado terreno nas origens do capitalismo, agora eles voltavam à tona ao final de um século pautado por diversas formas de construtivismo. O tempo, elemento crucial em todos os aspectos do pensamento hayekiano, parecia dar razão à sua síntese entre economia e política.

b) A Economia e a Política em Hayek

²²⁴ Hayek relata que Thatcher teria dito a ele “*Sei que você quer que eu me torne uma Whig, não, eu sou uma Tory*” (HAYEK, 1994, p. 125).

²²⁵ Hayek tinha fortes ressalvas contra a participação de um acadêmico em cargos políticos. Achava que o meio político era terreno de contemporização e de corrupção da ciência. “*O político bem sucedido deve seu poder ao fato de se mover dentro de um universo de ideias amplamente aceitas e de pensar e falar de modo convencional. Seria quase uma contradição se um político fosse ao mesmo tempo um líder no campo das ideias*” (HAYEK, 1983, p. 122). Tal diagnóstico, em que ressoa a análise de Schumpeter acerca do processo político, foi realizada em 1960 quando o keynesianismo estava no auge e Hayek isolado. De toda forma não há registros posteriores que mostrem uma mudança em tal caracterização.

b.1) A esfera econômica e o mercado em Hayek

b.1.1) Tempo e capital

A análise da maneira pela qual Hayek interpretou o processo capitalista deve necessariamente passar uma breve digressão sobre sua definição de capital. O essencial nesta seção é mostrar como sua definição de capital é diretamente derivada da questão do tempo. É a partir dela, como veremos, que Hayek assumirá uma definição abstrata do que é o capital, cuja evolução deve obrigatoriamente caminhar em paralelo com a evolução natural da “ordem espontânea” do sistema econômico.

Em sua “Teoria Pura do Capital” ²²⁶, de 1941, todo o seu esforço é de se delimitar de certas concepções de capital que em sua opinião mais obscureciam do que explicavam os aspectos essenciais. Hayek, seguindo a tradição de sua escola austríaca, supunha que o capital não poderia ser definido meramente com uma quantidade física ou mesmo como um valor homogêneo. A noção “macro” de certo estoque global de capital seria para ele motivo de confusões e conclusões equivocadas acerca do verdadeiro funcionamento do sistema econômico. Diferentemente do que postulavam as teorias pautadas no custo de produção e no valor trabalho, seria a falsa a ideia de que o capital poderia representar “*um valor definido (...) que poderia ser aparentemente determinado pelos montantes investidos nos seus itens*” (HAYEK, 1941, p. 10). Tampouco eram corretas as teorias do capital que Hayek atribuía a uma tradição angloamericana diretamente influenciada por Marshall, tendiam a enfatizar como uma expansão global da demanda levava a um dado aumento do estoque de capital. Como vimos, Keynes certamente seria um dos que acompanharia tal ideia, postulando ainda que em longo prazo, em função do aumento total de tal estoque, haveria uma tendência à queda da remuneração em função da propriedade do capital.

Todo o problema para Hayek é que tais concepções passavam ao largo da verdadeira essência do problema, pois um dado estoque de capital não representa uma única corrente de produção potencial de tamanho definido e num tempo definido, mas sim um grande número de correntes alternativamente possíveis de diferentes tempos e magnitudes. Destarte, o problema do capital só poderia ser devidamente apreciado numa dimensão mais “micro” do que supunham as demais teorias. Para ele,

²²⁶ HAYEK, F. *The pure theory of capital*. Londres: Macmillan, 1941

dever-se-ia colocar no centro da análise as diferenças entre a escolha de se produzir bens de consumo e bens de produção, fator muitas vezes negligenciado pelos economistas. Também era decisivo levar em conta as diferentes qualidades, duração e grau de especificidade dos bens de produção usados no processo. Noutras palavras, o investimento capitalista deveria ser considerado diante da heterogeneidade das escolhas produtivas e dos bens disponíveis; logo, as teorias que partiam de grandes agregados necessariamente produziam resultados equivocados. De um ponto de vista dinâmico, a quantidade de capital efetivamente produzida seria então um “*resultado e não dado do processo*” (Ibidem, p.8).

Chegamos assim ao conceito de capital de Hayek, que para ele é o nome para o estoque de recursos produtivos não permanentes de uma dada sociedade. Os recursos ou fatores não permanentes seriam aqueles consumíveis com o tempo. Ou seja, diferentemente dos recursos permanentes que continuarão rendendo amanhã os mesmos serviços, independentemente de como usados hoje – por exemplo, um túnel –, o problema concreto do capital concentra-se em decidir em cada momento a melhor utilização de recursos, cujos rendimentos são modificados com o passar do tempo. Nas palavras de Hayek: “*É o problema de por que a existência de um estoque de recursos não permanentes que nos permite manter a produção permanente a um nível mais elevado do que seria possível sem eles que é o problema peculiar conectado ao que chamamos de capital*” (Ibidem, p. 54)²²⁷.

A existência de recursos não permanentes torna possíveis e ao mesmo tempo necessários certos investimentos que rendam mais se prolongados até data futura do que renderiam no momento atual. Ou seja, sempre existirão métodos que consomem tempo e que assim permitem o aumento dos retornos e da produção. Para Hayek, sempre haverá recursos “*que podem render um retorno útil, mas apenas depois de certo tempo e não imediatamente, e a exploração de tais recursos vai exigir que outros recursos, que poderiam trazer um recurso imediato ou num brevíssimo futuro, sejam usados de forma a não render nenhum retorno no presente*” (Ibidem, p. 60); trata-se aqui da descrição dos métodos de

²²⁷ Estritamente, poder-se-ia dizer que todos os recursos são não permanentes, dado que mesmo um túnel ou um prédio tendem a se depreciar com o tempo. “*Não se pode traçar uma linha rígida entre recursos permanentes e não permanentes*” (Ibidem, p. 52). Entretanto, mais importante do que a permanência física dos bens de capital, o essencial é para Hayek é a questão da sua permanência no sentido econômico: a permanência dos recursos deve ser avaliada em função de período economicamente considerado. As escolhas entre produzir agora um dado tipo de bem acabado ou de postergar a sua finalização para o futuro, em função de uma perspectiva de rentabilização, torna-se o ponto chave do problema do capital. É nesta ótica que deve ser analisada a questão da permanência dos recursos. A valorização do capital envolve, portanto, decisões entre presente e futuro com recursos que não podem ser utilizados de maneira homogênea hoje ou amanhã. Daí a ideia de não permanência. Por isso, “*O aspecto mais geral do fenômeno considerado é a irreversibilidade do tempo que coloca os futuros serviços de certos recursos além do nosso alcance no presente e assim torna impossível antecipar seu uso, ao passo que os serviços presentes de tais recursos podem como regra serem adiados*” (Ibidem, p. 52).

produção “round-about”. O aumento da produtividade do sistema econômico seria decorrência do alongamento temporal da produção. O fato de que um determinado produto seja feito de forma mais capitalística, ou seja, com a introdução de uma maior intensidade de bens de produção é o que permite a maior potência produtiva. Para que isso seja realizado, será necessário um número maior de estágios de produção, até que se produza um dado bem de consumo, ou então para que se produza de forma acabada um determinado bem de produção. Por isso, uma produção mais capitalística de roupas, por exemplo, envolve um número maior de estágios produtivos e assim leva mais tempo do que uma produção manual ou artesanal²²⁸.

Apesar de “Teoria Pura do Capital” ser a obra de Hayek onde ele mais se debruçou sobre a questão do capital enquanto tal, suas considerações sobre métodos mais ou menos capitalísticos de produção em função do tempo e dos estágios de produção fôra uma das preocupações centrais de obras anteriores, como “Teoria Monetária e Ciclos Econômicos” de 1929 e também de suas lições compiladas em “Prices and Production”²²⁹, de 1931. Em ambas as obras, ele analisa como a poupança é fundamental para ensejar uma produção maior de bens de produção e assim alongar o processo produtivo. Partindo do pressuposto inicial de que a rentabilidade de todos os estágios de produção está em equilíbrio e é igual em função do processo de equalização próprio da concorrência capitalista, um aumento voluntário da poupança tende a rebaixar relativamente o preço dos bens de consumo dada a queda em sua demanda, ao passo que aumenta relativamente a demanda e o preço dos bens de capital. É justamente aqui que entra o papel dos juros. Em todo e qualquer caso, é a interação entre a oferta de capital dada pela poupança e a demanda de capital dada pela produtividade marginal dos “recursos não permanentes” que estabelecem a taxa de juros. Para Hayek, o fator determinante é a oferta de capital existente num dado momento e não o montante global do estoque de capital. Ao mesmo tempo, ao centrar sua análise na estrutura intertemporal da produção, para Hayek, como a rentabilização

²²⁸ Hayek reconhece que poderia haver uma aparente contradição em seu raciocínio. Pois os processos mais capitalísticos envolvem tanto maior divisão do trabalho como maior maquinização e sofisticação tecnológica, que por si mesmos apontam para um maior encurtamento (e não um alongamento) do processo produtivo. Contudo, tal raciocínio seria falho, posto que leva em conta apenas a rapidez com que, por exemplo, uma máquina pode intensificar a transformação da matéria prima em produto acabado, mas não considera o tempo de espera necessário para que a própria máquina em si seja produzida, o que implica em elevar o número total de estágios de produção. Ou seja, Hayek considera o alongamento do processo produtivo no seu todo, de uma ponta a outra. “*O uso de maquinaria elaborada pode encurtar o tempo (...) mas isso foi possível porque parte do input foi investido na produção da máquina por um período muito mais longo do que qualquer um que foi investido antes*” (Ibidem, p. 77). Hayek reconhece que também as inovações técnicas tendem a encurtar o período de produção. Todavia, a questão do progresso tecnológico não é sua preocupação central, mas sim analisar as diferentes alternativas produtivas dentro de “*condições em que o conhecimento é estacionário*” (Ibidem, p. 72)

²²⁹ HAYEK, F. *Prices and Production*. Londres: Routledge. 1934

produtiva de uma inversão há de se equalizar em equilíbrio com a taxa de juros, esta última há de refletir a diferença de valor entre os sucessivos estágios produtivos. Em equilíbrio, “a taxa líquida de juros tende a ser igual à taxa de líquida de lucro”²³⁰. Em outras palavras, o juro expressará a diferença entre os preços dos meios de produção e o preço do produto final do estágio produtivo em questão²³¹. Dessa forma, em equilíbrio, os juros vão refletir a remuneração do capital a cada um dos estágios, desde os processos mais iniciais – i.e, a construção de uma máquina que inicia uma linha de produção – até os estágios finais em que se produz o bem de consumo já acabado.

Diferentemente de Schumpeter que subordina o surgimento dos juros ao processo de desenvolvimento dinâmico e acumulação de capital, ou de Keynes que observa os juros enfocando primordialmente a preferência pela liquidez e as decisões especulativas, para Hayek a existência da taxa de juros reflete a existência de uma preferência temporal positiva, ou seja, o fato de que sempre um mesmo bem é preferido para entrega hoje do que para amanhã. Isso quer dizer que o preço do bem futuro é sempre menor do que o preço do mesmo bem no presente e tal diferença é justamente dada pelos juros²³². Desta feita, quando quem comanda bens de consumo presentes decide consumir menos e oferecer mais para ter bens futuros, os preços dos bens futuros sobem. Como a diferença entre preço futuro e presente dos bens corresponde à taxa de juros, esta última deve cair. Poupar mais hoje quer dizer aumentar relativamente a demanda por bens futuros em relação aos bens presentes. Assim o preço do bem futuro sobe relativamente, refletindo-se a queda da preferência temporal pelos bens presentes. De forma análoga, a queda do nível de poupança e aumento do consumo indica que houve um aumento da preferência temporal por bem presentes. A distância de preços entre bens presentes e futuros aumenta no caso, o que se reflete numa taxa de juros aumentada. Em síntese, a origem dos juros para Hayek se situa no fenômeno da espera e de uma preferência inata dos indivíduos pela posse de bens no presente.

²³⁰HAYEK, 1941, p. 355

²³¹ “Num estado de equilíbrio, a diferença necessariamente existente entre esses dois grupos de preços deve corresponder à taxa de juros” (HAYEK, 1936, p.168)

²³² Ou seja, em equilíbrio, o juro será ao mesmo tempo a medida da diferença de valor de sucessivos estágios de produção, como também da diferença de valor entre um bem para consumo hoje e para este mesmo bem para consumo futuro. Isto talvez fique mais claro se considerarmos que na concepção de Hayek, um estágio realizado no presente momento anterior à finalização do bem equivale à produção hoje desse bem futuramente. Em um exemplo mais prático, a diferença entre produzir um carro acabado para já e um carro para daqui um mês é que o valor presente do carro produzido para o futuro será descontado pela taxa de juros. Digamos que no mês em questão ocorra o último estágio de produção do carro – por exemplo, sua montagem – isto significará que o carro, antes de ser montado, terá como preço o valor presente do carro final descontado pela taxa de juros de um mês.

Assim, o aumento voluntário da poupança ao mudar a preferência temporal dos indivíduos e os preços relativos entre presente e futuro, tende a favorecer a produção de bens de produção, cujos preços relativamente subiram, ao passo que os preços dos bens de consumo relativamente descem. Fundos anteriormente usados em estágios mais finais e também fatores de produção – em especial aqueles fatores de caráter não específico, como força de trabalho e materiais que podem ser adaptados rapidamente para diferentes funções – serão carreados para estágios mais iniciais da produção. E não apenas isso: os estágios produtivos imediatamente anteriores à produção de bens de consumo, por exemplo, o acabamento final de certo produto, também sentem a queda de preços, enquanto estágios mais anteriores, como a produção de máquinas, têm seus preços aumentados. A queda dos juros torna temporariamente lucrativos investimentos em processos de produção mais “iniciais” do que “finais”, ou melhor, processos mais distantes no tempo do consumo final; após tal processo, há um estreitamento das margens a cada estágio de uma ponta a outra. Finalmente, após o início do processo que alterou as condições de lucratividade entre os estágios, o processo de equalização concorrencial torna a taxa de lucro de diferentes estágios equivalente à taxa de juros, agora reduzida. Em todo caso, após tal processo a produção tende a tornar-se mais capitalística, alongando-se o número total de estágios produtivos.

No entendimento de Hayek, é esse movimento do capital, respondendo às alterações das preferências temporais, o que permite a evolução do organismo econômico, aumentando a sua produtividade e eficiência. Depois do aumento inicial voluntário da poupança, o sistema tende a restabelecer um novo equilíbrio que refletirá o estreitamento das margens de preço entre bens de produção e bens de consumo, já que a maior lucratividade dos setores anteriores ensejou uma subida de preço dos bens de produção em relação ao preço dos bens de consumo, cuja demanda foi reduzida. O processo estabiliza-se a uma taxa de lucro inferior, tendo em vista que a produtividade marginal equipara-se agora com uma taxa de juros reduzida. Ao mesmo tempo, como a estrutura produtiva tornou-se mais intensiva em bens de produção, há uma tendência de maior eficiência e redução dos preços unitários dos produtos. O alongamento da produção incrementa o sistema econômico capitalista. Para tal incremento se efetivar, a poupança voluntária é fator incontornável. O efeito oposto, leia-se, um aumento do consumo também há de mudar a estrutura produtiva, só que agora num sentido menos capitalístico. Haverá um aumento nos preços dos bens de consumo e também os preços nos estágios finais de produção crescerão relativamente aos estágios mais iniciais. Destarte, a lucratividade maior agora se volta para atender ao consumo aumentado. Fatores de produção não específicos são direcionados para estágios mais finais. Ao final, refletindo o distanciamento dos preços entre bens de

produção e bens de consumo, haverá um alargamento da margem de uma ponta a outra, bem como o alargamento da margem entre cada um dos sucessivos estágios, e o processo de equalização se estabilizará com uma taxa de lucros e juros maior.

Entretanto, a despeito de uma taxa de lucro ao final aumentada, o nível de investimento necessariamente terá se reduzido neste processo, pois o movimento do capital caminhou no sentido de acompanhar a preferência temporal por bens presentes, havendo uma tendência de redução do número de estágios produtivos e demanda menor por bens de produção²³³. Dessa forma, o estímulo momentâneo aos lucros dado pelo consumo aumentado terá resultado numa estrutura de produção menos capitalística e portanto com menor produtividade e eficiência.

Este seria o cerne da crítica de Hayek a todas as teorias subconsumistas que enfatizavam o excesso de poupança como inibidor do desenvolvimento econômico. Keynes e os subconsumistas em geral não levariam em conta os movimentos constantes de preços relativos entre bens de consumo e bens de produção nos seus sucessivos estágios de produção. Os preços relativos, que sempre estariam mudando em função de alterações na preferência temporal, seriam o barômetro dos lucros passíveis de serem auferidos cada momento. Deste modo, a verdadeira apreensão da dinâmica da estrutura produtiva não poderia ser reduzida à análise de uma demanda agregada de curto prazo, mas sim nas diferentes respostas que os capitalistas davam para as transformações do “leque” de preços e juros. Todo o problema para ele é que haveria uma relação antitética entre produção de bens de consumo e bens de produção. *“Se abstraímos as mudanças monetárias, a demanda por bens de consumo só pode mudar inversamente em relação à demanda de bens de produção e em consequência disso, longe de haver um efeito cumulativo (...) caminharão em direções opostas”* (HAYEK, 1934, p.144). O ponto de partida de Hayek é então as flutuações da oferta de capital livre, que por sua vez dependem da efetiva poupança no período e, desse ponto de vista, a suposição de que um aumento da demanda de bens de consumo estimula os investimentos seria falsa. Assim, a apreensão do sistema capitalista em Hayek

²³³ *“Talvez facilitará a compreensão dessas complicações se pensarmos na produção de sucessivos estágios como um leque cujos gravetos correspondem aos preços dos diferentes estágios. Se mais demanda se concentra em direção a um extremo – bens de consumo, o leque se abre, a diferença entre estágios se torna maior e os bens gravitam para os estágios em que preços maiores são obtidos, isto é, estágios mais próximos do consumo. Estágios mais distantes são abandonados, e dentro dos estágios sobrantes são concentrados em direção a um fim. A abertura do leque de preços é, dessa forma, acompanhada pela redução do número de estágios de produção, isto é, dos gravetos do leque. Se, entretanto, há uma mudança da demanda dos bens de consumo em direção aos bens de produção, o leque de preços se fecha, isto é, as diferenças entre estágios se reduzem e os bens tendem a se direcionarem aos estágios anteriores em que os preços agora estão relativamente maiores e agora novas e até então inéditas possibilidades de futura extensão do processo de produção serão explorada. O fechamento do leque de preços trouxe um número maior de estágios de produção dentro das alternativas de possibilidades práticas e dessa forma iniciou a transição para métodos de produção alongados round-about”* (HAYEK, 1934, p.79)

toma como base as “*variações entre “consumo e acumulação” (se nos permitem fazer uso da terminologia da literatura marxista)* (HAYEK, 1936, p. 170)”. Ao mesmo tempo, uma preferência temporal excessivamente voltada para bens presentes não apenas é uma escolha que reduzirá os fundos passíveis de serem acumulados futuramente –comprometendo dessa forma a produção dos bens futuros – como também conspira contra o maior bem estar e produtividade do sistema, que só podem ser alcançados com a espera, o alongamento dos estágios e a acumulação de capital.

Antes mesmo de entrarmos na análise de como em Hayek as mudanças monetárias imprimem alterações artificiais na estrutura produtiva e ciclos econômicos, é importante apreendermos a relevância que ele devota aos fatores reais da economia. Todo o problema de Keynes e do keynesianismo, segundo Hayek, é que tal teoria supunha que a manipulação monetária poderia por si mesma criar um estado de superação da escassez da capital²³⁴. A manipulação produtiva, seja por políticas monetárias ou fiscais, tende a criar mudanças equivocadas quanto à verdadeira relação entre oferta e demanda dos diferentes tipos de bens, suscitando formas de rentabilização que não podem ser confirmadas em longo prazo. Para Hayek, quando assumimos, como Keynes, que não há escassez, estamos então ignorantes dos fatos que guiam a produção e o progresso do sistema. A suposição de Keynes de que a resposta a uma mudança na demanda só terá um efeito significativo nos preços próximo a uma situação de pleno emprego faz a sua teoria ignorar que, mesmo em curto prazo, o que se deve observar não é o montante agregado de demanda meramente, mas sim como se comportam preços e a rentabilidade relativa dos estágios produtivos. Para Hayek, mesmo na existência de recursos ociosos, serão sempre as alterações da estrutura de preferência temporal que, de uma forma ou outra, darão sinais para os capitalistas alterarem seus planos em busca de maiores lucros e sendo assim, mesmo diante de uma depressão, o aumento de crédito teria uma grande probabilidade de agravar ainda mais o quadro econômico.

Em síntese, o que se pode depreender do exposto acima é que Hayek busca retomar e sofisticar em sua teoria do capital os preceitos smithianos de “mão-invisível” e “laissez faire”. Destarte, apenas a poupança e a evolução de uma ordem espontânea e natural poderiam garantir o avanço do sistema econômico enquanto tal. Ao mesmo tempo, será o tempo para Hayek a efetiva fonte de valorização do capital.

²³⁴ “o fato fundamental que guia a produção e no qual a escassez de capital se expressa por si mesma é o preços dos inputs em termos de output (...) proporções não podem ser alteradas livremente pelo ajustamento na corrente de dinheiro, pois elas dependem de um lado das reais quantidades de dos vários tipos de bens existentes e de outro lado da maneira que pessoas distribuem a sua renda entre gastos nos bens de consumo e poupança.” (HAYEK, 1941, p. 393)

b.1.2) Dinheiro, ciclos e crises

Toda a exposição acima incide diretamente na abordagem de Hayek sobre ciclos e crises econômicas. Se a ordem espontânea dos mercados tendia a encaminhar naturalmente o sistema econômico ao progresso, seria necessário então localizar as crises em fatores exógenos. E para Hayek, o fator fundamental que pode levar a situações disruptivas do sistema econômico é o papel do dinheiro, mais especialmente do crédito. *“É a existência de crédito (...) sem dúvida, que supõe a ausência dos mais importantes reguladores que na economia de troca mantém dentro de limites economicamente admissíveis a extensão do aparato produtor”* (HAYEK, 1936, p.83).

Para que a posição de Hayek fique clara nesse aspecto, cabe uma breve digressão. Ao contrário do que postulavam muitos, para ele a questão chave não seria o debate em torno do valor do dinheiro em si, isto é, as consequências de processos de aumentos ou reduções globais dos índices de preços em função de alterações monetárias. Em todos os casos, o problema crucial seria analisar como tais alterações mudavam a estrutura de preços relativos, indicando aos produtores e consumidores sinais que transformavam as bases da rentabilidade capitalista.²³⁵

Para defender sua própria explicação monetária do ciclo, Hayek tomará como base a teoria de Wicksell, mas ao mesmo tempo apontará o que considera suas graves fragilidades intrínsecas. Wicksell formulara a ideia de que os ciclos econômicos seriam produto das discrepâncias entre o que ele chamava de “taxa natural de juros” e “taxa real ou efetiva de juros”. A taxa natural seria aquela que equilibraria a demanda e oferta de capital, ou em outras palavras, equilibraria poupança e investimento. Já a taxa real seria aquela efetivamente disponibilizada pelo sistema bancário, de acordo com contingências próprias deste último. Para Wicksell, enquanto taxa bancária real estivesse abaixo da taxa natural, haveria um incremento dos investimentos à frente da poupança e o nível de preços aumentaria. Se, por outro lado, a taxa bancária real estivesse acima da taxa natural, haveria um excesso

²³⁵ Para sustentar que o efeito do crédito sobre preços relativos é o fator determinante dos ciclos, ele justifica o rechaço de outras explicações correntes sobre o fenômeno, com base no argumento de que nenhuma das teorias não monetárias dos ciclos consegue justificar a contento as razões pelas quais não haveria um rápido restabelecimento do equilíbrio econômico. Mesmo aceitando parcialmente aqueles que enfatizavam as desproporções na produção de capital fixo como causa de ciclos e crises, este fator por si só não poderia explicar porque o aumento dos juros e o aumento do preço dos fatores não iriam interromper de forma relativamente rápida os movimentos de ascensão demasiada. De forma análoga, as teorias que destacavam o excesso de poupança ou então causas psicológicas para as flutuações bruscas pecavam ao não mostrarem porque o movimento de juros e preços relativos não encerraria prontamente as desmedidas que acentuavam os ciclos (HAYEK, 1936, pp. 73-81).

de poupança e uma deflação generalizada. A única maneira de se manter preços estáveis e ao mesmo tempo equalizar a oferta e demanda de capital seria, destarte, manter a taxa real idêntica à taxa natural.

Todavia, para Hayek haveria aqui uma falha conceitual que falseava profundamente as conclusões de Wicksell e seus seguidores. Ao contrário do que estes últimos acreditavam, seria inviável conciliar simultaneamente nível de preços e equilíbrio entre poupança e investimento, a menos que se supusesse uma situação totalmente estática do sistema econômico. Haveria situações em que os preços estariam estáveis, mas ao mesmo tempo oferta e demanda de capital estariam desequilibradas. Ou então poderia ser alcançado o equilíbrio na oferta e demanda de capital numa situação em que o nível de preços teria mudado. Por quê? Para Hayek, em uma economia progressiva – em transformação e evolução – há de se observar também as transformações do nível de preços que ocorrem de forma independente da mudança na quantidade de dinheiro em circulação. Se o sistema aumenta o seu nível de produtividade, o preço unitário dos produtos e conseqüentemente o nível de preços serão rebaixados. No caso em questão, para que o nível de preços seja o mesmo de antes do aumento da produtividade, a taxa bancária real deverá ser menor do que a taxa natural. Logo, para que os preços se mantenham estáveis, será necessária uma taxa de juros bancária relativamente mais baixa, que estimulará a demanda por capital para além da poupança voluntária requerida pelos agentes econômicos. Assim, o objetivo concreto de se manter os preços estáveis promove um desequilíbrio entre poupança e investimentos²³⁶. Para que houvesse um equilíbrio entre poupança e investimento, nenhum dinheiro a mais poderia ser injetado no sistema. Neste caso, haveria equilíbrio entre a taxa natural e a taxa real, mas ao mesmo tempo haveria deflação dos preços.

Por isso que para ele o fundamental não é a manutenção do nível de preços e do valor do dinheiro, mas sim a estabilidade da quantidade de dinheiro e de crédito – supondo constante a velocidade de circulação da moeda – de forma a não se alterar o equilíbrio dinâmico de uma economia progressiva. Para Hayek, a própria inflação seria em si mesma um sinônimo do aumento da quantidade de dinheiro e não um conceito que indicaria um aumento do nível de preços. As modificações dos fatores reais, por si mesmas, levariam sempre a um reequilíbrio relativamente rápido entre demanda e oferta na medida em que os preços relativos e juros atuassem sem distorções. Por outro lado “*uma modificação do volume de dinheiro representa uma variação unilateral da demanda que não é*

²³⁶ “A taxa de juros, a qual, numa economia progressiva, a quantidade nova de dinheiro que entra em circulação basta para manter o nível de preços estável, sempre será inferior à taxa que pode manter a quantidade de crédito disponível igual à quantidade poupada pelo público.” (HAYEK, 1936, p.101)

contrarrestada por uma modificação equivalente da oferta”²³⁷. Assim, as mudanças na quantidade de dinheiro é que tornavam o processo dinâmico de reequilíbrio mais demorado e problemático, na medida em que impunham à economia real uma distorção de juros e preços relativos.

O fundamental desta breve exposição é enfatizar que para ele a existência de ciclos e crises estaria diretamente ligada às mudanças monetárias. Em suas palavras o dinheiro seria, pois, o “parafuso frouxo do sistema econômico”²³⁸. O problema era acentuado para Hayek em função do arranjo institucional concreto da organização bancária, que fazia com que a elasticidade da quantidade de dinheiro fosse “imane” e “endógena” ao sistema de crédito, principalmente em função da capacidade de criação de moeda bancária através de um múltiplo de suas reservas em espécie²³⁹. Por certo, haveria para ele graves problemas oriundos da intromissão dos governos na política econômica efetiva e estes serão motivo de suas críticas mais contundentes, como veremos mais à frente. Mas mesmo abstraindo a ação discricionária dos governos, para Hayek uma análise realista do padrão institucional capitalista mostraria que as discrepâncias tendiam a se multiplicar em qualquer caso.²⁴⁰

Em suma, para Hayek a racionalidade elevada e evolutiva do sistema econômico “real” tende a ser constantemente chacoalhada pela intromissão de sinais equivocados e artificiais oriundo do sistema de crédito. Isso se torna mais claro se retivermos a análise que Hayek realiza de uma expansão dos investimentos causada não por um aumento voluntário de poupança, mas sim pela expansão do crédito. Um aumento do volume de dinheiro para os empresários significará que a taxa de juros efetiva disponível cairá abaixo da taxa natural. Num primeiro momento, os efeitos serão semelhantes aos de um aumento autônomo da poupança: haverá maior demanda por bens de produção, em função de uma maior lucratividade dos estágios de produção iniciais, em detrimento dos estágios finais, e um alongamento mais capitalístico da produção.

²³⁷ Ibidem, p. 95

²³⁸ HAYEK, 1983, p. 392

²³⁹ HAYEK, 1936, p. 119

²⁴⁰ Em muitos casos, ele argumenta, uma queda da taxa monetária de juros obriga todos os bancos pela concorrência a baixarem suas taxas. Por outro lado, em situações em que há um aumento da taxa natural de juros – em função de queda autônoma da poupança, ou de aumento de investimento em função de inovações ou outros fatores que aumentam a expectativa de lucratividade – os bancos não aumentam o juro proporcionalmente. Ou seja, os bancos não querem ou muitas vezes não podem tornar a oferta de crédito exatamente parelha com a poupança efetiva realizada pela comunidade. E isto se agrava pelo fato da relação entre reservas e depósitos bancários nunca ser uma constante rígida. Mesmo que o governo não aumente diretamente a disponibilidade de reservas disponíveis ao sistema bancário, haverá outras formas de liquidez disponíveis como o desconto de letras e títulos e a obtenção de recursos no mercado interbancário. Como os próprios bancos tendem a ter reservas extras em função das oscilações do mercado, há sempre certa tendência à elasticidade do crédito que pode ser refreada pelas autoridades, mas não totalmente contornada. Numa situação de boom econômico, há então uma tendência irresistível dos bancos aumentarem o crédito, pois nesse caso valerá sacrificar parte da liquidez das reservas que nada rendem em benefício de atividades de crédito lucrativas.

Todavia, aqui há uma diferença essencial, pois “*a aplicação dos meios originais de produção e de bens intermediários não específicos em processos mais longos de produção será realizada sem uma redução anterior do consumo*” (HAYEK, 1934, p. 88). Noutras palavras, como a redução do consumo foi involuntária – ou visto por outro ângulo, houve um processo de poupança forçada – a situação produzida pela injeção adicional de crédito não se estabiliza após o aumento dos investimentos. Como os fatores de produção terão sido retirados dos estágios mais próximos à finalização dos bens de consumo, a oferta destes últimos estará aquém da demanda, afinal, é de se esperar que o desejo de consumir dos indivíduos permaneça o mesmo. Desta forma, será inevitável que os preços dos bens de consumo subam, alterando assim mais uma vez as disposições dos capitalistas diante do novo incremento de lucratividade dos estágios mais finais. Também o fato de que após os capitalistas implementarem inicialmente suas inversões haja um fluxo adicional monetário em mãos dos assalariados tende a acentuar ainda mais o incremento do consumo (Ibidem, p. 89). É de se esperar ainda que o preço dos fatores de produção, em especial do trabalho, cresça de forma mais imediata, aumentando custos e reduzindo a rentabilidade dos investimentos em bens de capital mais rapidamente por tabela²⁴¹. A menos que os bancos prossigam aumentando o crédito, mantendo assim a taxa bancária de juros rebaixada, a nova redistribuição da demanda fará o processo novamente se tornar menos capitalístico e round-about, implicando numa tendência a redução do número de estágios produtivos e encurtamento do processo produtivo. Entretanto, a despeito da elasticidade de crédito mencionada, os bancos não podem estender indefinidamente o crédito. Desta forma, o processo de produção de poupança forçada para os investimentos e alongamento do processo produtivo não pode continuar indefinidamente. De um lado, haverá uma tendência à contração do crédito, pelo fato de que os bancos passarão a se preocupar com o estado de suas reservas e liquidez. Além disso, para que continue sendo crescente a produção de bens de capital, o aumento do crédito para produtores teria de aumentar numa taxa crescente para contrarrestar o aumento dos preços e lucratividade dos bens de consumo, dado o aumento da quantidade de dinheiro em posse dos que ganham salário.

Assim sendo, para Hayek, sempre o estímulo creditício tenderá a implicar posteriormente num aumento do consumo e consequente despoupança. À medida que a lucratividade inicial que tendia a alongar a produção fôra suscitada por mera manipulação monetária e não por poupanças voluntárias, o

²⁴¹ “*A característica peculiar da poupança forçada, cujos efeitos são distintos da voluntária, é simplesmente que ela leva necessariamente a um aumento dos meios disponíveis para compra de meios de produção*” (...) *Empresários nesse caso serão capacitados a atrair fatores de produção dos estágios finais aos iniciais não por uma correspondente retirada de fundos de bens de consumo para bens de produção (...) isso vai aumentar o preço desses fatores sem reduzir os preços dos outros*” (HAYEK, 1934, pp. 145-146)..

alongamento da produção provocado pela queda dos juros bancários não se sustenta. O aumento dos estágios produtivos e a introdução de métodos capitalísticos tende logo a tornar-se não rentável. À proporção em que o capital acumulado originalmente com poupança forçada não se realiza, a crise há de ser inevitável, pois o processo de nova adaptação à estrutura real de demanda implicará em falências, desemprego etc., já que a anterior produção demasiada de bens de produção não encontrará uso na nova transição para métodos menos capitalísticos. Tal processo, descrito por Hayek por “consumo de capital”, seria o preço a se pagar pela tentativa de se forçar o sistema econômico para além do que permitiam suas variáveis reais. Também haveria consumo de capital se o estímulo monetário inicial em questão fosse destinado a fomentar diretamente o consumo e não destinado aos empresários. Neste último caso, o processo seria mais imediato, pois não teria existido um período inicial de alongamento da produção e haveria uma tendência quase que imediata de perda de rentabilidade dos estágios anteriores do processo produtivo²⁴².

Toda a construção de Hayek vai ao sentido de afirmar que as crises capitalistas são eminentemente crises no processo de acumulação e que não residem em problemas de falta de consumo ou em uma falta crônica de oportunidades de investimento. Em verdade, o que aparecerá durante uma crise como escassez de capital será consequência de um excesso de meios de produção acumulado em relação a uma oferta de capital livre (poupança), tornada insuficiente por um grau de consumo relativamente excessivo, ou seja, todo o problema do “consumo de capital”²⁴³. Assim, para Hayek, em

²⁴² Para que este raciocínio fique mais claro, é fundamental percebermos como em Hayek há uma diferença substancial de qualidade na transição de métodos mais curtos para métodos mais longos, e vice-versa “*A razão para esta assimetria entre a transição para processos mais longos, que não precisam trazer esses distúrbios particulares, e uma transição para processos mais curtos, (...) é que no primeiro caso haverá tempo necessário para amortizar o capital investido na estrutura existente antes do novo processo ser completado, enquanto que no último caso isso será evidentemente impossível e assim uma perda de capital e uma redução da renda serão inevitáveis*” (HAYEK, 1934, p. 93). Ou seja, o problema em questão não seria apenas dado pelas dificuldades de uma tentativa de transformar artificialmente via crédito a estrutura produtiva, mas também a maneira peculiar pela qual o fator tempo atua sobre esta última. Quando o sistema transita abruptamente para satisfazer necessidades de bens presentes, e assim encurtar o processo de produção, não há tempo hábil para absorver a produção de capital antes realizada. Já no caso inverso, o tempo de certa forma conspira favoravelmente à medida que a retirada de recursos dos estágios finais para os iniciais pode ser melhor adaptada em processos de longo prazo, tornando as discrepâncias mais suaves e planejáveis.

²⁴³ Por isso, mesmo na existência de recursos ociosos durante uma aguda depressão, a criação de crédito não consegue superar as limitações dadas pelas variáveis reais da economia. No caso de um aumento de crédito destinado para consumo, a destruição imediata da poupança teria um efeito contrário ao esperado, piorando ainda mais o nível de atividade com o encerramento de várias atividades ligadas aos estágios iniciais de produção. No caso de um crédito dirigido para os capitalistas investirem, Hayek concede que, eventualmente poderia ser recomendável uma expansão monetária, mas mesmo assim com severas restrições. No caso em questão, dever-se-ia regular a quantidade de crédito de forma exata de forma a compensar a subida relativa dos preços de bens de consumo, que sempre tende a aflorar numa depressão. Ou seja, para os empresários qualquer injeção de crédito que atrapalhe o alongamento da produção e que “consoma” capital, há de tornar a situação ainda mais grave. Hayek explicaria a crise de 1929 justamente em função de uma anterior oferta de dinheiro exagerada, com o agravante de que “*quando a crise finalmente ocorreu, por quase dois*

geral, “as crises comerciais e financeiras não são devidas ao excesso de produção, mas sim ao excesso de consumo” (HAYEK, p. 1936, p. 206)²⁴⁴.

Desta feita, as teorias claramente opostas à concepção de Hayek sem dúvida seriam as keynesianas e subconsumistas de maneira geral. A recusa em se incorporar adequadamente o tempo e as mudanças na estrutura de produção na explicação de ciclos e crises e a ideia de que a mera manipulação monetária poderia alterar os dados reais do sistema econômico faziam com que a solução de Keynes para Hayek fosse superficial e afastada das considerações de longo prazo, “*substituindo-a pela visão de curto alcance da filosofia do homem de negócios alçada à dignidade de uma ciência*” (HAYEK, 1941, p.410).

b.1.3) Política econômica e ação sindical destrutivos de capital

Em Hayek, as teorias de capital e do ciclo guardam relação com sua visão particular do papel dos monopólios e dos sindicatos, bem como da ação discricionária econômica dos governos. Em outras palavras, se para Hayek há uma relação de oposição entre consumo e acumulação de capital, é lógico que as mudanças na distribuição da renda que diminuam a poupança hão de implicar em destruição de capital. No caso específico de uma intervenção do governo – por exemplo, via aumento do salário mínimo – que faça subir relativamente o peso dos salários na renda nacional, isto teria como efeito o consumo de capital. Uma taxação progressiva com objetivos de uma maior equidade social teria

anos a mais, foram feitas tentativas deliberadas de evitar o processo normal de liquidação” (HAYEK, 1936, p. 162). Ele sempre se manteria fiel à ideia de que a única forma de restabelecer a sanidade do sistema econômico após um ciclo causado por decisões artificiais seria deixar que a recessão cumprisse o seu papel. Só a readequação da estrutura produtiva a sua oferta e demanda reais poderia ensejar novamente uma onda de investimentos lucrativos sadios. Afinal, “*a política monetária pode atrasar os ajustes, mas não adiá-los*” (HAYEK, 1941, p. 393). Como regra geral, Hayek defendia que a quantidade de moeda deveria ser mantida neutra, isto é constante. Mesmo ciente das dificuldades em se adotar tal procedimento, tanto pela elasticidade endógena ao sistema bancário e pelas dificuldades de se apurar qual a verdadeira taxa natural de juros da economia, este deveria ser um objetivo a ser perseguido. No mínimo os governos deveriam estar plenamente cômicos de que era fundamental segurar a oferta de crédito durante os booms industriais (HAYEK, 1934, p. 124)

²⁴⁴ Ao contrário do que se poderia supor, há algum contato, até certo ponto, entre a visão de crise em Hayek e as teorias inspiradas em Marx, ao menos no que diz respeito a interpretações marxistas que priorizam o problema da superacumulação e não o subconsumo. Tal associação torna-se ainda mais nítida se retivermos, por exemplo, uma citação como a seguinte, em que Hayek endossa teorias que afirmam que “*a transformação de um excessivo capital circulante em capital fixo, transformação esta que é fomentada pela criação de um capital fictício e que leva finalmente a uma escassez de capital “disponível” ou “flutuante” que faz com que seja impossível completar muitas empresas iniciadas.*”. Ou então, como apontou Desai, “*O paralelo com Marx chama atenção aqui (...) Hayek rompe com todas as teorias precedentes ao adotar um esquema multisetorial de produção para gerar ciclos*”. DESAI, M. Hayek and Marx. In: FESSER, F(org). *The Cambridge Companion to Hayek*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, p. 74.

naturalmente os mesmos efeitos nocivos, restringindo concorrência e progresso econômico²⁴⁵. Também a taxação sobre lucros seria contraditória com o mecanismo natural de mercado, pois “*Lucros e perdas são basicamente um mecanismo de redistribuição de capital e não um meio de prover à sua subsistência atual*” (HAYEK 1983, p., 388). Destarte a própria dinâmica concorrencial já estaria por si mesma “taxando” os mais ineficientes e, portanto, não faria sentido taxar os lucros. Da mesma forma os aumentos de gasto públicos através de ampliação dos impostos reduziriam o escopo da poupança privada com seus consequentes efeitos deletérios.

O mesmo ocorrerá caso haja um aumento da coação monopolista, pois para Hayek, os setores que usufruem de tais rendas extras teriam uma tendência a consumi-las num grau muito maior do que os empresários que tendiam a investir mais quando em regime concorrencial. Por fim, mas não menos importante, a inflação, ao transferir renda de credores para devedores, tende também a minar a oferta voluntária de capital livre disponível, contribuindo para a redução na produção de capital. Em todo e qualquer caso, a transferência de renda para as classes não poupadoras traria uma pressão permanente de consumo de capital, pressão esta que tenderia ainda a crescer conforme os grupos sociais em questão desejarem espontaneamente manter e aumentar sua renda.

É natural, portanto, que sua interpretação da recessão dos anos 1970 aponte como causa as políticas de pleno emprego e a inflação que marcaram o pós-guerra. Políticas monetárias e fiscais equivocadas que distorciam a estrutura produtiva haviam se tornado permanentes. Como vimos, Hayek acreditava que existiria um limite objetivo para que o sistema bancário por si só ampliasse o crédito de forma inflacionária e, depois de certo tempo, era inevitável haver uma contenção. Todavia, nas condições concretas do pós-guerra, os próprios governos endossaram o inflacionismo, ampliando enormemente as distorções. O quadro inflacionário que marcou o período do pós-guerra fôra prolongado demasiadamente e agora os países pagavam a fatura: “*a bolha da inflação agora explodiu. Descobriremos rapidamente que muito do “crescimento” artificialmente induzido representou um desperdício de recursos e que a dura verdade é que o mundo ocidental está levando uma vida além de suas posses.*”²⁴⁶.

²⁴⁵ Para Hayek o único critério de taxação compatível com a ordem livre de mercado seria a taxação proporcional à renda. O imposto progressivo, “*viola o que talvez seja o único princípio de justiça econômica universalmente reconhecido, o princípio de remuneração igual para trabalho igual (...) Um indivíduo que trabalhou muito ou cujos serviços, por alguma razão, encontram uma demanda maior poderá auferir remuneração muito menor por um esforço produtivo adicional do que outro que tenha sido inativo, preguiçoso ou menos feliz em sua atividade. Então, quanto mais os consumidores valorizarem os serviços de um indivíduo, tanto menos interesse ele terá em realizar este esforço adicional*” (Ibidem, p. 378).

²⁴⁶ HAYEK, F. *Desemprego e Política Monetária*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985b, p. 20

A alegação de Hayek para que o dinheiro fosse o “parafuso frouxo do sistema econômico” era o justamente fato de que para ele nenhum ajustamento de sua oferta seria automático como aqueles existentes num mercado “puro”. Ademais, como a inflação moderada seria indolor em curto prazo – diferentemente da deflação – ela acabava sendo escolhida como meio artificial de se chegar a determinados objetivos. Além de favorecer o pleno emprego, a inflação aparecia como uma via de menor resistência para que empresas não eficientes continuassem tendo lucros e para que os governos desvalorizassem suas dívidas que cresciam diante de suas crescentes funções previdenciárias²⁴⁷.

Além do fato de que, como vimos, a inflação para Hayek traz mais desemprego em longo prazo do que supostamente deveria evitar, ela torna inúmeros empregos dependentes de sua manutenção ou mesmo ampliação constante. Ademais, a ordem de mercado tendia a ser destruída, pois a estrutura de produção seguia os sinais emitidos de forma discricionária pelo governo e não em função dos movimentos próprios do sistema econômico privado. Por tudo isso, Hayek advogava que melhor seria um desemprego menor antes do que um desemprego maior posterior, em função de uma expansão monetária desmedida. Por isso, as autoridades monetárias não deveriam aumentar a oferta de dinheiro ou então, caso tal oferta tivesse sido anteriormente majorada, elas deveriam então reduzi-la²⁴⁸.

Os monopólios de maneira geral e os sindicatos contribuem para a inflação conforme tornam a política monetária acomodatória, referendando os aumentos de preços e da quantidade de dinheiro. A

²⁴⁷ Como alternativa à “frouxidão” do dinheiro administrado pelos governos, Hayek chegou a advogar a privatização de seu fornecimento: “Tenho proposto – e com isto tenho chocado os economistas profissionais, mais do que qualquer outra coisa – que se retire dos governos o monopólio do fornecimento do dinheiro, transferindo-o à iniciativa privada, a qual, através da livre competição, nos ofereceria o dinheiro, deixando a critério do cidadão comum escolher entre usar dinheiro de boa qualidade e recusar aquele que é ruim” (HAYEK, 1981, p, 42).

²⁴⁸ Se é fato que nos anos 1970, diferentemente de seus primeiros escritos Hayek admitia a inviabilidade de um processo deflacionário abrupto, nem por isso deixava de pleitear uma flexibilidade salarial muito maior do que a existente. Preços e salários deveriam voltar a oscilar de acordo com perspectivas de mercado, ao passo que a quantidade de dinheiro deveria de maneira geral ser mantida constante “Há 40 anos, é preciso dizer, minha argumentação era outra. Mudei, desde então, a minha opinião – não em relação à explicação teórica dos fatos, mas no que concerne às possibilidades práticas de se removerem os obstáculos ao funcionamento do sistema através da aceitação da deflação por algum tempo. Naquela época, eu acreditava que, com um curto período de deflação, se pudesse modificar a rigidez dos salários – fenômeno que os economistas têm chamado, desde então, de “rigidez para baixo” –, ou a resistência à diminuição de alguns salários específicos. Isto abriria uma possibilidade de se restaurarem os salários relativos determinados pelo mercado, além de, aparentemente, ser uma condição indispensável ao funcionamento satisfatório do mecanismo de mercado. No entanto, já não me parece possível conseguir efeitos positivos a partir desta medida.” (HAYEK, 1985b, p.37). Todavia, esta mea culpa de Hayek não o impedia de defender uma “muito maior flexibilidade em relação aos salários do que a que hoje existe (...) Embora eu reconheça que uma redução geral de salários em moeda é politicamente inviável, tenho certeza de que o necessário ajustamento da estrutura de salários relativos pode e deve ser conseguido sem inflação, através, simplesmente, da redução do salário em moeda de alguns grupos de trabalhadores.” (Ibidem, p.55) De toda forma, o fato de deixar de acreditar em deflações mais profundas como mecanismos corretivos, faria Hayek de certa forma abrandar nos anos 1970 a sua proposta de uma quantidade de dinheiro mantida sempre constante. Assim, ele escreve que “atualmente, a necessidade mais premente é parar o aumento da quantidade de moeda – ou pelo menos reduzi-lo à taxa de crescimento real de produção” (Ibidem, p. 55)

eficiência alocativa seria reduzida com a inevitável consequência de uma piora da produtividade do sistema econômico. Aqui também, em nome de não se aumentar o desemprego que seria inevitável a partir de tais distorções, os governos, em especial no pós-Segunda Guerra, seriam os responsáveis pelo estímulo constante e artificial sobre a demanda, estímulo esse que apenas adiava a crise inevitável.

Hayek não tinha objeções de princípio às empresas estatais nem aos monopólios privados provisórios obtidos de forma puramente econômica em função de uma superioridade produtiva. O problema era o fato de que o Estado ou o setor privado erigiam barreiras à entrada, que impediam que as forças da concorrência agissem de forma livre, levando a situações para ele absurdas, em que *“empresas (...) temem concorrer reduzindo preços”* (HAYEK, 1983 p. 321), jogando mais lenha nas tendências inflacionistas e nas distorções do sistema produtivo. Já no caso dos sindicatos de trabalhadores, o problema crucial residiria no fato de que o monopólio de representação de muitos deles distorcia largamente o preço do fator trabalho. Para Hayek, o salário de uma categoria só poderia ser aumentado para além do que seria obtido em um mercado livre por meio de uma ação sindical que reduza artificialmente a oferta de trabalho para uns, piorando a disponibilidade de emprego para os demais assalariados. Ao mesmo, na medida em que *“os sindicatos impeçam a concorrência de atuar como um regulador eficaz na alocação de todos os recursos”* (HAYEK, 1983, p. 330) tende a haver uma perda de eficiência e produtividade do sistema econômico que para Hayek há de ser nociva para os trabalhadores tomados em seu conjunto. Tal fenômeno tenderia a ser mais pronunciado pelo fato de que ação sindical geralmente é mais forte nos setores intensivos em capital. Ao dificultar a alocação de recursos para os setores mais capitalísticos, é obstruída a tendência de rebaixamento de preços unitários das mercadorias que favorecem em longo prazo os salários reais dos trabalhadores.

Assim, para Hayek os sindicatos dificilmente aumentarão os salários reais do conjunto dos trabalhadores, e talvez, em longo prazo, a sua atuação vai acarretar num salário médio real menor do que vigoraria sem a sua atuação. Por outro lado, a atuação sindical irá sem dúvida ensejar aumentos contínuos do salário nominal suscitando uma *“inflação contínua e progressiva”* (HAYEK, 1983, p.341), fazendo com que *“o aumento da quantidade de dinheiro que se fez necessário em função da alta dos salários torne-se um processo contínuo, que provoca constantes injeções de quantidades adicionais de dinheiro”* (HAYEK, 1985b, p. 37).

Desta forma, não seriam os aumentos nominais de salário em si que produziriam inflação, mas sim o fato de existir uma pressão contínua *“que apresenta como obrigação das autoridades monetárias prover dinheiro em quantidade suficiente para garantir o pleno emprego a qualquer nível salarial”*

(HAYEK, 1983, p.340). Se não se produzisse tal espiral inflacionária, certamente os aumentos de salário acarretariam em desemprego. Por isso, Hayek atesta que *“Lord Keynes elaborou suas teorias partindo do pressuposto correto de que a causa comum do desemprego é a demasiada elevação dos salários reais (...) Como era impossível rebaixar salários nominais, ele concluiu que os salários reais deveriam ser reduzidos pelo processo de desvalorização do dinheiro”* (Ibidem, p. 339) Todavia, a diferença crucial entre ambos é que para Hayek este processo de aumento do emprego com inflação tornaria o processo de produção menos capitalístico, tanto porque o crescimento da quantidade de dinheiro tende a se dirigir em certo momento para a demanda de bens de consumo, como pelo fato de que a inflação acaba punindo os poupadores, reduzindo a formação autônoma de capital. Em “Desemprego e Política Monetária”, Hayek acusaria o keynesianismo como responsável por uma “ilusão estatística” em torno de agregados que falseava a realidade do sistema econômico²⁴⁹.

É fundamental observar que mesmo que em última instância fossem os governos que referendassem os aumentos de salário de forma inflacionária, para Hayek os sindicatos constituem uma forma de monopólio do trabalho que chega a ser pior do que os monopólios empresariais²⁵⁰. A ideia implícita nesse raciocínio é que os efeitos do monopólio empresarial poderiam ser combatidos politicamente de forma relativamente mais fácil do que os efeitos da ação sindical. Ademais, o salário era uma variável-chave para toda e qualquer atividade econômica e assim suas alterações monetárias se fariam sentir com mais força sobre a estrutura produtiva do que as mudanças causadas por empresas permanentemente monopolistas.

Em síntese, é preciso frisar mais uma vez aqui o cerne de tais ideias para que possamos avançar para a próxima seção. Como Hayek concebe uma contradição inescapável entre consumo e acumulação, não há em sua visão de capitalismo qualquer margem de colaboração possível em curto prazo entre capitalistas e o movimento organizado dos trabalhadores; este último sempre acabará por ensejar inflação e monopólios sobre a força de trabalho, distorcendo a estrutura produtiva e impedindo a livre flexibilidade dos preços. Não é por outro motivo que Hayek seria o grande inspirador das

²⁴⁹ “De fato, no caso em questão – o desemprego – a própria medida que a teoria “macroeconômica” dominante tem recomendado como remédio, qual seja, o aumento da demanda agregada, tornou-se causa de uma generalizada má alocação de recursos” (HAYEK, 1985b, p. 51). Vale salientar que a crítica à visão de agregados de Hayek não era dirigida apenas contra o keynesianismo. Também os monetaristas como Friedman desprezariam o olhar micro sobre a estrutura produtiva, típico da escola austriaca. “O desemprego não é, em última análise, como Keynes e Friedman proclamam o resultado de uma disparidade entre a demanda plena e a oferta plena, mas sim, o efeito de uma diferença em termos de distribuição da despesa, a partir da distribuição de recursos para a produção de diferentes tipos de bens” (HAYEK, 1981, p.14).

²⁵⁰ “Eu me convenci de que seria falso atribuir aos monopólios existentes no campo trabalhista e no empresarial a mesma natureza” (HAYEK, 1982, p.320).

iniciativas de Margaret Thatcher contra o movimento sindical no início dos anos 1980. Como para Hayek “*É impossível fixar preços de acordo com normas duradouras que orientem eficazmente a produção*” (HAYEK, 1983, p.275), não apenas qualquer controle de preços será irracional e ineficaz, como também a manipulação artificial de preços – seja na forma de salários nominais e preços crescentes ou de taxas de juros artificialmente baixas – cobrarão seu preço sobre o sistema produtivo em longo prazo. O fundamental a se reter por enquanto é a ideia de que para Hayek não há a possibilidade de se queimar etapas na evolução capitalista. Desta maneira, Hayek reabilita a importância da poupança voluntária, da parcimônia e do tempo para o desenvolvimento econômico. Em outras palavras, o progresso econômico não poderia ser o produto da ação consciente e direcionada de homens e governos, mas apenas o resultado de uma evolução permanente e inconsciente.

b.2) A Esfera Política e o Estado em Hayek

b.2.1) Liberdade política, livre mercado e concorrência

O aspecto fundamental e que diferencia significativamente Hayek dos demais autores por nós estudados é o fato de que, até certo ponto, sua análise das esferas política e econômica é integrada, isto é, não há a margem de separação de tais esferas tal qual em Keynes e Schumpeter. Desta forma, a liberdade política e a liberdade econômica em última instância são a mesma coisa, posto que uma não pode se realizar sem a outra. Apenas o capitalismo regido pelo livre-mercado poderá garantir não apenas um maior progresso econômico como também a existência de homens efetivamente livres e criativos para Hayek. Ao mesmo tempo, assim como na análise econômica o fator temporal há de ser crucial, também o mesmo valerá para sua análise política: a ideia de “ordem espontânea” em que se baseia a sua noção de evolução das instituições implicará em que toda e qualquer tentativa de impor à história e à vida política um determinado ritmo e arranjo pré-concebido há de ser não apenas ineficaz

como privará os indivíduos de sua liberdade e da multiplicidade de experiências que para Hayek são pré-condições do avanço civilizatório²⁵¹.

Assim, a concorrência capitalista e o livre-mercado serão bons não apenas porque são mais eficientes economicamente e tendem a incrementar o arcabouço produtivo, mas também pelo fato de *“ser o único método pelo qual nossas atividades podem ajustar-se umas às outras sem a intervenção coercitiva ou arbitrária da autoridade. Com efeito, uma das principais justificativas da concorrência é que ela dispensa a necessidade de um “controle social consciente”* (HAYEK, 1984, p. 58). As alternativas à livre concorrência seriam diferentes formas de controle e de planejamento econômico, o que por sua vez acabaria resultando na intensificação do planejamento social e tolhendo assim as liberdades individuais.

Todo o problema é que independentemente das intenções explícitas do planejamento, ele sempre terá uma tendência a aumentar de grau, de forma que não haverá limites ao controle das atividades realizadas pelos indivíduos:

Já vimos que a íntima interdependência de todos os fenômenos econômicos torna difícil deter o planejamento exatamente no ponto desejado e que, ao impedir| que o livre funcionamento do mercado se estenda além de certo limite, o planejador será forçado a ampliar os seus controles até estes abrangerem todos os aspectos da sociedade. Estas considerações econômicas, que explicam por que razão é impossível fazer cessar o controle no ponto desejado, encontram poderoso apoio em certas tendências sociais ou políticas cuja força se faz sentir cada vez mais com a extensão do planejamento (HAYEK, 1984, p.112).

Destarte, para Hayek não há a possibilidade de meio termo, pois o fato de que o mercado se desenvolve de forma espontânea e inconsciente torna as intervenções sobre ele necessariamente progressivas e cada vez mais restritivas. A própria tendência ao monopólio não adviria de tendências inerentes ao sistema econômico – como, por exemplo, da evolução tecnológica – mas sim de motivações arbitrárias e políticas, tanto na forma de empresas estatais quanto de setores privados protegidos pelos diferentes governos²⁵².

²⁵¹ “Assim, curiosamente o economista pode finalmente chegar a uma clara resposta à questão “o que é melhor: o capitalismo ou o socialismo?”. É claro que, primeiramente, ele tem de voltar à questão fundamental: “o que você quer?”. Mas, se se quiser manter viva a população mundial e dar-lhe uma chance de futuramente aperfeiçoar a sua maneira de viver, então deve-se adotar os métodos do mercado, já que é o único modo que o homem conhece, pelo qual aquela infinidade de informações específicas pode ser utilizada, existente apenas de forma dispersa em meio a estas milhões de pessoas, e que só podemos utilizar plenamente se alimentadas no sistema de mercado” (HAYEK, 1981, p.4).

²⁵² Para Hayek, o fato de que a Inglaterra fosse desprovida de grandes monopólios era a prova da falácia de uma tendência endógena do sistema econômico para a concentração (HAYEK, 1984, p. 64). Sua visão sobre o monopólio guarda semelhanças com a teoria do imperialismo de Schumpeter “Muito do que se tem culpado o sistema capitalista é em fato

Mais ainda, na proporção em que o planejamento tende a se expandir infinitamente, não apenas a economia enquanto tal será afetada, mas o conjunto do corpo social. Aqueles que afirmam o contrário disso partem “da noção errônea de que existem objetivos puramente econômicos, distintos dos outros objetivos da existência (...) Rigorosamente falando, não existe ‘interesse econômico’, mas apenas fatores econômicos que condicionam nossos esforços pela obtenção de outros fins” (Ibidem, p. 99) ²⁵³. Para Hayek, ter as atividades econômicas controladas implica em sofrer restrições em todas as esferas da vida: “Quem controla toda a atividade econômica também controla os meios que deverão servir a todos os nossos fins; decide, assim, quais deles serão satisfeitos e quais não o serão” (HAYEK, 1984, p. 101) ²⁵⁴, ou então “o controle da produção de riqueza é o controle da própria vida humana” (Hayek apud EBENSTEIN, 122). Justamente por crer ser necessário observar conjuntamente o econômico e o político, Hayek postulava a necessidade de uma abordagem que envolvesse as disciplinas sociais como um todo, em especial fundindo-se a economia e o direito, da mesma forma que segundo ele fôra feito por Adam Smith e David Hume ²⁵⁵.

Desta forma é o todo social que se vê atado com as tendências de controle e planejamento. O grande dilema da civilização para Hayek, portanto, é a tendência ao totalitarismo que seria irreversível caso a lógica construtivista se consolidasse. Ao mesmo tempo, “(...) ‘Planejar’ ou “organizar” a evolução da mente, ou mesmo o progresso em geral, é uma contradição (...) Ao tentar controlar esse processo, estaremos apenas impondo-lhe fronteiras e, mais cedo ou mais tarde, provocaremos a estagnação do pensamento e o declínio da razão”.(HAYEK, 1984, p.155), o que vale por entender que

devido às reminiscências e voltas de características pré-capitalistas: elementos monopolistas que são resultado de uma má ação do estado ou a falha em entender que o bom funcionamento de uma ordem competitiva requeria uma institucionalidade legal apropriada” HAYEK, F. History and Politics. In: HAYEK, F (org.) *Capitalism and the Historians*. Chicago: University of Chicago Press, 1963, p. 28. Por outro lado, diferentemente de Schumpeter, aqui cabe mencionar a crítica que Hayek faz das patentes e da propriedade intelectual de forma geral: “temos de examinar seriamente se o prêmio de um privilégio de monopólio é realmente a mais apropriada e efetiva forma de recompensa pelo tipo de risco que envolve investimentos em pesquisas científicas” HAYEK, F. “Free” Enterprise and Competitive Order. In: HAYEK, F. *Individualism and economic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1980c, p. 114. Também o fato de que “os direitos de uma pessoa natural tenham sido conferidos às corporações” (Ibidem, p.116) era alvo de críticas para Hayek, posto que isso muitas vezes mitigava as responsabilidades individuais dos dirigentes de grandes empresas isentando-os de riscos e favorecendo comportamentos estranhos à livre concorrência.

²⁵³ A proliferação social de uma vasta camada de especialistas, cientistas e engenheiros contribuía também para que ganhasse força a ideia de planejamento e de controle sobre a vida econômica e social. Ainda voltaremos a este tema (HAYEK, 1983, p. 73).

²⁵⁴ Haveria para Hayek uma diferença qualitativa entre a posse do poder econômico em mãos do governo e em mãos privadas. “Embora possa constituir um instrumento de coerção, o chamado poder econômico nunca se torna, nas mãos de particulares, um poder exclusivo ou completo, jamais se converte em poder sobre todos os aspectos da vida de outrem. No entanto, centralizado como instrumento do poder político, cria um grau de dependência que mal se distingue da escravidão”. (HAYEK, 1984, p.142)

²⁵⁵ HAYEK, 1985, p. XLIII

o planejamento seria totalmente oposto ao avanço da cultura e da ciência que só seriam possíveis a partir da multiplicidade de interações livres e espontâneas entre indivíduos.

Nesse sentido, seria o racionalismo exacerbado, e não a razão em si mesma, que tendia a deslegitimar a sociedade capitalista. Por outro lado, Hayek reconhecia que nem sempre a evolução espontânea das instituições sociais levava a uma efetiva melhora da civilização. Era perfeitamente factível para ele que devido à adesão à impessoalidade da dinâmica social, os homens fossem confrontados com situações ruins e não desejadas. Aceitar tal dinâmica era, entretanto, o único caminho possível para o progresso. O conceito de liberdade valorizado por Hayek seria eminentemente negativo, ou seja, liberdade como ausência de coerção. Em seu sentido positivo, a saber, ao se enfatizar as ações concretas que poderiam ser realizadas por homens livres, a liberdade poderia de fato trazer efeitos nocivos. Este todavia era o preço que se deveria pagar para se preservar o único quadro institucional desejável. *“Nunca conseguiremos os benefícios da liberdade, nunca alcançaremos os avanços imprevisíveis que ela possibilita, se ela não for também concedida nos casos em que sua utilização parecer indesejável”* (HAYEK, 1983, p. 29).

Por este ângulo Hayek lograva justificar a desigualdade econômica e social inerente ao capitalismo. Ao mesmo tempo, tal desigualdade só poderia ter legitimidade caso se aceitasse a própria “ordem espontânea” do mercado, pois o planejamento não apenas tolhia a liberdade econômica e política, como também introduzia critérios e fórmulas que acabavam por tirar a justificativa de toda e qualquer desigualdade social. O livre mercado e a concorrência econômica, com sua impessoalidade, garantiam que as disparidades de renda fossem até certo ponto aceitas como consequência de uma estrutura institucional competitiva. Já com o plano, por seu caráter discricionário e consciente, a coisa seria distinta, pois aqui a desigualdade não poderia se impor como uma contingência dada pela organização da sociedade, mas seria certamente identificada com arbitrariedades decididas pelos governantes. Por isso mesmo que para Hayek era praticamente inevitável que toda e qualquer forma de planejamento, mesmo que em tese não propusesse a supressão do sistema capitalista, teria de pleitear algum grau de igualitarismo; e para que tal igualitarismo fosse promovido, era necessário progressivamente ainda mais planejamento e controle.

O planejamento, ao impedir a diferenciação e o progresso dos de cima, acabava por restringir o progresso social do conjunto. Na medida em que os homens eram coagidos pelos rumos do plano, a

própria noção de virtude era dirimida²⁵⁶. A ausência de coerção era o único quadro onde os riscos e responsabilidades individuais poderiam ensejar melhorias para o conjunto e para que novas e frutíferas ideias possam surgir. *“A liberdade econômica que constitui o requisito prévio de qualquer outra liberdade não pode ser aquela que nos libera dos cuidados econômicos, segundo nos prometem os socialistas, e que só se pode obter eximindo o indivíduo ao mesmo tempo da necessidade e do poder de escolha: deve ser a liberdade de ação econômica que, junto com o direito de escolher, também acarreta inevitavelmente os riscos e a responsabilidade inerentes a esse direito”* (HAYEK, 1983, p. 107).

No mesmo passo, era preciso dar vazão aos êxitos e infortúnios próprios da ordem livre de mercado. A ideia de remunerar os indivíduos em função de um suposto mérito e não do êxito pecuniário no mercado faria com que os indivíduos recebessem recompensas *“pela obrigação cumprida e não pelo sucesso; na qual cada ação do indivíduo seria pautada por aquilo que os outros achassem que ele deveria fazer, e na qual o indivíduo estaria, consequentemente, isento da responsabilidade e do risco de decidir”* (HAYEK, 1984, p. 105). Ademais, a recompensa por mérito, na medida em que estipulava um padrão de conduta que todos deveriam seguir, faria com que o sentimento de frustração em função de eventuais fracassos fosse ainda maior, pois aqui tratar-se-ia de um fracasso decorrente de “demérito” individual e não da ausência de sucesso e sorte diante das oscilações de um mercado competitivo.

No plano econômico, não caberia ao Estado, portanto, proteger os indivíduos das vicissitudes próprias da dinâmica de uma sociedade aberta e complexa como o capitalismo de mercado ²⁵⁷. O Estado protetor e previdenciário tendia a acabar com a responsabilidade pessoal e riscos inerentes ao mundo da livre iniciativa em nome de uma suposta segurança econômica e, como vimos, em nome de tal segurança para uma parte da sociedade, restringia-se o escopo da liberdade e da evolução social,

²⁵⁶ *“Fora da esfera da responsabilidade pessoal não há bondade nem maldade, nem possibilidade de mérito moral, nem oportunidades de pôr à prova as próprias convicções pelo sacrifício dos desejos individuais ao que se considera justo. Só quando somos responsáveis pelos nossos interesses e livres para sacrificá-los é que a nossa decisão tem valor moral. Nem temos o direito de ser altruístas à custa de terceiros, nem há mérito algum em o sermos quando não existe outra alternativa. Os membros de uma sociedade que são compelidos a fazer sempre o que é justo não têm direito ao louvor. Como disse Milton: “Se toda ação boa ou má de um homem adulto dependesse de permissão, prescrição ou coerção, o que seria a virtude senão uma palavra, que louvor caberia à boa ação, que honra haveria em ser sensato, justo ou continente”*” (HAYEK, 1984, p. 191)

²⁵⁷ No máximo, Hayek concedia que era justo que cada um tivesse garantido certo padrão mínimo de renda (HAYEK, 1983, p. 314). No que diz respeito à herança, Hayek parece ter tido opiniões distintas. Em Caminho da Servidão, ele afirmava que direito de herança não é fundamental e que *“Talvez seja mais importante tentar igualar oportunidades”* (HAYEK, 1984, p. 76). Todavia, em Fundamentos da Liberdade, há uma defesa da herança, posto que seria importante transmitir tanto bens imateriais como materiais para as gerações vindouras. *“Herança é processo de ascensão de várias gerações, e isso é importante”* (HAYEK, 1983, p. 136)

pois as tentativas de proteger as rendas de determinados setores e torná-las fixas necessariamente reduzia o montante de riqueza passível de ser auferida pelo restante.

Em suma, tratava-se para Hayek de aceitar que a civilização tal qual conhecemos só surgira e só se mantinha em função do individualismo e de suas aparentes injustiças. A desigualdade justificava-se não apenas num sentido estritamente econômico, p.ex. na necessidade de ampla poupança de forma a se efetivar a acumulação de capital e aumento da produtividade. Ao mesmo tempo, era também a própria desigualdade que impelia os indivíduos a amplificarem seus anseios e esforços. *“Isso decorre da característica necessária do processo (...) as ambições da maioria serão sempre determinadas por aquilo que, até o momento, é acessível somente à minoria”* (HAYEK, 1983, p. 42). Em nossas palavras, não apenas a desigualdade, mas o mimetismo dos mais pobres seria o motor dos desejos que fariam caminhar a civilização.

Coerente com a defesa de tal perspectiva, Hayek buscava inclusive reinterpretar o contexto histórico do desenvolvimento do capitalismo. Em texto publicado na coletânea organizada por ele mesmo intitulada “Capitalism and historians”, Hayek buscava negar a visão majoritária da historiografia que afirmava que a Revolução Industrial fôra um processo intensificador de misérias e privações para os trabalhadores, visão esta que Hayek creditava às influências ideológicas inspiradas por Marx e propagadas por historiadores com tendências esquerdistas. Desta forma, seria uma lenda *“a deterioração da posição da classe trabalhadora em consequência da ascensão do “capitalismo”*²⁵⁸. (HAYEK, 1963, p. 10). A utilização da maquinaria e das novas técnicas permitira um fantástico aumento da produtividade e apenas assim fôra possível a sobrevivência de um proletariado desprovido de meios próprios de produção. Sem a Revolução Industrial, não apenas haveria uma pobreza material maior como seria literalmente impossível o crescimento da população para além das condições de vida estreitas, anteriores da agricultura e do artesanato, em que os trabalhadores estavam associados aos seus meios de trabalho (Ibidem, p. 18). Por isso, a ideia de que o surgimento do capitalismo esteve associado a um processo de Acumulação Primitiva – e consequentemente de espoliação do povo – seria para Hayek uma visão totalmente falaciosa²⁵⁹. O que importava não era se os produtores passariam a

²⁵⁸ A palavra capitalismo entre aspas aqui é significativa. Hayek criticava o uso do próprio termo capitalismo e só o usava porque *“é o nome mais familiar, mas usamos com grande relutância pois suas conotações modernas são em si mesmas largamente uma criação da interpretação socialista da história”*. (HAYEK, 1963, p. 15). Pois para Hayek o capitalismo não se tratava de uma nova fase histórica que pressupôs profundas e violentas transformações sociais para seu advento. Tratava-se para ele muito mais de resgatar a concepção histórica de Adam Smith que via na sociedade de mercado a consequência de um lento e progressivo processo evolutivo.

²⁵⁹ *“Precisamos libertar-nos do mito do crescimento da classe assalariada, que, embora seja sustentada em sua feição mais primária apenas pelos marxistas, passou a ter ampla aceitação, a ponto de confundir a opinião pública. Trata-se do*

estar separados ou não dos meios produtivos, mas sim o fato de que só com o capitalismo o montante de riqueza disponível permitiria o aumento da população e a melhor da qualidade de vida para as amplas massas. Afinal, a própria possibilidade da condição proletária era um subproduto das virtudes do capitalismo e “*até os mais pobres devem seu relativo bem-estar material aos resultados das desigualdades do passado*” (HAYEK, 1983, p. 45).

Por fim – e não com menor relevância – Hayek se delimita nitidamente da ideia de que o sistema econômico enquanto tal se aproximava de um estado de abundância – ideia presente em Keynes como vimos – de forma a ser possível sacrificar a liberdade econômica em prol de objetivos políticos ou sociais. “*Essa crença, sem fundamento, de que já não há realmente um problema econômico, tem sido estimulada por afirmações irresponsáveis acerca da ‘abundância em potencial’ – o que, se fosse uma realidade, implicaria com efeito em que a escolha não é inevitável, uma vez que inexistente problema econômico*” (HAYEK, 1984, p. 105). Para Hayek, tal olhar era eminentemente falso, pois, “*nem uma só das muitas pessoas que o usaram apresentou um plano viável para aumentar a produção de modo a se poder abolir o que chamamos pobreza – nem mesmo na Europa Ocidental, para não falar no resto do mundo*” (Ibidem, p. 105), Donde entendemos que não seria correto abdicar da eficiência do livre mercado de forma a se acabar com a pobreza, uma vez que a inevitável perda de produtividade e eficiência tenderia a restringir ainda mais, em longo prazo, a satisfação das necessidades dos indivíduos. Por outro lado, para aqueles que “*Já não defendem a planificação por sua produtividade superior, mas porque nos permitirá realizar uma distribuição da riqueza mais justa e equitativa*” (Ibidem, p. 106). Hayek concedia que “*Este é, com efeito, o único argumento em seu favor digno de debate*” (Ibidem, p. 106), mas continuava, “*se quisermos estabelecer conscientemente o que caberá a cada um, teremos de planificar todo o sistema econômico. Resta saber se o preço que teríamos de pagar pela realização desse ideal de justiça não seria um descontentamento e uma opressão maiores do que os jamais causados pelo livre jogo das forças econômicas (...)*” (Ibidem, p. 106). Em nossas palavras, mesmo que Hayek reconhecesse a validade do argumento em prol do planejamento, em termos estritamente éticos e políticos – mas jamais em termos de maior produtividade para se alcançar uma efetiva abundância material – de uma forma ou de outra o sacrifício de liberdade e as tendências totalitárias aí implícitas o faziam rechaçá-lo.

mito segundo o qual o aparecimento de um proletariado resultou de um processo de expropriação, durante o qual as massas foram despojadas dos bens que antes lhes permitiam ganhar a vida de maneira independente. Os fatos contam uma história muito diferente” (Ibidem, p.19)

b.2.2) Democracia e regras de conduta.

Deste raciocínio naturalmente segue que a livre iniciativa, a concorrência e a propriedade privada – isto é, o capitalismo liberal²⁶⁰ – seriam também os esteios que garantiriam a democracia. Todavia, para Hayek a própria democracia, em si mesma, não poderia ser tomada como garantia da liberdade. *“Não temos, contudo, a intenção de converter a democracia em fetiche (...) Não se pode dizer da democracia o que Lorde Acton, com razão, disse da liberdade: ‘(a liberdade) não é um meio para a consecução de um objetivo político superior. Ela própria é o supremo objetivo político’ (...) Já a democracia é, em essência, um meio, um instrumento utilitário para salvaguardar a paz interna e a liberdade individual. E, como tal, não é, de modo algum, perfeita ou infalível* (HAYEK, 1984, p. 84).

Nesta ótica, tanto seria possível que um regime despótico garantisse liberdades individuais, quanto uma democracia que as sufocasse, ou mesmo acabasse por se transformar em totalitarismo aberto. A defesa do valor supremo da civilização – a liberdade individual – não estaria de forma alguma garantida pelo fato de que o poder político fosse sufragado pela maioria do povo. Muito mais relevante para tal fim seria a existência de um Estado de direito e de regras de conduta que estivessem garantidas independentemente de qual governo ou de qual maioria parlamentar conjuntural estivesse no poder; o Estado de Direito deve ser concebido *“não só como uma salvaguarda mas como a concretização jurídica da liberdade. Como disse Immanuel Kant (e Voltaire antes dele, quase nos mesmos termos), ‘o homem é livre quando não tem de obedecer a ninguém, exceto às leis’”* ²⁶¹ (Ibidem, p. 83).

Evidentemente, neste enfoque Hayek defende a igualdade pautada em normas jurídicas legais, ao passo que rechaça a igualdade material. A própria diversidade e complexidade de uma sociedade aberta não proporcionaria outra forma de se estabelecer não apenas o progresso, como a própria justiça. *“Do fato de que as pessoas são muito diferentes segue-se que, se dispensarmos a todas tratamento igual, o resultado será a desigualdade de suas posições reais e que a única maneira de colocar essas pessoas em posição de igualdade seria dispensar-lhes tratamentos diferentes”* (HAYEK, 1983, p. 94).

Seria necessário rechaçar as formas mais dogmáticas de democracia que para Hayek colocavam em xeque os fundamentos da liberdade. Assim como Tocqueville, Hayek via os perigos de um

²⁶⁰ *“Se na aceção dessas pessoas ‘capitalismo’ significa um sistema de concorrência baseado no direito de dispor livremente da propriedade privada, é muito mais importante compreender que só no âmbito de tal sistema a democracia se torna possível”* (HAYEK, 1984, p. 83)

²⁶¹ Em favor desta ideia, Hayek costumava lembrar que Hitler chegara ao poder na Alemanha por meios institucionais e democráticos.

“governo da maioria”²⁶². Em última instância, a democracia deveria estar subsumida ao liberalismo e sua validade enquanto forma de governo apenas se sustentaria se preservasse a liberdade, no sentido dado por Hayek. *“O Liberalismo é uma doutrina que define as características da lei, democracia é uma doutrina que define o método pelo qual se determinará que leis serão aprovadas”* (Ibidem, p.132). Em outras palavras, o liberalismo seria a substância, o cerne de uma ordem civilizada, o fim a ser perseguido, enquanto que a democracia seria apenas um meio de preservá-lo. Tal diferenciação torna-se mais nítida se atentarmos que para Hayek a antítese de liberalismo seria o totalitarismo e a antítese de democracia seria um governo autoritário. Este último, mesmo que preterido por Hayek, não implicaria necessariamente em totalitarismo, aqui compreendido como coerção total sobre o indivíduo e supressão de suas liberdades.

Haveria por certo vantagens na democracia para Hayek, pois ela seria a única forma possível de se ensejar mudanças pacíficas. Ao mesmo tempo a vida democrática seria a melhor forma para que o povo adquirisse prática sobre os assuntos públicos, absorvendo assim um grau de experiência que seria importante para a evolução social, sem contar o fato de que em geral – mas não necessariamente – a democracia era a forma de governo que mais se coadunava com a liberdade, dado que seria pouco provável que uma maioria aceitasse a coação de uma minoria²⁶³. Entretanto, como fica nítido a partir da própria citação, não se trata jamais da defesa da democracia em si mesma, mas apenas de uma defesa instrumental de suas características que favorecem a ordem liberal²⁶⁴.

Tais definições são fundamentais para apreendermos a maneira pela qual Hayek encara as funções do Estado. Não se trata, por certo, das noções vulgarizadas de *laissez-faire* que tanto atrapalharam o verdadeiro liberalismo; estaria reservado um papel fundamental ao Estado dada a necessidade de uma ordenação jurídica que garantisse a liberdade individual e uma estrutura econômica concorrencial. Mas tal Estado deveria ser apenas o fiador de certas regras de conduta que permitiriam que a ordem espontânea se desenvolvesse. A clivagem que Hayek estabelecia com aqueles que qualificava como construtivistas era o fato de que tais regras não poderiam jamais ser elaboradas pela

²⁶² “A imposição da vontade da maioria difere radicalmente do processo de livre evolução que gera instituições e costumes, porque seu caráter coercitivo, monopólico e exclusivista destrói as forças autorreguladoras que fazem, em uma sociedade livre, ser abandonadas as tentativas mais equivocadas e prevalecer as mais acertadas” (Ibidem, p. 121).

²⁶³ Por outro lado, para ele, a democracia jamais poderia ser um contraponto efetivo contra a coação da maioria (Ibidem, p.117)

²⁶⁴ O que levava a Hayek a considerar restrições ao direito de voto como algo que não seria de todo incompatível com a sua ordem livre “Se somente as pessoas acima de quarenta anos, ou só os que percebem algum tipo de renda, ou só os chefes de família, ou as pessoas com um nível mínimo de escolaridade tivessem direito ao voto, isto não constituiria violação maior do princípio do que as restrições normalmente aceitas” (Ibidem, p. 114)

poder pessoal e discricionário dos indivíduos que governavam, mas sim pelo processo impessoal de evolução institucional que já abordamos.

Haveria a necessidade de se garantir a vigência de normas gerais e amplas que versassem sobre as relações entre indivíduos e destes últimos para com o Estado, de forma a evitar ou limitar o máximo possível as distintas formas de coerção. Noutras palavras, a liberdade postulada por Hayek não poderia jamais ser confundida com ausência de regras. Na realidade, seria justamente o contrário, ou seja, uma convicção de *“liberdade dentro da lei que (...) baseia-se na convicção de que quando obedecemos às leis, no sentido de normas gerais estabelecidas, independentemente de sua aplicação concreta, não estamos submetidos à vontade de outrem e, portanto, somos livres”* (HAYEK, 1983, p.169). Trata-se então de afirmar o caráter abstrato, genérico e impessoal das leis como salvaguarda de um estado de liberdade. Um arranjo legal que se desenvolva em função dos costumes, das tradições²⁶⁵, da experiência e da evolução espontânea da ordem social, na medida em que seja conhecido e respeitado por todos, impedirá a servidão entre os homens.

Caso exista de fato uma ordenação com tais características, *“se pode dizer que quem governa de fato são as leis e não os homens”* (Ibidem, p. 249). A impessoalidade que Hayek advoga para a salvaguarda da liberdade torna-se ainda mais acentuada quando lemos que seu *“Estado de Direito, naturalmente, pressupõe completa legalidade, mas isso não é o bastante (...) o Estado de Direito é algo mais que constitucionalismo: ele exige que todas as leis estejam de conformidade com certos princípios”* (Ibidem, p. 249). Estando acima da discricionariedade do governo e mesmo das Constituições Nacionais, as normas gerais que consubstanciam o Estado de Direito estariam além do escrutínio do povo e de seus governantes. Na medida em que o planejamento social e econômico exigia constantes e importantes mudanças em função das circunstâncias, ele seria incompatível com as regras de condutas gerais e o Estado de Direito, por mais que tivesse um suporte legal ou mesmo um amplo apoio popular num quadro de democracia representativa. Hayek estabelecia aqui uma clivagem entre as regras de conduta e a legalidade dos atos. A última não garantia de forma alguma a observância das primeiras. Falar em “governos das leis” implicava portanto em reduzir ao máximo o escopo das decisões que partiriam das intenções premeditadas de governantes. Neste sentido, para Hayek havia uma precedência do Direito em relação à própria sociedade. Esta última seria o produto lento de um

²⁶⁵ *“Por mais paradoxal que possa parecer provavelmente uma sociedade livre e bem sucedida sempre será, em grande parte, uma sociedade ligada às tradições”* (Ibidem, p. 65). Aqui Hayek está se referindo à Inglaterra que ao mesmo tempo que era dotada para ele de uma sociedade com alto grau de liberdade, também preservava suas tradições.

quadro legal em constante evolução e aperfeiçoamento, muito mais do que criadora de tal quadro. E justamente por isso, “a Autoridade tem que derivar do direito e não o inverso” (HAYEK, 1985, p. 110).

Em apoio a tal tese, Hayek aqui retoma as suas considerações acerca do limite do conhecimento para indicar limites para a própria justiça. “Se é a lei que nos liberta, entende-se por isso somente a lei no sentido de norma geral abstrata (...) a lei que configura uma ordem específica, uma ordem que é chamada ‘lei’ unicamente porque emana do Poder Legislativo, é o principal instrumento de opressão” (FDL 171). O excesso de discricionariedade traria sempre a presunção de se saber mais acerca dos desejos dos indivíduos que eles mesmos. Como tal tarefa seria tecnicamente impossível, quanto mais houver uma interferência direta e pessoal no campo da justiça, menos justiça de fato será produzida²⁶⁶. Ao longo do século XX, passou a existir uma situação em que o próprio conceito de lei era deturpado, pois “o governo passou a reivindicar para suas ações arbitrárias a mesma respeitabilidade que a das normas gerais de conduta” (HAYEK, 1985, p. XVI).

Logicamente pelo que foi exposto, o direito cumpriria melhor o seu papel tendo um caráter abstrato, da mesma forma que ele pensava que deveria ser abstrato o caráter do pensamento teórico social. Reivindicando Kant, Hayek defende a ideia de um “direito sem propósito” (HAYEK, 1985, p. 131). A ausência de propósito era a única base da neutralidade, do tratamento equânime e da preservação da liberdade. Aqui também o utilitarismo de Bentham teria prejudicado a causa do liberalismo na medida em que associava o direito ao propósito de resultados concretos de ações particulares, – por exemplo a busca pela felicidade do maior número de indivíduos – buscando assim estabelecer uma causalidade que feria o caráter abstrato do direito.

As normas gerais que seriam por definição descobertas e não promulgadas com vistas a objetivos concretos – por mais que pudessem ser aperfeiçoadas pelos homens e suas instituições – deveriam ser preservadas e usadas como limitação do poder dos governos constituídos, que por definição agiriam com intencionalidade. Evidentemente, as decisões legais de uma dada sociedade não poderiam apenas se limitar às regras e normas gerais abstratas. Mesmo que os juristas apenas se restrinjam a elas, haverá sempre a atuação do Legislativo e do Executivo que terão obrigatoriamente algum grau de discricionariedade. Será necessário então estabelecer formas que reduzam o poder de ordens específicas e próprias de governantes e representantes do povo.

²⁶⁶ “Usar o manto da forma judicial nos casos em que as condições essenciais para a decisão judicial estão ausentes, ou dar os juízes o poder de decidir questões que não podem ser resolvidas pela aplicação de normas, não tem outro efeito senão o de destruir o respeito por estas, ainda que as normas mereçam ser desrespeitadas” (HAYEK, 1983, p. 266)

Certamente a separação de poderes seria a principal destas formas, não simplesmente pela proteção implícita de cada área de atuação, mas fundamentalmente pelo fato “*de certas formas de coerção exigirem o emprego conjunto e coordenado de diferentes poderes ou a utilização de vários meios e, se esses meios se encontram em diversas mãos, ninguém poderá exercer tal coerção*” (HAYEK, 1983, p. 218). No entanto, uma solução a contento das distorções do Direito deveria abarcar soluções mais profundas do que até então se havia pensado sobre separação de poderes. Em “Direito, Legislação e Liberdade (DLL)”, ao diagnosticar a dinâmica política do pós-guerra, Hayek criticava o fato de que não apenas o Poder Legislativo nos países desenvolvidos se imiscuísse cada vez menos com normas gerais de conduta e cada vez mais se ocupasse com medidas específicas de governo, mas também o fato de que a preocupação com leis que deveriam garantir a vigência de um Estado de Direito adequado e garantidor da liberdade passava cada vez mais a ser assunto de funcionários estatais, o que acabava por solapar a vigência das normas gerais. A burocratização do aparato estatal implica em fortalecer o afã planejador e interventor do governo. Em outras palavras, “*o governo prepondera sobre o direito nas democracias ocidentais*” (HAYEK, 1985, p. XXV), ou então, no mesmo sentido, “*a tarefa de governar virou ocupação do legislativo e função de legislar ficou subordinada à tarefa de governar*” (Ibidem, p. XXXI) e desta maneira as normas gerais que davam sentido ao direito fundado na liberdade eram secundarizadas.

Diante de tal conjuntura, Hayek propõe em DLL a existência de duas assembléias coexistindo com funções distintas. Uma delas se ocuparia com as normais gerais de conduta e seria independente dos partidos políticos, sendo composta por pessoas reconhecidamente respeitadas e com visão de longo prazo, tendo também sufrágio restrito. A segunda assembléia, encarregada de estabelecer normas voltadas para os objetivos concretos de governo a cada momento, seria dominada pelos partidos políticos e refletiria mais as maiorias políticas eventuais. Evidentemente, a segunda câmara estaria subordinada às regras gerais estabelecidas pela primeira e, portanto, seu poder seria bem mais limitado do que de fato se verificava nas democracias ocidentais. A suposição de Hayek era de que seria possível, com tal medida, resgatar uma concepção de justiça que estivesse desvinculada das paixões, interesses e oportunismos políticos. Ao mesmo tempo, tal medida se casava com a sua postura de regeneração do liberalismo, visto que Hayek creditava em grande medida a “*débâcle*” de muitas mentes da causa liberal ao fato de que os “*idealistas perderam fé na justiça desvinculada do interesse*” (Ibidem, p. XL).

Em suma, o Direito, a propriedade privada e a liberdade individual eram para Hayek a trinca fundamental da ordem liberal. A forma pela qual ele articulava tais ideias o levou a postular o conceito de “demarquia”, como substituto ao conceito de democracia. *“Tenho, por conseguinte sugerido que se passe a usar a palavra demarquia, baseada no mesmo princípio do qual derivam as palavras anarquia e monarquia. Quase todas as outras formas de governo são derivadas da palavra grega archia, ao invés de kratía (...) Assim, minha sugestão é no sentido de que se faça uma campanha em prol do governo livre, propondo-se uma nova solução, que eu chamo de demarquia”* (HAYEK, 1981, p. 42). Semanticamente, tratava-se de afirmar algo como “governo do povo com regras” em oposição à ideia corrente de “governo do povo” que inspirava o coletivismo construtivista e que fundava as bases do “totalitarismo” socialista.

b.2.3) A ética coletivista como servidão

À luz do que expusemos, a crítica que Hayek faz do socialismo cabe aqui ser mencionada não apenas por tratar-se de parte importante e conhecida de sua obra, mas fundamentalmente pelo fato de que nela se torna cristalina a maneira pela qual ele busca sintetizar a sua concepção de razão, ciência e valores, ou seja, através de sua crítica ao socialismo, Hayek buscará mostrar como é possível unir o seu conceito teórico de ordem espontânea com a preservação da liberdade e o rechaço do totalitarismo.

Ao se abolir o sistema de preços de mercado e a ordem competitiva, não apenas haveria uma *“redução da renda numa economia centralmente dirigida”*, como também o *“socialismo tornava o cálculo racional impossível”*²⁶⁷. Assim, a *“luta entre defensores de uma sociedade livre e os defensores do socialismo não é moral, mas um conflito intelectual”* (HAYEK apud EBENSTEIN, p. 239). Todavia, tal afirmação de Hayek vista dentro do contexto global de sua obra parece ser mais um argumento retórico do que algo coerente com sua visão. Pois nos parece inegável que há uma dimensão moral muito acentuada na sua crítica ao socialismo, pois além do erro intelectual na ideia de uma economia centralizada e da virtual impossibilidade teórica da efetivação com sucesso de um plano socialista, haveria ainda uma degeneração ética da humanidade ao se abandonar a sociedade de livre mercado. *“O planejamento bem sucedido exige a criação de uma opinião comum sobre os valores*

²⁶⁷ HAYEK, F. Socialist Calculation I: The Nature and History of the Problem.. In: HAYEK, F. *Individualism and economic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1980d, p. 146

essenciais; é por isso que a restrição da nossa liberdade no que diz respeito às coisas materiais atinge de modo tão direto nossa liberdade espiritual” (HAYEK, 1984, p. 117).

Mais ainda, para Hayek, a impossibilidade de um acordo permanente sobre valores essenciais torna então a ética coletivista algo que não apenas irá necessariamente se sobrepor à liberdade, mas que anulará a própria noção de ética e de verdade em si mesmas. Apenas a defesa da ética individualista, por via de um processo evolutivo de aprendizado e aperfeiçoamento poderia gerar um quadro institucional que refletisse uma verdadeira ética social. *“Na ética individualista, o princípio de que o fim justifica os meios é considerado a negação de toda a moral. Na ética coletivista, torna-se a regra suprema; não há literalmente nada que o coletivista coerente não deva estar pronto a fazer, desde que contribua para o “bem da comunidade”, porque o “bem da comunidade” é para ele o único critério que justifica a ação* (Ibidem, p.143.). Assim como não seria factível nem desejável uma atitude construtivista em relação à economia, à política e ao direito, também seria um contrassenso uma atitude racionalista e dirigida no terreno dos valores e da ética. *“Como todos os nossos valores, nossa moral não é um produto, mas um pressuposto da razão (...) O sistema de valores no qual nascemos indica os fins aos quais nossa razão deve servir (...) Sempre nos moveremos no âmbito de uma estrutura de valores e instituições que não foi criada por nós.(...) Nunca poderemos criar artificialmente um novo conjunto de normas morais”* (HAYEK, 1983, pp. 67-68).

Não haveria destarte ética alguma dissociada da liberdade e da evolução social espontânea. *“A liberdade é fonte e pré-requisito de todos os valores”* (HAYEK, 1985, p.XIII), ao mesmo passo em que *“só existe uma liberdade, a liberdade individual”* (Ibidem, p. XIII). Desta forma, a negação do individualismo só pode ensejar regimes totalitários cujo suporte ético será imposto aos indivíduos e nunca emanará de fato destes últimos. Um código de ética comum a todos necessariamente suprimirá a livre individualidade, de forma que apenas o livre mercado e o capitalismo podem conviver com princípios morais. Ou seja, só o *“mercado termina produzindo um resultado sumamente moral”* (Hayek apud MÉSZÁROS, p. 139).

É justamente aqui que Hayek crê ser possível estipular uma origem comum entre socialismo e nazifascismo em seu “Road to Serfdom”. Em ambos o princípio da organização social era erigido como máxima. Para Hayek, mesmo que Marx não fosse adepto de organização centralizada e tivesse até certo ponto traído *“essa ideia básica do socialismo com sua adesão fanática e utópica à ideia abstrata de liberdade”* (HAYEK, 1984, p.161), isto não impedira que tal ideia assumisse papel chave em todo o movimento socialista inspirado por ele. Da mesma forma que os socialistas, para ele também os

nazistas erigiam a organização social como meta fundamental. Deste modo, as lideranças nazistas “*não se opunham aos elementos socialistas do marxismo e sim aos elementos liberais que este continha – seu internacionalismo e sua democracia*” (Ibidem, p. 159). Para Hayek, o suposto progressismo dos socialistas, ao impor ideias de organização sobre um Estado de Direito e uma estrutura de valores individuais constituída esconderia na realidade um reacionarismo que também era esposado por forças assumidamente conservadoras da sociedade.

Em “Fundamentos da Liberdade” já no pós-guerra, quando se tornara nítido que o mundo ocidental não iria aderir ao modelo de socialismo pautado na propriedade comum e estatal dos meios de produção, Hayek volta-se a criticar o modelo de Estado Previdenciário e de Bem- Estar. Os motivos de tal desvio de foco da crítica de Hayek eram justificados pelo fato de que “*apesar de que os métodos característicos do socialismo coletivista contarem com poucos defensores no Ocidente, seus fins últimos não perderam a atração*” (HAYEK, 1983, p. 311), fazendo com que mesmo que o modelo de socialismo que pressupunha expropriação dos meios de produção esteja sendo abandonado “*não sabemos se não acabaremos por implantá-lo, ainda que não intencionalmente*” (Ibidem, p. 311). Todo o problema era o fato de que mesmo que o modelo de expropriação socialista tivesse perdido força, ele tinha deixado um legado de “*destruição das limitações tradicionais aos poderes do Estado*” (Ibidem, p. 311).

Hayek entende que a política majoritária da esquerda passara agora a ser a busca de formas de redistribuição da riqueza via Estado Previdenciário, formas estas que mesmo que formalmente não fossem incompatíveis com o sistema de mercado, traziam a necessidade de controles e intervenções cada vez mais fortes. Inevitavelmente em tal contexto “*um poder paternalista controla a maior parte da renda da comunidade, alocando-a entre os indivíduos nas formas e quantidades que julga compatíveis com sua necessidade ou mérito*”²⁶⁸. Em tal conjuntura, a tarefa dos liberais tornava-se ainda mais complexa para Hayek pelo fato de que diferentemente da antiga forma de socialismo, as novas políticas previdenciárias e de bem-estar do pós-guerra eram mais difusas e ambíguas e, portanto, era mais difícil argumentar sobre suas ameaças implícitas às liberdades individuais ²⁶⁹.

²⁶⁸ Ibidem, p. 316

²⁶⁹ “*Enquanto a ameaça vinha do socialismo, do tipo nitidamente coletivista, era sempre possível argumentar que os pressupostos dos socialistas eram simplesmente falsos: ou seja, que o socialismo não conseguiria realizar aquilo a que os socialistas aspiravam e que produzia consequências indesejáveis para eles. Não podemos argumentar do mesmo modo contra o Estado previdenciário, pois a expressão não se refere a um sistema definido. O que o termo engloba é um conjunto de elementos tão diversos e até contraditórios, que enquanto alguns podem transformar a sociedade livre mais atraente, outros são incompatíveis com ela, ou podem no limite, constituir ameaça potencial à sua existência*” (HAYEK, 1983, p. 314)

As políticas do Estado Previdenciário, na opinião de Hayek, iam muito além de uma até certo ponto justificável proteção social de determinados setores. Elas acabavam por se pautar numa noção de justiça social que buscava interferir na estrutura social e econômica de forma a reduzir as desigualdades de renda. Para alertar sobre os perigos embutidos em tal situação, Hayek julgou necessário criticar o próprio conceito de justiça social, ideia sedutora e muito mais complicada de ser combatida do que o sistema econômico do socialismo expropriador do capital. John Stuart Mill teria sido o responsável por introduzir nas preocupações econômicas tal ideia.²⁷⁰ Mas para Hayek, a ideia de justiça social era irrealizável dentro da noção de ordem social espontânea. A única justiça plausível era a individual, isto é, a existência de normas gerais fiadoras da propriedade e dos direitos do indivíduo livre. Ou dito de outra forma, só é possível estabelecer, numa sociedade livre pautada em um Estado de Direito, um acordo quanto aos meios e jamais quanto aos seus fins (HAYEK, 1985, p. XX). Desta forma, um governo não coercitivo e defensor da liberdade individual “*não pode determinar a posição material dos indivíduos ou implementar a justiça distributiva ou social. Para alcançar tais objetivos ele teria de seguir uma política de (...) dirigismo*”. Deste modo, ao se dar vazão ao princípio de justiça social, “*o Estado está fadado a regredir ao socialismo e a seus métodos coercitivos e essencialmente arbitrários*” (HAYEK, 1983, p. 315).

A estrutura social e política que estava por trás do Estado previdenciário e da dinâmica econômica do pós-guerra tornava ainda mais difícil a tarefa dos liberais para Hayek. Teria havido um aumento do peso dos assalariados nas sociedades ocidentais e um relativo declínio do número de indivíduos que obtinha dinheiro nos negócios de sua propriedade. Assim as políticas de governo orientavam-se cada vez mais para os que recebiam salário. As ocupações em geral pautavam-se cada vez mais por uma dada hierarquia de empregos, ao mesmo tempo em que as ocupações independentes, muito mais afeitas à ideia de risco e competição, perdiam sua influência²⁷¹. Com isso a política estaria moldada em grande parte por um setor da população cujo principal objetivo era garantir sua renda fixa e seus benefícios sociais e previdenciários. “*Os assalariados isentam-se de algumas responsabilidades da vida econômica; e naturalmente, acham que os resultados do declínio ou da falência da*

²⁷⁰ Para Hayek, Mill não teria se dado conta no século XIX de que a tentativa de acabar com a pobreza “*pela redistribuição teria levado (...) à destruição de tudo o que ele mesmo julgava uma vida civilizada, sem conseguir alcançar o seu objetivo*” (Ibidem, p. 42).

²⁷¹ “*Um homem que trabalha sob a direção de outro por um salário fixo pode ser tão consciencioso, laborioso e inteligente quanto aquele que precisa escolher constantemente entre alternativas; mas dificilmente será tão criativo e ousado, porque a margem de escolha em seu trabalho é mais restrita(...)Uma função prescrita é necessariamente limitada, restrita a uma esfera de ação e baseada em uma divisão do trabalho predeterminada*”(Ibidem, p.133).

organização que os emprega não são de sua responsabilidade (...) Não surpreende (...) que desejem um poder tutelar superior para controlar as atividades administrativas” (Ibidem, p. 134).

Segundo Hayek caberia aos liberais mostrar aos assalariados que por trás de sua aparente hegemonia política criava-se uma situação em que em longo prazo o próprio declínio numérico no grupo de pessoas que viviam de suas propriedades seria maléfica para eles, porque *“a liberdade do assalariado depende da existência de um grande número e variedade dos empregadores”* (Ibidem, p. 132), ou seja, a própria proletarianização da sociedade em última instância seria ruim para o próprio proletariado. O fato de que os Estados passassem a serem empregadores cada vez mais importantes, somado à proliferação de grandes monopólios privados – que na opinião de Hayek em grande medida se fortaleciam sob os auspícios estatais – reduzia as opções disponíveis de emprego e logo, a liberdade dos trabalhadores assalariados.

Ao mesmo tempo, a crescente força dos sindicatos sobre os assalariados e sobre o Estado agudizava o problema. O monopólio sindical sobre o trabalho, além de seus efeitos no desempenho econômico que já abordamos, *“tende (...) a produzir exatamente o sistema de planificação geral socialista que poucos sindicatos desejam”* (Ibidem, p. 331). Entretanto, independente da intencionalidade ou não dos sindicatos em produzir uma planificação geral da economia, seriam eles o inimigo por excelência da ordem livre espontânea. Para Hayek, os sindicatos só lograram adquirir tamanha força no mundo ocidental do pós-guerra devido à colaboração direta dos governos e à falta de informação do público em geral, que acabou por ser persuadido pela falsa ideia dos benefícios da sindicalização de todos. Diante de clima tão propício à atividade sindical, seus líderes podiam praticar as mais diferentes formas de coerção²⁷². A atividade sindical com tamanho poder levaria sempre às reivindicações de maior controle sobre a renda e emprego. Assim, era plenamente justificada uma política de ataque aos poderes dos sindicatos. Hayek sugere inclusive que haveria uma tendência ao conluio entre sindicatos de trabalhadores e as grandes corporações no sentido de pressionar os governos em favor de seus interesses *“Pode ser até que as vantagens das grandes organizações com relação às*

²⁷² *“Em geral, a legalização dos sindicatos passou a significar que, sejam quais forem os métodos que consideram indispensáveis para a consecução de seus objetivos, também devem ser considerados legais (...) A aura de legitimidade que se confere ao piquete, porque seus fins são considerados bons, não modifica o fato de que representa um meio de pressão organizada sobre os indivíduos, que, numa sociedade livre, nenhuma organismo privado poderia exercer.”* (Ibidem, p. 332)

pequenas decorram em parte de uma política que tornou a posição de assalariado mais atraente para muitos que, no passado, buscariam a independência” ²⁷³ (Ibidem, p. 134).

Não apenas a proletarização e a força dos sindicatos, mas também as burocracias governamentais eram um fator adicional de pressão em prol de um maior dirigismo. As próprias tendências interventoras e planejadoras que ganhavam força em nome da defesa de uma maior justiça social tinham como contrapartida uma ampla camada de técnicos e funcionários que, em nome de um reforço político e de status de si próprios, jogavam lenha nas tendências de crescimento do escopo estatal. *“É inevitável que este tipo de administração de bem estar do povo se torne um aparato incontrolável (...) que impõe sua vontade e que cada vez mais se investe da mística da autoridade soberana”* (Ibidem, p. 318).

Contra tais “místicas” que tornavam o clima político favorável à burocracia governamental e à ação dos sindicatos – e seus eventuais conluíus com os grandes monopólios – durante as décadas do pós- guerra, seria necessário um longo e persistente trabalho teórico pela retomada dos princípios do verdadeiro liberalismo. Apesar de toda sua crítica a Keynes e ao Keynesianismo, Hayek por diversas vezes mencionou com aprovação as últimas frases da Teoria Geral que acentuavam que, em última instância, as ideias têm mais força do que os interesses imediatos do jogo político. Da mesma forma que Keynes buscara combater o liberalismo dos economistas neoclássicos, tratava-se agora para Hayek de, a um só tempo, demolir o ideário do keynesianismo que sustentava o Estado Previdenciário e também recuperar o liberalismo de suas leituras equivocadas – dentre elas, a dos próprios economistas neoclássicos, que enveredaram pelas concepções utilitaristas. E aqui a responsabilidade das ideias, independentemente das intenções de seus formuladores, é crucial²⁷⁴.

Ao criticar o racionalismo típico do construtivismo, Hayek não se propunha jamais a abdicar da razão como explicação da sociedade, mas sim estabelecer um estatuto mais adequado a ela. Ele acreditava que, no fundo, a superestimação da razão professada pelos construtivistas em geral era na realidade uma *“revolta contra razão”* (HAYEK, 1985, p. 31) pautada na recusa intelectual de se utilizar padrões abstratos de pensamento. Ao mesmo tempo, era necessário ser paciente para se contrapor ao

²⁷³ Crítica semelhante Hayek já fazia em 1944, em Caminho da Servidão: *“Ainda mais surpreendente, talvez, é a notável indulgência que muitos socialistas mostram para com os debenturistas aos quais a organização monopólica da indústria garante rendimentos seguros. Um dos mais extraordinários sintomas da subversão de valores ocorrida na geração passada é uma cega hostilidade para com o lucro que levou a considerar o rendimento fixo e conquistado sem esforço algo social ou moralmente mais desejável do que o lucro, e a aceitar o próprio monopólio para garantir, por exemplo, tais rendimentos aos debenturistas das redes ferroviárias.”* (HAYEK 1984, p. 178)

²⁷⁴ Ao ser criticado por Schumpeter pelo fato deste último desacreditar sua ideia de que os erros intelectuais tinham peso decisivo para o advento do totalitarismo, Hayek reafirma veemente sua opinião. (HAYEK, 1985, p. 78).

apelo social do construtivismo, já que a *“humanidade prefere às vezes essa intervenção na ordem, pois quer ver resultado de curto prazo”* (Ibidem, p. 62). Ao mesmo tempo, o construtivismo, ao passo que suscitava enormes ilusões sobre o poder do homem sobre a realidade, teria um apelo psicológico enorme²⁷⁵ e aqui fica claro mais uma vez como a perspectiva de longo prazo em Hayek servia para justificar tanto sua análise do sistema econômico quanto sua apreensão da esfera política.

A insistência quanto aos princípios caros à liberdade individual, mesmo que impopulares em certos momentos, e a perseverança de uma visão de longa duração seriam os únicos antídotos para o resgate com sucesso do pensamento liberal. A própria ideia neoclássica de se calcular a utilidade marginal de diferentes indivíduos, teria sido responsável por conclusões falaciosas que incentivaram as concepções construtivistas e antiliberais. Os economistas neoclássicos, ao pensar ser possível *“avaliar os diferentes tipos de utilidades de diferentes tipos de pessoas então (...) tem que concluir que a mesma quantidade de dinheiro vale menos para o rico que para o pobre (...) Mas o fato é que (...) a ideia de que as utilidades de diferentes tipos pode ser comparada é simplesmente um absurdo, é uma ilusão”* (HAYEK, 1981, p. 17). De forma análoga, os princípios utilitaristas eram uma péssima resposta aos teóricos socialistas. A crítica ao socialismo jamais poderia repousar na ideia de indivíduos oniscientes batalhando racionalmente por seus desejos. Pois afinal, tal perspectiva não oferecia nenhuma garantia de que, em nome de tal hedonismo racionalizado, a sociedade não caminhasse em direção de formas de construtivismo ou mesmo ao socialismo, posto que o utilitarismo levado à suas últimas consequências seria baseado numa *“arrogância da razão”* (HAYEK, 1985, p. 32) ferindo assim os pressupostos de livre desenvolvimento da ordem espontânea.

Não podendo discernir dentro do emaranhado de eventos e das relações entre indivíduos o futuro da evolução social, qualquer tentativa de organização política, social e econômica será tanto um fracasso como algo antitético à liberdade dos homens. Desta forma, simplesmente o que é possível apreender para Hayek é a gênese de determinadas ordens sociais, alheias ao controle humano. Desta forma, o papel teórico e militante reivindicado por Hayek só poderia consistir na busca por melhoras paulatinas dentro de uma ordem social existente, com regras de conduta já dadas. Toda a sua crítica ao socialismo e às formas distintas do que chamou de construtivismo reside justamente no fato de que para Hayek *“os homens têm se preocupado muito mais em procurar ordens sociais alternativas do que em aperfeiçoar sua compreensão ou uso dos princípios subjacentes à nossa civilização”*²⁷⁶.

²⁷⁵ HAYEK, 1985, p.2

²⁷⁶ HAYEK, 1983, p. 34

b.3) A visão internacional de capitalismo em Hayek.

b.3.1) O internacionalismo liberal

De toda a construção teórica que explicitamos sobre as esferas econômica e política em Hayek, emana uma visão internacional particular do capitalismo. Como é de se esperar, como veremos, nos momentos em que se debruça sobre questões internacionais, Hayek irá partir da mesma ideia central de seu pensamento, qual seja, a ideia de que se há de aceitar a ordem espontânea dos mercados e da formação das regras de conduta gerais, e consequentemente deve-se evitar ao máximo o construtivismo e as tentativas de planejamento econômico, social e político. Todavia, há algo mais a dizer. Ao longo de sua obra é possível depreender a sugestão de que única e exclusivamente o liberalismo será capaz de oferecer uma perspectiva coerente de internacionalismo. Não se trata simplesmente do fato que Hayek rechaça o nacionalismo econômico e político, mas sim, que ele defende a identidade e coerência entre uma perspectiva individualista e o internacionalismo. Ao contrário do que se poderia supor, o coletivismo socialista não poderia se pautar de forma coerente pelo internacionalismo, pois

Se a "comunidade" ou o Estado têm prioridade sobre os indivíduos, se possuem objetivos próprios superiores aos destes e deles independentes, só os indivíduos que trabalham para tais objetivos podem ser considerados membros da comunidade. Como consequência necessária dessa perspectiva, uma pessoa só é respeitada na qualidade de membro do grupo, isto é, apenas se coopera para os objetivos comuns reconhecidos, e toda a sua dignidade deriva dessa cooperação, e não da sua condição de ser humano. Os próprios conceitos de humanidade e, por conseguinte, de qualquer forma de internacionalismo são produtos exclusivos da atitude individualista e não podem existir num sistema filosófico coletivista (HAYEK, 1984, p. 138)

Assim, olhando-se por uma perspectiva internacional, seria ainda mais necessária para Hayek a preservação da liberdade individual e o afastamento do construtivismo. *“Em nenhum outro campo o mundo pagou tão caro por abandonar o liberalismo do século XIX como naquele em que esse abandono se iniciou: o das relações internacionais”* (Ibidem, p. 198). No plano econômico, as relações internacionais estariam, portanto, envenenadas pelo construtivismo. Quanto mais houvesse o controle

do Estado sobre os recursos nacionais, menos pacíficas tenderiam a ser as relações econômicas entre as nações. Se as trocas de mercadorias e fluxos de capitais fossem realizados entre indivíduos, eles respeitariam as leis de mercado e uma dada ordenação jurídica da economia internacional, ou melhor, respeitariam uma dada ordem espontânea aceita internacionalmente. Entretanto, na medida em que o Estado passava ser o fiador principal de tais relações, *“As transações econômicas entre unidades nacionais que são ao mesmo tempo juízes supremos da própria conduta, que não se curvam ante nenhuma lei superior e cujos representantes não podem ser restringidos por qualquer consideração exceto o interesse imediato de seus respectivos países, acabarão por converter-se em choque entre nações”* (Ibidem, p. 199)

Neste ínterim, a perspectiva da busca de elevação do planejamento econômico para uma escala internacional, só faria multiplicar os perigos e vicissitudes já existentes em escala nacional. Hayek considerava que a perspectiva planificadora só faria sentido e só seria justa ao se considerar pequenos grupos de indivíduos, posto que aqui até certo ponto é possível se estabelecer uma efetiva comunhão de objetivos e valores. Mas à medida que se aumentasse a abrangência da planificação, tornava-se cada vez mais impossível que tal livre acordo se mantivesse. *“O conflito entre planificação e liberdade não pode deixar de agravar-se à medida que diminui a semelhança de valores e de padrões entre os que são submetidos a um plano unitário (...) à medida que se amplia o âmbito de planificação; (...) diminuindo o consenso, crescerá a necessidade de adotar a força e a coerção”* (Ibidem, pp. 199-200).

Se eram impossíveis e indesejáveis tentativas de planejamento econômico internacional, por outro lado, por decorrência de sua própria teorização sobre ciclos econômicos, ele acreditava que seria necessário ou ao menos desejável que certos padrões de comportamento fossem assumidos pelas diferentes nações. Em especial em sua preocupação em relação à inflação, era claro para Hayek que as tentativas de se segurar o crédito durante os “booms” econômicos deveria ser algo praticado conjuntamente pelas diferentes autoridades monetárias dos países, dada a integração comercial e dos fluxos de capital internacional²⁷⁷. Justamente por colocar no centro a questão da disciplina anti-inflacionária, Hayek era um defensor do padrão-ouro. Ele não via contradição em sua postura radical contra qualquer forma de planejamento com sua defesa histórica do padrão-ouro, porque para ele, o padrão-ouro seria muito mais o produto de uma ordem espontânea internacional do que um planejamento premeditado de governos. Diferentemente de Keynes, que defendera em “Tract on Monetary Reform” uma taxa de câmbio administrada de forma a se evitar os processos deflacionários

²⁷⁷ HAYEK, 1934, p. 125

internos a cada país, necessários na lógica do padrão-ouro, Hayek postulava justamente o contrário: a manutenção do padrão-ouro como instrumento de disciplina interna da política monetária. E, exatamente por não acreditar que os governos espontaneamente mantivessem a estabilidade da oferta de moeda, a disciplina do padrão-ouro seria a solução mais adequada, ou na terminologia hayekiana, uma “regra de conduta” a ser respeitada tendo em vista seus benefícios de longo prazo²⁷⁸.

Em 1943, quando se iniciavam as discussões sobre a ordem econômica do pós-guerra que resultariam nos acordos de Bretton Woods e em que se tornara claro que não seria factível a manutenção da utilização apenas do ouro como reserva, Hayek propôs um padrão internacional baseado numa cesta de commodities, agindo “*da mesma forma que um padrão-ouro faria*” (EBENSTEIN, 257)²⁷⁹. Nas décadas subsequentes, Hayek manteria a mesma visão crítica acerca de taxas de câmbio administradas de forma discricionária ou flutuantes. Ao não mais se obrigar países com déficit no balanço de pagamentos a deflacionar sua base monetária, somado ao fato de existir provisão extra de liquidez internacional – em geral dólares, emitidos pelos EUA – facilitava-se a solução inflacionária para se estimular internamente as economias nacionais e também abria-se maior margem para desvalorizações cambiais²⁸⁰. Este seria um dos principais motivos pelo qual a inflação – e o boom econômico que a acompanhou – do pós-guerra tivesse sido tão prolongado²⁸¹. A consequência de tal flexibilidade monetária possibilitada pelo arranjo do câmbio e pagamentos internacionais seria então a responsável por um processo generalizado de má alocação da mão de obra e capital nos mais diferentes países.

Diante das dificuldades de se retomar uma estrutura do tipo do padrão-ouro ou de algum sucedâneo baseado nos mesmos princípios, Hayek passaria a defender outra proposta distinta. “*Seria preferível talvez ir muito além: provavelmente nada contribuiria mais para a estabilidade monetária internacional do que um sistema em que as diferentes nações se obrigassem mutuamente, por tratado,*

²⁷⁸ Mesmo em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, Hayek afirmaria que “*Enquanto não vejamos claramente os problemas fundamentais da teoria monetária e enquanto nenhum acordo seja alcançado nas questões teóricas essenciais, nós não estamos ainda na drástica posição de reconstruir nosso sistema monetário, em particular de substituir o semi-automático padrão-ouro por um mais ou menos arbitrariamente administrado câmbio.*”

²⁷⁹ Proposta que Keynes criticaria nos seguintes termos “*O erro do padrão ouro reside em submeter políticas salariais nacionais para ditames vindos do exterior. É mais sábio deixar a estabilidade (ou outra situação) de preços internos como uma questão de política interna. Um padrão baseado em commodities que tente impor isso do exterior vai agir certamente como o rígido padrão ouro*” (Keynes apud EBENSTEIN, 257).

²⁸⁰ HAYEK, 1985b, 75

²⁸¹ E assim Hayek justificava o fato de não ter podido prever um crescimento econômico tão prolongado, fenômeno que era tido como impossível nos seus textos antes da Segunda Guerra. De uma forma ou de outro, o malogro internacional do crescimento nos anos 1970 seria para ele a comprovação da justeza de suas teses.

a não levantar obstáculos de qualquer natureza à livre transação de moeda em outro país” (HAYEK, 1983, p. 405). Tratar-se ia, portanto, de um sistema acordado entre os países que garantia a mais ampla conversibilidade entre as moedas nacionais para que, através de uma dinâmica competitiva, houvesse um desestímulo para políticas monetárias frouxas que colocassem em questão o valor do dinheiro de uma dada nação. Em suma, o que se depreende de tais propostas, seja do saudosismo de Hayek perante o padrão-ouro, ou em sua ousada proposta de “competição” entre moedas nacionais, é que em todo caso, seria fundamental o estabelecimento de um arranjo institucional comum às nações. Sem tal arranjo, ampliava-se o poder de cada país em produzir inflação com todas as distorções e artificialismos que esta acarretava, segundo seu entendimento.

De toda forma, jamais poderíamos confundir a proposta de Hayek de um arranjo aceito como “norma geral de conduta” internacional como a defesa de uma coordenação planejada entre nações. Para ele, tratava-se pura e simplesmente de se estabelecer regras que impediriam os países de abusarem de seus poderes soberanos na política econômica, de maneira que a iniciativa privada comandasse a vida econômica em todos os países, dentro de uma lógica puramente competitiva. Ao se impedir toda e qualquer manipulação cambial, e ao mesmo tempo ao se evitar o protecionismo nacional, o que prevaleceria seria a efetiva capacidade e eficiência produtiva em escala internacional, bem como a melhor alocação possível dos recursos.

Este ponto de vista remete diretamente à maneira pela qual ele enxerga o problema do desenvolvimento desigual das nações:

Embora a posição tão avançada em que se encontram, hoje, os povos do Ocidente em relação aos demais, em termos de riqueza, seja em parte consequência de um maior acúmulo de capital, isto decorre, principalmente do fato de que eles utilizam o conhecimento de maneira mais eficiente. Não há dúvida de que a perspectiva atual de os países mais pobres, ‘ subdesenvolvidos’, atingirem o nível atual dos países do Ocidente é muito melhor do que seria se o Ocidente não tivesse dado tão grande salto à frente. Além disso, é bem melhor do que seria, caso, no decorrer do surgimento da sociedade moderna, alguma autoridade mundial tivesse tomado medidas para que nenhuma nação se adiantasse em relação às outras, assegurando, a cada passo, que os benefícios materiais fossem distribuídos equitativamente em todo o mundo. Se hoje em dia, algumas nações podem chegar, em poucas décadas, a um nível de conforto material que custou aos países do Ocidente centenas ou milhares de anos para ser conseguido, não é evidente que seu caminho se tornou mais fácil pelo fato de tais países não terem sido forçados a compartilhar suas conquistas materiais com os demais – por não terem sido freados, mas por terem conseguido passar tão à frente?(HAYEK, 1983, p. 47)

É claro então que, para Hayek, a possibilidade de progresso e civilização reside no fato de ter surgido no Ocidente uma sociedade em que a liberdade e o individualismo puderam florescer. Tal como seria errado pensar o surgimento do capitalismo no Ocidente como um processo de expropriação e exploração, pela mesma lógica seria um contrassenso pensar o mesmo sobre a relação entre as nações. A dependência, a dominação e imperialismo não poderiam se justificar, pois o desenvolvimento enquanto tal dependeria não de uma suposta autonomia frente aos países ricos, mas sim do grau em que cada sociedade pudesse fomentar a livre iniciativa. Ao mesmo tempo “... *o que permite a um país liderar este desenvolvimento mundial são suas classes economicamente mais avançadas*” (Ibidem, p. 48)²⁸². A desigualdade dentro de uma nação e a própria desigualdade entre as nações eram o pressuposto necessário do progresso universal. Destarte, as teses marxistas que enfatizavam as relações assimétricas entre os países estariam viciadas, já que não vislumbravam a verdadeira raiz do progresso econômico. Não se deveria pensar os obstáculos ao desenvolvimento econômico dos países pobres em função de seu atraso histórico ou por estarem subjugados aos países mais desenvolvidos. A existência de países líderes permitira um processo de mimetismo que abria condições para acelerar um desenvolvimento que de outra forma jamais ocorreria: “*Para várias regiões do mundo, o avanço da civilização, há muito tempo, se dá de forma reflexa*” (Ibidem, p. 47)²⁸³.

Apenas com o surgimento do individualismo teria sido possível liberar o potencial criativo da evolução da ordem espontânea capitalista de mercado. Não é por outro motivo que Hayek enfatiza a capacidade de uso do conhecimento disperso tornada possível no Ocidente – mais ainda do que o acúmulo de capital enquanto tal – como fator fundamental para a sua opulência. O que não quer dizer, por outro lado, que o problema da oferta de capital enquanto tal não fosse importante para o desenvolvimento dos países mais pobres. Pois, para ele, “*nos países com baixa produtividade o trabalho não pode ser bem remunerado e o capital será altamente remunerado*” (HAYEK, 1985, p.165). Desta maneira, o capital seria altamente remunerado em função das baixas taxas de poupança natural, dada à alta propensão a consumir nos países em desenvolvimento, que acabavam por incrementar as taxas de juros. Haveria, pois, uma tendência de alto consumo de capital em tais países,

²⁸² Em defesa desta tese, Hayek aponta o fato de que “*um país que deliberadamente nivela tais diferenças também abdica de sua posição de liderança – como o demonstra o trágico exemplo da Grã-Bretanha (...) Sua liderança extingui-se com o desaparecimento da classe cujo estilo de vida os outros imitavam. É possível que os operários britânicos não tardem a descobrir que foram beneficiados pelo fato de pertencer a uma comunidade que abrigava muitas pessoas mais ricas do que eles e que se seu padrão de vida era mais elevado do que o dos operários em outros países isto ocorria, em parte, porque os ricos de seu país eram mais ricos do que os ricos de outros países.*” (Ibidem, p.48)

²⁸³ Ademais, escrevia Hayek em 1960, “*Uma das razões pelas quais a importância da liberdade não é melhor entendida é que até países ou grupos que não tem liberdade podem se beneficiar de seus frutos (...) Há quanto tempo a União Soviética ou o Japão vivem na tentativa de imitar a tecnologia americana!*” (HAYEK, 1983, p.47)

que acabava por desacelerar o aumento de produtividade tal como do padrão de vida de suas populações. Noutras palavras, se por um lado, o conhecimento e as inovações engendradas pelos séculos de desenvolvimento econômico nos países líderes facilitavam sua aprendizagem, por outro lado não haveria possibilidade de se queimar etapas no que diz respeito à produção de capital. Assim, os países subdesenvolvidos não poderiam abdicar das altas taxas de poupança caso quisessem incrementar sua estrutura produtiva. De uma forma ou de outra, Hayek aqui legitimava tanto as disparidades de riqueza entre as nações pobres e ricas, – que permitiam a criação espontânea de conhecimento e inovações econômicas – como as disparidades de renda dentro dos próprios países subdesenvolvidos, pressuposto tanto da existência de uma alta taxa de poupança como da existência de uma elite empresarial que levaria a cabo a dinamização da economia.

É justamente com base em tais considerações que Hayek afirmará a existência de graves contradições no internacionalismo dos socialistas.

O coletivismo em proporções mundiais parece inconcebível, a não ser para atender aos interesses de uma pequena elite dirigente. Ele por certo suscitaria problemas, não só de natureza técnica mas sobretudo moral que nenhum dos nossos socialistas estaria disposto a enfrentar. Se o proletário inglês tem direito a uma parcela igual da renda atualmente proporcionada pelos recursos financeiros do país, assim como ao controle do emprego desses recursos, porque eles resultam da exploração, pelo mesmo princípio todos os hindus teriam direito não só à renda mas também ao uso de uma parcela proporcional do capital britânico. (HAYEK, 1984, p. 138)

Hayek entendia que ao se recusar as disparidades de renda entre classes e entre nações, e ao se tentar superar com a ação humana os limites dados pelo desenvolvimento evolutivo da ordem espontânea, surgia um grave problema ético – além de todas as vicissitudes que ele via no construtivismo em geral, a sua aplicação em escala internacional não só exigia um grau ainda mais insustentável de intervenção sobre a vida econômica e social, como também uma incoerência, conforme os próprios construtivistas não levavam as suas ideias até as últimas consequências para com os povos dos países subdesenvolvidos. O estabelecimento do mesmo grau de direitos para determinado povo era produto da força das majorias que dominavam o jogo político no Ocidente desenvolvido, ao passo que, dentre eles, *“poucos reconheceriam a justiça dessas reivindicações se feitas em escala mundial”* (HAYEK, 1983, p. 110) ²⁸⁴.

²⁸⁴ Em apoio a esta tese, ele também afirma que *“Uma das contradições inerentes à filosofia coletivista é que, embora baseada na moral humanista aperfeiçoada pelo individualismo, só se mostra praticável no interior de um grupo relativamente pequeno. Enquanto permanece teórico, o socialismo é internacionalista; mas ao ser posto em prática, na*

Neste passo, a única solução coerente para Hayek seria aceitar que as disparidades faziam parte de um processo que em longo prazo permitiria o aumento das benesses e do conforto material para o conjunto da humanidade. Negar tal ideia implicaria num aumento das animosidades e hostilidades entre diferentes povos e isto se aplicava não apenas para o problema entre povos residentes em diferentes países, como também no problema dos imigrantes que buscavam melhorar seu padrão de vida em países mais desenvolvidos. Assim como para Hayek o fato de se nascer numa comunidade rica em si mesmo não deveria ser garantia de acesso ao mesmo estado de riqueza dos grupos mais prósperos, o mesmo dever-se-ia logicamente se aplicar para os imigrantes. Assim, *“o conceito segundo o qual a cidadania, ou mesmo a residência em um país confere o direito a determinado padrão de vida está provocando graves conflitos internacionais”* (HAYEK, 1983, p. 110).

Em todo e qualquer caso, é muito claro para Hayek que na medida em que a liberdade estava sendo ferida pelos dispositivos construtivistas, o problema das relações internacionais tornava-se cada vez mais agudo. Neste contexto, *“a criação de um Estado Mundial provavelmente constituiria uma ameaça maior ao futuro da civilização do que a guerra”* (Ibidem, p. 319). Um Estado Mundial, ou mesmo organizações supranacionais, apenas multiplicariam o ataque ao individualismo que grassava em cada nação tomada isoladamente. Mesmo que Hayek acreditasse na necessidade de um Estado de Direito Internacional, este jamais poderia ser criado e garantido via aparatos estatais caso não houvesse antes uma ampla reformulação nos valores e princípios políticos. *“Direi apenas que nada além de soluções paliativas nos parece possível no campo das relações internacionais enquanto tivermos ainda de aprender como limitar efetivamente os poderes de todo governo e como repartir esses poderes entre os seus escalões”* (Ibidem, p.318). A batalha por tal Estado de Direito confundia-se com o resgate do verdadeiro liberalismo para Hayek; a autodeterminação dos povos só poderia de fato existir combinada com a mais ampla liberdade individual econômica e política.

b.4) Síntese da relação entre economia e política em Hayek

Alemanha ou na Rússia, torna-se violentamente nacionalista. Esta é uma das razões por que o "socialismo liberal", tal como o imagina a maioria das pessoas no mundo ocidental, é apenas teórico, ao passo que a prática do socialismo é em toda parte totalitária. No coletivismo não há lugar para o amplo humanitarismo do liberal, mas apenas para o estreito particularismo do totalitário.” (HAYEK, 1984, p.192)

Uma síntese da visão de Hayek deve necessariamente partir da identificação e unificação que ele promove entre a esfera econômica e a política. Devido a tal unificação, toda a sua obra vai girar em torno dos binômios ordem espontânea-liberdade versus planificação/construtivismo - servidão/totalitarismo. Por acreditar na impossibilidade de se separar objetivos estritamente econômicos dos estritamente políticos, tais binômios podem ser apreendidos como uma identificação entre mercado/propriedade privada/capitalismo e liberdade, assim como seus opostos: intervenção do Estado/restrições à propriedade privada/ socialismo e totalitarismo. É fato que tal interpretação do capitalismo levou Hayek não apenas a elaborar uma obra que transcendeu em larga escala a teoria econômica, como também o fez sugerir que seria necessário uma fusão entre a economia, direito e demais ciências sociais. Em especial a sua preocupação com a legislação e o Direito residia, como vimos, na centralidade das regras ou normas de conduta, que eram o produto inconsciente da evolução das relações entre indivíduos e das instituições sociais. Nesta construção, o fator tempo aparece como algo crucial, uma vez que é por meio dele que o sistema econômico pode se desenvolver através do alongamento dos processos produtivos e é também apenas pela espera paciente – e não da ação humana consciente – que ocorrerá o melhoramento das instituições sociais que apontam para um efetivo avanço da civilização.

A visão de capitalismo de Hayek também está intimamente ligada a um determinado estatuto da razão e da ética. Dadas as restrições da mente humana e da ciência em geral, haveria um limite claro para a ação racional coletiva voltada a fins concretos. O fenomenal desenvolvimento científico da humanidade teria para Hayek produzido uma superestimação da razão que sustentava desejos construtivistas e modeladores da vida social. Todavia, tal perspectiva de se buscar conduzir a vida social dentro de modelos e planos racionalizados, não apenas tendia a produzir resultados ineficientes como se chocava com qualquer perspectiva de moralidade. Mais precisamente, como a ética em Hayek só poderia partir de indivíduos livres e com amplo poder de escolha, toda modelação pré-determinada da vida só poderia ser arbitrária e anuladora dos valores voluntariamente e espontaneamente abraçados pelos homens. Em outras palavras, a crítica a qualquer forma de dirigismo econômico, social e político sustentava-se em Hayek tanto numa concepção de conhecimento como numa dimensão ética. Ao focar o indivíduo – e reduzir a liberdade exclusivamente à ideia de liberdade individual – a “arrogância” da razão só poderia se transformar numa “arrogância” moral.

É justamente aqui que se torna possível precisar o caráter do seu individualismo. Hayek buscava se delimitar claramente daquilo que chamava de “individualismo racionalista”, que remontava ao

iluminismo e que inspirara o utilitarismo e os economistas neoclássicos de forma geral. “*Esse racionalismo tende a se transformar no oposto do individualismo, ou seja, socialismo ou coletivismo*” (HAYEK apud PAULANI, 1996, p. 113). O individualismo de Hayek negava o pressuposto de um indivíduo atomizado cujas ações permitissem determinar conscientemente e concretamente os rumos da sociedade. Daí a sua valorização da abstração, tanto no plano do pensamento e da ciência, como no plano das normas gerais de direito e instituições sociais. Ou seja, em defesa de sua própria liberdade individual, o indivíduo deveria se submeter a padrões e regras abstratas, que teriam sido fruto de um processo lento e inconsciente de evolução e melhoramento. Aqui também Hayek encontrava justificativa para a aliança com setores conservadores da sociedade, uma vez que estes apareciam como sustentáculos de costumes e tradições que teriam surgido a partir de tal processo evolutivo.

Feitas tais considerações, é pertinente retomar aqui a carta de Keynes acerca da obra mais conhecida de Hayek, “Caminho da Servidão”, pois isto nos ajudará a elucidar melhor a síntese de Hayek²⁸⁵. Keynes, a despeito de não endossar o debate econômico do livro, se coloca “moralmente e filosoficamente” ao lado de Hayek. Todavia, Keynes traça uma série de críticas importantes que remetem ao coração do pensamento hayekiano. Em primeiro lugar, a crítica de Hayek à ideia de abundância econômica acabava por enfraquecer a própria luta em defesa do individualismo, da propriedade privada e dos valores liberais que também Keynes defendia à sua maneira. Pois para o último, a posição de Hayek levava a uma superestimação do econômico que justificaria as teses mais radicais da esquerda quanto à necessidade de se expropriar o capital. Se Hayek abrandasse sua posição quanto a tal questão, ele poderia mostrar “*como hoje é mais possível se aceitar sacrifícios econômicos em nome de objetivos não econômicos*”²⁸⁶, de forma a se retirar força dos argumentos em prol da abolição da civilização burguesa em seu conjunto.

Ao mesmo tempo, para Keynes “*planejamento não requer necessariamente destruição da liberdade, mas pode ser usado a seu favor*”²⁸⁷. Ao rechaçar qualquer forma de planejamento, Hayek acabava por não oferecer qualquer guia prático para a defesa da causa que ambos esposavam: faltava ali o estabelecimento de uma linha divisória daquilo que caberia às ações públicas e de Estado. O planejamento poderia ser guiado de forma responsável caso fosse conduzido por aqueles que têm um pensamento moral semelhante ao de ambos os economistas, pois para Keynes “*Atos perigosos podem*

²⁸⁵ KEYNES, J.M. To Professor F.A. Hayek. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes* vol. XXVII, 1972q.

²⁸⁶ Ibidem, p. 386.

²⁸⁷ Ibidem, p. 387

ser tomados numa comunidade que pensa e sente corretamente, mas que levariam ao inferno caso fossem conduzidas por pessoas que pensam e sentem errado”²⁸⁸. Tratava-se aqui daquilo que já mencionamos sobre o “meio curso” de Keynes, ou seja, a ideia de que haveria a possibilidade de se conduzir a esfera política de forma racional e ao mesmo tempo preservar a liberdade individual. Justamente aqueles que não aceitavam tal meio curso, com sua dose moderada de planejamento, eram aqueles que para Keynes temiam a vitória dos valores liberais, ou seja, a esquerda que se insurgia contra a civilização burguesa. Ao “*confundir moral e material*”²⁸⁹, Hayek estaria correndo o risco de se tornar um “Quixote”, cujas boas intenções acabariam por ser obliteradas por um dado principismo e uma visão opaca dos desafios em curso.

Como Hayek responderia tais colocações? Em comentário direto sobre a carta de Keynes, (HAYEK, 1985, p. 82), ele diria ser uma ilusão pensar que atos arriscados só se transformariam em problemas crônicos caso fossem conduzidos por homens cujos valores seriam hostis à civilização burguesa e à perspectiva liberal, pois muitas vezes homens bem intencionados e afinados com os valores de Keynes e Hayek eram os responsáveis involuntários por graves atentados contra a liberdade. Ademais, tomando como base o conjunto da obra de Hayek, nos parece muito claro que de fato ele julga impossível separar o “moral e o material”. Como vimos, Keynes postulava o fato de que caso fossem aplicados os “controles centrais”, o desenvolvimento econômico capitalista tenderia a satisfazer as necessidades absolutas da sociedade e assim o problema econômico enquanto tal estava próximo de seu fim, com a consequência de que os homens poderiam então se voltar para as suas necessidades relativas e mais elevadas. Todavia, Hayek diria que em última instância seria um equívoco a ideia de ser possível apreender objetivamente tanto quais seriam as necessidades absolutas e relativas dos indivíduos quanto saber de fato qual seria o seu grau de satisfação. O simples enunciado do problema tal qual formulado por Keynes seria uma falha construtivista que traria todos os riscos para a civilização que mencionamos. Destarte, o “problema econômico” jamais poderia ser resolvido para Hayek, mesmo que se consolidasse uma considerável abundância material. Na medida em que era fundamental a cada indivíduo ter a liberdade para se utilizar dos meios econômicos da forma que melhor lhe aprouvesse e que era impossível e arbitrário qualquer forma de centralizar ou conduzir suas escolhas de forma eficiente e justa, de fato, para Hayek, o “moral e material” eram indissolúveis.

²⁸⁸Ibidem, p. 387

²⁸⁹Ibidem, p. 387

Desta forma, Hayek se separará do voluntarismo da razão existente em Keynes. Por outro lado, como vimos, a sua visão não endossará o determinismo da razão presente em Schumpeter. Hayek também acreditava que o enfraquecimento da liderança burguesa era uma das grandes dificuldades da civilização capitalista. Ele, entretanto, não reduzia tal processo, como Schumpeter, à existência de racionalização social inescapável. O problema maior para Hayek era o enfraquecimento teórico dos liberais que não conseguiam traduzir para o público em geral as ameaças implícitas das ideias construtivistas. Neste sentido específico, Hayek estava bem mais próximo de Keynes e não é à toa a sua referência elogiosa às linhas finais da Teoria Geral que exaltam a força das ideias. O fato de Hayek condenar as tentativas de alteração racional da ordem existente não implicava em que a luta política não tivesse sentido, como atestam as suas tentativas de resgate do liberalismo com o grupo de Mont Pelerin e em outras iniciativas. Em suma, como em Keynes, a batalha em defesa da civilização burguesa não estava perdida e a onda neoliberal que surge nos anos 1970 teria sido para Hayek de certa forma uma coroação de seu combate.

c) Comentários sobre a síntese de Hayek

Um primeiro aspecto que merece ser abordado na construção de Hayek é a própria maneira pela qual ele pauta sua metodologia para a análise da economia e da sociedade. Como vimos, Hayek assume a postura do individualismo metodológico. Toda a sua teoria econômica, bem como a sua apreensão da dinâmica social e política erigem o indivíduo como lócus fundamental de análise. Por outro lado, sua postura teórica se pauta pela crítica das concepções atomistas e apriorísticas do indivíduo. Ou seja, o indivíduo é produto de certo meio social ao qual ele não controla e nem pode conhecer objetivamente seus determinantes. “*O homem é muito mais um animal que segue regras do que busca resultados*” (Hayek apud PAULANI, 1996, p. 116). Daí sua ênfase na ideia de ordem espontânea e sua insistência em frisar os limites da razão humana. Todavia, há aqui uma clara contradição: a liberdade econômica e política como postada por Hayek será ao mesmo tempo a negação da própria liberdade na medida em que dependerá de uma dinâmica global alheia ao indivíduo que se impõe sobre ela. Como bem frisou Leda Paulani:

Em que situação ficamos então? Hayek, o verdadeiro individualista acaba por concluir que o indivíduo (exceção feita aos seus propósitos particulares) desconhece a maior parte dos processos que frequentemente determinam sua ação (...). Em suma, para Hayek, o indivíduo é objeto de processos que se desenvolvem às suas costas, que dirigem da sombra o seu comportamento, e sobre os quais ele não pode ter nenhum controle individual. Onde fica então sua propalada autonomia, sua independência, sua soberania de ator sujeito?(PAULANI, 1996, pp. 119-120)

A partir de um enfoque ao mesmo tempo ético e científico, Hayek estipula a necessidade de plena autonomia e liberdade do indivíduo no que diz respeito às suas ações econômicas, políticas e morais. Mas diante de tal solução hayekiana cabe a seguinte pergunta: até que ponto a substituição das pretensões humanas de ordenamento social pela adesão inconsciente às regras de conduta da ordem espontânea não criariam também outro tipo de clausura? De outra forma, porque não poderíamos inverter o argumento de Hayek e postular aqui que tal adesão cega dos indivíduos a tais determinações não seria em si mesmo um “caminho para a servidão”?

Hayek busca resolver tal contradição através da valorização não apenas das abstrações em geral como da própria alienação humana. O pensamento deverá ser abstrato, já que o mundo como um todo não pode ser apreendido na sua concretude²⁹⁰. Também as normas e padrões que norteiam a vida social hão de ser genéricas e abstratas, pois o homem em si mesmo é incapaz de estabelecer racionalmente uma outra ordenação justa e eficaz. Assim a alienação dos indivíduos, produto histórico da modernidade capitalista que separou dos indivíduos as condições de reprodução de suas vidas, é por ele tomada não apenas como única condição de funcionamento de uma sociedade aberta e complexa, como também condição *sine qua non* de seu progresso e liberdade. “*Hayek acredita, assim, que o alheamento do homem em relação ao modo de funcionamento da sociedade é uma condição intrínseca de sua existência. Trata-se ademais de coisa boa que está moralmente justificada*” (PRADO, p. 12).

Ao adotar tal postura, sua interpretação certamente passa ao largo da complexa e contraditória relação existente entre indivíduo e sociedade no capitalismo, e acaba por se resumir na afirmação genérica de que a sociedade evolui a partir do lento e inconsciente interrelacionamento entre os indivíduos. Ao afirmar a impossibilidade de se apreender concretamente a dinâmica social, é como se Hayek assumisse por definição o caráter incognoscível da sociedade como um todo, como se ela fosse por definição algo “místico” e “estranho” ao homem. Mais ainda, apenas encarando-se a sociedade de tal forma garantir-se-ia o progresso e a condição livre da humanidade. A reificação – isto é, o fato de

²⁹⁰Como frisou Eleutério Prado, em Hayek “*subsiste severa limitação para o conhecimento dos detalhes dos eventos, o homem não pode saber para onde vai a história da espécie e da civilização*”. PRADO, E. Complexidade: Hayek e Marx. In: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2007, www.iea.usp.br/evolusociais, p. 8

que sob o capitalismo as relações sociais e econômicas entre os homens apareçam como uma relação entre coisas, ou seja, como algo externo e estranho aos indivíduos –, fator que impede a nosso ver a uma efetiva liberação humana, em Hayek aparece como a própria condição da liberdade e do avanço civilizatório. O caráter abstrato do trabalho sob o capitalismo é tomado como única forma de sociabilidade possível e desejável. É justamente por isso que Hayek reduz o escopo das relações humanas em acordos entre meios, mas jamais entre fins. Os fins da produção capitalista – abstratos e intangíveis – não podem aparecer em sua teorização, mas apenas os meios, cujo caráter alienante é concebido como benéfico e insuperável²⁹¹.

As considerações acima nos permitem avançar agora numa análise um pouco mais detida de certos aspectos da elaboração de Hayek. Em sua análise do sistema econômico, como vimos, o fator tempo seria o aspecto decisivo para a valorização do capital. A destinação dos “recursos não permanentes”, isto é, do capital, dependerá de como a preferência temporal dos indivíduos determinará seu nível desejado de poupança, o que implicará em certa taxa de juros e numa dada estrutura de preços relativos. Em ocorrendo o processo de equalização dos lucros, as taxas de lucro de todos os estágios serão iguais à taxa de juros. O fato é que toda a rentabilidade do capital está aqui subsumida à dinâmica dos juros, que por sua vez depende das preferências temporais²⁹². De forma análoga, Hayek faz derivar todo o progresso do sistema econômico do fator tempo, na medida em que o aumento da produtividade do sistema econômico dependeria do alongamento do processo de produção e do aumento do número de estágios produtivos.

Não se trata apenas aqui de constatar que, tal como em Keynes e Schumpeter, a valorização do capital em Hayek aparece como algo que não tem a ver com a relação antagônica entre capital e trabalho. É fundamental também ressaltar que Hayek, na prática, considera o processo de valorização como algo automático, e o capital surge puramente como mera coisa que se autorrentabiliza. Assim, a aparência do processo capitalista é tomada literalmente como sua essência. Todo o processo social

²⁹¹ “Com a defesa de postura tão irracional, não é de espantar que Hayek definisse a natureza da teoria econômica em termos igualmente irracionais e ociosos, quando proclamou que “a estranha tarefa da economia é demonstrar aos homens como eles conhecem muito pouco do que imaginam poder planejar” (MÉSZÁROS, 193)

²⁹² Baseando-se nesta mistura entre lucro e juro, Hayek em sua análise surege a paradoxal conclusão de que uma maior quantidade de investimento em determinado período está associada a uma menor taxa de lucro – taxa esta que, como mencionamos, se iguala em equilíbrio à taxa de juros estabelecidos pela preferência temporal - e vice-versa. Ora, seria possível aqui contra-argumentar que mesmo em “equilíbrio”, os juros como remuneração pela propriedade do capital serão apenas uma das parcelas do excedente obtido numa produção tipicamente capitalista, devendo ser somados ao rendimento líquido do empreendimento enquanto tal – o “lucro do empresário” - para a totalização do lucro. Tal contraposição a nosso ver poderia nos aproximar mais da efetiva realidade capitalista, aonde diferentemente das conclusões de Hayek, uma alta taxa de lucro tende a permitir uma maior acumulação de capital e não o contrário.

contraditório que permite a autovalorização do capital acaba por ser reduzido a um problema de preferências temporais dos agentes econômicos. O caráter abstrato e misterioso do metabolismo econômico tomado em seu conjunto aparece como a única e desejável forma de organização da produção e desta forma, não é possível qualquer reflexão sobre sua origem. O elogio do próprio fetiche torna-se, portanto, a justificativa dos rendimentos do capital, assim como a mera parcimônia torna-se o motor da evolução econômica através da introdução de métodos mais capitalísticos.

Ao mesmo tempo, ainda sobre sua análise do sistema econômico, há uma outra ordem de questões que emana da polarização que Hayek faz entre a naturalidade do livre mercado e artificialidade das políticas e instituições que conscientemente alteram as regras do jogo. A crise surge não como decorrência de contradições intrínsecas ao sistema econômico, mas dos seus desvios causados por atitudes equivocadas das autoridades, como as manipulações na oferta monetária ou a leniência diante das pressões dos sindicatos. A dimensão da crise então fica reduzida aos sinais equivocados de preços e juros induzidos por alterações da ordem natural de mercado. A questão importante aqui não é pura e simplesmente criticar a sua versão – mais sofisticada, por certo – da Lei de Say e da autorregulação dos mercados por via de sua ordem espontânea. Para nossos propósitos o relevante é que sua separação entre o que é “natural” e o que é artificial e só consegue se sustentar através de pressupostos arbitrários e unilaterais. Ou seja, o que se questiona aqui é a própria ideia de que a ordem espontânea seja de fato espontânea.

Em primeiro lugar, a própria ideia de que os preços de fato possam oscilar livremente e assim dirigir a produção dentro de parâmetros espontâneos em si mesmos é extremamente frágil. Em especial no capitalismo do século XX, os preços tendem a ser muito mais administrados e controlados do que pura e simplesmente um barômetro das relações econômicas impessoais e alheias aos indivíduos. E, sobretudo, não se pode imputar tal manipulação consciente dos preços pura e simplesmente à intervenção do Estado, pois mesmo abstraindo-se este último, é muito difícil sustentar a ideia de que um capitalismo pautado em grandes conglomerados e monopólios simplesmente reaja à sinalização de mercado através dos preços. Na verdade, o mais normal será justamente o contrário: são as próprias grandes empresas que de forma “construtivista” e “planificadora” imprimem a dinâmica dos preços.

Esta mesma questão – ou seja, a arbitrariedade da separação entre o “natural” e “artificial” – aparece também em sua análise dos ciclos econômicos. Como vimos, o modelo de Hayek baseia-se na explicitação do caráter antitético entre consumo e acumulação de capital. O alongamento da produção – condição para o reforço da máquina capitalista – passa necessariamente pela existência de uma alta

taxa de poupança voluntária. Isso pode ser exemplificado em sua explicação dos ciclos causados por políticas monetárias frouxas por parte das autoridades. Como vimos, pra Hayek quando há um processo de investimento causado artificialmente por um aumento do crédito aos produtores de bens de capital, teremos um crescimento apenas temporário da acumulação de capital, pois o fato de não ter havido um efetivo aumento da poupança voluntária fará com que ao fim do processo ocorra um movimento de destruição de capital. Todavia, a nosso ver, a posição de Hayek é por demais rígida pois não leva em consideração o fato de que a própria inflação poderá em certos casos ensejar uma mudança permanente da distribuição de renda de forma a sustentar a acumulação de capital²⁹³.

O essencial do que acabamos de sugerir aqui é que, se de um lado como buscamos argumentar no capítulo anterior as propostas de Keynes não resolvem em longo prazo os dilemas da acumulação de capital, por outro lado é difícil endossar as proposições de Hayek que consideram em toda e qualquer situação a ação efetiva do Estado no sistema econômico como “destruidora de capital”. Em outras palavras, Hayek, ao se prender a uma ordenação ideal de capitalismo, acabou por ignorar ou minimizar o fato de que o próprio Estado pode ser uma alavanca poderosa da acumulação de capital. Se um dos pontos frágeis de Keynes a nosso ver é o fato de buscar adiar permanentemente através do Estado as contradições entre consumo e acumulação – ou de outra forma, entre salários e lucros – Hayek comete o equívoco oposto, qual seja, assume existir tal contradição, mas acaba por estipular o livre mercado como o único lócus em que ela pode em qualquer caso ser encaminhada do ponto de vista do progresso capitalista. E isto está diretamente ligado a sua ideia de que a discricionariedade dos governos terá sempre um viés distributivista, que por sua vez implicará em consumo de capital. Mas é certo que essa

²⁹³ Trata-se aqui não de discutir o modelo enquanto tal, mas apenas de abordar brevemente nesta discussão as consequências de sua separação entre uma suposta pureza do livre mercado e as distorções das políticas do governo. Como vimos anteriormente, a hipótese de Hayek é de que na medida em que há novos fundos monetários que entram circulação a partir dos novos créditos aos empreendedores e não em função de uma redução voluntária do consumo, os agentes econômicos que tiveram que poupar de maneira forçada, na medida em que logrem restaurar sua renda monetária – por exemplo, novos trabalhadores que são contratados e/ou cujos salários em dinheiro sobem em função da demanda acrescida por sua força de trabalho – irão querer restaurar seu antigo padrão de consumo e assim reduzir o nível de poupança anteriormente obtido, interrompendo a transição para métodos mais capitalísticos. Todavia, como afirmou Sraffa em polêmica com Hayek, nada garante que na nova situação criada com a inflação não haja um aumento efetivo da poupança. Ou seja, não podemos descartar a possibilidade de que “*No caso de inflação, assim como no caso de poupança, a acumulação de capital ocorrerá através de uma redução do consumo (...) Uma classe num dado momento roubou parte da renda da outra, e poupou o que roubou. Quando o roubo termina, é claro que as vítimas não podem consumir o capital que estará agora fora de seu alcance.*” SRAFFA, P. Hayek on Money and Capital. In: *The Economic Journal*, vol. 42, n. 165 (Mar. 1932), p. 48. Desta forma, se a inflação causada pelo aumento do crédito por parte do governo produzir uma alteração efetiva da distribuição de renda, causando ganhos para uns e prejuízos para outros - hipótese bastante plausível diga-se de passagem - isto pode sim aumentar a propensão à poupança de forma mais perene, evitando que ocorra em seguida o propalado consumo de capital. Fazemos aqui esta digressão apenas para ilustrar a discussão do parágrafo que se segue, em que abordamos a subestimação do papel do Estado em Hayek em atuar como impulsionador para o processo de acumulação de capital.

ideia não pode se sustentar quando confrontada com a realidade, pois as intervenções e planos governamentais sempre dependerão de determinada conjuntura, uma correlação de forças entre grupos e classes sociais, e podem perfeitamente alterar a distribuição de riqueza em favor de lucros e poupança, de forma a facilitar a acumulação de capital²⁹⁴. Ou seja, a arbitrariedade de sua separação entre “taxi” e “cosmos” e a forma abstrata pela qual ele concebe a política o impedem de fazer as mediações necessárias para a compreensão do caráter complexo e contraditório da atuação do Estado no capitalismo²⁹⁵.

Ao mesmo tempo, justamente por se prender a tal visão, Hayek acaba por elevar a ordem espontânea a um imperativo, uma imposição que deve ser respeitada e assim, surge uma tensão com os próprios pressupostos de seu pensamento liberal. Para que fique mais clara tal ideia, tomemos uma frase do próprio Hayek:

A concorrência, na qual se baseia o processo de seleção, deve ser entendida em seu mais amplo sentido. Ela implica não apenas a concorrência entre indivíduos entre grupos organizados e não organizados. Encará-la como algo que se contrapõe a cooperação ou organização seria interpretar incorretamente sua natureza. O esforço para conseguir certos resultados mediante a cooperação e organização é tão inerente à concorrência quanto os esforços individuais²⁹⁶.

Se a concorrência entre grupos organizados é tão legítima quanto se depreende destas frases, então não deveriam fazer parte, como representantes legítimos da livre ordem espontânea, os grupos que almejam uma participação maior no consumo, os sindicatos que “concorrem” economicamente por uma melhor distribuição da renda, os membros de países atrasados que pleiteiam um maior protecionismo em defesa de seus mercados, ou até (porque não dizê-lo) as representações políticas que questionem a própria propriedade privada?

Hayek provavelmente responderia a tais indagações afirmando que jamais questionaria a liberdade de ação de tais grupos sociais, desde que eles estivessem enquadrados pelas normas gerais de conduta, produto da livre evolução das instituições sociais. Mas o que se questiona aqui é justamente a transformação de determinado quadro institucional em uma cláusula pétrea do funcionamento social,

²⁹⁴ Tomemos apenas um entre vários exemplos possíveis como o caso do Brasil durante os anos 1970 sob regime militar, período de intensa intervenção e planificação governamental sobre a economia, cujo sentido foi justamente o de concentrar a renda e utilizar os recursos públicos para subsidiar crédito e fornecer insumos baratos através das empresas estatais para auxiliar o processo privado de acumulação.

²⁹⁵ “Hayek preferia esquecer que a formação do Estado moderno foi absolutamente essencial para a articulação completa e o triunfo do sistema global do capital” (MÉSZÁROS, p. 198)

²⁹⁶ HAYEK, 1983, p. 35.

pois com isso, não apenas somos obrigados a aceitar que a ordem pura de mercado – como todas as suas consequências no que diz respeito à distribuição de renda, defesa irrestrita da propriedade privada, assimetria entre nações etc. – de fato é o produto natural e irrevogável da evolução humana, como também tal ordem deve ser preservada a qualquer custo. Mas o fato é que para que seja preservada tal ordem nestes termos, Hayek acaba por lançar mão de dispositivos que dificilmente poderíamos aceitar como “espontâneos” e compatíveis com a ampla liberdade que ele mesmo afirma defender. Como frisou Prado (p. 30) “*o seu anticonstrutivismo se interverteu também em construtivismo*”. A mesma contraposição podemos fazer a sua ideia de que restaria apenas aos indivíduos mais pobres mimetizarem os padrões de conduta dos mais ricos, assim como também apenas caberia às nações subdesenvolvidas simplesmente imitarem os passos das desenvolvidas. A despeito de toda a defesa formal da liberdade de indivíduos e grupos, a eleição de certos pressupostos como absolutamente invioláveis implicará objetivamente em restringir a liberdade social.

Chegamos assim ao seguinte paradoxo: os mesmos governos que em tese não poderiam interferir na ordem espontânea, deveriam por outro lado combater a ação dos sindicatos, negar a pretensão dos indivíduos mais pobres a uma maior participação na riqueza nacional, impedir qualquer progressividade na tributação, defender de todas as maneiras a propriedade privada e restringir quaisquer formas de remuneração que não aquela dada pelas vicissitudes puras de mercado. Desta forma, se invertermos a lógica de Hayek, poderíamos dizer não apenas que o quadro institucional por ele advogado implicará sim na necessidade de uma ação arbitrária do Estado, como também que tal ação fatalmente terá um nítido caráter de classe. Afinal, os princípios por ele defendidos são justamente aqueles que garantem, preservam e legitimam as desigualdades entre as classes em nome de uma “livre” ordem espontânea.

Tal constatação pode ser aferida em distintas dimensões de sua obra. A criatividade aparece como um atributo quase que exclusivo da livre atividade empreendedora, sendo na prática vedada aos demais setores da sociedade²⁹⁷. A viabilidade e a desejabilidade de uma produção nunca poderá passar pelo crivo da justiça social ou do mérito, mas sim da impessoalidade do lucro econômico. Já os riscos, tomados por ele como condição legítima não apenas do progresso econômico como da própria moral da

²⁹⁷ O que implicará também em que a crítica de Hayek ao utilitarismo será parcial apenas, posto que enfatizará apenas seus exageros construtivistas, e não a redução das dimensões da vida para a prática meramente pecuniária. Daí o comentário de Prado (p. 28) “(...) *por isso, é também crítica ao pensamento de Hayek nessa matéria já que este autor se mantém nos limites da noção de prática utilitária dos economistas clássicos. É bem evidente que essa noção, por exemplo, está presente na ideia de que o mercado é um complexo institucional que funciona como meio de descoberta para os agentes econômicos. Pois, a criatividade ressaltada é aqui, sobretudo, criatividade para se comportar como empresário a fim de ganhar dinheiro.*”

sociedade, são sempre os riscos da concorrência, não havendo distinção se os mal sucedidos em tal processo serão trabalhadores que perderão seus empregos ou capitalistas que terão prejuízos num dado empreendimento.

Ao mesmo tempo, a liberdade econômica que caberá aos trabalhadores em última instância será meramente uma liberdade passiva, sujeita à multiplicação do número de empregadores, ou seja, à possibilidade de uma maior concorrência pela mão de obra, e não a liberdade ativa de ação dos trabalhadores como grupo ou classe. Assim a propriedade privada dos meios de produção que implica em que os indivíduos sejam obrigados a vender sua força de trabalho jamais pode ser considerada como coerção. Ademais, para Hayek a multiplicação numérica do número de proprietários poderia não apenas melhorar a situação dos trabalhadores, como poderia abrir a estes últimos a possibilidade de ingressar na classe dos empreendedores privados. Ora, este raciocínio no limite leva à dificilmente realizável ideia de que seria desejável algo próximo a um capitalismo baseado numa miríade de pequenos proprietários independentes e empreendedores – que, diga-se de passagem, jamais existiu e cujas perspectivas tornaram-se ainda mais anacrônicas ao longo do século XX. É isto que está na base dos lamentos de Hayek em relação ao maior assalariamento do mundo ocidental do pós-guerra. A proletarianização social, cuja contrapartida lógica é a maior concentração e monopolização dos meios de produção nas mãos dos capitalistas, longe de ser simplesmente uma consequência exclusiva da conjuntura política do pós-guerra, como pensara Hayek, foi na verdade uma decorrência das próprias tendências estruturais do capitalismo. O fato de que a onda neoliberal no início dos anos 70 tenha não apenas mantido como também aprofundado a monopolização do capital fragiliza ainda mais a sua argumentação neste aspecto²⁹⁸.

Ademais, se nos ativermos ao plano moral, o mesmo problema se coloca de outra maneira. Quais os parâmetros que permitem estabelecer se determinado padrão ético se desenvolve espontaneamente ou se é o produto consciente e “construtivista” da razão dos indivíduos? Por exemplo, porque não afirmar que os sentimentos sociais igualitaristas e anticapitalistas – que para Hayek seriam o produto atávico de um passado menos civilizado – não seriam eles mesmos o produto de uma “lenta e inconsciente” evolução espontânea de valores, valores estes que para muitos deveriam ser erigidos em “normas de conduta” da sociedade. Assim, ele não oferece uma base concreta para que possamos aceitar ideias como a de que “o Direito precede a sociedade” ou de que o “o Estado de Direito e as

²⁹⁸ Assim como se fragiliza seu argumento de que as grandes corporações tinham sua força largamente baseada no poder dos sindicatos e nas políticas keynesianas de pleno emprego no pós-guerra ocidental, pois afinal estes dois fatores perderam enormemente sua força a partir dos 1970.

normas gerais não podem passar pelo escrutínio popular”. Ao negar a viabilidade da justiça e moral socialmente produzidas, o que acaba por restar é a defesa incondicional do status quo produzido pelo mercado com sua incontornável desigualdade. Ou como frisou Mészáros, o conceito de ordem espontânea em Hayek acabava por fim em significar que *“As normas ‘competitivas’ da economia do mercado livre foram criadas para restringir e manter permanentemente em sua posição de subordinação estrutural os que se encontram no lado fraco da ordem econômica ampliada, ou seja, a maioria avassaladora da humanidade”* (MÉSZÁROS, p. 194).

Isso nos ajuda a melhor apreender muitas das opiniões e posições práticas de Hayek. A sua aproximação com setores conservadores reflete mais do que a aliança estratégica de um liberal contra o socialismo construtivista que Hayek advogou em seu texto “Porque não sou um conservador”. O seu próprio liberalismo, quando traduzido para o mundo concreto, implicava necessariamente num viés conservador, ao mesmo tempo em que sua defesa dos imperativos da “ordem espontânea” implicava certas vezes numa postura inclusive favorável ao autoritarismo político. Como mencionamos, Hayek não fazia da democracia um valor em si mesmo, mas apenas um instrumento utilitário de garantia da ordem liberal²⁹⁹.

Ao mesmo tempo, no plano das relações internacionais, podemos levantar pontos similares. Como vimos, Hayek postulava que apenas o liberalismo poderia ensejar uma visão efetivamente internacionalista e universalista do homem. Entretanto, sua ideia de que o internacionalismo “construtivista” para ser coerente necessitaria promover um igualitarismo de rendas, por exemplo, entre trabalhadores da Índia e Inglaterra, também é uma crítica que só se justifica dentro da sua visão idiossincrática, pois tal visão ignora como a lógica do capital não apenas origina como também reproduz uma relação assimétrica entre as nações que cria obstáculos para o desenvolvimento dos países dominados e/ou de capitalismo atrasado, ao mesmo tempo em que impede uma efetiva colaboração econômica entre os diferentes povos. Sem a superação de tal relação, torna-se sem sentido pautar a questão da forma em que faz Hayek.

Além disso, há de se mencionar aqui a sua proposta de uma ordenação institucional e um de um Estado de Direito Internacional que estabelecessem a salvaguarda da liberdade dos indivíduos. Mais uma vez

²⁹⁹ Quando perguntando em 1981 sobre as ditaduras latino-americanas, ele respondeu que *“Não confunda totalitarismo com autoritarismo. Não conheço nenhum governo totalitário na América Latina. O único que havia era o Chile sob o presidente marxista Allende. Chile agora é um grande sucesso. O mundo deve ver a recuperação econômica do Chile como um dos grandes milagres econômicos de nosso tempo”* (Hayek apud EBENSTEIN, p. 300). Assim a ditadura de Pinochet poderia ser compatibilizada para Hayek com a ideia de ordem espontânea, na medida em que a livre iniciativa econômica e a propriedade privada eram garantidas.

aqui ignora-se o desenvolvimento internacional desigual do capitalismo que determina hierarquias e assimetrias e toma-se uma determinada ordenação institucional como algo universalmente desejável. Ao mesmo tempo, há que se perguntar de que maneira seria factível – preservando-se a liberdade postulada por Hayek – garantir a existência de tal Estado de Direito Internacional. Mais uma vez a ordem liberal aqui só poderá ser garantida através de imperativos e mesmo de medidas de força. Em 1983, Hayek declara que contra a ameaça da URSS, “*eu estou convencido de que Reagan está certo em não reduzir os gastos com armas. A paz mundial depende da América estar forte*”³⁰⁰.

Ou seja, na medida em que surgem os problemas práticos da política, cada vez mais se torna frágil a teorização de Hayek acerca de espontaneidade e liberdade da dinâmica social. O cerceamento da liberdade de muitos torna-se então a forma concreta de garantia de sua ideia de liberdade cada vez mais desencarnada, abstrata e sobretudo parcial³⁰¹. Certamente isto não pode ser dissociado da sua perspectiva política concreta diante dos dilemas de seu tempo, pois se o reformismo de Keynes era substancialmente um antídoto contra a efetiva possibilidade de Revolução nos países de capitalismo desenvolvido em seu tempo, para Hayek, em especial a partir do pós-guerra, quando se esvaiu a probabilidade de Revolução em tais países, o problema maior era a própria reforma em si mesma, vista por ele não apenas como freio para a livre acumulação de capital, como também algo que em longo prazo traria as mesmas restrições à liberdade que uma expropriação efetiva da burguesia. Assim, toda e qualquer reforma que interfira na ordenação de livre mercado é tomada como uma efetiva ameaça à civilização e que portanto deve ser combatida de forma tenaz.

Em suma, podemos agora chegar ao ponto essencial. Se é correto dizer que Hayek buscou, à sua maneira, uma visão de capitalismo que integrasse as esferas política e econômica, por outro lado, a sua solução acabou por se demonstrar além de arbitrária na defesa de uma ordem “livre”, também mistificadora e unilateral. A forma pela qual Hayek unifica o “político” e o “econômico” não permite, portanto, que se avance para uma visão da totalidade capitalista, pois aqui trata-se justamente do contrário, a sua fusão entre livre mercado e liberdade política, entre “moral e material” cobra como

³⁰⁰ EBENSTEIN, p. 205.

³⁰¹ Parcialidade que pode ser melhor exemplificada em uma entrevista em que Hayek, acerca da não admissão de estudantes negros em universidades sul-africanas, onde afirma que “*se as universidades são públicas num sentido estrito(...) de acordo com minha filosofia elas devem por definição estar abertas a todos. Se elas são faculdades estritamente privadas, eu diria que elas tem o direito de discriminar*”(Hayek apud EBENSTEIN, p. 295). Na prática a coerência da defesa liberal e anticonstrutivista de Hayek da autodeterminação dos povos esboroa-se na medida em que o que ele clama ser a liberdade de indivíduos e grupos no limite pode se tornar o próprio preconceito e opressão de uns sobre outros. Seu propalado cosmopolitismo acaba por se transformar num relativismo onde até mesmo o apartheid poderia se enquadrar nas normas gerais de conduta da sociedade.

preço a completa abstração dos efetivos condicionantes da totalidade capitalista. O seu todo social aparece como algo insondável, com a justificativa de que “*O objeto do estudo científico – afirma Hayek em polêmica contra o marxismo – nunca é a totalidade de todos os fenômenos observados em um determinado instante e lugar, mas sempre apenas determinados aspectos que dela são abstraídos (...) A alma humana não poderá jamais apreender o ‘todo’ no sentido de todos os aspectos da situação real*”.(Hayek apud KOSIK, p. 39). Daí justamente a insistência de Hayek para a abstração e para a impossibilidade do conhecimento concreto do todo. Mas tal impossibilidade, como sugere Kosik, só se sustenta na medida em que Hayek – influenciado por Popper – concebe a realidade como mera compilação de fatos e acontecimentos que não se articulam para estruturar uma dada totalidade. Ao conceber a realidade como uma somatória de infinitos elementos dispersos é evidente que o desafio de aprendê-la tornar-se-á impossível, posto que será algo muito além da capacidade da mente humana. Mas a totalidade não quer dizer “todos os fatos”, mas sim a unidade que é possível ser conhecida a partir do estudo do real. Estudo este que passa sim pelas abstrações, evidentemente, mas que necessariamente deve se dirigir de novo ao concreto, de forma estruturada, como “concreto pensado”³⁰².

Ademais, o fato da sociedade se tornar mais “aberta e complexa” não necessariamente reduz a capacidade de apreensão da totalidade social³⁰³, pois apenas com o capitalismo é que de fato há o processo de formação de um “homem universal”, ou seja, de uma realidade de cuja estrutura toda humanidade tende a ser parte, diferentemente das eras pré-capitalistas marcadas pelos particularismos e localismos arraigados. Mas se a efetiva substância social não pode ser apreendida, é natural que em Hayek a história apareça como uma marcha teleológica – mesmo que inconsciente – rumo à ordem espontânea da sociedade aberta moderna. Ou seja, a história só poderá ser a confirmação dos preceitos liberais tidos como os únicos possíveis e desejáveis para o funcionamento social. Como frisou Mészáros, sua visão da história projeta as “*relações capitalistas de troca até a fase mais antiga da*

³⁰² “*Se a realidade é um todo dialético e estruturado, o conhecimento concreto da realidade não consiste em um acrescentamento sistemático de fatos a outros fatos, e de noções a outras noções. É um processo de concretização que procede do todo para as partes e das partes para o todo, dos fenômenos para a essência e da essência para os fenômenos, da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade*” (KOSIK, p. 41)

³⁰³ Vale dizer também que ao não romper com a ideia de que o conhecimento está ligado à possibilidade de compilação de fatos, Hayek não logra realizar um efetivo rompimento com o positivismo. A diferença é que Hayek, diferentemente dos positivistas, crê ser impossível se apreender globalmente a sociedade. Mas em ambos os casos, não existe uma mediação entre aparência e essência, ou entre fenômenos e realidades. Hayek desacredita a possibilidade de se explicar essência e realidade – reduzindo assim o poder explicativo efetivo da ciência ao nível estritamente micro - enquanto os positivistas tomam estas últimas como a pura aparência e os fenômenos postos. Desta forma, como frisou Prado (p. 30), no limite “*mesmo sem o positivismo, tal como o próprio Hayek o mostra, a ciência positiva pode continuar a fazer o seu trabalho ordenador; eis que ele só reclama mais modéstia, mais modéstia e mais modéstia*”

humanidade, para poderem eternizar o modo específico de reprodução expandida do atual sistema sócio econômico, e na respectiva ordem econômica ampliada” (MÉSZÁROS, p. 190). Desta forma não haveria, para ele, qualquer diferenciação estrutural efetiva com o advento do capitalismo, mas apenas a evolução de dada ordem. É isto que justifica em Hayek o fato de que “*o capital é a origem do trabalho (e não o contrário)*” (Ibidem, p. 191)”, ou em nossas palavras, não apenas não houve um processo de acumulação primitiva como também a própria sobrevivência do proletariado enquanto tal se deve ao aumento de produtividade, tornado possível pelo desenvolvimento “livre” do mercado. Neste ponto específico, a argumentação de Polanyi, nos parece um bom contraponto ao argumento de Hayek, conforme “*a história revela que o aparecimento dos mercados nacionais não foi, de forma alguma, o resultado da emancipação da esfera econômica do controle governamental. Pelo contrário, o mercado foi o resultado de uma intervenção consciente e frequentemente violenta por parte do governo que impôs a organização de mercado à sociedade*” (Polanyi apud Ibidem, p. 911). Mesmo o exemplo maior de ordem espontânea, o mercado, não apenas não pode ser concebido de forma a-histórica como faz Hayek, como também ele mesmo foi o produto histórico de ações “construtivistas” e “planejadas”. Ou seja, enquanto Hayek trata o tempo – conceito decisivo em sua visão de mundo – de uma forma totalmente abstrata, todos os contornos e complicações da história são simplificados, tornando-se sinônimos de meras trivialidades falseadoras da realidade concreta. Não é à toa que o pensamento hayekiano seria justamente resgatado quando a ideia de “fim da história” seria celebrada como a vitória definitiva da ordem espontânea de mercado. Tampouco é surpreendente que o resgate de Hayek se deu em conjunto com a ascensão na academia do relativismo pós-moderno, que propagava a impossibilidade da apreensão das grandes narrativas e das visões globais da sociedade.

Mas a nosso ver, um olhar atento há de revelar que a onda neoliberal, longe de significar a evolução espontânea e natural dos mercados ou o triunfo da razão “não construtivista”, foi muito mais uma resposta do capital a partir dos anos 1970 – planejada e construída – às dificuldades concretas impostas pela conjuntura do pós-guerra. No caso em questão, tratava-se claramente de uma luta política dirigida a abolir a perspectiva de reformismo, distributivismo e de Estado Previdenciário que emergira nas décadas precedentes e assim, abrir novas perspectivas para a acumulação de capital. A teorização de Hayek certamente iluminou a nova conjuntura. Mas as “regras de conduta” que conduziram tal processo jamais podem ser consideradas como o mero produto inconsciente das relações interpessoais.

Tratou-se de uma nova correlação de forças que ensejou um novo papel assumido pelos Estados Nacionais, que longe de se retirarem de cena, alteraram a sua forma de atuação³⁰⁴.

É significativo portanto que, justamente quando aparentemente o processo de globalização poderia enfim confirmar as promessas de progresso e avanço civilizatório da propalada evolução espontânea, imensas contradições emergiram ou foram repostas. Contradições estas que estão inscritas na própria lógica do capital como relação social antitética no mundo por ele moldado. Nas palavras de Mészáros *“quando o capital atinge o mais alto nível de globalização pela consumação de sua ascensão histórica, os microcosmos socioeconômicos de que é feito revelam um segredo terrível: o de serem, em última análise, os responsáveis por toda a destrutividade, em absoluto contraste em relação a suas idealizações estabelecidas por Adam Smith e Kant, passado por todos os diversos Hayeks e ‘socialistas de mercado’ do século XX”* (Ibidem, p.117). Em resumo, a aparência idílica e promissora da nova configuração do modo de produção capitalista não pode obliterar sua essência em que o econômico e político estão unidos, não pela configuração ideal de liberdade e ordem espontânea, mas sim numa dinâmica turbulenta, conflituosa e alheia ao controle dos homens.

³⁰⁴ Para ficarmos apenas num exemplo, com relação aos gastos públicos, se houve uma redução no que diz respeito às políticas de sustentação da demanda; por outro lado houve um inegável acréscimo na sua drenagem para os capitais detentores das dívidas públicas. *“Foi muito revelador que os governos dos países de capitalismo avançado adotassem a abordagem de Hayek, pelo menos na ideologia e nas medidas econômicas anti-trabalhistas, mesmo que, significativamente, não na prática econômica de financiamento do déficit patrocinada pelo Estado – mudanças importantes na orientação keynesiana uniforme desses países de livre expansão do capital nas décadas do pós-guerra”* (Ibidem, p. 198)

CAPÍTULO 4— CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de percorrido o caminho de reflexão e análise acerca do estatuto do “econômico” e do “político” em Schumpeter, Keynes e Hayek podemos por fim retomar a problemática introduzida em nossa apresentação. Nossa hipótese era a de que acima das diferenças, divergências e idiossincrasias dos três autores, é possível apreender eixos comuns em suas visões de capitalismo. Mais especificamente, sugeríamos o fato de que quando tais visões fossem confrontadas com a ideia de uma totalidade social, em movimento e transformação, seria possível apreender semelhanças e pontos de convergência. Evidentemente não estamos aqui propondo ter qualquer solução acabada para o difícil problema da relação entre teoria e história. Simplesmente buscamos, ao longo de nosso estudo, apontar para os limites das visões de capitalismo esposadas pelos autores. Para que possamos retomar o problema neste capítulo conclusivo é necessário fixar aqui em que sentido pensamos existir um limite comum nas visões dos três autores. O que estamos de fato dizendo quando criticamos a parcialidade e o caráter unilateral de suas apreciações sobre a relação entre as esferas política e econômica?

Consideremos, em primeiro lugar a crítica que fazemos a Keynes e Schumpeter de ambos à sua maneira divorciarem economia e política. Ora, não estamos aqui negando o fato de que exista uma separação entre economia e política que perpassa a sociedade burguesa e que essa separação seja uma marca própria e distintiva do capitalismo. A questão fundamental que deve ser enfocada é abordar o que é real e o que é aparente em tal separação. Debalde, e com maior relevância, devemos considerar que mesmo no que diz respeito aos aspectos reais de tal separação, precisamos questionar se ela de fato autoriza a autonomia das esferas que marca as abordagens desses dois autores.

Então, prossigamos: o fato que desencadeia o modo de produção capitalista é a separação dos produtores dos meios de produção, separação esta que cria o imperativo de mercado. Tal imperativo se impõe tanto porque obriga que estes produtores obtenham sua subsistência por via da mercantilização de sua força de trabalho, como também pelo fato de que a satisfação das necessidades humanas passa agora a ser regulada pelo capital e pelos valores de troca; todos os membros da sociedade necessitam agora a mediação dos mercados para a manutenção material de sua vida. Desse ponto de vista, a extração de excedentes passa a ser agora sim econômica: ela prescinde de uma coação política direta sobre os produtores. Desse ponto de vista, a reprodução material da vida agora não é mais guiada diretamente por relações extraeconômicas e tudo é submetido aos mercados (de trabalho, bens de

consumo, bens de capital, dinheiro etc.). Justamente aqui é que podemos então situar a separação da esfera econômica como algo real.

Mas todo o problema é que tal configuração seria impensável sem uma relação efetiva de poder – logo, uma relação política – que se insere na base mesma do que se considera aqui o econômico. Esta relação de poder começa na própria separação originária de produtores e meios de produção – o processo de acumulação primitiva tal qual descrito por Marx. E aqui, pouco importa se tal separação é diretamente derivada de uma violência explícita – como nos cercamentos da Inglaterra, nas diversas arbitrariedades impostas aos povos de países colonizados, etc. – ou se tal separação é oriunda da própria competição imposta pelo desenvolvimento dos mercados e das forças produtivas do modo de produção capitalista já desenvolvido, pois também nesse último caso há de se ter em mente que a transformação das relações sociais que impõe o surgimento da produção especificamente capitalista não pode jamais ser tomado com um processo puramente “econômico”. Afinal, trata-se também aqui da substituição da coação direta ou “extra-econômica” de excedentes pela extração de excedentes imposta pelo imperativo de mercado, sendo que este jamais deixa de ser uma imposição de poder e uma coação. Ou seja, ter de vender a força de trabalho, ter de buscar a satisfação de necessidades em mercados, etc são processos em si mesmos de mudança nas relações de poder e não pura e simplesmente algo restrito à esfera econômica.

Ao mesmo tempo, para além do processo de acumulação primitiva, a própria reprodução continuada das relações de produção capitalistas igualmente ampara-se em poder político. Aqui acreditamos ser extremamente útil a leitura que faz Ellen Wood

para Marx, o segredo último da produção capitalista é político. O que distingue radicalmente sua análise da economia política clássica é que ela não cria descontinuidades nítidas entre as esferas econômica e política; e ele é capaz de identificar a continuidade porque trata a própria economia não como uma rede de forças incorpóreas, mas, assim, como a esfera política, como um conjunto de relações sociais(...) a base produtiva em si existe sob o aspecto de formas políticas, sociais e jurídicas, em especial, formas de propriedade e dominação³⁰⁵

A leitura que fazemos da contribuição marxiana aqui se apóia em grande medida na ideia expressa na citação acima. Não é possível tratar a economia capitalista como algo autônomo com relação às formas de poder, pois afinal, toda a reprodução do modo de produção capitalista depende de

³⁰⁵ In: WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 28

determinadas formas jurídicas – e portanto políticas – , de propriedade, e da mercantilização continuada da força de trabalho que em si mesma jamais deixa de ser um fenômeno político. Destarte a valorização do capital, a extração de excedentes, a coação do trabalho, etc, não são redutíveis a uma pura esfera econômica.

Feitas tais considerações, talvez fique mais claro em que sentido reconhecemos que há sim uma separação real entre economia e política. Tal separação no capitalismo é mais precisamente a *“diferenciação das funções políticas e sua alocação separada para a esfera econômica privada e para a esfera pública do Estado. Essa alocação separa as funções políticas imediatamente interessadas na extração e apropriação de mais valia daquelas que têm um propósito mais geral ou comunitário”* (Ibidem, p. 36). Se é verdade que a coação diretamente impetrada por alguma forma de ação do Estado deixa de existir no capitalismo, na verdade trata-se muito mais de uma clivagem dentro da própria esfera política em que há uma diferenciação entre o poder de classe na extração privada de excedentes e o poder do Estado, que passa abarcar e concentrar todos os propósitos públicos da sociedade. Não é questão de retirar da esfera econômica o atributo de poder, mas sim constatar que o capitalismo é marcado pela privatização do poder de extração de excedentes que se reproduz em unidades descentralizadas, sem a intervenção direta da esfera pública estatal.

Entretanto, (e esse é o ponto crucial) esta diferenciação dos papéis políticos jamais pode autorizar a ideia de uma independência entre eles. Seria muito mais pertinente aqui a metáfora de uma divisão do trabalho entre tais poderes, uma divisão do trabalho organicamente estruturada numa totalidade: o poder privado que extrai diretamente o excedente e permite a valorização do capital só pode existir em compasso com o poder público estatal, que garante a institucionalidade das formas de dominação e propriedade sem as quais a reprodução do modo de produção capitalista simplesmente deixaria de existir. Não se fala aqui apenas do monopólio da violência que cabe ao Estado e que garante a manutenção das relações capitalistas, mas também de todo o arcabouço jurídico que garante a sua continuidade.

Nesta lógica, o que pode ser chamado de separação entre econômico e político na verdade se trata de uma metamorfose de funções que, longe de autonomizar as esferas, acaba por instituir uma nova configuração que é própria das relações sociais capitalistas. Trata-se, aliás, de uma nova configuração necessária, conforme a produção de unidades descentralizadas apenas se torna uma produção social por meio da mediação dos mercados. Por conseguinte, a “anarquia da produção” própria do capitalismo só pode se sustentar através de uma esfera pública de Estado que legitime e

endosse tais transações. Logo, o poder de Estado faz parte diretamente da dinâmica do sistema enquanto tal. A ação concreta de tal poder evidentemente há de depender da conjuntura concreta em questão e dos conflitos e lutas entre as diferentes classes sociais, como buscamos argumentar no debate acerca dos três autores. Mas em todo e qualquer caso, jamais estará sob questão a funcionalidade decisiva do Estado para que o capital prossiga em sua lógica de valorização. Não apreender tal processo, ou seja, ignorar as mediações que levam a compreender o modo capitalista como uma unidade entre o econômico e o político, implicará numa apreciação unilateral e circunscrita apenas às aparências, onde o conhecimento da sociedade estará limitado pela lógica das “coisas” e não de suas relações sociais essenciais. Não é por outro motivo que na abordagem marxiana, conquanto o capital é uma relação social, onde economia e política fazem parte de uma unidade, a efetiva emancipação humana deve necessariamente passar por transformações tanto políticas quanto econômicas³⁰⁶. A questão portanto gira em torno de suprimir tanto a forma alienada da mercadoria e do capital, que submetem os homens à alienação e a lógica das coisas, como, ao mesmo passo, suprimir o Estado que garante a vigência da dominação de classe e a mediação social da produção capitalista anárquica e descentralizada.

Em nossa leitura, a arbitrariedade da separação entre as esferas que Keynes e Schumpeter promovem, cada um a sua maneira, tem justamente como corolário suas visões fetichistas e parciais do capitalismo. Afinal, o apartamento entre o político e econômico neles é justamente o esteio em que a dinâmica da mercadoria, do capital e de sua valorização aparece em grande medida como algo autônomo diante das relações sociais e de poder. Em Schumpeter, como vimos, isso se expressa na dicotomia entre a racionalidade do “sistema” econômico promissor de um lado e a racionalidade da “ordem” social e política hostil ao capitalismo de outro. Em Keynes, trata-se da polarização entre as incertezas da economia monetária de produção e a necessidade e plausibilidade dos “controles centrais” racionais. Nas duas abordagens, é estabelecida uma clivagem entre o mundo das “coisas” e o mundo das relações políticas e sociais. Mais precisamente, a dinâmica do capital é apreendida na sua aparência de “coisas” enquanto as relações sociais e políticas são tomadas como algo distinto. Schumpeter toma a racionalidade dos meios própria da burocratização da economia capitalista como um fim em si mesmo, ignorando a finalidade irracional de valorização incessante do capital por meio de sua relação contraditória com a força de trabalho. Pelos mesmos motivos, o “socialismo schumpeteriano” pode

³⁰⁶ “É o ponto de vista da totalidade e não a predominância de causas econômicas que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa” (LUKÁCS, p. 41).

avançar de forma relativamente independente das transformações nas relações de produção e de propriedade. Keynes, por sua vez, assume a perspectiva de que as vicissitudes das economias monetárias são administráveis e superáveis pelo voluntarismo político e a superação do problema econômico irá residir exclusivamente no advento da abundância produtiva.

No caso de Hayek, se de um lado sua visão difere dos demais no que diz respeito à autonomia das esferas, por outro lado a sua síntese há de reafirmar o mesmo problema referido. Em Keynes e Schumpeter o caráter “misterioso” e fetichista do capital é ignorado, dando margem para as suas sínteses unilaterais que valorizam respectivamente o “político” e o “econômico”; em Hayek, ao contrário, a questão é de assumir o “mistério” e o fetiche como o *modus operandi* desejado do modo de produção capitalista. Assim, o preço que deve ser pago pela unificação de ambas esferas em Hayek é nada menos que a impossibilidade de se apreender a dinâmica das “ordem espontâneas”, isto é, trata-se da substituição da tentativa de se compreender intelectualmente a totalidade capitalista, em prol da própria valorização da dominação das “coisas” sobre os seres humanos. Desta forma, a solução encontrada por Hayek se coloca diretamente como obstáculo e não como instrumento para apreensão do estatuto do político e do econômico no modo de produção capitalista.

Justamente em função do que expusemos acima, podemos agora partir para outra característica que se faz presente de forma comum nos autores. Os três acabam por transformar, nas suas visões de capitalismo, elementos que se relacionam organicamente em relações acidentais, reflexivas, ou então em determinados sentidos aos quais se estabelecem certas “afinidades eletivas”. Assim, por exemplo, Schumpeter pode confundir o declínio do capitalismo com o declínio do herói empreendedor que incutia o sentido da civilização burguesa. Ou então Keynes pode acreditar na abolição do problema econômico pela mera repressão dos comportamentos de amor predatório ao dinheiro, que eram próprios do capitalismo desregulado e de “laissez faire”. Já em Hayek, por sua vez, a questão passaria pela identidade completa entre mercado e liberdade individual.

Mesmo que de formas diferentes, no fundo, para os três autores, trata-se sempre da apreensão da civilização burguesa a partir de sentidos que são atribuídos pelos indivíduos. Não é à toa, portanto, que se é verdade que cada um deles criticou à sua maneira o utilitarismo benthamista, todos estiveram presos a uma concepção que em última instância partia de visões atomísticas e individualistas da sociedade. Schumpeter, como vimos, prendeu-se aos tipos ideais weberianos do senhor feudal, do empresário etc., dentro de sua definição de classe social que dependia exclusivamente de um determinado “élan” individual. Em Keynes, se o utilitarismo hedonista era descartado, por outro lado

ele buscava incutir na sociedade o seu utilitarismo “ideal”, também ele pautado nos cálculos individuais. Em Hayek, tratava-se de negar apenas o construtivismo utilitarista para reafirmar por outro lado o indivíduo atomizado como fonte de toda a moral e ação legítimas. Seja através da fratura entre o político e econômico, ou na sua unificação mistificadora, os autores acabam por erigir categorias estanques, onde o que falta sem dúvida é a mediação adequada entre indivíduo e sociedade no capitalismo. Tanto no conceito de “economia social”, de “unidade orgânica” ou “ordem espontânea”, suas explicações da dinâmica social tornam-se necessariamente parciais, pois faltam nelas a continuidade a que nos referimos na citação da Ellen Wood mais acima.

Justamente aqui repousam as dificuldades dos autores quando vão transpor suas teorias para a explicação histórica, pois aqui os três acabam por convergir numa visão teleológica da história. Para cada um deles, haverá uma espécie de lei trans-histórica que explicará o sentido último e a evolução da civilização. Para Schumpeter, trata-se do desenvolvimento irresistível da racionalidade que dissolve o élan individualista; Keynes, por sua vez, mesmo que formalmente critique todo e qualquer determinismo, se aferra na ideia de um desenvolvimento das forças produtivas através do aumento do estoque de capital que satisfaça as necessidades básicas de consumo e que ponha fim no problema econômico; já para Hayek, a questão era o eterno, descentrado e inconsciente desenvolvimento constante da “sociedade aberta”, cujo aprimoramento contínuo seria garantido pelos princípios liberais. Em todos os casos, com tais teleologias o que se perde é justamente a necessária mediação da dinâmica contraditória do modo de produção capitalista com o desenrolar histórico concreto, suas contradições e as diferentes correlações de força que se estabelecem em cada conjuntura.

É precisamente neste sentido que supomos poder retomar para os três autores a crítica marxiana à economia política clássica no que diz respeito à falta de historicidade desta última. Todos viveram em período de crise da civilização burguesa, que ao mesmo tempo foi o momento de ascenso do capital monopolista e de maior “politização” da economia. Mas justamente neste contexto do capitalismo do século XX, quando torna-se mais visível a unidade entre o político e o econômico, nos parece que suas respostas a tal período reproduziram com novas formas o caráter fetichista e mistificador da economia política clássica e acabaram mais uma vez por falsear a compreensão da totalidade capitalista. Schumpeter pôde ver na ascensão do capital monopolista o enfraquecimento político do capitalismo via a burocratização, enquanto Keynes enxergou no mesmo processo a possibilidade – caso vingassem seus “controles centrais” – a possibilidade de enfraquecimento do econômico. Duas posições que como buscamos argumentar ao longo do trabalho, eram igualmente erradas por falsearem a real situação em

jogo, em que talvez mais ainda do que na época do capitalismo concorrencial do XIX, a ideia de autonomia das esferas era impraticável. Já Hayek optaria pela utopia de um resgate do capitalismo concorrencial como se fosse possível anacronicamente fazer regressar a história.

Por fim, diante do período em que viveram e escreveram, é sintomático ainda que se estabeleça – de formas mais ou menos explícitas – a contradição entre suas sínteses e a viabilidade de uma efetiva democracia. Contradições que residem na impossibilidade ou indesejabilidade dos autores em encararem as efetivas relações sociais sob o capitalismo. É verdade, por outro lado, que em Schumpeter há o reconhecimento tácito da incompatibilidade entre uma efetiva democracia e o desenvolvimento da civilização. Mas para Keynes combinam-se de um lado o voluntarismo político – que no limite levaria à aceitação pacífica e paulatina do fim da própria acumulação de capital – com a ideia de que o poder deveria se concentrar numa elite ilustrada pelos bons valores mooreanos. Para Hayek, a democracia está diretamente subsumida à arbitrariedade do estado de direito que garanta as “ordens espontâneas”. Em ambos os casos, trata-se, portanto de uma democracia restrita e amputada, por mais que isso não seja assumido pelos autores. Ao mesmo tempo, se de um lado Schumpeter e Hayek se prendem à ideia de um Estado quase que por definição “anti-capitalista” e Keynes, ao contrário, vê o Estado como algo essencial para a defesa da civilização burguesa, as visões dos três autores, por outro lado, pecam justamente por não integrar o Estado na dinâmica efetiva do modo de produção capitalista. Também aqui eles acabam por assumir definições cristalizadas, acabando por minimizar assim as contradições que marcam o Estado sob o capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTVATER, Elmar. A crise de 1929 e o debate marxista sobre a teoria da crise In: HOBBSBAWM, Eric J (org.). *História do marxismo*. Vol. 8. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 79-133
- BARAN, P. A. *A Economia Política do Desenvolvimento*. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Coleção Os Economistas)
- BARAN, P.A; SWEEZY, P. M. *Capitalismo monopolista: ensaio sobre a ordem econômica e social americana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978
- BOTTOMORE, T. *Theories of Modern Capitalism*. Londres: George Allen & Unwin, 1985
- BOTTOMORE, T. *Between marginalism and marxism : the economic sociology of J. A. Schumpeter*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1992
- BRUNHOFF, S. Estado e Capital: uma análise da política econômica. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1985
- BURKETT, P. Dillard on Keynes and Marx: Comment. In: *Journal of Post Keynesian Economics*, vol.8, n.4, 1986, pp 623-631
- CARNOY, M. *Estado e Teoria Política*. Campinas: Papirus, 1986.
- CATÃO, L. Do Tratado sobre Probabilidade à Teoria Geral: o conceito de racionalidade em Keynes. In: *Revista de Economia Política*. vol.12, n.1(45), jan-mar 1992
- CHESNAIS, F. *A luta de classes na Europa e as raízes da crise econômica mundial*. In: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20557
- CONNIN, L. J. Hayek, Liberalism and Social Knowledge. In: *Canadian Journal of Political Science.*, vol. 23, n.2, Jun.1990, pp 297-315
- DA SILVA, M. F. G. A Epistemologia da Economia Teórica em Schumpeter. In: *Revista de Economia Política*, vol. 22, nº 1 (85), janeiro-março/2002
- DAHMS, H. F. From Creative Action to the Social Rationalization of the Economy: Joseph A. Schumpeter's Social Theory. In: *Sociological Theory*, Vol.13, n.1, (Mar.1995), pp. 1-13

- DESAI, M. Hayek and Marx. In: FESSER, F(org). *The Cambridge Companion to Hayek*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006
- DILLARD, D. Keynes and Marx: A Centennial Appraisal. In: *Journal of Post Keynesian Economics*, vol. 6, n.3, 1983, pp. 421-433
- DILLARD, D. *A Teoria Econômica de John Maynard Keynes*. São Paulo: Pioneira, 1989.
- DOSTALER, G. *Keynes and his battles*. Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Elgar, 2007
- EATON, J. *Marx contra Keynes*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958
- EBENSTEIN, A. *Friedrich Hayek: a biography*. Chicago: University of Chicago Press, 2000
- FURTADO, C. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Nacional, 1968
- GERMER, C. ‘Economia Monetária’ ou ‘Economia Capitalista’: Marx e Keynes sobre a natureza do capitalismo. In: *Estudos Econômicos*, vol. 26, n. especial, 1996, p. 51-86.
- GRESPLAN, J. L. S. *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx a economia política*. São Paulo: HUCITEC, 1999
- HALL, J. A; SMITH, R. S. The Political Consequences of Mr. Keynes. In: *Canadian Journal of Sociology* 27(2), 2002
- HANSEN, A. Expansão Extensiva e Expansão Intensiva. In. NAPOLEONI, C. *O Futuro do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1982
- HAYEK, F. *Prices and Production*. Londres: Routledge. 1934
- HAYEK, F. *La Teoria Monetaria y el ciclo económico*. Madrid: Espasa-Calpe: 1936
- HAYEK, F. *The pure theory of capital*. Londres: Macmillian, 1941
- HAYEK, F. History and Politics. In: HAYEK, F (org.) *Capitalism and the Historians*. Chicago: University of Chicago Press, 1963
- HAYEK, F. Economics and Knowledge. In: HAYEK, F. *Individualism and economic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1980
- HAYEK, F. Individualism: True and False. In: HAYEK, F. *Individualism and economic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1980b
- HAYEK, F. “Free” Enterprise and Competitive Order. In: HAYEK, F. *Individualism and economic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1980c

HAYEK, F. Socialist Calculation I: The Nature and History of the Problem. In: HAYEK, F. *Individualism and economic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1980d

HAYEK, F. *Hayek na UNB: conferências, comentários e debates de um simpósio internacional realizado de 11 a 12 de maio de 1981*, Brasília: Editora da UNB, 1981

HAYEK, F. *Os Fundamentos da Liberdade*. Brasília: Editora da UNB, 1983

HAYEK, F. *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1984.

HAYEK, F. *Direito, Legislação e Liberdade: Uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política*. São Paulo: Visão, 1985, 3v.

HAYEK, F. *Desemprego e Política Monetária*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985b

HAYEK, F. *Hayek on Hayek: an autobiographical dialogue*. Chicago: University of Chicago Press, 1994

HEINSOHN, G; STEIGER, O. Marx and Keynes – Private Property and Money. In: WOOD, J. C (org.) *John Maynard Keynes: Critical Assessments*. Londres: Routledge, 1994, vol. 6

HEILBRONER, R.L. Economics and Political Economy: Marx, Keynes, and Schumpeter. In: WOOD, J. C (org.) *Joseph A. Schumpeter: Critical Assessments*. Londres: Routledge, 1991. 4v

HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Coleção Os Economistas)

KEYNES, J. M. My early beliefs. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. X. Londres: Macmillan, 1972.

KEYNES, J. M. Art and the State. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. XXVIII. Londres: Macmillan, 1972b

KEYNES, J. M. A treatise on money: the pure theory of money. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. V. Londres: Macmillan, 1972c

KEYNES, J. M. Tract on Monetary Reform. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. IV. Londres: Macmillan, 1972d

KEYNES, J. M. Am I a Liberal?. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. V. Londres: Macmillan, 1972e

KEYNES, J. M. Short View of Russia. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. IX. Londres: Macmillan, 1972f

KEYNES, J. M. Can Lloyd George do it?. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. IX. Londres: Macmillan, 1972g

KEYNES, J. M. Ex-post and ex-ante. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. XIV. Londres: Macmillan, 1972h

KEYNES, J. M. Does Unemployment need a drastic remedy. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. XIX. Londres: Macmillan, 1972i

KEYNES, J. M. Means to Prosperity. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. XIX. Londres: Macmillan, 1972j

KEYNES, J. M. How to Pay for the War. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. IX. Londres: Macmillan, 1972k

KEYNES, J. M. Liberalism and Labour. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. IX. Londres: Macmillan, 1972l

KEYNES, J. M. Indian Currency and Finance. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. I. Londres: Macmillan, 1972m

KEYNES, J. M. The Economic Consequences of Mr. Churchill. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. IX. Londres: Macmillan, 1972n

KEYNES, J. M. British Foreign Policy. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. XXVIII. Londres: Macmillan, 1972o

KEYNES, J. M. The Dilemma of Modern Socialism. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*. v. XXI. Londres: Macmillan, 1972p

KEYNES, J.M. To Professor F.A. Hayek. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes* vol. XXVII, 1972q.

KEYNES, J. M.. O Fim do 'Laissez-Faire'. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.), John Maynard Keynes, Col. Os Grandes Cientistas Sociais, 2ª ed, São Paulo, Ática, 1978, pp. 106-124.

KEYNES, J. M. A Teoria Geral do Emprego. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.), John Maynard Keynes, Col. Os Grandes Cientistas Sociais, 2ª ed, São Paulo, Ática, 1978b, pp. 167- 179.

KEYNES, J. M. Algumas consequências econômicas de uma população em declínio. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.), *John Maynard Keynes*, Col. Os Grandes Cientistas Sociais, 2ª ed, São Paulo, Ática, 1978c, pp. 180- 188.

KEYNES, J. M. Inflação e Deflação. In: SINGER, P (org). Keynes/Kalecki. São Paulo: Abril Cultural, 1978d (Coleção Os Pensadores)

KEYNES, J. M. A União Internacional de Compensação. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.), *John Maynard Keynes*, Col. Os Grandes Cientistas Sociais, 2ª ed, São Paulo, Ática, 1978e, pp. 197- 207.

- KEYNES, J. M. O Fundo Monetário Internacional. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.), *John Maynard Keynes*, Col. Os Grandes Cientistas Sociais, 2ª ed, São Paulo, Ática, 1978f, pp. 208-218
- KEYNES, J. M. Perspectivas Econômicas dos Nossos Netos. In. NAPOLEONI, C. *O Futuro do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1982
- KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Editora Atlas, 1992
- KEYNES, J. M. *As consequências econômicas da Paz*. São Paulo: Editora da UNB, 2002
- KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KURZ, R. *Economia Política do Anti-semitismo*. In: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz164.htm>
- KUZNETS, S. Schumpeter's Business Cycles. In *The American Economic Review*, Vol. 30, No. 2, Part 1 (Jun., 1940), pp. 257-271
- LAMBERT, P. The Social Philosophy of John Maynard Keynes. In: WOOD, J. C (org.) *John Maynard Keynes: Critical Assessments*. Londres: Routledge, 1994, vol. 1
- LÊNIN, V. I. *O Imperialismo Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005
- LUKÁCS, G. *História e Consciência de Classe*. Porto: Escorpião, 1974
- LUXEMBURGO, R.A *Acumulação de Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Coleção Os Economistas)
- MACDONALD, RONAN. Schumpeter e Max Weber – Central Visions and Social Theories. In: *The Quarterly Journal of Economics*. Vol. 79. n.3 (Ago., 1965), pp. 373-396
- MANDEL, E. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Coleção Os Economistas)
- MANDEL, Ernest (1992) “The international debate on long waves of capitalist development: an intermediary balance sheet” in: Alfred Kleinknecht, Ernest Mandel & Immanuel Wallerstein (eds) (1992) *New Findings in Long-Wave Research*, St. Martin's Press, pp: 316-338
- MARCUSE, H. *Industrialização e Capitalismo na obra de Max Weber*. In: http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/frankfurt/marcuse/tx_marcuse_001.htm
- MARIUTTI, E. N. *Colonialismo, Imperialismo e o Desenvolvimento Econômica Europeu*. Tese de Doutorado, UNICAMP, Instituto de Economia, Campinas, 2003
- MARX. K. Salário, Preço e Lucro. In: *Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006,
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 5v.(Coleção Os Economistas)

- MARTES, A. C. B. Weber e Schumpeter: A ação econômica do empreendedor. In *Revista de Economia Política*, vol. 30, nº 2 (118), pp. 254-270, abril-junho/2010
- MARZ, E. *Joseph Schumpeter: Scholar, Teacher and Politician*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1991.
- MATTICK, P. *Marx y Keynes: los limites de la economia mixta*. México, D.F.: Era, 1978
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2009
- MILIBAND, R. The Socialist Alternative. In: DIAMOND, L; PLATTNER, M (orgs.) *Capitalism, Socialism and Democracy Revisited*. Londres: John Hopkins, 1993
- MILIOS, J; PANAYOTIS, M. Did Hilferding Influence Schumpeter?. In: *History of Economics Review*. Vol. 41, June/July 2005, pp. 98-125.
- MINI, P. The Anti-Benthamism of Keynes: implications for The General Theory. In: *American Journal of Economics and Sociology*. Vol 50, ed. 4, pp. 453-468, out 1991.
- MINSKY, H. *John Maynard Keynes*. Nova Iorque: Columbia, 1975
- MOORE, G. E. *Principa Ethica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.
- NAPOLEONI, C. *O Pensamento Econômico do Século XX*. Lisboa: Divulgação e Ensaio, 1964
- PAULANI, L. Hayek e o individualismo no discurso econômico. In: *Lua Nova* nº 38, São Paulo, CEDEC, 1996, pp. 97-124
- PAULANI, L. *A crise, o dever do capital e o futuro do capitalismo*.
- PAULANI, L. *Acumulação e Rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo*. 2012
- PRADO, E. Complexidade: Hayek e Marx. In: *Instituto de Estudos Avançados da USP*, 2007, www.iea.usp.br/evolusociais
- PRADO JÚNIOR, C. *Esboço dos fundamentos da Teoria Econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1957
- RIMMER, D. Schumpeter and the Underdeveloped Countries. *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 75, No. 3 (Aug., 1961), pp. 422-450. MIT Press.
- ROBINSON, J. O que aconteceu à Revolução Keynesiana. In: Keynes, M. *Ensaio sobre John Maynard Keynes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1977
- ROSDOLSKY, R.. *Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro:

Contraponto, 2001.

SAMPAIO JR, P. A. *Furtado e os limites da razão burguesa na periferia do capitalismo*, 2002

SCHUMPETER, J. A. *Business Cycles. A Theoretical, Historical, and Statistical Analysis of the Capitalist Process*. Nova Iorque: Mc Graw-Hill, 1939. 2v

SCHUMPETER, J. A. John Maynard Keynes. In: *Dez Grandes Economistas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958

SCHUMPETER, Vilfredo Pareto. In: *Dez Grandes Economistas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958b

SCHUMPETER, J. A. Sociologia do Imperialismo. In: SCHUMPETER, J. A. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro : Zahar, 1961

SCHUMPETER, J. A. Classes sociais num meio etnicamente homogêneo. In: SCHUMPETER, J. A. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961b

SCHUMPETER, J. A. *História da Análise Econômica*. Rio de Janeiro: Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica no Brasil: Fundo de Cultura, 1964. 3v

SCHUMPETER, J. A. A significação do Manifesto Comunista de 1848 na Sociologia e na Economia. In: LASKI, H. J. *O Manifesto Comunista de 1848*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas)

SCHUMPETER, J. A. As Economic Interpretation of Our Times. The Lowell Lectures. In: SCHUMPETER, J. A. *The economics and sociology of capitalism*. Ensaios de Joseph Schumpeter editados por Richard Swedberg. Imprensa Princeton: Princeton Univ., 1991

SCHUMPETER, J. A. The crisis of the Tax State. In: SCHUMPETER, J. A. *The economics and sociology of capitalism*. Ensaios de Joseph Schumpeter editados por Richard Swedberg. Imprensa Princeton: Princeton Univ., 1991b

SCHUMPETER, J. A. A instabilidade do capitalismo. In CARNEIRO, R.(org.) *Os clássicos da economia*. São Paulo: Ática, 1997.

SKIDELSKY, R. J. A. *John Maynard Keynes, 1883-1946: economist, philosopher, statesman*. Nova York: Penguin Books, 2005

SKIDELSKY, R. J. A. *The Return of the Master*. Nova Iorque: Public Affairs, 2009

- SOMBART, W. *El burguês: contribución a la historia econômica del hombre moderno*. Madrid: Alianza, 1977
- SOMBART, W. *El apogeu del capitalismo*. México:Fondo de Cultura Econômica, 1946
- SRAFFA, P. Hayek on Money and Capital. In: *The Economic Journal*, vol. 42, n. 165 (Mar. 1932), pp. 42-35
- SMITHIES,A. *Schumpeter and Keynes*. In: WOOD, J. C (org.) *Joseph A. Schumpeter: Critical Assessments*. Londres: Routledge, 1991. 4v
- SWEDBERG, R. Joseph Schumpeter: a biographical profile. In: SCHUMPETER, J. A. *The economics and sociology of capitalism*.Ensaio de Joseph Schumpeter editados por Richard Swedberg. Princeton: Princeton Univ., 1991
- SWEDBERG, R. *Max Weber as Economist and Sociologist*. American Journal of Sociology, vol.58, n.4
- SWEDBERG, R. *Schumpeter: a biography*.Princeton: Princeton Univ., 1991b
- SWEEZY, P. M. *Teóricos e Teorias da Economia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965
- TAYLOR, O. H. *Schumpeter and Marx: Imperialism and Social Classes in the Schumpeterian System*. In: WOOD, J. C (org.) *Joseph A. Schumpeter: Critical Assessments*. Londres: Routledge, 1991. 4v.
- TRINDADE, J. R. B. *Dívida pública e teoria do crédito em Marx: elementos para análise das finanças do estado capitalista*. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Defesa: Curitiba, 2006
- TSURU, S. Business Cycle and Capitalism: Schumpeter vs Marx. In: WOOD, J. C (org.) *Joseph A. Schumpeter: Critical Assessments*. Londres: Routledge, 1991. 4v
- WEBER, M. *História Geral da Economia*. São Paulo: Centauro, 2004
- WEBER. M. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*.Brasília; São Paulo: UnB: IMESP, 2004b. 2v
- WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*.São Paulo: Boitempo, 2003.
- WILEY, N. F.The congruence of Weber and Keynes. In: *Sociological Theory*, n.1, pp. 30-57, 1983
- WRIGHT, D. M. *Schumpeter and Keynes*. In: WOOD, J. C (org.) *Joseph A. Schumpeter: Critical Assessments*. Londres: Routledge, 1991. 4v
- ZIZEK, S. *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo, 2011

